

**O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI:
AO ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES**

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado

Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente

Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Diretora

Embaixadora Heloísa Vilhena de Araujo

DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA

Diretor

Embaixador Edmundo S. Fujita

**O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI:
AO ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES**

*Seminário Internacional
realizado em Brasília-DF
nos dias 7 e 8 de junho de 2001*

Edmundo S. Fujita
Organizador

Coordenação Editorial
Edelcio José Ansarah

Revisão
Rodrigo Nunes Valadares

Editoração Eletrônica
Isnaldo Martins

Seminário Internacional (2001 : Brasília).

O Brasil e a Ásia no Século XXI : Ao Encontro de Novos Horizontes /
Edmundo S. Fujita organizador. Brasília : IPRI, 2003.

247p.

ISBN 85-7631-007-4

Anexo: Seminário Brasil-Oceania : Novos Horizontes.

1. Brasil – Relações Exteriores – Ásia 2. Ásia – Relações Exteriores –
3. Ciência e Tecnologia – Cooperação Internacional – Fujita, Edmundo S., org.
II. Título.

CDU: 327(81:5)

SUMÁRIO

Apresentação 09

Palestra inaugural do Professor Celso Lafer 11

MÓDULO 1 - GLOBALIZAÇÃO E INTER-REGIONALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS MULTIDIMENSIONAIS ENTRE A AMÉRICA LATINA E A ÁSIA

América Latina e Ásia: globalização,
identidades e diferenças 17

Cândido Mendes de Almeida

Perspectivas multidimensionais entre a
América Latina e a Ásia 29

Henrique Altemani de Oliveira

Parcerias inter-regionais numa era de globalização:
problemas e perspectivas 49

Lee Jae-Seung

As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro 69

Li Mingde

MÓDULO 2 - IMAGENS E REALIDADES DA GLOBALIZAÇÃO: A ÁSIA QUE VEMOS E A ÁSIA QUE NOS VÊ

Imagens e realidades: sob a ótica do jornalismo..... 87

Atsushi Kubota

O Brasil e as várias Ásias 91

Brian Bridges

Brasil-Ásia: um esforço de aproximação. 99

Jaime Spitzcovsky

Brasil - Ásia: o “Arco Dourado” 107
Kuniko Inoguchi

Imigração, identidade e cultura: uma reflexão pessoal..... 113
Tisuka Yamazaki

Palestra proferida pelo
Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg 119

MÓDULO 3 - COOPERAÇÃO PARA O AMANHÃ: FRONTEIRAS E VEREDAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Vietnã ingressa no século XXI 133
Dang Huu

A indústria indiana de tecnologia e informação e as
possibilidades de cooperação com o Brasil 149
Gautam Soni

A cooperação em ciência e tecnologia
entre Brasil e Ásia 157
Gilson Schwartz

Ásia e Brasil: o impacto de novas tecnologias de
informação e comunicação e o futuro da cooperação
em ciência e tecnologia 165
Maria Inês Bastos

MÓDULO 4 - FLUXOS E REFLUXOS DE CAPITAL, BENS E TRABALHO ENTRE A ÁSIA E A AMÉRICA LATINA: BAZAR E CARAVANSARAI DA GLOBALIZAÇÃO

Brasil e China: uma parceria estratégica e comercial 173
Charles Tang

Fluxos e refluxos de capital, bens e trabalho entre a Ásia e a América Latina	185
<i>Masato Ninomiya</i>	
Fluxos de capital, bens e mão-de-obra entre o Brasil e a Ásia	205
<i>Masuo Nishibayashi</i>	
A Ásia na qualidade de parceira econômica, social e cultural para o Brasil	219
<i>Pracha Guna-Kasem</i>	
Bangladesh: o país e seu entorno - as perspectivas de cooperação com o Brasil	225
<i>Tanfiq-e-Elahi Chowdhury</i>	
A trajetória asiática da Vale do Rio Doce	231
<i>Yves Madeira</i>	
Pronunciamento de encerramento do Embaixador Bernardo Pericás Neto.....	239
Programa do Seminário: “O Brasil e a Ásia no Século XXI: Ao Encontro de Novos Horizontes”	243
ANEXO	
Seminário Brasil-Oceania: Novos Horizontes.....	247

APRESENTAÇÃO

Do ponto de vista da política externa brasileira, a Ásia se apresenta como uma das frentes mais promissoras de atuação diplomática no novo século que se abre. Trata-se de uma das regiões de maior dinamismo do globo, abrigando uma riqueza de culturas, etnias, religiões e instituições sócio-políticas.

O perfil do Brasil na Ásia se apresenta bastante sólido e consistente. O Brasil abriga importantes contingentes populacionais de origens asiáticas diversas. Possui relacionamentos densos e harmoniosos com vários países asiáticos e mantém o desejo de estreitar crescentemente os laços com um número cada vez maior de parceiros da região. Iniciativas abrangentes como a “Aliança para o século XXI” com o Japão, a “Parceria Estratégica” com a China e a “Parceria Especial para o Século XXI” com a Coreia do Sul refletem a percepção de lado a lado das ricas potencialidades desse relacionamento e dos criativos nichos existentes para a bilateral.

Em que pesem esses desenvolvimentos auspiciosos, há ainda, em certos aspectos, uma significativa ausência de conhecimento e compreensão entre o Brasil e aquela região que necessita ser superada. O presente seminário constitui uma iniciativa exploratória das perspectivas que se abrem nas principais vertentes do relacionamento do brasileiro com aquela região, propondo-se a estimular uma reflexão multidisciplinar sobre cenários prospectivos para uma aproximação ainda maior entre o Brasil e seus parceiros asiáticos.

Edmundo S. Fujita

Diretor do Departamento da Ásia e Oceania
Ministério das Relações Exteriores

PALESTRA INAUGURAL DO PROFESSOR CELSO LAFER*

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação e, ao mesmo tempo, com um sentimento de expectativa intelectual que presido à abertura deste Seminário. Julgo extremamente bem-vinda esta oportunidade para uma reflexão conjunta entre participantes brasileiros e asiáticos acerca das perspectivas do relacionamento entre o Brasil e a Ásia no novo século que se abre. Como dois espaços geoeconômicos e culturais de grande dinamismo no mundo atual, temos muitas experiências a trocar e muita sinergia a compartilhar. Tenho a certeza de que este seminário constituirá fértil incubadora para identificação dos desafios e oportunidades que se colocam para nossas sociedades na era da globalização, assim como para a proposição de criativas estratégias de cooperação entre nós.

No final do século XIX, o Governo brasileiro passa a entrar em relações formais com Estados asiáticos. Assim, em 1880, o Brasil firma acordo de intercâmbio comercial com o império chinês e, em 1895, assina o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão. Treze anos depois, em 1908, tem início a corrente imigratória regular de colonos japoneses para as lavouras cafeeiras de São Paulo. Conquanto não seja o caso de me deter sobre esse ponto neste momento, a contribuição desses imigrantes e seus descendentes à sociedade brasileira constitui um marcante capítulo da formação histórica do nosso País. Seguiram-se, posteriormente, não menos importantes contribuições da imigração chinesa e coreana, ajudando a compor o que se tornou conhecido como o “cadinho de raças” brasileiro, integrado pelas mais diversas etnias e nacionalidades de origem.

Do ponto de vista da política externa brasileira, a Ásia se apresenta como uma das frentes mais promissoras de atuação diplomática

* À época Ministro de Estado das Relações Exteriores.

e que cabe explorar ativamente. Ao longo do tempo, o Brasil foi tecendo uma sólida rede de relacionamento com países asiáticos, tanto na vertente econômica quanto na humana. Temos laços sólidos e cooperativos com países como Japão, China, Coreia do Sul e Índia. Estamos intensificando crescentemente o diálogo com os países do Sudeste Asiático e do Subcontinente Indiano. Dentro do País, abrigamos significativa parcela populacional de origem japonesa, chinesa e coreana, assim como temos importante comunidade brasileira vivendo no Japão. Tudo isso demonstra que a Ásia não é estranha aos brasileiros. Entretanto, acreditamos que muito mais pode ser feito para adensar ainda mais esses vínculos. Há ativo interesse na retomada de contatos de lado a lado.

Em tempos recentes, visitaram o Brasil, entre outros altos dignitários, os Primeiros Ministros da Tailândia e de Cingapura, o líder timorense Xanana Gusmão, os Ministros do Exterior da China e da Malásia e os Presidentes da Indonésia e da China. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, realizou visitas a China, Índia, Malásia e Japão durante seu primeiro mandato. Agora, no início do novo século realizou pioneira visita a Seul, Dili e Jacarta. Esses intercâmbios de alto nível, além de outras visitas ministeriais e empresariais expressivas, auguram favoravelmente para uma nova fase ascendente nas relações entre o Brasil e a Ásia.

Este Seminário oferece oportunidade única para um fecundo intercâmbio de propostas e avaliações. A comparação de análises a partir de perspectivas e experiências diversas pode proporcionar conclusões criativas e parcerias inovadoras. Temos muito a aprender uns com os outros, e estou certo de que ao final do exercício sairemos enriquecidos com uma melhor compreensão mútua de nossas realidades.

Um dos temas a se perquirir neste Seminário poderia ser a questão de como o Brasil e seus parceiros asiáticos deveriam interagir entre para obter uma inserção mutuamente vantajosa no mundo globalizado. Como avaliar os desafios e oportunidades existentes nos respectivos entornos e como divisar respostas criativas que promovam o desenvolvimento cooperativo das duas regiões? Quais as novas configurações de atores que melhor atendem às exigências ainda pouco claras de um mundo em reacomodação sistêmica? Como harmonizar e tornar solidários os liames entre os países da Ásia e América

Latina em dimensões como a social, econômico-comercial, ambiental, científico-tecnológica, cultural e outras?

Para um relacionamento correto e profícuo, não basta a fácil constatação das diferenças e exotismos, mas sim um esforço consistente de captação das essências e de apreciação das especificidades de cada sociedade. Só assim se chega a uma empatia mutuamente equilibrada, que serve de alicerce para uma cooperação duradoura entre as nações. Este Seminário poderia, a esse respeito, aprofundar as reflexões acerca dos elementos que contribuiriam para o fortalecimento dessa compreensão mútua entre os nossos países através da sinergia emanada da diversidade.

Outro tema de importância crucial para ser debatido neste Seminário é a questão da cooperação entre nós no campo da ciência e tecnologia. É ponto pacífico que o fator conhecimento constitui aspecto fulcral do processo de globalização e que a nova linha de inclusão/exclusão não passa nem pelo meridiano leste-oeste, nem pelo paralelo norte/sul, mas pela divisória digital. A cooperação científica e tecnológica constitui uma das áreas mais promissoras de atuação solidária entre nossos países, mormente com vistas a queimar etapas e reduzir o hiato digital que ameaça crescer exponencialmente na ausência de uma resposta pró-ativa dos países em desenvolvimento. Já existem exemplos exitosos de cooperação Sul-Sul nesse campo, como o Projeto CBERS entre o Brasil e a China. Outros estão em curso com países como a Coreia do Sul e a Índia. É mister encontrar nichos estratégicos que exerçam efeitos propagadores para outras áreas de conhecimentos e atividades, de modo a beneficiar parcelas crescentes de países e populações que, de outra forma, correm o risco de serem os novos excluídos do e-sistema.

Por fim, caberia voltar mais uma vez as atenções para as vertentes econômica e humana das relações entre a América Latina e a Ásia. Em particular, tornam-se oportunas uma análise retrospectiva e uma avaliação prospectiva dos fluxos humanos, de bens e de capital que percolam as duas regiões. É interessante notar que a vinda de contingentes asiáticos para a América Latina a partir de fins do século XIX, passa a dar lugar a um contrafluxo latino-americano para a Ásia

nas últimas décadas do século XX. Hoje, a cultura e os costumes brasileiros estão muito presentes no Japão através da presença de nossos concidadãos naquele país. Por outro lado, tanto a Ásia quanto a América Latina têm sofrido os efeitos negativos da volatilidade dos fluxos de capitais. Enquanto isso, o intercâmbio de bens e serviços entre as duas regiões se encontra ainda bem aquém de seu potencial, tanto quantitativo quanto qualitativo.

Tenho a certeza de que ao cabo destes dois dias de discussões, sairemos com um conhecimento muito mais aprofundado das realidades e potencialidades de nossos parceiros e de nós mesmos.

MÓDULO 1

**GLOBALIZAÇÃO E INTER-REGIONALIZAÇÃO:
PERSPECTIVAS MULTIDIMENSIONAIS ENTRE A
AMÉRICA LATINA E A ÁSIA**

AMÉRICA LATINA E ÁSIA: GLOBALIZAÇÃO, IDENTIDADES E DIFERENÇAS

*Cândido Mendes de Almeida**

Eu gostaria de expressar minha satisfação com esta criativa e rica iniciativa, por meio da qual o Itamaraty está indo à Universidade, aos Centros de Estudos vinculados à área do pensamento, ao campo da investigação e do encontro de soluções. Tudo isso constitui o grande planisfério no qual um país continental como o nosso encontrará, evidentemente, seus principais pares em um mundo pluralístico, mas um mundo em que as nações podem encontrar seus equivalentes. Na Ásia é que encontraremos outros estados continentais: o colosso chinês, o hindu, o indonésio, a força japonesa. Nesta perspectiva é que eu me sinto muito feliz de estar aqui, em uma Casa que possui a mais antiga instituição de estudos sobre a Ásia, criada aqui, em Brasília, durante o Governo Jânio Quadros, no momento em que, pela primeira vez (eu chefiava sua assessoria técnica), se pensou a partir de uma perspectiva terceiro-mundista, aquela que se desenhou mais tarde, nos governos que o sucederam, e que nos deu um eixo diferente, saindo daquelas boas agulhas magnéticas para o mundo clássico de nossa formação.

Por esta mesma razão, eu gostaria apenas de trazer ao conhecimento dos senhores, conforme o combinado, a maneira como nós, na Instituição, consideramos o problema asiático – e eu aproveitaria para associá-la, aqui, ao trabalho que vem sendo realizado no contexto da UNESCO.

Há cerca de quinze dias, no Rio de Janeiro, concluiu-se a Sétima Reunião da Agenda do Milênio, inteiramente voltada para o debate sobre globalização, identidades e diferenças. Na seqüência, será comemorado, no próximo ano, não apenas o 100º aniversário da Cândido Mendes, mas também o 50º aniversário do *International Council of Soci-*

* Reitor da Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro.

al Sciences, que presidi por dois anos. Nosso foco será exatamente a Ásia, no contexto de alguns dos lineamentos indicados neste texto que estou passando aos integrantes desta mesa, por tratar-se de um esforço de síntese – serão necessários alguns ajustes com os quais se possa (entendi ter sido esta a solicitação) ter uma idéia de como essa enorme constelação asiática poderá encontrar nervos, pontos importantes, pontos de comparação e, especialmente, soluções para a inclusão dessa política brasileira na Ásia, e deste modo, a idéia de debater a globalização e o parâmetro asiático – sempre considerando o problema em que se constitui sua dimensão cultural – e de que forma a modernização atrapalha, ou não atrapalha, reenfoca, alcança, compõe, reorganiza a noção desses atores sociais no tempo e em termos de globalização.

No espaço de tempo de que disponho, e apenas desejando lançar uma idéia problemática que vem surgindo na Universidade, vou enfatizar como e em que termos a Ásia é interessante para a Universidade brasileira. Vou apenas proceder a uma acupuntura (se é que posso chamar assim) de alguns pontos nos quais esse aspecto problemático pode integrar-se em um tipo de libreto, como este que estou apresentando aos colegas. Uma vez que o foco é o contexto de identidade, e nele a modernização, o foco é necessariamente cultural, e nele a antropologia de inter-regionalidades vinculadas à emergência dessas novas entidades testadas pela globalização. Ao fundo, temos, ainda, reformulado, o conceito básico de Toynbee. Em outras palavras, estando em uma “ordem mundial”, de que modo esta entrada da globalização, entendida como *input* da civilização ocidental, encontra, ou não encontra, seus vários tipos de reação, em que a Ásia é o cenário de uma globalização que não chega toda ao mesmo tempo e que, de fato, vem enfrentando todas as resistências. Resistências, por vezes, zelosas: a resistência do fundamentalismo, a resistência da busca de identidade, pela volta às suas raízes e ao seu ajustamento mais formal, em que o Islã, hoje, serve como uma base de resistência em relação ao Ocidente, através do grande diálogo cultural que domina o início do século XXI.

O Brasil não se encontra muito bem preparado para compreender o risco, ou melhor, a riqueza, a força e a importância do mundo islâmico, o modo como ele vem se organizando, hoje, em relação à

perspectiva histórica. Somos um dos últimos países a compreender, do ponto cultural, o que significa a supracontinentalidade islâmica e, à luz desse fato, a partir de diferentes enfoques – uma simples anedota de uma frenética imprensa ocidental – compreender a importância, o futuro e a riqueza do fundamentalismo como tal.

É evidente que sem entender esse fato, não podemos entender a emergente Ásia, neste momento, em todas as suas distintas reações. E, mais ainda, neste contexto, se, por um lado, nós vemos a resistência cautelosa – ainda seguindo Toynbee – e temos a reação herodiana, a reação da integração, a reação da orientação ocidental, o encontro da globalização com todas as suas regras e, através delas, outra visão da diferença com que nos defrontaremos no mundo diante de nós. Sem dúvida, entre as três visões, também temos de enfrentar as nações que se transformaram em um proletariado histórico, externo à grande vinculação de culturas, e aquelas que ainda permanecem. (Fui um dos poucos brasileiros que se dispuseram a observar, com fascinação, a experiência de Pyongyang, há dois meses.)

E nesse contexto sabemos que iremos realizar o primeiro encontro entre a Kim II Sung University e a Cândido Mendes, exatamente na comemoração do centenário, objetivando debater justamente o significado simbólico da extraordinária unidade interna da Coreia do Norte, a forma como eles conseguiram chegar à “eufórica solidão” em que agora se encontram, com base em uma experiência de pedagogia simbólica – uma das mais recentes e uma das mais instigantes–, para cruzarmos o meridiano do milênio. Logicamente, isso é tudo de que precisamos para chegar à grande reação na globalização, a natural reação japonesa, em que se pode de fato falar de um futuro acordo de organização por meio de uma descentralização da variável tecnológica do crescimento da globalização, e se pode até mesmo debater o primeiro acordo de organização que representa a definição das virtualidades do mercado internacional nos próximos trinta ou quarenta anos.

Para cada situação eu tenho um *flash*. Não preciso falar sobre o significado do Afeganistão. Eu gostaria apenas de realçar, no estrito contexto do fundamentalismo, a importância que, hoje, o Primeiro Ministro e, em essência, responsável Chefe de Estado do Paquistão atri-

bui, para grande alívio das conferências internacionais, à revisão do conceito segundo o qual a blasfêmia contra o profeta seria punida com a pena de morte. A questão básica que acaba de ser levada às cortes internacionais, com o apoio do próprio Afeganistão, nos indica que esta preocupação que estava presente, e de forma tão profunda, que os 150 milhões de paquistaneses não apenas continuariam apoiando o Afeganistão, mas chegariam à exasperação, dentro da mais estrita forma de fundamentalismo, conduzindo à condenação de qualquer expressão que pudesse ser contrária à visão do Alcorão, especialmente a biografia do profeta, dando início a uma forma diferente de reação... Esta, talvez, seja a primeira vez, dentro desta perspectiva, que encontramos esse tipo de mudança. E, se houvesse alguma dúvida, eu gostaria de discutir, mais tarde, o que é a descompressão deste fundamentalismo extremo. É muito mais sua voz do que, na emergência do início deste milênio, o próprio Afeganistão, em sua seqüência neste quadro.

O essencial – aí já de um ponto de vista distinto – é discutir as co-extensões e as continentalidades culturais. A surpresa que países como Índia, China e Indonésia hoje causam ao Brasil, em suas três reações de nações continentais – duas delas já além da marca de um bilhão de habitantes – e o modo diferente como enfrentaram a situação do Ocidente, proveniente do foco da globalização planetária... A Índia, com essa extraordinária demonstração de sua penetração política no Ocidente... A beleza da permanência, desde sua organização, com Gandhi e Nehru, como estado independente, e a conservação da norma democrática, perfeita, inquestionável e perene, em sua maturidade no âmbito desse processo histórico...

Nós poderíamos até mesmo comparar a penetração política da globalização na Índia e a penetração econômica da globalização na Indonésia. O importante, para nós, é ver como, nesse modelo político de perfeita democracia, a Índia, ao mesmo tempo, insistiu e concentrou-se em sua extraordinária identidade cultural, que gera uma grande interrogação para os antropólogos culturais. Em outras palavras, até que ponto esse mundo hindu resolverá integralmente a assimilação da modernidade, em termos de como ela envolve a tecnologia e o mito prometico de mudança de contexto e a condição de pensar se a Índia se modernizará ou não.

O que se pode ver é a interrogação, sempre e cada vez mais intensa – e nela a presença de todo o contexto da cultura hindu – e, como muitas teorias existentes pôr aí, sobre se o culto da reencarnação pode ser garantido e pode ser mantido dentro da perspectiva mutante de desenvolvimento. E, ainda, como esse problema, esse bloco continua na base da dificuldade de deslocar o fundamento do subcontinente, a efetiva cultura da mutação.

O que é fascinante sobre a Índia de hoje é seu encerrar-se em sua própria identidade. E aqui temos o sociólogo de diferentes artes... Vou dar-lhes apenas um exemplo. Se existe uma arte, hoje, que tem permanecido totalmente identificada com a base de uma cultura que vem encontrando sua ideografia voltada para dentro, é a produção cinematográfica indiana. A Índia possui a segunda maior indústria cinematográfica do mundo e o menor índice de exportação de filmes de todo o mundo. Isso, para mostrar-lhes até que ponto esse mundo interior se organizou, se definiu e se situou, a começar pela mais importante das identidades opostas ao Ocidente, definida do ponto de vista continental e definida por meio dessa reação única, em que o modelo de democracia está sintonizado com a permanência de uma pré-modernização, na qual representa sua identidade fundamental – uma fascinação para os antropólogos, que lá podemos encontrar e que ela nos sugere.

É exatamente o contrário do país para o qual todo o Terceiro Mundo está se voltando, a China e sua extraordinária experiência. A China, que, inclusive para voltar à sua cultura original, fez a revolução cultural, assume, em si mesma, do ponto de vista do tempo interior, uma dimensão propedêutica e procura estabelecer, hoje, câmaras de descompressão interna, a fim de evitar a pressão ou o excesso do que pode significar “dizer não”, “negociar” com o Ocidente, sem deixar-se envolver pela regra unitarista do processo de homogeneização nela necessariamente implícita. É suficiente, para nós, a experiência dos territórios meridionais da China, para saber o que está sendo feito ao redor de Cantão, para ver a sagacidade, a competência com que a China vem extraindo o melhor da globalização sem tornar-se passivamente contaminada e, nesse contexto, ter uma experiência de purificação, de purgação, de re-aplicação. É suficiente observar como, hoje, a Chi-

na é o lugar da versão ocidental capaz de possuir, ao mesmo tempo, um complexo de vitrinas de lojas e sua possível acumulação interna. O que os cientistas políticos descobririam, hoje, na fascinante experiência da China, é como, após a revolução cultural, nenhum outro país é capaz de estabelecer o contraponto, a alteridade entre o sistema político e a comunidade que forma sua base, permitindo essa interação e a estabilidade a partir da indução à adesão ao modelo em que se constitui a experiência que, nos últimos dez anos, tem fascinado sociólogos, quanto à força e à importância do enorme subcontinente.

A Indonésia vem realizando a mais importante experiência de privatização dentro da Ásia. A Indonésia trata de fazer, dentro da sua dinâmica, algo que é extremamente rico, em termos do que significa abranger as regras do Fundo Monetário Internacional, mas, ao mesmo tempo, conviver com a dificuldade de ainda ter de tratar de estabelecer uma nova identidade dentro deste quadro – e que não é uma identidade zelosa. Não temos como saber até que ponto as dificuldades, inclusive aquelas com o Timor, surgiram de uma tardia deterioração de uma visão muçulmana do maior país islâmico do mundo do ponto de vista numérico, enfrentando o que deveria permitir uma visão muito mais herodiana de modernização do que aquela que aparentemente surge neste desafio e nesta indagação de nossos tempos e de nossos pesquisadores, que lá estão especificamente para revisar, muito criticamente, o que ainda existe em termos de identidade latina no Timor, após o romantismo da primeira integração. E, ainda, saber até que ponto, em termos de elite, em termos de língua, em termos de história e em termos de *ethos*, nós precisaríamos adentrar esse complexo (e essa é uma tarefa essencialmente brasileira) com outra visão, que é meramente a visão dos estereótipos do que pode ser a descompressão indonesiana nessa parte de seu território, voltada para sua completa independência.

Em conseqüência, eu gostaria de destacar o outro lado da moeda: o grupo de nações asiáticas que não tem afirmado uma progressiva identidade, mas, ao contrário, vem aceitando inteiramente as regras do jogo da globalização, e o neocapitalismo. E nesse grupo incluem-se exatamente os “tigres da economia asiática”.

O que me fascina, porém, nesse cenário é a diferença de perspectiva. Antes de mais nada, temos a globalização limite, a globalização perfeita da Cidade-Estado, que hoje Cingapura definitivamente representa. Jamais esquecerei que, ao sair do aeroporto de Cingapura, o automóvel passa por cima de tapetes. Foi a única vez que vi uma garagem com tapetes, já que do automóvel não pode cair uma única gota de óleo, bem como a obsessão da limpeza. E a limpeza ocidental, em Cingapura, é apenas uma metáfora do que representa essa extraordinária mudança de padrões, dentro do que é um eidos grego, dentro do que é um acessório em relação ao mais eficiente gerenciamento econômico, vinculado ao impulso internacional, hoje ultrapassando Hong Kong, com a qual a globalização, transparente e no seu limite, encontra seu mais concreto exemplo em Cingapura. Existem esses tipos de variáveis.

Mas estávamos falando, ainda, aqui da Coreia do Sul. O que realmente me impressiona na Coreia do Sul é não apenas a aceitação da globalização. O que é fascinante na Coreia do Sul é a maneira pela qual encontramos, talvez, na Ásia, e com seus 46 milhões de habitantes, um complexo econômico que atende a todos os ideais da globalização. Não se trata da Cidade-Estado, mas, de fato, da Cidade-Nação – se é que posso dizer isso. Não sei, mas, quando paro em Seul, quando atravesso todo o seu sistema rodoviário, e encontro a megalópole e, em cima da megalópole, uma bem organizada Babilônia, perfeita, definida e em condições de nos prometer este outro elemento da metrópole limite, que é sua capacidade de acessar imediatamente o mundo virtual... A Coreia do Sul atinge, hoje, a perfeição, em termos de trabalho com o universo da economia ocidental, desmaterializada de seu próprio espaço, desmaterializada de seu próprio locus. Nenhum outro país, no mundo, tem 10% de sua população trabalhando com o sistema da Internet e que está, dentro dele, fixada em um sistema de sintonia que é temporal-espacial, em um tipo de integração que os mais utópicos da globalização teriam. Estamos indo, agora, a um seminário em Ottawa, exatamente para um debate sobre o nível e os índices da formação interna das metrópoles, no qual a Coreia do Sul representa, hoje, um extraordinário exemplo – no contexto da norma herodiana do que esta globalização necessariamente significa.

Gostaríamos de mostrar, ainda que, no caso da Tailândia, as mesmas manifestações em Rangun e, em especial, em Bancoc nos fazem pensar em Seul. Mas, com um problema que não existe no exemplo coreano e que é ainda o forte contraponto rural-urbano, que não está reduzido no plexus deste sistema definido.

Em todos esses exemplos, estamos enfrentando variáveis ordodoxas, mesmo após a crise dos sete, e que nos mostram uma diferente fonte de análise – e esta análise nos tem seduzido, particularmente, nos últimos dois anos: como a Malásia permaneceu sendo o único país a não aceitar as regras do jogo através da força de seu Primeiro Ministro, as quais representariam a solução clássica do Fundo Monetário Internacional para a crise na Coreia, para a crise na Tailândia... E tratou de, com base no sistema de diferenças monetárias, no sistema de pequenas moratórias, encontrar uma sobrevivência que parecia ser horrivelmente heterodoxa e que a transforma, hoje, na grande variável para o debate da globalização herodiana no Sudeste Asiático.

Não preciso falar das nações que não se integram à globalização. Não tenho que insistir mais. Do ponto de vista de algumas delas – e aí está o extraordinário exemplo de Bangladesh – elas trataram de estabelecer, a partir de criativa e importante experiência do Fundo Monetário Internacional... É o maior momento de Michel Camdessus, de entender como aquele conjunto de povos, completamente desligados e carentes de suas raízes, tornou-se, pela transformação na família – e da mulher dentro da família –, um órgão do empresariado e da auto-organização das comunidades, arruinadas pelo volume, por seus cataclismos, por suas dificuldades internas, mas contando com a força cívica do povo. Quem não conhece a experiência do microcrédito, desenvolvido em Dacca?

Um paraíso para a antropologia cultural do milênio é a análise da Coreia do Norte, para se ver como o culto à personalidade tornou-se, ao longo de duas gerações, uma noção da caracterização simbólica, realmente compartilhada, e nele o contrário de uma noção esquecida...

Uma nação que, de forma dramática, leva em conta sua perspectiva e pode até mesmo indagar do Ocidente, em certos momentos:

cumprimos nosso dever? Deixamos de processar o plutônio? Colocamos um ponto final na ameaça de um conflito nuclear, mas nos prometeram três usinas nucleares para atender às nossas necessidades de consumo de energia.

Tais promessas foram feitas pelo governo Clinton. Até hoje, a segunda parte desse movimento contra a Guerra Fria, que subsistiu e permaneceu nessa esquina asiática, esta cobertura, esta preocupação ainda está para ser retomada pelo Primeiro Ministro da Suécia, que deixou Pyongyang três semanas atrás e que vem suplicando ao Ocidente, a Washington, que realmente cumpra com a outra parte da colaboração que já está lá e que pode permitir esta inserção final da Coreia do Norte no cenário das experiências nacionais.

Eu poderia ver, ali, a importância das Universidades, o aparelho burocrático e de que forma foi sentida a declaração do Presidente, quando ele disse que o Brasil estava abrindo suas relações com Pyongyang. A América Latina observa o exemplo brasileiro; o Peru já fez isto antes; a Venezuela o fez... Contudo, o que é importante enfatizar é como, no quadro da base asiática, a presença e o gesto criativo do Brasil, e desta Casa, apenas anunciando a retomada das relações, em um momento em que nova suspeição ocidental poderia surgir, com as dificuldades dos meses de dezembro e janeiro, na mudança do milênio, nós, sem dúvida, fixamos uma perspectiva, um ponto, um encontro fundamental. Logicamente, penso que neste fato existe uma liderança brasileira na Ásia que, certamente, qualquer que seja o trabalho loco, encontrará gratidão por parte da intelligentsia norte-coreana pelo contrutivo gesto de nossa diplomacia.

Não vou falar sobre o Japão. Não mencionarei o que o Primeiro Ministro está tentando fazer com a equação dos dez anos de semidepressão em que se encontra sua economia, ou fato de que se trata da única grande economia, no planeta, rigorosamente global, com uma dívida de 1.3 em relação ao seu PNB; ou de como um país pode sobreviver em tal situação; de como esse país pode recuperar os 50 trilhões de yens perdidos em péssimas operações de crédito, ante uma economia – e o Partido Democrático Liberal – que continuou, dentro desse quadro de estagnação, a criar a experiência, agora, de juros zero,

do que pode ressurgir de um sistema industrial que permitirá a essa nação, além de sua extraordinária identidade, nos possibilitar sermos o parceiro dessa transformação.

Tive a alegria de receber o Primeiro Ministro Lionel Jospin na Cândido Mendes – foi a única conferência por ele proferida, em uma Universidade, no Brasil. E, ali, em vários debates, falou-se desta tripla condições de pólos da globalização. A União Européia tem que reconhecer isto. Do ponto de vista da grande investida em que a globalização se concentra, se desenvolve e mantém seu controle do mercado, isto é muito mais compartilhado com o Japão, hoje, do que com a própria União Européia. Não se trata apenas de saber como a invasão de eletrodomésticos e automóveis, mas, especialmente, como a infinita e permanente re-invenção da aplicação da fibra ótica deixa o Japão, ainda assim, longe dos extraordinários Estados Unidos. E, no caso, temos que perguntar, como se pode observar na Bolsa de Valores de Tóquio, até que ponto a dimensão virtual é a dimensão do real, em que um país pode firmar seu acordo na decisão sobre se a obsolescência tecnológica manterá, no mercado, obras que resultam no quadro de suas soluções de alta tecnologia, e ainda assim fazendo negociação, barganha, intercâmbio, um intercâmbio que talvez seja maior do que o da União Européia.

É neste panorama que encontramos, uma vez mais, a verdadeira definição das decisões, a caracterização e a condição de verificar de que maneira, com tantas variáveis, desde o ponto de vista do auge tecnológico não americano até o modo como a abordagem oriental de seus contextos e identidades culturais se apresenta, se pode ter uma compreensão da importância desde Ásia para a última grande nação continental subdesenvolvida fora do contexto asiático.

Quão triste é a situação da Nigéria, hoje – nossa companheira fora do conjunto asiático – um país continental, dono de seu próprio discurso, dona de seu destino e capaz de viver a experiência da modernização dentro da globalização. É a partir daí que consideramos a Ásia desejando merecer o mais rigoroso exemplo, o mais sedutor exemplo, o mais envolvente exemplo do que a aplicação deste conhecimento, com a memória e a tradição das culturas, algo que nossa exigência

essencial – o diferencial à personalidade e ao futuro efetivamente compartilhado... Não creio que haja observatório, como o Itamaraty, que, em um país latino-americano, tem a força de todo esse continente asiático.

Minhas sinceras congratulações ao Itamaraty pela iniciativa de propiciar esta aliança com o Campus, neste Taj Mahal brasileiro, no qual já começamos a conversação do futuro.

PERSPECTIVAS MULTIDIMENSIONAIS ENTRE A AMÉRICA LATINA E A ÁSIA

*Henrique Altemani de Oliveira**

1. Introdução

A presente análise parte do pressuposto de que a crise asiática suscitou na região uma série de questionamentos sobre os benefícios da globalização e da interdependência econômica e mais especificamente sobre o papel dos Estados Unidos e do Fundo Monetário Internacional na sua gestação e agravamento.

Mas, muito mais do que no plano global, a crise apresenta importantes implicações estratégicas regionais, principalmente ao ampliar o clima de incerteza e ao desafiar as idéias de que a coesão regional ou de que a interdependência econômica seriam fatores de prevenção de conflitos internacionais na Ásia. Demonstrou igualmente a incapacidade das instituições multilaterais regionais - APEC (*Asia-Pacific Economic Co-operation Forum*), ARF (*ASEAN Regional Forum*) e ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*) - em desempenhar um papel mais atuante no redirecionamento da crise e que a estabilidade regional, econômica e estratégica depende ainda altamente de iniciativas e políticas dos principais atores regionais.

No entanto, de outro lado, a crise propicia o surgimento de uma perspectiva de desenvolvimento de um regionalismo essencialmente asiático, podendo ser canalizado para estruturas institucionalizadas com o objetivo de encarar questões transnacionais comuns. Ou mesmo, como uma resposta necessária à tendência de aprofundamento dos regionalismos europeu e americano.

Como contraponto a essa recente tendência asiática, retoma-se a perspectiva hemisférica americana de formatação de agrupamentos

* Professor do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.

sub-regionais (Mercosul ou Comunidade Andina, bem como a possibilidade de uma Área de Livre Comércio Sul-Americano) ou de um agrupamento regional, como a Área de Livre Comércio Americana (ALCA).

Assim, dentro dessa linha de raciocínio, considera-se que um dos incentivos para o atual processo de aproximação entre a América Latina e a Ásia é a percepção asiática de que a ALCA é um projeto que tende a se efetivar no prazo estabelecido e que, conseqüentemente, pode afetar ou diminuir as possibilidades de inserção da Ásia no espaço latino-americano.

Considera-se também que esses processos de aproximação entre agrupamentos regionais (da Ásia e da América Latina) são igualmente um incentivo ao desenvolvimento de um regionalismo asiático, com identidade asiática, e não embutido dentro da APEC ou da Comunidade do Pacífico, como proposto pelos Estados Unidos.

2. Da crise ao regionalismo

De um lado, como ficou evidenciado na situação da Indonésia, em 1998, o colapso econômico pode comprometer a estabilidade social e política da região pelo crescimento de demandas de um novo pacto político-social, não restritas somente a espaços localizados, mas ao conjunto regional. O tumulto verificado na Indonésia gerou preocupações não só com a possibilidade de transferência de contingentes populacionais à Austrália, Malásia e Cingapura, mas também com o surgimento de reivindicações por reformas políticas e sociais, principalmente na Malásia, e mesmo em Cingapura.

Nesse sentido, o clima de desconfiança e descrédito possibilita alterações na balança de poder ao demonstrar as limitações dos principais poderes. Os Estados Unidos, ao ser considerado como um dos responsáveis pela crise e por influenciar o FMI na promoção de reformas econômicas, aparentam estar desempenhando um papel exclusivamente voltado para a defesa de seus interesses.

Independentemente do papel de promotor do desenvolvimento econômico que o Japão desempenhou nas décadas anteriores, o tímido e vacilante empenho japonês, aliado à incapacidade de resolver suas próprias dificuldades, deve minimizar suas potencialidades de desempenhar um papel proeminente regional. Mesmo as instituições regionais como a APEC e a ARF mostraram-se incapazes de trabalhar em conjunto na crise. Nesse sentido, a China beneficiou-se da fragilidade dos principais atores e ao não se engajar numa desvalorização competitiva procurou transmitir a imagem de um poder cooperativo e pacífico.

Funabashi¹ considera que, além de sua tradicional fraqueza diplomática, o Japão sentiu o golpe da erosão de três fortes premissas sobre as quais se assentavam suas perspectivas em relação à ordem internacional. Em primeiro, o questionamento de seu relacionamento “privilegiado” com os Estados Unidos; em segundo, as crescentes dúvidas sobre a continuidade de sua liderança regional no plano econômico e, em terceiro, a desintegração da ordem trilateral, Europa-Japão-Estados Unidos, substituída pelo grupo das nações mais desenvolvidas, o G7.

No que se refere especificamente à esfera econômica, Funabashi aponta que o Japão estava acomodado com a metáfora dos *flying geese*, que ressaltava sua liderança no processo de desenvolvimento econômico asiático, ao mesmo tempo em que o colocava como o principal interlocutor asiático com o resto do mundo. “But Japan’s view of Asia, and its own role in it, is being challenged by new economic realities: the rise of China and its challenge to Japan; the rapid pace of information and communications technology development in other Asian countries such as India, Singapore and the Republic of Korea (ROK); Japan’s demotion from being a model of Asian development to an example of confusion and paralysis; and globalisation’s impact on the Japanese traditional approach to foreign aid, as the focus on foreign investment shifts from government-led to private foreign direct investment. Other Asian countries are becoming major economic players in the region and Japan is no longer unique”.²

¹ FUNABASHI, Yoichi. “Japan’s Moment of Truth”. *Survival*, 42 (4): 73-84, Winter 2000-01.

² FUNABASHI, Yoichi. Op. cit. p. 77.

A partir da viagem do Presidente Clinton à China (1998), ressaltou-se o reconhecimento explícito de que a China é uma potência regional e que seu papel é fundamental para manutenção da estabilidade econômica e estratégica da Ásia. Em segundo, num quadro indefinido, com o Japão em crise, o Sudeste Asiático em tumulto, o Sul da Ásia em efervescência nuclear, os Estados Unidos procuram reordenar suas relações no contexto asiático, dando prioridade ao relacionamento estratégico com a China, de forma a manter sua liderança regional. A convergência de interesses era sentida tanto na crise financeira, com a China não desvalorizando o *renmimbi*, quanto nas questões nucleares envolvendo Índia e Paquistão e mesmo no que se refere às tensões na Península Coreana.

Na realidade, crises e questionamentos terminam por pressionar pelo surgimento de novos mecanismos regionais ou que algum Estado assuma um papel de maior liderança regional. Nesse sentido, Chin Kin Wah³ pondera sobre a necessidade de redefinição do papel japonês, bem como sobre a necessidade de revisão de seu relacionamento com a China:

- 1. Despite the appeal of the "Return to Asia" rhetoric, that is not a substitute for the U.S.-Japan relationship. Furthermore, Japan will need to strike a balance between being part of the developed world and being a leader in Asia.*
- 2. China will be a critical point of reference to Japan in an evolving triangular relationship which will form an important base to the structure of stability in the Asia-Pacific. In seeking to maintain a balanced triangular relationship, rather than one with China as an object of a remodelled U.S.-Japan containment policy, Japan will need to engage China constructively in the process of confidence-building in the security realm.*
- 3. Even as China emerges as an economic force in its own right, comparisons will be drawn with Japan. Within the Asia-Pacific region, it will be increasingly asked, which of these emerging powers will play*

³ WAH, Chin Kin. "Japan as a Greater Power". IN: CHEE, Chan Heng. *The New Asia-Pacific Order*. Singapore, Institute of Southeast Asian Studies, 1997: 108-130.

the really critical role in the development of the region, especially in peace time. Japan may well have the balance of economic advantage as the prime investor and source of funding for the region as Japan continues to regionalize its manufacturing processes. China, on the other hand, would continue to provide expanding market and investment opportunities for the regional economies.

- 4. Japan will continue to have to make invidious choices between being mindful of American sensitivities and being supportive of regional initiatives (such as the EAEC) in the process of playing a leadership role in Asia.*

Nesse sentido, com suas implicações na reivindicação de um posicionamento mais claro e cooperativo em termos da recuperação regional e manutenção da competitividade internacional, a crise forçou a definição de novos papéis e o arranjo de novas alianças. Assim, no caso do Japão, pode-se perceber a pressão para uma maior atuação regional para encaminhamento de soluções para a crise. E a China ao não se engajar numa desvalorização competitiva procurou transmitir a imagem de um poder cooperativo e pacífico.

3. Novas perspectivas de integração na Ásia

A reunião informal da ASEAN, em novembro de 1999, ressuscitou a idéia defendida em 1990 pelo Primeiro Ministro da Malásia, Mahathir Mohamad, de institucionalização de um bloco regional, com características essencialmente asiáticas. Tanto a proposta inicial do *East Asia Economic Group* (EAEG) quanto a proposta mais suavizada do *East Asia Economic Caucus* (EAEC), dentro do fórum da APEC, foram fortemente rechaçadas pelos Estados Unidos por terem sido deixados do lado de fora. E, em decorrência da oposição de Washington, o Japão não apoiou a iniciativa e muito menos aceitou a perspectiva de instrumentalizar uma liderança dentro deste bloco asiático.

No entanto, agora, a reunião da ASEAN demonstra que esta ainda constitui uma força regional e que a adesão dos três líderes do Nordeste Asiático – Japão, China e Coréia do Sul – , constituindo o processo ASEAN + 3, reflete a tendência para uma crescente coope-

ração, especialmente em economia. A ênfase no reforço da cooperação econômica indica igualmente o cuidado em evitar eventuais discussões sobre questões políticas e de segurança.

“Of course, the vision of an East Asian common market or an East Asian common currency isn’t likely to be realized in the foreseeable future. Historical enmities run deep in the region and aren’t about to disappear overnight. But the very fact that these have been held up as goals shows a trend toward the growing integration of the region, which worries about the emergence of blocs in other parts of the globe, such as Nafta and the European Union”.⁴

Apesar dessas dificuldades, não se duvida que o processo pode contribuir para ampliação da mútua compreensão e confiança e mais durável estabilidade e paz no Leste Asiático. Mas, além disto, há o interesse dos três atores do Nordeste Asiático em atuar em conjunto com o Sudeste Asiático, mesmo que em função de uma disputa para ampliação do poder individual.

No plano da cooperação econômica, a presença do Japão mostra-se fundamental para transferir credibilidade a qualquer desenvolvimento do bloco, enquanto que é um instrumento que possibilita uma atuação japonesa sem cobranças de seu passado.

Retoma-se ainda a idéia de que a proposta de um mercado comum sem a presença dos Estados Unidos tem significativa importância enquanto se busca a definição de uma identidade regional, na qual não só se aceita mas também se requisita a presença japonesa.

Sob outra perspectiva, enquanto ASEAN + 3 pode desempenhar um papel fundamental na aproximação dos atores regionais, pode igualmente também ser visualizado como um entrave à liberalização do comércio internacional, num processo no qual a Ásia, com sua extrema dependência dos mercados externos, se apresenta relativamente mais fragilizada.

⁴ CHING, Frank. “An Emerging East Asia”. *Far Eastern Economic Review*, 162 (50): 36, December 16, 1999.

“Further institutionalization of an East Asian economic grouping in the coming decade faces formidable obstacles, however. A continuing deterrent against an East Asian discriminatory trading grouping is the dependence of regional economies on markets outside Asia. Although the share of intra-regional trade grew rapidly in the decade before the onset of the financial crisis, Asian economies still depend on other markets for more than half of their exports sales. The fear that the institutionalization of a discriminatory East Asian grouping might trigger a global trade war in which Asian economies would ultimately be the major victims still worries in many Asian capitals”.⁵

Em conjunto com a tentativa de estabelecimento de um processo de cooperação econômica regional, de características exclusivamente asiáticas, retoma-se a expectativa de criação de um Fundo Monetário Asiático (FMA).

A proposta inicial do FMA vinculava-se à iniciativa japonesa que já estava sendo implementada de auxílio às economias abaladas pela crise. “Na realidade, Tóquio ofereceu um total de 19 bilhões de dólares como contribuição para a ‘segunda linha’ dos créditos que o FMI estava levantando em favor da Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul. Ainda mais importante, numa reunião do G7, em Hong Kong (setembro de 1997), Tóquio propôs a criação de um Fundo Monetário Asiático (FMA), a ser formado com contribuições do Japão e outros países asiáticos até um montante de 100 bilhões de dólares, e destinado a atender a emergências de balanços de pagamentos da região. A proposta japonesa entusiasmou os asiáticos mas foi torpedeada pelos EUA, sob a argumentação de que o FMA livraria os países asiáticos da pressão do FMI no sentido de que eles implementassem as reformas estruturais julgadas imperativas em Washington”.⁶

Note-se que, em conjunto com a forte reação negativa de Washington, a China também não endossou a proposta considerando que

⁵ RAVENHILL, John. “APEC adrift: implications for economic regionalism in Asia and the Pacific”. *The Pacific Review*, 13 (2): 331, 2000.

⁶ OLIVEIRA, Amaury Porto de. “As Dissonâncias Sino-Japonesas”. IN: Oliveira, Amaury Porto, CANUTO, Otaviano & OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática*. São Paulo, IEA/USP, Série Assuntos Internacionais, 57: 6, Julho 2000.

tenderia a ampliar excessiva e unilateralmente a liderança japonesa.

A fundamentação da perspectiva do FMA decorre das ponderações de que um fundo regional apresenta a vantagem de melhor conhecimento da região e principalmente maior rapidez e flexibilidade em ações de saneamento.

No entanto, por trás da proposta se encontra uma forte disputa pelo controle econômico e financeiro regional. Washington considera que a crise foi um resultado inevitável da incapacidade da Ásia em adotar as normas e padrões do capitalismo global. Assim, a crise seria decorrente de deficiências internas, como a corrupção, clientelismo, falta de transparência e até mesmo a ausência de democracia.

De qualquer forma, a retomada da proposta do FMA, já com o apoio chinês, tem o mérito de propiciar um cenário mais favorável ao processo de integração regional. “The recent formalization of the currency swap agreements – known as the Chiang Mai initiative – by finance ministers from ASEAN countries, Japan, South Korea and China is significant on a number of fronts. There has been scepticism in the markets about these proposals on the grounds that they are small-scale and politically inspired. It is true that there is still much hard work ahead. But the announcements mean that the chances of another capital-account crisis spreading through the region now look increasingly remote, in spite of looming global economic uncertainty. The agreements – signed during the Asian Development Bank’s annual meeting in Hawaii earlier this month – also signal the emergence in East Asia as a more coherent policy-making entity, which is laying the foundations of a deeper regional integration”.⁷

Nesse sentido, o Relatório Brookings 2000-01 aponta a emergência de uma forte tendência para o multilateralismo na Ásia, considerando que, de um lado, propicia a reinserção dos principais atores regionais, enquanto que, de outro, pode marginalizar o papel norte-americano nos campos econômicos e diplomáticos.

⁷ SAKER, Neil. “The Foundations of Stability”. *Far Eastern Economic Review*, 164 (20): 55, May 24, 2001.

“Despite these persistent realities, the United States should not dismiss the prospects for and the benefits of multilateralism in the region. The broader utility of these organizations, both formal and *ad hoc*, may be to bring together the region’s major players – particularly China and the United States – in a way that can regularize contact and avoid estrangement, suspicion and conflict. Moreover, the urge to find multilateral solutions resonates more strongly in the region than ever before. There are both benefits and dangers for the United States in this regard. In the next few years, the challenge for the United States will be to maintain its role as security guarantor for the region in changing times, while avoiding being marginalized on the economic and diplomatic fronts”.⁸

4. Processos de cooperação inter-regionais

O projeto ASEM (*Asia-Europe Meeting*), sem dúvida, foi uma iniciativa do Primeiro Ministro de Cingapura, Goh Chok Tong, durante uma visita a Paris, em 1994, quando a França ocupava a Presidência da União Europeia (UE), tendo como objetivo estreitar os laços políticos, econômicos e culturais entre os dois continentes.

Para a UE, a institucionalização da ASEM, estrategicamente, tem o papel de ser um instrumento de aproximação política com a Ásia, com o objetivo precípuo de evitar que os Estados Unidos possam se manter isolado na região. Em outros termos, a UE espera, com o ASEM, ser um ator político regional, além de econômico, de forma a poder relativizar a importância que os Estados Unidos detêm na região.

“Broader EU interest in the whole project was fueled by the need to address the potential impact of the rapid economic growth in the Asian region since the 1980s, and also by a perceived need to balance Asia Pacific Economic Cooperation (APEC) participant country interests there. For the EU Commission, there were clearly gains to be made in further enhancing its representation in international groupings by promoting an independent EU identity in a geographical

⁸ BROOKINGS *Northeast Asia Survey 2000-01*. Pp.: 7-8.

region that remained and remains, largely unexplored by the EU member states; in this way, ASEM offered one way for European participants not to ‘miss the Asian boat’ ”.⁹

O ASEM tem como participantes asiáticos os membros da ASEAN, mais Japão, China e Coreia do Sul. Para o Japão, ainda que as diferentes questões a serem discutidas já estivessem embutidas no seu relacionamento bilateral com a UE, a importância do ASEM está no fato de representar um diálogo inter-regional sem a presença dos Estados Unidos. Nesse sentido, note-se que Japão reagiu lentamente à proposta até ter ciência de que os Estados Unidos não se opunham ao encontro.

“In addition to obvious economic benefits, the development of further relations with Europe at a region-to-region level was regarded by some in Japan as offering a counterbalance to the increasingly ambivalent role played by the U.S. in the region. This particular line of reasoning is substantiated by contemporary accounts of tripolar economic structures based upon Japan (Asia), the EU (Europe), and the U.S. (North American Free Trade Agreement area). It accommodates Japan’s own pledges to play a greater international role within a multi-lateral framework. In this way, the formation of ASEM could be seen to provide the missing link in the post-cold war triangle, a perspective that added to the interregional legitimacy of Asia-Europe relations”¹⁰

Mas, mais do que isto, começou-se a ter ciência de que o ASEM poderia ser um instrumento de reaproximação com a Ásia e de uma forma em que não estivessem presentes os constrangimentos históricos, possibilitando um contato mais íntimo entre os diferentes Estados em torno de um objetivo comum. Nesse sentido, o processo em si colabora para construção e reforço de uma “identidade asiática”, ou, em outros termos, de um posicionamento asiático frente aos outros agrupamentos políticos e econômicos.

“The originality of the ASEM process lies in its fundamental locating of one region against another (unlike APEC, ARF, and the ASEAN Post-Ministerial Conference). It thus posits two coherent and

⁹ GILSON, Julie. “Japan’s role in the Asia-Europe Meeting”. *Asian Survey*, 39 (5): 737, September/October 1999.

¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 740.

externally discernible bodies whose composition remains largely unquestioned within ASEM. This new institution provides a regular and coordinated *interregional* mechanism through which to bring this 'Asia' and this 'Europe' together. Paradoxically, this interregional dialogue may serve most effectively to enhance *intraregional* cooperation, because it is able most clearly to articulate explicitly the presence of an Asia vis-à-vis a distinctly visible Europe. As a result, this mechanism could even lead to the creation of a regional Asian identity..."¹¹

Este crescente regionalismo pode ser canalizado para estruturas institucionalizadas com o objetivo de encarar questões transnacionais comuns, ou mesmo, visualizado como uma resposta necessária à tendência de aprofundamento dos regionalismos europeu e americano.

Da mesma forma que o ASEM, o recente processo de aproximação entre Ásia e América Latina vai ter como ponto inicial uma proposta de Cingapura e vai englobar os países membros da ASEAN mais o Japão, China e Coreia do Sul. Como proposta básica, trata-se de uma iniciativa com vistas a institucionalizar uma aproximação política de alto nível e implementar programas e planos que ampliem os laços econômicos, políticos e culturais entre as duas regiões.

Seus objetivos oficiais podem ser assim definidos: "The first objective would be to generate favorable conditions for increasing and deepening biregional relations in economic and social cooperation (e.g., trade in goods and services, investment promotion, technology transfer), and the exchange of views on development and trade strategies, education, human capital formation, employment creation and social development. The second objective would be to define, jointly and gradually, a permanent work program that would include concrete, viable projects and actions as well as establish formal mechanisms for dialogue and consultation between the two regions".¹²

Assim, na Primeira Reunião de Chanceleres, em março de 2001, definiu-se que o Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 749.

¹² KUWAYAMA, Mikio, MATTOS, José Carlos & CONTADOR, Jaime. *Trade and Investment Promotion between Asia-Pacific and Latin America: present position and future prospects*. Santiago de Chile, CEPAL, Série Comércio Internacional, n. 9, Septiembre de 2000. P. 58.

“se insere no contexto da globalização e do adensamento das relações entre as diferentes regiões do mundo e tem por objetivo preencher lacuna no relacionamento entre as duas regiões. O propósito principal deste mecanismo de cooperação e diálogo multidisciplinar inter-regional é o de fomentar o diálogo político, entendimento e cooperação”.¹³

Para o que nos interessa, o FOCALAL (Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste)¹⁴, muito mais do que o ASEM, apresenta um forte conteúdo simbólico ao procurar ampliar e aprofundar relações com a região da América Latina, sem a presença dos Estados Unidos. Demonstra não só um crescente interesse asiático pelo espaço latino-americano, mas também a disposição de diferentes Estados, como o Japão, China e Coreia do Sul em participar desse processo.

No mesmo raciocínio anterior, considera-se que um dos incentivos para a iniciativa FOCALAL é a percepção asiática de que a ALCA é um projeto que tende a se efetivar no prazo estabelecido e que, conseqüentemente, pode afetar ou diminuir as possibilidades de inserção da Ásia no espaço latino-americano. E, assim também, é um incentivo ao desenvolvimento de um regionalismo asiático, com identidade asiática e não embutido dentro da APEC ou da Comunidade do Pacífico, como proposto pelos Estados Unidos.

Tanto o ASEM quanto o FOCALAL têm como base a ASEAN, com capacidade de desempenhar o papel de âncora nos diferentes processos, enquanto se apresenta como o fórum regional de maior credibilidade. Entretanto, tanto para a Europa quanto para a América Latina, só a ASEAN, sem Japão, Coreia do Sul e China, não despertaria o interesse que se tem para o ASEAN + 3.

Do ponto de vista da ASEAN, não se está procurando diretamente privilegiar nenhum dos três Estados, mas credita-se ao Japão uma importância relativamente maior, enquanto considerado como a

¹³ FUJITA, Edmundo. “Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste. Primeira Reunião de Chanceleres (Santiago - Março de 2001). *Carta Internacional*, IX (98): 3, Abril 2001.

¹⁴ O Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) teve sua reunião inaugural em setembro de 1999, em Cingapura (Reunião de Altos Funcionários). Em agosto de 2000, teve a segunda reunião de Altos Funcionários em Santiago do Chile, seguida em outubro de 2000 pelo primeiro encontro acadêmico. Em março de 2001 realizou-se a primeira reunião de Ministros de Relações Exteriores.

economia mais forte da região. Ou, em função de sua maior capacidade econômica, tende a forçar o Japão a adotar uma política de relativa liderança em processos integrativos regionais e inter-regionais.

5. Perspectivas de integração nas Américas

Até há pouco tempo, julgava-se que, diante da proposta norte-americana de integração hemisférica (ALCA), a idéia de instituição de uma Área de Livre Comércio na América do Sul (ALCSA) tivesse sido abandonada, estando o Brasil isolado na defesa dessa proposta.

No entanto, exatamente em decorrência da não prioridade definida pelos Estados Unidos, a perspectiva inicial brasileira de consolidação de blocos em construção parece estar sendo implementada, como ilustra a associação do Chile e da Bolívia ao Mercosul, bem como a possibilidade de estabelecimento de uma parceria efetiva com a Comunidade Andina, ampliando a capacidade de negociação dos países latino-americanos frente aos Estados Unidos. A Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul, realizada em Brasília, em 1º de setembro de 2000, retrata bem a disposição política regional para o prosseguimento dessa iniciativa. De outro, o Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul decorrente da Reunião demonstra igualmente a cautela em não avançar o processo enquanto não tiver sido superada a maior parte dos entraves regionais e mesmo hemisféricos.

Curiosamente, transparece a imagem de que os Estados Unidos ainda não conseguiram definir uma nova política externa para a América Latina. Ao mesmo tempo em que o Executivo procura impor a idéia da área de livre comércio hemisférica, ele se encontra totalmente tolhido pela negativa do Legislativo em autorizar as negociações. Nesse sentido, de um lado, qualquer tipo de negociação carece de legitimidade e, de outro, aparentemente demonstra a dificuldade em se estabelecer um novo parâmetro nas relações com a América Latina, facilitando a hipótese de permanência da região dentro de uma área de influência.

A posição latino-americana não necessariamente representa o estabelecimento de uma estratégia de confrontação com os Estados Unidos, mas sim a disposição de uma peça no jogo de defesa dos res-

pectivos interesses nacionais e/ou regionais. Isto é, a constituição da Alca deve ser um empreendimento cooperativo, com reconhecimento dos interesses de cada país ou de cada bloco.

De outro lado, os Estados Unidos continuarão mantendo sua hegemonia, ainda que relativizada, sobre o continente americano, com institucionalização ou não da ALCA, principalmente pelo fato da manutenção da assimetria em relação à região e da aceitação passiva de seu papel regional pelos demais competidores.

Antes de se pensar nas possibilidades latino-americanas dentro de um contexto internacional tripolar, mas com forte presença dos Estados Unidos, pondera-se que a partir das reacomodações internacionais, a partir do fim da Guerra Fria, a região apresenta, no plano genérico, um posicionamento exterior que tem sido aparentemente muito mais reativo do que propriamente ativo.

De outro lado, pode-se igualmente ponderar que a região tem pouco a oferecer, ficando praticamente restrita ao processo de privatizações, à estabilização e à disposição de manter a economia aberta aos investimentos estrangeiros.

Nesse sentido, em termos de opções estratégicas, tanto em termos regionais quanto internacionais, a América Latina possivelmente continuará tentando instrumentalizar os ganhos políticos auferidos com o relativo sucesso do Mercosul, procurando estabelecer alianças extra-hemisféricas, trabalhando-se com a perspectiva de que a América Latina possa se constituir num parceiro importante para os projetos europeus e asiáticos de se ter um papel mais preponderante no sistema internacional.

Assim, uma possível opção estratégica compreende o envolvimento com esquemas de integração sub-regional. Embora se possa afirmar que essa tendência corresponde a um anseio tradicional nas demandas latino-americanas, a instituição, a partir de 1991, do Mercosul vai introduzir mudanças profundas no padrão de relacionamento internacional no âmbito sub-regional.

Apesar de inovador, o Mercosul, em parte, pode ser realmente rotulado como uma opção estratégica por ter sua origem determinada

pelas alterações no sistema econômico internacional e pela contínua e crescente importância dos Estados Unidos, bem como pelas dificuldades econômicas domésticas dos diferentes países membros. Nesse contexto, pode ser ainda considerado como uma resposta à institucionalização do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*).

Mas mais importante do que sua origem é sua orientação estratégica. Não é simplesmente um mecanismo gerador de expansão comercial. Ao contrário, objetiva o aprofundamento de um processo cooperativo, como um meio de promoção de modernização tecnológica e reestruturação industrial. Enfim, estabelece mecanismos de investimento, solução de conflitos, questões trabalhistas, coordenação energética e macroeconômica.

Em termos de relações internacionais, o Mercosul propiciou o desenvolvimento de um clima de confiança com a redução histórica de sensação de conflito latente entre os seus principais parceiros. Nesse sentido, a permanência de um entendimento político e de segurança é fundamental para sua continuidade.

Evidentemente que o Mercosul não é um projeto concluído, ao contrário, é um processo que, inicialmente reativo, vai sendo construído em resposta às demandas da sociedade e da conjuntura regional e internacional. Por isso mesmo, apresenta ainda uma série extensa de desafios ou dilemas que decorrem principalmente de expectativas diferenciadas entre o Brasil e a Argentina.

Este diferencial de perspectivas entre Argentina e Brasil apresenta-se altamente realçado desde a emergência da crise financeira brasileira, no início de 1999, quando ao promover uma desvalorização de sua moeda propiciou uma inversão nas vantagens comparativas comerciais. Entretanto, apesar da ampliação de contenciosos e divergências comerciais entre os dois principais parceiros do Mercosul, detecta-se um esforço de manutenção de sua dimensão política.

Uma outra opção estratégica, de alianças extra-hemisféricas, aparenta ser uma constante na retórica da política externa brasileira, a partir do projeto de definição de um espaço mais autônomo caracterizado por uma diversificação das parcerias.

Mas também contínua é a percepção de indefinição de medidas concretas para se atingir esse objetivo. No caso da Ásia, por exemplo, a percepção generalizada, na maior parte das análises sobre o relacionamento América Latina-Ásia, é de dificuldades de priorização dessas relações, tendo em vista outros compromissos no contexto regional ou mesmo no ocidental. Tem-se a impressão de que há um verdadeiro e grande interesse na ampliação dos laços políticos e/ou parcerias comerciais com a Ásia, mas ainda não se delinearam as formas de se atingir esse objetivo. Em outros termos, o relacionamento é muito mais reativo a fatores conjunturais ou a iniciativas asiáticas do que propriamente derivado de um ativismo.

Kotaro Horizaka caracteriza as relações com o Japão da seguinte forma: “foram altamente unilaterais. O Japão desempenhou um papel ativo no comércio, investimento e no setor bancário privado, enquanto que os países da América Latina comportaram-se passivamente em relação ao Japão. Como consequência dessa assimetria, as relações tenderam a se estagnar quando o Japão perdeu seu interesse na área”.¹⁵

Com a União Européia, independentemente de alguns momentos ou eventos mais atípicos, a regra geral é similar à observada na Ásia.

No período imediato ao fim da Guerra Fria, as previsões caracterizaram-se como altamente negativas, pressupondo que a Europa Ocidental tenderia a se voltar mais para a Europa do Leste, e o Japão para o Sudeste Asiático.

Entretanto, nos últimos anos, nota-se um reaquecimento do relacionamento com a Europa, principalmente por parte da Espanha e Portugal e igualmente da União Européia com o Mercosul. Em relação à Ásia, persiste a relação inercial com o Japão, enquanto que a China e o Sudeste Asiático apresentam relativa melhoria.

Na realidade, colocada sob outro ponto de vista, a questão é a de quanto importante é a América Latina para a Europa e para a Ásia. Aparentemente, até recentemente, a resposta seria negativa e conse-

¹⁵ HORIZAKA, Kotaro. “Political options for Japan: confronting U.S. regional strategy” IN: NISHIJIMA, Shoji & SMITH, Peter H. *Cooperation or Rivalry? Regional integration in the Americas and the Pacific Rim*. Westview Press, Boulder, Colorado, 1996. pp.: 194-195.

qüentemente poder-se-ia estar gastando muita energia para estreitamento de relações com regiões que também consideram a América Latina de forma secundária.

6. Conclusão

A crise asiática pode ser considerada o momento de inflexão das políticas regionais asiáticas, a partir do momento em que passou a exigir uma maior atuação regional para encaminhamento de soluções para a crise em si. Na realidade, a crise desnudou as fragilidades regionais, demonstrando, de um lado, que a interdependência econômica por si só não tem capacidade de manter a região isolada de instabilidades e, de outro, que o processo de disputa por poder econômico entre Estados Unidos, União Européia e Japão não compreende só o Japão, mas acaba englobando toda a região, exatamente em função da forte interdependência regional.

Nesse sentido, retomam-se as expectativas de desenvolvimento de um processo de integração regional, com características essencialmente asiáticas, sem a participação de atores externos. O ressurgimento da proposta anterior de Mahathir, agora sob a denominação de ASEAN + 3, mais do que ser de imediato um mecanismo de livre comércio, tem o propósito de concertação de políticas econômicas regionais, através do estabelecimento de um clima de confiança.

O ASEAN + 3, em conjunto com a proposta do FMA, apresentam igualmente o mérito de conseguirem reunir, dentro de processos intra-regionais, os três principais atores do Leste Asiático que mantêm ainda um forte clima de rivalidade e/ou de hostilidade. Pragmaticamente, divergências podem ser dirimidas em função dos interesses comuns, que antes de comuns, são também individuais.

Dentro dessa nova perspectiva regional e sem que se queira dar um tom conspiratório, não deixa ser um processo reativo aos processos similares na Europa (UE) e nas Américas (ALCA) e, igualmente, ao jogo de influências e de ocupação de espaços.

No caso específico da América Latina, pensando somente em mecanismos de negociações, tanto os Estados Unidos quanto a Euro-

pa detêm algumas vantagens sobre a Ásia, como a Cúpula das Américas e as consultas sobre o processo ALCA e o Acordo Quadro Mercosul-União Européia e a Cúpula Ibero-Americana.

Dessa forma, a aproximação Ásia do Leste-América Latina tende a ser um canal de reforço mútuo dos interesses de ambos os parceiros. Para a Ásia, representa um esforço para não ficar fora do Mercosul ou da América Latina, principalmente se o processo ALCA avançar. E, para a América Latina, além de reforçar sua capacidade de negociação nas propostas da ALCA, representa também a possibilidade de um maior acesso ao mercado e aos investimentos asiáticos.

Referências Bibliográficas

BROOKINGS, Northeast Asia Survey 2000-01.

CHING, Frank. "An Emerging East Asia". *Far Eastern Economic Review*, 162 (50): 36, December 16, 1999.

FUJITA, Edmundo. "Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste. Primeira Reunião de Chanceleres (Santiago - Março de 2001). *Carta Internacional*, IX (98): 3, Abril 2001.

FUNABASHI, Yoichi. "Japan's Moment of Truth". *Survival*, 42 (4): 73-84, Winter 2000-01.

GILSON, Julie. "Japan's role in the Asia-Europe Meeting". *Asian Survey*, 39 (5): 736-752, September/October 1999.

HORIZAKA, Kotaro. "Political options for Japan: confronting U.S. regional strategy" IN: NISHIJIMA, Shoji & SMITH, Peter H. *Cooperation or Rivalry? Regional integration in the Americas and the Pacific Rim*. Westview Press, Boulder, Colorado, 1996. pp 194-195.

KUWAYAMA, Mikio, MATTOS, José Carlos & CONTADOR, Jaime. *Trade and Investment Promotion between Asia-Pacific and Latin America: present position and future prospects*. Santiago de Chile, CEPAL, Série Comércio Internacional, n. 9, Septiembre de 2000. 73 p.

OLIVEIRA, Amaury Porto, CANUTO, Otaviano & OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Dissonâncias Sino-Japonesas diante da Crise Financeira Asiática*. São Paulo, IEA/USP, Série Assuntos Internacionais, 57, Julho 2000. 48 p.

RAVENHILL, John. "APEC adrift: implications for economic regionalism in Asia and the Pacific". *The Pacific Review*, 13 (2): 319-333, 2000.

SAKER, Neil. "The Foundations of Stability". *Far Eastern Economic Review*, 164 (20): 55, May 24, 2001.

WAH, Chin Kin. "Japan as a Great Power". IN: CHEE, Chan Heng. *The New Asia-Pacific Order*. Singapore, Institute of Southeast Asian Studies, 1997: 108-130.

PARCERIAS INTER-REGIONAIS NUMA ERA DE GLOBALIZAÇÃO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

*Lee Jae-Seung**

Introdução

As características mais proeminentes da década atual têm sido o fenômeno da globalização e a proliferação da integração regional. O aumento do volume da produção multinacional, o rápido desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, bem como a expansão dos fluxos de capitais aceleraram o fenômeno da globalização.¹ Enquanto o processo de globalização e o sistema econômico multilateral centrado na OMC continuam evoluindo, a integração regional foi posta simultaneamente em andamento em várias partes do mundo (Wei and Frankel 1998). Praticamente todos os países pertencem a pelo menos um bloco de comércio regional atualmente. O despontar da regionalização acelerou-se em resposta à globalização e ao multilateralismo. A coexistência do regionalismo e do multilateralismo levou obviamente a novas controvérsias.

Estados-nação passaram a defrontar-se com as alternativas de seguir uma estratégia nacional, adaptar-se a um esquema multilateral ou criar novos arranjos regionais. No âmbito da competição global, contudo, tornou-se mais difícil sustentar estratégias puramente nacionais. Os arranjos multilaterais tampouco se mostraram eficazes na construção de uma ordem mundial estável. Uma série de relações bilaterais e de integrações regionais emergiram em consequência. A inter-regionalização é um fenômeno razoavelmente novo, comparado com outras formas de relações internacionais. Surgiu como uma rede regional complementar preenchendo o hiato entre a globalização e a regionalização. Funciona como uma rede de segurança garantindo uma

* Membro do Instituto de Relações Exteriores e Segurança Nacional da Coreia do Sul.

¹ Para maiores discussões sobre globalização, ver Cox(1996), Payne(2000).

liberalização contínua no âmbito global, sem com isso perder-se a coerência regional. A inter-regionalização baseia-se tanto na globalização como na regionalização e sua importância consiste no fato de servir como ponte entre as duas tendências aparentemente incompatíveis.

Este trabalho analisa os problemas e as perspectivas de parceria inter-regionais entre o Leste Asiático e a América Latina – especialmente o Mercosul – mediante exame do processo de regionalização nas duas regiões. O estudo da integração regional na Ásia do Leste e na América Latina é particularmente significativo por aquelas duas regiões representarem, ao contrário da União Européia e do NAFTA, mercados emergentes e países em desenvolvimento.² Os dois continentes passaram pela crise financeira em 1997 e em 1998 e continuam se esforçando para recuperar-se. As duas regiões estão igualmente procurando acelerar a cooperação regional, com vistas a lidar de modo mais eficiente com a economia global. A parceria inter-regional entre a Ásia do Leste e a América Latina deveria ser considerada em termos de regionalização, de modo a maximizar sua capacidade e seus vínculos com a globalização.

Defendo neste trabalho a idéia de que a inter-regionalização permitirá às duas regiões a busca da liberalização regional, contribuindo portanto para uma nova ordem mundial mais globalizada. No entanto, uma parceria inter-regional bem sucedida deveria basear-se numa integração intra-regional estável e aberta. Por buscar internamente uma integração mais profunda e externamente um regionalismo aberto, a parceria inter-regional pode ter uma significância que transcenda o diálogo de rotina entre as regiões. O grau de institucionalização, estabilidade política e harmonização de interesses mútuos constituem fatores-chave para a determinação do sucesso da parceria inter-regional.

Este trabalho consiste em três partes. A primeira parte faz uma revisão do processo de integração regional recente caracterizado pelo “novo regionalismo.” Na segunda parte, examinam-se os efeitos positivos e negativos da crise financeira sobre a regionalização da Ásia do Leste e da América Latina. Ênfase a renovada dinâmica da integração regional nas duas regiões a partir da crise financeira. A última parte

² No Leste Asiático, o Japão seria uma exceção nesta categoria.

trata das condições para uma integração intra-regional e relações inter-regionais bem-sucedidas. Discuto se a corrente cooperação entre a Ásia e a América Latina pode vir a tornar-se uma parceria significativa e por que seria importante numa era de globalização.

A emergência do novo regionalismo

O regionalismo surgiu em resposta aos desequilíbrios políticos internacionais e às assimetrias econômicas.³ Uma nova ordem mundial baseada na globalização e no multilateralismo não tem sido absolutamente perfeita. Regras benevolentes e imparciais para acerto de controvérsias ainda não foram estabelecidas e os benefícios do desenvolvimento global não foram aplicados de forma eqüitativa a todos os países. Crises financeiras recentes revelaram os aspectos negativos da “globalização assimétrica” que afetou muitos países em desenvolvimento emergentes.

Para lidar com uma globalização imperfeita, os estados-nação tiveram de agrupar-se regionalmente, fortalecendo sua solidariedade e promovendo seus interesses comuns. A integração regional possui um significado político crucial para os países da Ásia do Leste e da América Latina, aumentando sua posição de barganha *vis-à-vis* as principais potências econômicas.

De uma perspectiva global, a regionalização consiste num processo positivo de globalização. Constitui uma transnacionalização da atividade econômica e política, implicando na transcendência das fronteiras do estado (Phillips 2000). A regionalização é um processo interino e transitório em direção à globalização total, tendo resultado numa maior liberalização comercial, integração mais profunda e cooperação regional.⁴ De uma perspectiva oposta, a regionalização é uma alterna-

³ Acadêmicos têm discutido sobre o conceito de “região”. Esse conceito refere-se, de forma genérica, a elementos geográficos, normalmente dentro de limites continentais. Num sentido mais amplo, regiões são mais do que o fluxo de bens e pessoas através do espaço físico. São também construções sociais e cognitivas enraizadas na prática política. Regiões são construções sociais criadas pela política (Katzenstein 2000). Neste artigo, entretanto, “região” e “regionalismo” serão usados principalmente na definição estrita de espaço físico.

⁴ Os neoliberais sustentam que a regionalização encerra reforma política ao aumentar os custos da divergência e ao construir legitimidade política para uma agenda política específica e assim contribuir para a proliferação de idéias econômicas neoliberais (Phillips 2000).

tiva à globalização, que nega a validade da estrutura multilateral da ordem mundial. A formação de um bloco regional envolve várias dimensões da construção do Estado, nas quais os Estados-nação estão procurando maximizar seus interesses nacionais. A natureza dessa regionalização é uma integração capitaneada pelo Estado e não pode coexistir pacificamente com a governança supranacional.⁵

O regionalismo dos anos 1950 e 1960 foi, em larga medida, conduzido pelo desejo dos países em desenvolvimento de se insularem dos efeitos do ciclo de negócios nos países desenvolvidos (Bowles 2000). Na era do “antigo regionalismo”, o sistema de comércio multilateral estava em sua infância. O antigo regionalismo refletia o desejo de substituir a insuficiente liberalização multilateral e distanciar-se das instituições multilaterais (Ethier 1998). No entanto, objetivos excessivamente ambiciosos, um protecionismo persistente e um *timing* inadequado minaram a maior parte dessas tentativas regionais (McCormick 1999).

Ao contrário do fracassado regionalismo fechado do passado, o “regionalismo aberto”⁶ evoluiu com a liberalização econômica global. Nessa estrutura de “novo regionalismo”,⁷ a regionalização foi impulsionada pela necessidade de resposta forte e coordenada da parte dos países em desenvolvimento aos EUA e à União Européia no contexto dos diálogos multilaterais. A liberalização comercial já atingiu um nível global, possuindo a Organização Mundial do Comércio (OMC) poderes abrangentes com o objetivo explícito de livre comércio multilateral. Na verdade, poucas vezes alguma iniciativa regional chegou a ameaçar o multilateralismo. O novo regionalismo foi amplamente moti-

⁵ Para sumariar esses debates, Kacowicz categorizou a relação entre regionalização e globalização da seguinte forma: 1) Regionalização como um componente da globalização; 2) Regionalização como um desafio ou resposta à globalização; 3) Regionalização e globalização como processos paralelos (Kacowicz, 1998).

⁶ O conceito de regionalismo aberto foi formalmente introduzido durante a discussão da APEC, porém uma definição consensualmente acordada do conceito ainda não existe. Características comumente aceitas do regionalismo aberto incluem “liberalização externa por blocos comerciais” (Wei e Frankel 1998). Outras definições que caracterizam o regionalismo aberto são: adesão aberta, cláusula de não proibição, liberalização seletiva e benefícios abertos (Ibid.).

⁷ Wilfred J. Ethier resume as características do novo regionalismo: “a integração regional em geral envolvia pequenos países com vocação reformista que “negociavam”, contra concessões comerciais moderadas, vínculos com um grande país fronteiriço, que previa integração “profunda” mas que conferia vantagens comerciais relativamente menores” (Ethier 2000, 1152). Ver também Mittleman (1996), Payne (2000).

vado por um desejo de facilitar o ingresso em um sistema de comércio multilateral mais desenvolvido (Ethier 1998). Baseava-se na premissa da existência de vantagens mútuas tanto para países desenvolvidos como em desenvolvimento a partir de uma maior liberalização econômica. Internalizou uma externalidade global crítica e produziu um resultado superior àquele obtido pelo multilateralismo isoladamente (Ibid., 1160).

As décadas de 80 e 90 testemunharam um novo ímpeto do regionalismo, tanto no Leste da Ásia como na América Latina. Foi motivado pelo aumento do comércio intra-regional, pelo temor de um futuro econômico incerto e pela formação e consolidação de blocos regionais cruzando regiões.⁸ Até a eclosão da crise financeira de 1997, o rápido crescimento econômico ressaltou o potencial de integração regional na Ásia do Leste – especialmente no Sudeste Asiático. Em agosto de 1967, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) foi estabelecida, substituindo associação anterior fundada em 1961. A partir de um interesse inicial em questões de segurança, a ASEAN evoluiu na direção da cooperação econômica e comércio. A Área de Livre Comércio da ASEAN (AFTA), que incluía inicialmente as seis nações da ASEAN, foi formada em 1993 (McCormick 1999, 24-25). Preocupações remanescentes com questões de segurança levaram à criação do Fórum Asiático Regional (ARF).

A Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) constitui outro fórum amplo de integração econômica em volta da Bacia do Pacífico. A APEC inclui algumas das economias mundiais de crescimento mais dinâmico e com enorme potencial econômico. O objetivo central da APEC é promover a liberalização global e fazer uso da iniciativa multilateral para estabelecer a agenda da OMC. O objetivo de médio prazo seria a criação de uma zona de livre comércio entre os países-membros (McCormick 1999, 26).⁹ Ao contrário da ASEAN, a

⁸ Tanto os acordos latino-americanos quanto os asiáticos foram concebidos para reduzir barreiras ao comércio regional, ainda que o Mercosul tenha preferido uma união aduaneira com tarifa externa comum e a ASEAN tenha se encaminhado para uma área de livre comércio.

⁹ Entretanto, o regionalismo da Ásia do Leste deve ser analisado com cuidado no que se refere à sua institucionalização. A APEC não é uma instituição, mas um fórum para a discussão de assuntos econômicos que afetam 18 países da Ásia-Pacífico e da América. Uma vez que inexistente uma base fundamental de compromissos vinculadores, tanto a APEC quanto o ARF servem antes à discussão de diversos temas políticos do que à implementação de medidas cruciais de integração regional. Foi desenhada para fortalecer a cooperação econômica regional apenas no longo prazo (Katzenstein 2000).

APEC reflete não apenas os interesses dos países asiáticos, mas também os dos EUA.¹⁰

A maior integração regional retomou momentum na América Latina, à medida em vários países se recuperaram da “década perdida” dos anos 80.¹¹ Os países latino-americanos se reestruturaram a partir de políticas neoliberais e passaram a adotar estratégias de desenvolvimento cada vez mais voltadas para o mercado. A crise da dívida dos anos 80 e o novo populismo dos anos 90 igualmente estimularam as nações latino-americanas a reabrir suas economias. À medida que os países se tornaram mais firmemente ligados à economia global, o regionalismo aberto começou a moldar a integração regional na América Latina. A onda de integração econômica criou o Mercosul com base no Programa de Integração Brasil-Argentina de 1986. O Mercosul foi iniciado em 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e entrou em vigor quatro anos mais tarde. O Grupo Andino (ANCOM) e o Mercado Comum Centro-americano (CACM) estabeleceram uma rede econômica em diversas partes da região. A integração regional latino-americana foi ainda suplementada por uma série de arranjos políticos regionais tais como o Grupo de Contadora, o Grupo dos Oito e o Grupo do Rio.¹²

No entanto, quanto mais as duas regiões — Leste Asiático e América Latina — têm-se integrado na era de globalização econômica do pós-Guerra Fria, mais temem ser deixadas de fora e marginalizadas sem restar-lhes quaisquer alternativas econômicas ou políticas (Castañeda 1994). Tais preocupações se justificaram durante a crise financeira de 1997-98, gerando renovados esforços regionalizantes após seu término.

¹⁰ A APEC apoiou as políticas de liberalismo econômico que os EUA advogaram nos anos 80 e 90.

¹¹ Os países latino-americanos tiveram experiências anteriores de cooperação regional como a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) nos anos 60 e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) nos anos 80. Entretanto, a instabilidade política de muitos dos países-membros e a crise da dívida levaram a resultados pouco positivos.

¹² Não observamos na América Latina, entretanto, uma progressão unilinear ou um processo central de integração, mas antes um processo de multiplicação de acordos bilaterais ou multilaterais que se sobrepunham, em que um impasse em um esquema de integração levava, em geral, à criação de um novo esquema (Klaveren, 1993, 118).

A crise financeira e a integração regional na Ásia do Leste e América Latina

A crise financeira de 1997-98 abalou uma série de “certezas” no âmbito do “Consenso de Washington” (Phillips 2000). Forçou os Estados-nações na Ásia do Leste e na América Latina a reavaliar seus modelos de desenvolvimento e princípios de política. Os Estados deram-se conta de que um modelo idêntico de globalização para todos já não pode garantir seu crescimento estável e desenvolvimento (ibid.). Ficou igualmente evidente que a diversidade das situações financeiras domésticas e interesses nacionais dificultaram a adoção de respostas regionais comuns às crises financeiras.

As crises financeiras revelaram igualmente tendências nacionalistas latentes na administração da economia. Respostas às crises financeiras têm sido baseadas sobretudo em estratégias nacionais, levando a pressões protecionistas crescentes. Na Ásia do Leste, barreiras tarifárias e não-tarifárias foram reforçadas, ao menos temporariamente; foi o que ocorreu na ASEAN, no momento em que os países optaram por proteger suas próprias indústrias durante a crise asiática. Além disso, vários membros da ASEAN buscaram meios de expandir unilateralmente seus mercados extra-regionais, ameaçando com isso a cooperação no âmbito daquela associação. No Mercosul, a recessão econômica resultante da crise levou as duas principais economias, Brasil e Argentina, a se envolverem em diversos conflitos ligados a questões comerciais e cambiais. Também os membros do Mercosul entraram em negociações bilaterais com outros países, desse modo abandonando a chamada estratégia de “quatro mais um” (Bowles 2000).¹³ Essas reações à crise financeira poderiam colocar em risco o regionalismo aberto.

A crise financeira resultou ainda no colapso da estabilidade das taxas de câmbio nas duas regiões. A maioria dos sistemas de taxa de câmbio semi-fixa entrou em colapso durante a crise financeira. Ao se recuperarem das crises, os países latino-americanos e asiáticos vi-

¹³ Por exemplo, o Brasil alcançou um acordo com a CAN inicialmente sem seus parceiros do Mercosul.

ram-se forçados a buscar alguma espécie de arranjo monetário no âmbito regional. Diversas novas formas alternativas de taxa de câmbio foram consideradas, enfatizando-se a necessidade de harmonização macroeconômica e transparência de fluxos de capital. A Ásia do Leste procurou estabelecer um Fundo Monetário Asiático (AMF), que substituiria parcialmente o FMI na região. No Mercosul, os países-membros levaram em consideração novos sistemas de câmbio, indo desde a dolarização até a adoção da moeda comum.¹⁴

No entanto, parece improvável que se consigam adotar tais medidas num futuro próximo. Para implementar essas propostas, as duas regiões deveriam ir além das atuais estruturas frouxas de consultas regionais. Além do mais, a base da coordenação macroeconômica é ainda fraca nessas regiões. No Leste da Ásia, o volume relativamente baixo de comércio intra-regional reduz a utilidade da adoção de moedas regionais. Requer ainda um nível mais alto de cooperação econômica do que se tem atingido até hoje, indo talvez além do desejo ou da capacidade de cada Estado-membro. Na América Latina, nenhum dos países do Mercosul parece ter credibilidade suficiente para apoiar o projeto de uma moeda regional comum. Tanto no Mercosul como no Leste da Ásia, a maior parte dos investimentos provêm de fora da região, sendo ainda possível a especulação entre uma moeda única e outras moedas (Bowles 2000).

A crise financeira trouxe um retrocesso de curto prazo à integração regional. A longo prazo, contudo, também estimulou e reforçou a identificação regional, reforçando o processo corrente de regionalização. Muito embora alguns países – ou alguns setores industriais em particular – venham, de modo muito contundente, exigindo protecionismo, o amplo eleitorado favorável à continuação do processo de regionalização sobreviveu à crise financeira.

Uma prova da continuação da regionalização seria a estratégia de crescimento baseada em investimentos diretos estrangeiros adotada por países do Leste Asiático e da América Latina como solução

¹⁴ O Presidente Cardoso propôs a “Pequena Maastricht” durante a XVI Cúpula do Mercosul, em junho de 1999. Foi também proposto um grupo “ad hoc” para coordenar políticas macroeconômicas.

para superar a crise. Conforme observou o Secretário-Geral da ASEAN: “Os líderes da ASEAN fizeram da integração econômica regional um componente básico da reação aos problemas econômicos que atingiram seus países. Eles estão conscientes de que a ASEAN necessita de investimentos para a recuperação de suas economias, e que um amplo mercado integrado pode atrair investimentos com maior eficácia do que mercados pequenos e fragmentados. As economias de escala tornadas possíveis pelos mercados amplos permitem maior eficiência na produção e no *marketing*. A integração regional estimula a competição dentro da região entre indústrias e empresas regionais.” (Severino 1999: Citado por Bowles 2000)

Durante a reunião de Ministros de Economia da ASEAN realizada em dezembro de 1998, adotou-se um pacote de estímulo aos negócios que trouxe, durante um período de dois anos, incentivos adicionais aos investidores estrangeiros (Bowles 2000). Foram anunciados o Plano de Investimentos da ASEAN e o Plano de Ação de Hanói, incluindo medidas de médio prazo, desenvolvimento de mercados de capitais e iniciativas de liberalização comercial para a ASEAN (Ibid.).¹⁵

No Mercosul, o ex-presidente argentino Carlos Menem justificou os esforços em prol do Mercosul com o argumento de que aquele grupo tornou-se um magneto atraindo investimentos diretos estrangeiros.¹⁶ Ademais, o continuado papel do Mercosul como mecanismo para maior liberalização e participação na economia global continua em evidência. Nas palavras do Presidente Fernando Henrique, “o Mercosul consolidou-se como o principal promotor da estratégia de inserção do Brasil no cenário econômico internacional” (Bowles 2000).

Os continuados esforços para atrair investimentos diretos estrangeiros na Ásia do Leste e no Mercosul representam uma persistência da política econômica neoliberal e do regionalismo aberto. Esses países continuam a depender da expansão das exportações para seu crescimen-

¹⁵ Mais recentemente, o Grupo de Visão da Ásia do Leste (EAVG) propôs em seu relatório, a ser apresentado na Cúpula ASEAN+3 em outubro de 2001, uma Área de Livre Comércio e Investimento ampliada, que englobaria ASEAN mais China, Japão e Coreia do Sul (EAVG 2000).

¹⁶ A UNCTAD também confirmou que Brasil e Argentina atraíram muito mais fluxos de investimentos diretos estrangeiros desde a constituição do Mercado, em 1995.

to econômico. Os países em crise têm se tornado ainda mais dependentes das exportações à medida em que procuram recuperar-se. Na verdade, o regionalismo comercial aberto aumentou desde a eclosão da crise financeira (Bergsten 2000). Os elos entre o regionalismo e os mercados financeiros globais tornaram-se mais fortes no pós-crise.

Em suma, o regionalismo renovado na América Latina e na Ásia do Leste vem ganhando momentum à medida em que os países se recuperam da crise financeira. A crise reforçou simultaneamente o desejo dos países de negociar em bloco e a necessidade de ajustamento ao mercado global mediante uma economia mais liberal. No âmbito do Mercosul, muitas das tensões existentes entre os países-membros foram resolvidas, sendo que o grupo está evoluindo em direção ao próximo estágio de integração com o Grupo Andino e outros agrupamentos econômicos latino-americanos com vistas a estabelecer a Área de Livre Comércio da América do Sul. O projeto está sendo formalizado com um calendário concreto. Uma regionalização revigorada e seu alargamento centrado no tema da Área de Livre Comércio estão transformando o cenário da integração regional na América Latina.

A Ásia do Leste recentemente lançou o mecanismo da ASEAN+3. O grupo vem organizando reuniões de cúpula há três anos seguidos, além de reuniões regulares dos ministros das finanças e relações exteriores. O Grupo de Visão do Leste Asiático (EAVG) foi estabelecido para conduzir o processo de integração de acordo com a proposta levantada pelo Presidente Kim Dae-Jung da Coreia do Sul. O relatório do grupo, que será concluído em breve, inclui diretrizes e sugestões abrangentes para o estabelecimento da Comunidade do Leste Asiático. O EAVG será substituído pelo Grupo de Estudos do Leste Asiático (EASG), também estabelecido por iniciativa do Presidente Kim Dae-Jung, e que implementará as propostas listadas no relatório do EAVG (EAVG, 2000).

O processo de integração regional no Leste Asiático está evoluindo mais rapidamente na área financeira.¹⁷ A memória da crise fi-

¹⁷ Bergstein apresenta as razões para a aparente prioridade inversa da discussão de assuntos financeiros sobre assuntos de comércio, que foram mais facilmente percebidas. Os acordos monetários podem avançar sem discriminar países estranhos ao grupo, diferentemente da maioria dos acordos de comércio.

nanceira continua ainda uma lembrança viva para os formuladores da política asiática. As medidas políticas em discussão incluem trocas monetárias e mecanismos de vigilância, bem como a criação de uma arquitetura financeira do leste asiático. O Acordo de Chiang-Mai de maio de 2000 debateu a implementação dessas medidas. No entanto, os projetos do Fundo Monetário Asiático e da moeda comum encontraram muitos obstáculos tanto dentro como fora da região.

Com relação a assuntos comerciais, não há nenhum movimento discernível referente à Área de Livre Comércio do Leste Asiático, apesar de se ter reiterado sua importância. Um número crescente de acordos bilaterais estão sendo negociados no Leste Asiático. O Japão, que confiou sobretudo no sistema multilateral, busca hoje ativamente arranjos preferenciais com a Coreia do Sul, Cingapura, México e Canadá. A Coreia do Sul está negociando com a Nova Zelândia e com o Chile (Bergsten 2000). Os países do Leste Asiático estão ainda procurando construir elos entre a Área de Livre Comércio do Nordeste Asiático (China, Japão e Coreia do Sul) e a AFTA de modo a criar a Área de Livre Comércio do Leste Asiático (EAFTA).

Realisticamente falando, a regionalização do Leste Asiático ainda não constitui uma integração regional. No entanto, tem o potencial de alterar a estrutura da economia mundial no momento em que o atual processo de integração incluindo a Área de Livre Comércio do Leste Asiático e a arquitetura financeira regional forem efetivamente atingidas. A Ásia do Leste deu-se conta de que não pode confiar totalmente nos EUA ou no Ocidente da próxima vez que enfrentar problemas. A Ásia do Leste sente com clareza que as instituições multilaterais nas quais se dispunha antigamente a confiar já não são infalíveis. Ademais, os EUA e as lideranças européias não têm logrado promover novas ondas de liberalização multilateral. Na verdade, tem havido uma série de conflitos entre as duas superpotências com relação a diversas questões comerciais. A Ásia do Leste não nega, contudo, o papel das instituições multilaterais. Ainda deseja trabalhar no âmbito das instituições existentes. A Ásia do Leste está se voltando para pactos comerciais sub-regionais com vistas a atingir maior eficiência e liberalização. Na verdade, nenhum desses pactos representa uma ame-

ação séria aos acordos multilaterais de comércio. Não se sabe ao certo em que direção está indo a Ásia do Leste mas, como afirma Bergsten, o resultado mais provável é uma Ásia do Leste com autonomia suficiente para permitir ações independentes em tempos de crise, simultaneamente cooperando com o resto do mundo (Bergsten 2000).

Parceria inter-regional entre a Ásia do Leste e a América Latina

Nos últimos anos, surgiram diversas relações inter-regionais. Ásia e Europa lançaram a Reunião Ásia-Europa (ASEM) em 1996. Mercosul e União Européia estão discutindo negociações comerciais preferenciais entre as duas regiões. No âmbito hemisférico, os países latino-americanos estão discutindo com o NAFTA a possibilidade de criar a ALCA. Como um primeiro passo para construir relações inter-regionais, a Ásia do Leste e a América Latina concordaram em estabelecer o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), no âmbito do qual se realizou a primeira reunião de chanceleres em Santiago do Chile em abril de 2001. A natureza dessas relações inter-regionais pode ser caracterizada como “liberalização inter-regional.” Baseiam-se essencialmente no regionalismo aberto. Os arranjos regionais abertos podem reforçar laços multilaterais num nível global. A liberalização comercial poderia ser implementada com mais facilidade se blocos comerciais regionais internamente liberalizados abrirem suas portas para outras entidades regionais. O alargamento regional reforça igualmente a abertura em vez do fechamento regional.

A identidade regional pode ser intensificada quando os países-membros se envolvem em negociações inter-regionais. Desse modo, processos inter-regionais podem ser úteis para incrementar a solidariedade regional. O interesse do Brasil no Mercosul, por exemplo, derivou em larga medida das tensões tradicionais com os EUA e do potencialmente “ameaçador” projeto da ALCA (Phillips 2000).¹⁸ Na nego-

¹⁸ O Brasil tem tido preferência inquestionável pela integração subregional, em contraste com a iniciativa hemisférica, liderada pelos EUA.

ciação com os EUA, os países latino-americanos reforçaram sua preferência pela expansão e reforço da integração regional. A Área de Livre Comércio da América do Sul constitui portanto uma plataforma negociadora coletiva *vis-à-vis* o NAFTA. As hostilidades entre os países do Mercosul, que dificultaram a ação coletiva regional, poderiam ser diluídas no âmbito das negociações entre a América do Norte e do Sul. De modo similar, os países asiáticos reforçaram sua identidade regional em diálogos coletivos com a Europa durante o processo da ASEM e com os EUA durante as reuniões da APEC. Atualmente, a Ásia do Leste está defrontando-se com nova oportunidade de redescobrir sua identidade regional no diálogo com a América Latina.

No entanto, com algumas poucas exceções, as relações inter-regionais têm sido até o momento frágeis e superficiais, freqüentemente ressentindo-se da falta de uma estrutura institucional adequada.¹⁹ Em razão, em parte, da ausência de interesses efetivos e de fraca coesão regional, atribuiu-se às relações inter-regionais importância secundária *vis-à-vis* interesses nacionais ou intra-regionais. As condições para um relacionamento inter-regional bem-sucedido deveriam, portanto, ser complementadas por uma integração intra-regional sólida e por uma institucionalização adequada da ação regional coletiva. Ênfase aqui o aprofundamento da integração intra-regional, da estabilidade política regional e da harmonização econômica como fatores necessários para relações inter-regionais exitosas entre o Leste da Ásia e a América Latina.

Aprofundando a integração intra-regional

Qualquer integração regional bem-sucedida²⁰ inevitavelmente envolve a transferência de certo grau de soberania. No entanto, não há sinal de que os Estados-nação no Leste Asiático e na América Latina abririam mão de sua soberania em prol de instituições regionais. Não obstante as vulnerabilidades dos Estados no tocante aos mercados fi-

¹⁹ A ALCA pode ser vista como uma exceção quando a integração em curso se completar em 2005.

²⁰ A integração profunda envolve a harmonização de políticas enquanto a integração superficial acompanha principalmente a retirada de medidas nacionais de discriminação.

nanceiros, o Estado-nação continua controlando firmemente suas políticas fiscais e monetárias, suas políticas externas e os negócios internacionais (Drucker 1997). No Leste Asiático e na América Latina, os Estados ocupam quase exclusivamente o epicentro do projeto regionalista. Na verdade, a estrutura institucional da integração regional nessas duas regiões é inteiramente intergovernamental. Os negócios e os interesses do setor privado permanecem sub-representados no processo de integração regional, sendo seus interesses articulados somente mediante os Estados nas negociações regionais. O papel dos atores não-estatais continua sendo relativamente marginal (Phillips 2000).

A busca de interesses nacionais, conforme refletida em diversos conflitos econômicos e políticos entre o Brasil e a Argentina, poderia ter suspenso o Mercosul e colocado em risco ações regionais coletivas. A prioridade dos interesses nacionais colocou igualmente em risco a integração regional no Leste da Ásia durante a crise financeira. O grau de comprometimento com a entidade regional e o custo das divergências são ainda mais baixos no Leste Asiático e na América Latina do que na União Européia e países do NAFTA (Phillips 2000). Um benefício mais visível da integração regional e da confiança mútua nos mecanismos de cooperação são necessários para modificar o cálculo dos países-membros. É inevitável alguma espécie de “pooling” de soberanias que acompanhe a redefinição do papel tradicional do Estado, de modo a passar-se à próxima etapa no processo de integração.

A governança supranacional no âmbito regional é não apenas requisito para a integração intra-regional, mas também elemento facilitador das relações inter-regionais. Atualmente, a governança supranacional e regional na Ásia do Leste e na América Latina praticamente inexistem no tocante à União Européia. O grau de institucionalização da integração regional é ainda baixo nessas duas regiões, constituindo obstáculo para uma maior governança supranacional.

A integração regional na Ásia do Leste e na América Latina deveria ser igualmente apoiada pela estabilidade política doméstica. A integração regional na Ásia do Leste e na América Latina tem sido até o momento impulsionada sobretudo por reuniões de cúpula presiden-

ciais. Sempre houve a possibilidade de que posições frágeis das lideranças políticas pudessem protelar todo o processo de integração regional. Além do mais, a integração regional foi freqüentemente iniciada por motivações políticas. Por razões políticas mais do que econômicas, os Estados decidiram estabelecer uma interdependência econômica mediante a institucionalização da cooperação mútua. A interdependência econômica tornou-se a consequência e não a causa da cooperação política e da integração econômica na Ásia do Leste e na América Latina (Philips 2000). Dessa perspectiva, o papel do Japão e da China na Ásia do Leste será um fator crucial para determinar o sucesso da integração regional asiática. O papel do Brasil e da Argentina assume a mesma importância na América Latina.

A harmonização das estratégias políticas e econômicas são outro pré-requisito para aumentar a coesão regional. As divergências entre países-membros durante a maior parte da crise foi muito mais pronunciada do que as convergências. Diferenças-chave nas estruturas econômicas e orientações políticas, de modo especial, geraram tensões significativas entre os países na Ásia do Leste e na América Latina. Crises cambiais igualmente induziram recessões e ameaçaram desencadear desvalorizações competitivas que tornariam a cooperação regional de difícil sustentação. A cooperação política dentro dessas regiões parece mais difícil de ser alcançada. Embora tenha havido notável cooperação no tocante a diversas questões de segurança na América Latina,²¹ o Brasil e a Argentina ainda adotam políticas externas divergentes em várias questões. A cooperação para a segurança regional no Leste da Ásia está colocando uma série de obstáculos cuja solução não se antevê num futuro próximo. Em vista dessa situação, parece prematuro esperar-se um sentido de comunidade, de identidades compartilhadas, simpatias e lealdades mútuas entre os países da região (Kacowicz 1998). A economia doméstica e as prioridades políticas deveriam ser antecipadamente reconciliadas e harmonizadas com vistas a permitir a evolução para uma integração regional mais profunda.

²¹ Questões de segurança incluem a não-proliferação nuclear, proibição de armas químicas e biológicas, controle de redução de armas convencionais.

Construindo parcerias inter-regionais

Afirmei anteriormente que uma parceria inter-regional bem-sucedida requer uma integração intra-regional estável. Comparada à integração intra-regional, a parceria inter-regional revela aspectos mais diversos e conflituosos da cooperação regional. As relações inter-regionais refletem com freqüência os desequilíbrios no nível de desenvolvimento econômico e, mais explicitamente, no nível de institucionalização. Diferentes sistemas políticos, diferentes interesses econômicos e diferentes culturas podem dificultar ao invés de facilitar as relações inter-regionais.

A experiência da ASEM e da APEC pode fornecer alguma luz no tocante a um crescimento da parceria entre a Ásia e a América Latina. Desde 1996, a Reunião bienal Ásia-Europa (ASEM), congregando 15 chefes de governo europeus e 10 asiáticos, deu expressão à crescente importância dos processos de regionalização e da cooperação inter-regional no tratamento de assuntos globais. Este pode ser um dos poucos processos inter-regionais onde dois continentes se encontram regularmente e discutem seu futuro. No entanto, a ASEM é mais um processo do que uma instituição. Não possui uma secretaria e tampouco regulamentos compulsórios. Funciona sobretudo com o sistema de revisões entre colegas, o qual não possui qualquer força compulsória. Ademais, o processo da ASEM revela os desequilíbrios regionais mencionados acima. Enquanto a União Européia engloba sobretudo países industrializados avançados, muitas de suas contrapartes asiáticas são países em desenvolvimento. Enquanto os países da União Européia vêm adotando políticas externas e econômicas comuns por intermédio de instituições estabelecidas em Bruxelas, os países asiáticos estão ainda tentando construir uma instituição regional que lhes permita lidar com questões mais prementes. No momento em que vários países europeus mostram interesse em questões pós-industriais e políticas tais como meio ambiente e direitos humanos, diversos países asiáticos buscam investimentos e assistência que lhes permitam aprofundar o desenvolvimento econômico. Muito embora a ASEM esteja evoluindo na direção de um fórum inter-regional bem-sucedido, esses problemas permanecem sem solução. De sua parte, a APEC,

com motivos mais específicos para promover a liberalização econômica na Bacia da Ásia-Pacífico, ainda não atingiu os resultados pretendidos. Nunca foi fácil, durante reuniões da APEC, o consenso entre países com sistemas econômicos e políticos diferentes. O papel de liderança dos EUA não foi exercido com eficácia no tocante à crise financeira de 1997-98. Sem credibilidade ou um compromisso sincero, a APEC não evoluiu muito para além do diálogo regional. Em suma, essas tentativas inter-regionais prévias mostram a importância da harmonização de interesses comuns, o equilíbrio da institucionalização e o compromisso dos países-membros para construir relações inter-regionais de substância.

A parceria inter-regional entre a Ásia e a América Latina está ainda em estágio embrionário. À medida em que evoluir, a parceria inter-regional entre as duas regiões emergentes atrairá maior atenção de fora. Países da Ásia do Leste e da América Latina estão enfrentando o desafio de como lidar simultaneamente com a globalização, a regionalização e a inter-regionalização. Primeiramente, necessitam consolidar uma integração regional mais liberal e profunda que permita ações regionais coletivas eficientes. Uma maior interdependência regional garantirá laços estreitos entre a regionalização e a globalização. Necessitarão ainda envidar esforços para energizar e modificar as instituições globais existentes (como o FMI e a OMC) e fazer sugestões para que se possa construir uma arquitetura financeira global e uma organização comercial mais eficientes. Enquanto isso, necessitam mostrar um compromisso forte com o continuado funcionamento das estruturas multilaterais existentes, dos quais sua prosperidade econômica depende tanto. Precisam ainda consultar-se ativamente e abertamente, não só entre si mesmos mas também com outras partes do mundo, especialmente os EUA e a Europa (Bergsten 2000).

Katzenstein defende que o século XXI não será o século de ninguém, com uma política de regionalismo aberto num mundo mais pluralista (Katzenstein 2000). Na qualidade de novos parceiros numa era de globalização, a Ásia do Leste e a América Latina deveriam construir um relacionamento forte com mente aberta, objetivando evoluir em direção a uma sociedade verdadeiramente global na qual regionalismo e multilateralismo coexistam pacificamente.

Referências Bibliográficas

- BERGSTEN, Fred. "Toward a Tripartite World" in *Economist*, Vol.356, No.8179, 2000.
- BOWLES, Paul. "Regionalism and Development After the Global Financial Crisis" in *New Political Economy*, Vol.5, No.3 (November), 2000.
- CASTAÑEDA, Jorge G. "Latin America and the End of the Cold War: An Essay in Frustration" in Abraham F. Lowenthal and Gregory F. Treverton, eds., *Latin America in a New World* (boulder: Westview), 1994.
- COX, Robert W. "A Perspective on Globalization" in James H. Mittleman, ed., *Globalization: Critical Reflections* (Boulder, CO: Lynne Rienner), 1996
- DRUCKER, Peter F. "The Global Economy and the Nation-State," in *Foreign Affairs*, Vol.76, No.5 (September/October), 1997.
- EAST Asia Vision Group. "Toward an East Asia Community" Unpublished draft., 2000.
- ETHIER, Wilfred J. "The New Regionalism" in *The Economic Journal*, 108 (July), 2000.
- KACOWICZ, Arie M. "Regionalization, Globalization and Nationalism: Convergent, Divergent or Overlapping?" Working Paper. The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1998.
- KATZENSTEIN, Peter J. "Regionalism and Asia" in *New Political Economy*, Vol.5, No.3 (November), 2000.
- MITTLEMAN, James H. "Rethinking the 'New Regionalism' in the Context of Globalization" in *Global Governance* 2, 1996.
- MCCORMICK, John. *Understanding the European Union* (New York: St. Martin's Press), 1999.
- PAYNE, Anthony. "Globalisation and Modes of Regionalist

Governance” in Jon Pierre, ed., *Debating Governance: Authority, Steering and Democracy* (Oxford: Oxford University Press), 2000.

PHILLIPS, Nicolas. “Governance After Financial Crisis: South American Perspectives on the Reformulation of Regionalism” in *New Political Economy*, Vol.5, No.3 (November), 2000.

REYNOLDS, Clark W. “Open Regionalism: Lessons from Latin America for East Asia” in Kwan S. Kim and Robert J. Riemer, SVD, eds., *Economic Cooperation and Integration: East Asian Experiences* (Notre Dame: Kellog Institute), 1997

SEVERINO, Rodolfo C. “Regional Economic Integration: the Philippine Stake”. ASEANWEB. June 23, 1990.

WEI, Shang-Jin and Jeffrey A. Frankel. “Open Regionalism in a World of Continental Trade Blocs” in *International Monetary Fund Staff Papers* (September), 1998.

AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

*Li Mingde**

Perspectiva histórica

A China e o Brasil estão localizados em hemisférios diferentes, separados por um imenso oceano. No entanto, as duas nações têm mantido contatos amistosos e estáveis, com um intercâmbio que já se realiza há 200 anos. Em 1810, cerca de cem agricultores originários da província chinesa de Hubei instalaram-se nos arredores do Rio de Janeiro, no intuito de iniciar plantações de chá. No dia primeiro de agosto de 1880, os governos brasileiro e chinês (Dinastia Qing) assinaram em Tianjin o Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo no mesmo dia relações diplomáticas. Em 1909, o governo Qing enviou seu comissário imperial ao Rio de Janeiro, então capital brasileira, onde foi calorosamente recebido pelo presidente brasileiro.

Desde a fundação da República Popular da China em 1949, as relações sino-brasileiras têm continuado a se desenvolver num ritmo acelerado. As relações bilaterais começaram de modo não oficial, consistindo em intercâmbios comerciais e culturais. Em 1953-54, a Associação Cultural Sino-Brasileira foi fundada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na década de 50, visitaram o Brasil diversas delegações chinesas, incluindo delegações de acrobatas, de jornalistas e de artistas.

Na primeira metade dos anos 60, as relações bilaterais sofreram nova evolução. Em agosto de 1961, o Vice-Presidente João Goulart foi o primeiro chefe de estado latino-americano no poder a efetuar uma visita de estado à RPC. Líderes federais e estaduais chineses, incluindo o Chairman Mao Tsé Tung, o Presidente Liu Shaoqi

* Diretor do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Academia de Ciências Sociais da República Popular da China.

e o Premier Zhou Enlai receberam calorosamente o Vice-Presidente brasileiro, sendo que em sua homenagem realizou-se grandiosa manifestação popular em Pequim, contando com mais de dez mil pessoas. Após sua posse como presidente, João Goulart procurou promover relações amistosas com a China. Graças aos seus esforços, a agência de notícias Xinhua abriu escritório no Brasil em dezembro de 1962, o primeiro na América Latina.

Em junho de 1963, o Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT) enviou ao Brasil uma equipe encarregada de preparar exposição, equipe que foi pessoalmente recebida pelo Presidente Goulart. No início de 1964, a CCPIT enviou nova equipe de trabalho de três membros, também recebida pelo Presidente Goulart. Era intenção das duas partes discutir projeto de abertura de escritórios comerciais nos dois países. De sua parte, o governo brasileiro vinha ainda considerando a possibilidade de convidar para uma visita ao Brasil o chanceler Chen Yi. Tudo indicava claramente a intenção do governo brasileiro de seguir aprofundando suas relações com a China, intenção essa vista com grande receptividade pelo lado chinês, que iniciava então os preparativos, a cargo do Sr. Lin Ping, para a abertura de seu escritório comercial no Brasil. Naquele momento, contudo, realizou-se o golpe de estado militar no Brasil (1.4.1964), com a deposição do governo Goulart. No dia 3 de abril daquele ano, o novo governo militar deteve, com base em acusações fabricadas, os nove chineses que estavam trabalhando no Brasil, ao que o governo chinês reagiu formalizando protesto. As boas relações estabelecidas entre os dois países no início dos anos 1960 foram suspensas pelo governo militar brasileiro e sofreram sensível retrocesso.

Estabelecimento de relações diplomáticas

Em outubro de 1971, por ocasião da 26ª Assembléia-Geral da ONU, a China retomou seu assento naquela organização, vendo seu status e prestígio junto à comunidade internacional aumentar sensivelmente. Em 1974, Mao Tsé Tung lançou a teoria estratégica dos Três Mundos e declarou que, pertencendo a China ao Terceiro, jamais buscaria impor sua hegemonia, devendo, ao invés disso, estabelecer

como uma das diretrizes de sua política externa o objetivo de reforçar a união e cooperação entre os países daquele grupo. Como consequência dessa nova política, verificou-se uma terceira onda de reatamentos de relações diplomáticas com Pequim.

Ao mesmo tempo, mandatários de alguns países latino-americanos começaram a identificar-se com a posição terceiro-mundista, readaptando suas políticas externas nesse sentido. Um resultado dessa evolução foi que suas posições e interesses passaram a coincidir entre si e com a China em relação a várias questões internacionais importantes, lançando desse modo as bases para o aprofundamento das relações sino-latino-americanas. Ademais, muitos países latino-americanos começavam a libertar-se do jugo ideológico, reconhecendo um conceito pluralista de ideologia, advogando a coexistência pacífica entre países com sistemas políticos diferentes e reconhecendo o caráter pluralista de suas relações com os outros países. Data dessa época, ainda, verdadeiro degelo nas relações entre a China e os países do Ocidente – especialmente os EUA.

Na década de 1970, o Brasil viu crescerem rapidamente sua economia e seu status junto à comunidade internacional. Com vistas a adaptar-se ao seu novo status de potência na esfera internacional, o governo brasileiro começou a reajustar sua política externa e a promover suas relações com outros países. Ao assumir o poder em 1974, o Presidente Geisel adotou a política externa “pragmática”, voltada prioritariamente para as necessidades de crescimento econômico, desse modo abrindo caminho para o pluralismo nas relações econômicas e comerciais com outros países. Ao mesmo tempo em que professava pertencer ao mundo ocidental, o Brasil se definia como um país do Terceiro Mundo. A partir dessa posição, o país buscou aumentar sua influência internacional e firmar uma imagem de grande potência. Nessas circunstâncias, o governo brasileiro passou a desejar o estabelecimento de relações com a China, a grande potência asiática.

Em março de 1974, o embaixador brasileiro junto à União Soviética manifestou ao embaixador chinês, Sr. Liu Xinquan, o desejo do Brasil de estabelecer relações oficiais com a China. O governo chinês reagiu imediatamente e de forma entusiástica. No dia 10 de abril de

1974, o governo brasileiro enviou à China uma delegação chefiada pelo presidente da Agência Brasileira de Exportadores, a qual contava com a presença do Chefe da Divisão de Ásia, África e Oceania do Ministério de Relações Exteriores, Sr. Bueno. Em contato com representantes do Departamento de Américas e Oceania da Chancelaria chinesa, o diplomata brasileiro manifestou o desejo de seu governo de iniciar conversações relativas ao estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais. Em agosto de 1974, o Vice-Ministro de Comércio Exterior da China, Sr. Chen Jie, chefiou delegação em visita ao Brasil, sendo recebido pelo Presidente Geisel. Durante sua permanência no Brasil, o Sr. Cavalcanti, Assistente Especial do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, manteve negociações com o Sr. Chen Dehe, Vice-Diretor-Geral do Departamento de Américas e Oceania da chancelaria chinesa e membro da delegação chinesa, chegando ambos a um rápido entendimento referente ao estabelecimento de relações diplomáticas. No dia 15 de agosto, o Vice-Ministro Chen Jie e o Chanceler Silveira assinaram um comunicado estabelecendo relações diplomáticas, divulgado naquele mesmo dia. Naquela tarde, a chancelaria brasileira declarou suspensas as relações diplomáticas com a autoridade taiwanesa. Com referência ao “caso dos nove chineses”, o governo brasileiro reconheceu ter-se tratado de um erro político. Nos dias 01 de abril e 2 de maio de 1975, respectivamente, assumiram suas funções o embaixador brasileiro em Pequim, Sr. Napoleão, e o embaixador chinês no Brasil, Sr. Zhang Dequn.

Evolução das relações

A China e o Brasil são duas grandes potências regionais. Como tal, a normalização das relações bilaterais teve grande significado, não apenas com relação a seus interesses respectivos, mas também à cooperação entre os países em desenvolvimento de modo geral.

A evolução das relações sino-brasileiras seguiu um processo. Muito embora ambos os lados desejassem intensificar a cooperação logo após a normalização das relações, faltava compreensão recíproca. Alguns representantes governamentais brasileiros ainda compreendiam mal a China em termos políticos e mantinham reservas quanto

a desenvolver o relacionamento bilateral. Por esse motivo, a evolução foi lenta nos dois primeiros anos. Em maio de 1975, o chanceler David Silveira da Mota declarou ao embaixador Zhang Dequn que a normalização das relações era de grande importância para ambas as partes, mas que teria de avançar lentamente, como a marcha de um elefante, o qual segue adiante com passos firmes e pode sentar-se por vezes, sem contudo jamais retroceder. O comentário do ministro brasileiro descrevia a situação das relações sino-brasileiras na época.

Com a queda da “Gangue dos quatro”, em setembro de 1976, a China ingressou numa nova era histórica de reformas, abrindo-se ao mundo externo. À luz dos desenvolvimentos domésticos e internacionais, o país intensificou sua cooperação com países do Terceiro Mundo, injetando uma nova vitalidade nas relações com o Brasil. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro igualmente adotou uma política de maior abertura com relação à China, inclusive na esfera política. O rápido crescimento econômico da China e sua ascensão na arena internacional também estimularam o Brasil e outros países latino-americanos a aprofundar seu relacionamento com Pequim.

No segundo semestre de 1977, as relações bilaterais passaram a fluir mais facilmente e o intercâmbio e a cooperação aumentaram. Em 01.01.1978, foi assinado em Pequim o Acordo bilateral de Comércio, o primeiro acordo governamental entre as duas partes desde a normalização das relações. Em junho do mesmo ano, delegação comercial brasileira visitou a China. Em novembro, o Ministério de Minas e Energia do Brasil enviou delegação à China, com resultados muito positivos. Ao mesmo tempo, também aumentou bastante o número de visitas: em 1978, 17 delegações brasileiras, num total de 78 pessoas, viajaram à China, destino ainda de 589 turistas brasileiros. O comércio bilateral sofreu forte aumento.

Noas anos 80, as relações continuaram a se desenvolver, inclusive com a realização de intercâmbios políticos de alto nível frequentes. Novos acordos bilaterais foram assinados em mais de 50 áreas, incluindo comércio, transporte marítimo, ciência e tecnologia, uso pacífico de energia nuclear, cultura e educação, economia, aviação e espaço, bem como estabelecimento de consulados. Onze pares de cidades, províncias e estados estabeleceram gemações; há vári-

os anos, o Brasil tem sido o principal parceiro comercial chinês entre os países latino-americanos.

Registram-se a seguir detalhes sobre as relações sino-brasileiras em diversas áreas.

1. Relações políticas

O estreitamento das relações políticas com o Brasil sempre foi um dos componentes essenciais de sua política externa pacífica. Durante a última década, freqüentes intercâmbios de alto nível contribuíram para aprofundar a amizade e compreensão recíproca. Cinco dos sete membros do Comitê Permanente do Escritório Político do Comitê Central do PCC visitaram o Brasil. O Presidente Jiang Zemin visitou o país duas vezes, a primeira em novembro de 1993 – sua primeira visita ao exterior desde a posse como presidente – e a segunda em abril de 2001. Os Premiers Li Ping e Zhu Rongji também visitaram o Brasil (Zhu era Vice por ocasião da visita). Do lado brasileiro, os Presidentes Figueiredo, Sarney e Fernando Henrique Cardoso igualmente visitaram a China, a convite do governo, da mesma forma como o Ministro de Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia e outros ministros de estado e parlamentares. As trocas de visitas entre os presidentes Jiang e Fernando Henrique têm um significado especial. Ambos os lados enfatizaram a especial e estratégica importância atribuída à cooperação bilateral, decidindo de forma consensual desenvolver uma parceria estratégica de longo prazo, estável e benéfica para ambos os lados.

Os dois países compartilham visões semelhantes e por vezes idênticas com relação a diversas questões internacionais importantes, apoiando-se e cooperando mutuamente no âmbito da ONU e de outras organizações internacionais. Foi estabelecido ainda um mecanismo regular de consultas políticas, o qual desempenha importante papel na promoção da compreensão mútua. Em 1997, ambos os países emitiram comunicado conjunto anunciando a intenção de aprofundar a cooperação na área de direitos humanos. O Brasil apóia o ingresso da China na OMC. Com relação à questão de Taiwan, o

Brasil é favorável à política de “uma China” e à posição chinesa de “um país, dois sistemas e reunificação pacífica”. O governo chinês aprecia o apoio e os esforços brasileiros para consolidar a estabilidade da região e a integração sul-americana. O governo chinês manteve ainda diálogo com o MERCOSUL, tendo o Brasil como foco.

2. Laços econômicos e comerciais

Os laços econômicos e comerciais são de especial importância para as relações bilaterais na era de hoje de rápida globalização econômica. A cooperação econômica e comercial é um componente crescente nas relações entre dois países.

As relações comerciais sino-brasileiras sofreram algumas reviravoltas nos anos 60, mas melhoraram na década seguinte. Os dois países retomaram as relações comerciais diretas em 1972, mas os dados indicam que o volume de comércio se manteve marginal na primeira metade dos anos 70. O volume total de comércio entre as duas partes foi de US\$17,42 milhões em 1974. Após a normalização das relações, o volume de comércio chegou a US\$67,94 milhões em 1975, caindo, contudo, para US\$12,80 milhões em 1976. Desde 1977, o volume de comércio tem aumentado anualmente. Em 7 de janeiro de 1978, as duas partes assinaram acordo de comércio, lançando sólidas bases para um melhor desenvolvimento das relações comerciais bilaterais. Em maio de 1979, a visita do Vice-Premier Kang Shi'en ao Brasil acelerou enormemente as relações comerciais bilaterais. O volume total de comércio atingiu a cifra de US\$216 milhões em 1979. Desde então, o Brasil tem sido o principal parceiro da China na América Latina.

A partir dos anos 90, o Brasil tem continuado a ser um dos maiores parceiros comerciais da China na América Latina. Em 1992, o volume total de comércio entre ambos foi de US\$584 milhões, representando 19.76% do total do volume de comércio entre a China e a América Latina (US\$2,98 bilhões). Em 1996, o volume de comércio entre a China e a América Latina foi de US\$6,73 bilhões, dos quais 33,28% (correspondentes a US\$2,24 bilhões) correspondeu ao Brasil.

Em 1999, o volume de comércio sino-latino-americano foi de US\$8,29 bilhões, dos quais 22,3% entre a China e o Brasil. No ano 2000, o volume de comércio sino-brasileiro foi de US\$2,84 bilhões, correspondendo a 22,6% do volume de comércio total entre a China e a América Latina, dos quais US\$1,22 bilhão referentes a exportações chinesas e US\$1,62 bilhão a exportações brasileiras, resultando em superávit para o Brasil.

A lista de produtos indica que as principais exportações chinesas para o Brasil incluem maquinaria e produtos eletrônicos, vestuários e têxteis, produtos químicos, instrumentos ópticos e outros produtos industriais leves tais como brinquedos, calçados e produtos de couro. As principais importações vindas do Brasil incluem tortas de feijão (bean cakes), soja e óleo de soja, minério de ferro e produtos industriais incluindo boilers, maquinarias, instrumentos mecânicos, produtos de aço, madeira e polpa de madeira, frango, couro, veículos e autopeças.

No final de 1999, a China contava com cerca de 50 projetos de investimentos no Brasil, com um volume total de US\$50,0 milhões em áreas como mineração, metalurgia, processamento de madeiras, transporte, alimentos, vestuário, indústria leve, tratamento médico e restaurantes. Ao mesmo tempo, o Brasil contava com 193 projetos de investimento na China, somando um volume total de US\$190 milhões, dos quais cerca de US\$50 milhões sobretudo em hidrelétricas, construção ferroviária e construção civil.

Laços econômicos e comerciais são um componente essencial da cooperação sino-brasileira. Diferenças entre os sistemas sociais, história, cultura e valores não deveriam nunca obstruir a cooperação entre os dois países, conforme foi provado nos últimos anos.

3. Intercâmbio e cooperação em ciência e tecnologia

O intercâmbio e a cooperação sino-brasileira em ciência e tecnologia são particularmente dignos de nota. Em março de 1982, os dois governos assinaram um acordo de cooperação em ciência e tecnologia (em vigor a partir de 1983). A primeira reunião da Comissão Mista ocorreu em Pequim em dezembro de 1984. Durante a visita

de estado à China realizada pelo Presidente Figueiredo em maio de 1984, os dois lados assinaram um acordo suplementar identificando as seguintes áreas para a cooperação: agricultura e pecuária, engenharia florestal, medicina, eletrônica, informação, eletricidade e tecnologia espacial. Em outubro de 1984, os dois governos assinaram um acordo referente ao uso da energia nuclear para fins pacíficos. Em 1985, foi assinado um protocolo sobre cooperação na área de geologia e indústria metalúrgica. Quando o Ministro de Ciência e Tecnologia visitou a China em 1986, explorou-se a possibilidade de cooperação em áreas de alta tecnologia tais como tecnologia da informação, indústria aeroespacial e biotecnologia. Durante a visita de estado do Presidente Sarney à China em julho de 1988, os dois Ministros de Relações Exteriores assinaram seis documentos incluindo um protocolo sobre pesquisa e construção conjunta do satélite landsat, um acordo suplementar sobre cooperação em pesquisa científica e desenvolvimento técnico na área de transporte, um protocolo sobre cooperação em tecnologia industrial e um acordo de cooperação na área eletrônica.

Graças aos dez anos de esforços conjuntos, o “Landsat I” foi lançado com êxito no Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan em 14 de outubro de 1999, transmitindo para o globo sinais do multi-espectro visível, ondas curtas, infravermelhas e imagens de sensoriamento remoto. O bem-sucedido lançamento do satélite é um bom exemplo da eficaz cooperação entre a China e o Brasil em áreas de alta tecnologia, tendo ainda desempenhado um papel muito positivo na promoção da “cooperação Sul-Sul” entre países em desenvolvimento.

Desde setembro de 1990, cerca de 200 especialistas técnicos chineses têm participado no projeto espacial brasileiro. Em 1995, realizou-se uma Exposição Brasileira de Tecnologia em Xangai e em 1996, realizou-se uma Exposição Chinesa de Alta Tecnologia no Brasil.

Muito embora o intercâmbio e a cooperação na área de ciência e tecnologia tenham começado tarde, sua evolução foi rápida. Entre 1982 e 1998, foram assinados mais de 20 acordos e protocolos bilaterais de cooperação em vários campos de ciência e tecnologia. No momento, os intercâmbios e os projetos de cooperação na área de ciência

e tecnologia cobrem um amplo espectro, incluindo intercâmbios de mais de 500 grupos e delegações, envolvendo milhares de cientistas e engenheiros. Além das atividades mencionadas, registraram-se ainda importantes contatos acadêmicos não-governamentais.

Embora a China e o Brasil estejam geograficamente distantes, ambos são países em desenvolvimento que se defrontam com o mesmo objetivo de crescimento econômico. Os intercâmbios e a cooperação na área de ciência e tecnologia são de interesse, não apenas dos cientistas e engenheiros de ambos os lados, mas também em conformidade com os interesses dos dois países. Com base na igualdade e no benefício mútuo, a cooperação sino-brasileira na área de ciência e tecnologia auferiu importantes resultados nos últimos anos, contribuindo para o crescimento econômico e progresso científico de ambos, tornando-os um modelo de “cooperação Sul-Sul”.

4. Contatos culturais

Os contatos culturais com outros países constituem uma parte importante das relações externas da China, representando uma janela entre o povo chinês e os povos estrangeiros. O Premier Zhou Enlai comparou certa vez as relações comerciais e os contatos culturais às asas conduzindo as relações da China com outros países. A cultura e as artes possuem um charme único, defrontam-se com menos obstáculos de idioma e podem ser aceitos com facilidade pelos povos de outros países.

Em novembro de 1985, os dois governos chegaram a um acordo no tocante à cooperação em educação e esportes, incluindo intercâmbio de escritores, artistas, estudantes, publicações, filmes e programas de televisão. A comissão conjunta para cooperação cultural foi estabelecida em seguida, passando a manter reuniões regulares para adotar planos anuais de implementação. Até o momento, planos de implementação para a cooperação cultural foram adotados para os biênios 1991-1992, 1993-1995 e 1997-1999.

Paralelamente ao desenvolvimento de relações culturais bilaterais, os órgãos governamentais competentes de ambos os lados têm

mantido contatos diretos. Desde 1985, a China enviou ao Brasil cinco delegações culturais governamentais, tendo recebido três delegações brasileiras de nível ministerial. De acordo com as estatísticas (incompletas), pelo menos 40 delegações culturais chinesas visitaram o Brasil nos últimos 20 anos, além de diversos artistas individuais. Em junho de 2001, deverá realizar-se semana cultural chinesa em algumas cidades brasileiras, incluindo espetáculos da ópera de Pequim, um show de pintura moderna chinesa e uma exposição de relíquias históricas chinesas. Este será o maior e mais abrangente evento cultural chinês realizado na América Latina.

Ao mesmo tempo, mais de 20 delegações e grupos culturais brasileiros visitaram a China, somando-se a diversos espetáculos artísticos. Filmes e programas de televisão brasileiros são muito bem aceitos pelo público chinês. Além disso, o povo chinês obviamente adora o futebol brasileiro e conhece bem cada um dos jogadores.

Para fins de atividades culturais, a distância e as diferenças não constituem absolutamente obstáculos, sendo inclusive um fator de atração recíproca. A título exemplificativo, documentários brasileiros mostrados na televisão nacional chinesa atraem uma ampla audiência. Em algumas universidades chinesas, há atualmente cursos de português, sendo que alguns romances foram traduzidos do português para o chinês. O povo brasileiro está começando a interessar-se mais pela medicina tradicional chinesa, especialmente acupuntura e medicina natural. Infelizmente, o orçamento disponível em ambos os lados para intercâmbios culturais está ainda longe do ideal.

5. Problemas

Atualmente, as relações entre a China e o Brasil estão no seu auge, especialmente na área política. No entanto, as relações econômicas e comerciais e os intercâmbios culturais, de modo geral, não estão à altura das boas relações políticas. Conforme indicado em um documento oficial brasileiro, embora as relações comerciais estejam evoluindo, encontram-se bastante aquém do diálogo político, das possibilidades práticas e até mesmo do interesse mútuo. Na realidade, o crescimento do comércio tem sido lento.

No momento, o comércio sino-brasileiro não está à altura, seja da pujança econômica dos dois lados, seja do relacionamento político. O volume do comércio e dos investimentos unilaterais constitui uma porção bastante reduzida do comércio e investimentos externos totais de cada uma das partes. Ainda menos numerosos são os grandes projetos de investimento recíprocos. Uma maior aceleração do comércio bilateral seria neste momento a chave para se estabelecer uma relação cooperativa entre ambos no novo século que se inicia. Os dois países deveriam colocar as relações econômicas e comerciais como uma prioridade estratégica no futuro.

Relaciono a seguir algumas dificuldades específicas para o aprofundamento das relações econômicas e comerciais.

1. Em primeiro lugar, é grande a distância geográfica entre os dois países; além disso, os homens de negócios chineses estão pouco familiarizados com os produtos, leis e regulamentos brasileiros e vice-versa. Nesse aspecto, há pouca agressividade da parte dos homens de negócios de ambos os lados.

2. O Mercosul foi criado em 1995. Desde então, o Brasil vem estreitando as relações econômicas e comerciais bilaterais dentro e fora da zona de livre comércio. Além disso, o Brasil vem mantendo estreitas relações econômicas e comerciais com países da Europa Ocidental e da América do Norte. Em comparação, a China começou a exportar para o Brasil relativamente tarde e em quantidades reduzidas. Outras condições pouco favoráveis para o comércio bilateral seriam os elevados custos de transporte e os longos atrasos dos navios de carga.

3. A integração econômica vem avançando na América Latina, com a criação de organizações de comércio sub-regionais destinadas a favorecer os países-membros com tarifas baixas. A competição desigual poderá exercer impacto negativo com relação à competitividade dos preços dos produtos chineses, não apenas no Brasil, mas também nos demais países latino-americanos. Estes seriam apenas alguns entre os diversos obstáculos ao comércio sino-brasileiro.

De modo geral, contudo, a China e o Brasil, na condição de maiores países em desenvolvimento nos hemisférios oriental e ociden-

tal, se beneficiam da cooperação econômica e comercial. Ambos são economicamente complementares e valorizam o crescimento econômico. Interesses comuns forneceram uma base sólida para a expansão do comércio e dos investimentos diretos entre os dois países. Embora o volume percentual de comércio seja reduzido de ambos os lados, há forte potencial de mercado de parte a parte. Após superar a crise financeira de 1999, o Brasil continuou a reajustar seu modelo de desenvolvimento e sua política econômica. Atualmente, sua economia vem experimentando crescimento contínuo e estável, criando condições favoráveis para o ingresso de produtos chineses em seu mercado. Ao mesmo tempo, o governo chinês definiu como alta prioridade o desenvolvimento de sua extensa região ocidental, o que trará sem dúvida novas oportunidades para os empreendimentos brasileiros.

A globalização e a economia de mercado deverão levar o Brasil e a China a ampliarem ainda mais o acesso recíproco aos seus mercados. O governo chinês deveria encorajar seu setor empresarial a investir no Brasil e vice-versa. E ambos deveriam incrementar o intercâmbio de informações. Tais esforços certamente contribuiriam para elevar a um novo patamar as relações econômicas e comerciais sino-brasileiras.

Um último obstáculo para o relacionamento bilateral seria a insuficiente compreensão entre os dois povos. Embora haja contatos culturais de diversos tipos, ocorrem em escala demasiado reduzida. Atualmente, menos de dez mil brasileiros (de acordo com estatísticas incompletas, oito mil) visitam anualmente a China, ao passo que poucos chineses visitam o Brasil. A mídia chinesa dá pouco espaço para notícias sobre o Brasil e vice-versa. Com frequência, a mídia brasileira limita-se a subscrever artigos sobre a China vindos da imprensa dos EUA e da Europa Ocidental. Até o momento, não se sabe quantos sinólogos existem no Brasil, não se podendo listar um único. No entanto, muitos brasileiros têm curiosidade sobre a China. Os chineses conhecem o futebol brasileiro melhor do que o de qualquer outro país e são grandes admiradores de Pelé, o astro daquele esporte; os chineses também conhecem o samba e o café brasileiro. O Instituto de Estudos Latino-Americanos, onde trabalho, é a única instituição acadêmica chinesa dedicada a estudar a América Latina; mesmo lá, contu-

do, apenas dois acadêmicos realizam estudos sobre o Brasil. A barreira lingüística também dificulta os contatos diretos entre os dois lados.

Construindo as relações sino-brasileiras no novo século

Com a multipolarização global e com a integração econômica, a China e o Brasil, dois grandes países em desenvolvimento e com ampla influência, estão se defrontando com as mesmas oportunidades e desafios. Ambos adotam posições de consenso no tocante a questões internacionais importantes tais como paz e desenvolvimento, bem como o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional. Ambos adotam uma política externa independente e pacífica e apóiam ativamente a multipolarização global. Cada um defende resolutamente sua independência e soberania e se opõe à interferência nos assuntos internos sob o pretexto de direitos humanos. Atualmente, os dois países estão empreendendo esforços para desenvolver a economia e elevar o padrão de vida de suas populações. Ambos desejam estabilidade social interna e uma atmosfera internacional de paz. Ambos possuem economias e tecnologias complementares em certas áreas. Situação semelhante, interesses comuns e uma missão histórica lançaram uma base política sólida para um maior aprofundamento das relações bilaterais.

O governo brasileiro enfatiza a importância de seu relacionamento com a China. Durante sua visita de estado a Pequim, o Presidente Sarney declarou serem ambos os países potências em desenvolvimento com *status* especial, compartilhando posições semelhantes em diversas áreas; manifestou a intenção do governo brasileiro de dar prioridade absoluta ao desenvolvimento de uma parceria especial com a China. Afirmou que o estreitamento das relações de amizade com a China constituía não apenas uma resolução do governo brasileiro, mas a própria vontade dos partidos políticos nacionais, sendo verdadeiramente uma política nacional brasileira.

Durante sua visita ao Brasil em maio de 1993, o Premier Zhu Rongji afirmou que tanto a China como o Brasil deveriam ver as relações bilaterais a partir de uma perspectiva estratégica. Este conceito de “parceria estratégica” foi reconfirmado pelo Presidente Jiang Zemin por

ocasião de sua visita ao Brasil em novembro de 1993 e novamente pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso durante sua visita à China em dezembro de 1995. Em 11 de abril de 2001, o Presidente Jiang, em nova visita ao Brasil, afirmou que as duas partes haviam feito grande progresso na cooperação em várias áreas nos últimos 27 anos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas. O estabelecimento e contínuo desenvolvimento de uma parceria estratégica elevaria o relacionamento a um nível sem precedentes, estreitando a coordenação e cooperação. Isso seria significativo não apenas para a China e o Brasil, mas também para todos os países em desenvolvimento, aumentando sua força como grupo e contribuindo para o estabelecimento de uma ordem política e econômica internacional mais justa e racional. Para tanto, a China está disposta a juntar esforços com o Brasil, tendo o Presidente Jiang Zemin dado as seguintes sugestões: manter os contatos e intercâmbios de pessoas em vários níveis; reforçar os laços nas áreas econômica, comercial, científica e tecnológica; prestar apoio recíproco em assuntos regionais e internacionais. A parceria estratégica sino-brasileira baseia-se no respeito recíproco, igualdade e benefício mútuo, superando as limitações geográficas e não se voltando contra nenhum terceiro país. As relações sino-brasileiras prestarão grande contribuição para o estabelecimento de uma nova ordem internacional, constituindo um exemplo de “cooperação Sul-Sul”. O Presidente Fernando Henrique Cardoso concordou com as posições e sugestões do Presidente Jiang e garantiu que o Brasil faria grande esforço nesse mesmo sentido. Certamente, no intuito de estreitar as relações bilaterais, ambos os lados precisam adotar medidas como incremento do comércio e dos investimentos, bem como dos intercâmbios e cooperação em ciência e tecnologia, especialmente alta tecnologia, promoção cultural e turismo. Por fim, os dois lados deveriam aprofundar os estudos recíprocos e estimular intercâmbios acadêmicos. Uma condição importante para cumprimento desse programa seria encontrar-se uma solução para o problema da barreira lingüística.

A população brasileira corresponde a 30% da população da América Latina e Caribe somadas, ao passo que a população chinesa corresponde a 22% da população mundial. É evidente a importância que assume, para a China e para o Brasil, o aprofundamento de suas relações e a construção de uma parceria estratégica voltada para o século XXI. Com o avanço da globalização, nossos dois grandes países

deveriam aproximar-se ainda mais, unindo esforços com vistas a desempenhar seus respectivos papéis na sociedade internacional e, com isso, cumprir seus destinos históricos.

Referências bibliográficas

1. ZHANG Baoyu: “As Perspectivas de Desenvolvimento das Relações Sino-Brasileiras”.
2. LU Yinchun: “As Relações Econômico-Comerciais entre a China e o Brasil: Perspectivas para o Século XXI”.
3. BUSSCHE, Eric Vanden e THEODORO, Janice : “Entrevista com o Cônsul-Geral Chen Duqing”.
4. DUARTE, Sérgio de Queiroz: “ A China Contemporânea e seu Relacionamento com o Brasil”.
5. LI Mingde: “Latin America and the Sino-Latin American Relations: Today and Tomorrow”.
6. LI Mingde: “China and Latin America join hands for a Better Future” .

MÓDULO 2

IMAGENS E REALIDADES DA GLOBALIZAÇÃO: A ÁSIA QUE VEMOS E A ÁSIA QUE NOS VÊ

IMAGENS E REALIDADES: SOB A ÓTICA DO JORNALISMO

*Atsushi Kubota**

Vou comentar sobre pontos de interesse de leitores japoneses para a América Latina, especialmente o Brasil. Creio que o maior interesse se relaciona com assuntos de integração regional porque o Governo do Japão começou uma pesquisa preliminar para tratar do livre comércio com Cingapura e México pela primeira vez na história do país. Nós podemos aprender várias coisas de sua liderança do Governo do Brasil, em ocasião como a Cúpula da América do Sul e aprofundamento do Mercosul.

Aproveitando-me da oportunidade de poder discursar em uma conferência de tal grandeza, gostaria de expor três propostas para o maior fortalecimento da relação entre o Brasil e o Japão, propostas essas que pude formular a partir de observações feitas em meu trabalho diário: em primeiro lugar, realizar intercâmbios de jornalistas ou mesmo de pessoas de outras áreas entre o Brasil e o Japão. Como exemplo, eu que nunca tive vínculo algum com a América Latina, só tive a oportunidade de conhecer o Brasil em decorrência de minha ida inesperada ao México. Durante a minha permanência de um ano no México, aprendi a língua espanhola. Com isso tive a oportunidade de vir como correspondente para o Brasil. Agora, realmente sinto como teria sido bom se eu tivesse vindo ao Brasil pelo menos um ano antes de vir como correspondente para poder estudar a língua portuguesa, a economia e a política do Brasil. Eu não estaria aqui falando um português sofrível, consultando o manuscrito. Há correspondentes japoneses de quatro jornais, duas agências de notícias e uma rede de TV com escritórios no Rio ou em São Paulo. Por sermos responsáveis por países, na sua maior parte, de língua espanhola, dois ou três correspondentes (me incluindo) conhecem a língua, mas acredito que nenhum deles tenha vivido no Brasil antes de ocupar este cargo.

* Jornalista e correspondente do jornal Nihon Keizai Shimbun no Brasil.

Existe um sistema de estágio de um ano no Japão em que as pessoas custeiam suas despesas para vir ao Brasil e, retornando ao país de origem, trabalham em firmas e fábricas de renome. Porém, não existe um sistema de intercâmbio gratuito para os cidadãos. Se o governo de cada país custeasse as despesas desse intercâmbio, seria de grande proveito para a nossa empresa. A permanência de um correspondente em um país é de 3 a 4 anos em média, mas se acrescentasse a isso a experiência de ter morado no país, creio que as notícias divulgadas seriam mais detalhadas e precisas.

Em segundo lugar, proponho aos órgãos das empresas brasileiras a enviarem mais correspondentes ao Japão para transmitirem mais informações ao Brasil. Com o desenvolvimento do sistema de divulgação das informações, obter notícias do exterior, mesmo sem sair do país, tornou-se muito fácil em comparação a antigamente. Entretanto, se os jornalistas brasileiros analisassem os acontecimentos do Japão como correspondentes, ao divulgarem as informações, as matérias poderiam ser escritas de acordo com os interesses dos leitores brasileiros sem dependerem de matérias de agências estrangeiras e teriam mais credibilidade.

Se eu fosse um jornalista brasileiro residente no Japão, creio que escreveria não só sobre a economia e política, mas também sobre o intercâmbio cultural. Os senhores podem ficar surpresos, mas, por exemplo, a compreensão dos japoneses sobre a cultura brasileira, principalmente em relação à música popular brasileira, é muito profunda. Tenho amigos empresários brasileiros que dizem que todas as vezes que vão ao Japão compram vários CDs de MPB. No Japão, os discos antigos de MPB que não estão mais em circulação no Brasil estão à venda em CDs e as músicas da América Latina que estiveram em moda nos anos 60 continuam em moda no Japão e muitos japoneses têm muito respeito para com a música brasileira, mais do que em relação às músicas mexicanas ou cubanas. Isso talvez seja porque um dos principais sentimentos dos japoneses é a saudade e assim têm algo em comum com os brasileiros. Nas correspondências eletrônicas que meus amigos de faculdade do Japão me enviam, há muitas mensagens como: “Já foi assistir o concerto de João Gilberto?” ou então, após escrever sobre o falecimento de Luis Bonfá durante a minha viagem ao Rio de Janeiro, recebi alguns e-mails japoneses dizendo: “Realmente é uma

pena que uma pessoa tão maravilhosa tenha falecido”. Os jovens DJs das discotecas do Japão atualmente estão tocando os discos dos anos 70 como o de Sérgio Mendes. A popularidade do compositor e cantor Carlinhos Brown e do percussionista Marcos Suzano estão em alta e, freqüentemente, vão ao Japão realizar concertos.

Infelizmente, após o auge da economia japonesa dos anos 70, não posso dizer que o intercâmbio entre o Brasil e o Japão esteja satisfatório no campo econômico. Mas, ao se viver no Japão, percebe-se que por lugares inesperados a cultura brasileira vem penetrando profundamente no país. A presença de mais de duzentos mil brasileiros descendentes de japoneses, chamados *dekasseguis* sustentam a indústria japonesa. Esse é um dos fenômenos que ultimamente está servindo para introduzir a cultura brasileira no Japão. Se os jornalistas divulgassem mais sobre tal acontecimento, os leitores brasileiros compreenderiam a importância da contribuição dos *dekasseguis* no intercâmbio entre os dois países.

Em terceiro lugar, proponho que se realizem encontros e seminários como este com mais freqüência. O intercâmbio entre nossa imprensa e outras imprensas japonesas que possuem um relacionamento direto com o nosso trabalho diário é satisfatório, no entanto, a realidade é que não temos margem para ampliar ainda mais as nossas perspectivas a ponto de voltar os nossos pensamentos para o intercâmbio entre Brasil e Japão. Talvez isso não seja algo que só o Ministério das Relações Exteriores e os Consulados da Ásia e Japão devem promover, nós mesmos, de maneira espontânea, devemos incentivar. Por exemplo, o que eu pude sentir através da minha experiência é que as pessoas da imprensa brasileira nos tratam de maneira muito gentil. Na Reunião da Cúpula das Américas em Québec, um ambiente onde quase não havia jornalistas japoneses, ao perguntar sobre a situação do andamento da reunião para os jornalistas da Folha e do Estado e outros, eles gentilmente me ajudaram. Estou muito agradecido por isso. Como as portas já estão abertas, percebi que o contato entre os meios de comunicação se tornará mais dinâmico com meu próprio esforço. Por meio de troca de opiniões e informações, sinto que podemos ter o propósito de também conseguir o progresso da qualidade da imprensa de ambas as partes. Essas são minhas propostas.

Como mencionei anteriormente, com o desenvolvimento da Internet e outros meios de comunicação, sabendo a língua, é possível obter as notícias de uma maneira rápida e fácil. Com isso, o que eu estou procurando fazer é realizar o maior número de entrevistas pessoalmente, e enviar as notícias originais ao Japão. Os principais entrevistados no ano passado foram, além do Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado Pedro Malan, e o Excelentíssimo Sr. Ministro Luiz Felipe Lampreia, os presidentes de empresas que estão atraindo a atenção pelo seu rápido crescimento como o da EMBRAER, Sr. Maurício Botelho. Neste ano, pude conhecer pessoalmente o Sr. Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o Excelentíssimo Sr. Embaixador Graça Lima e o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado Celso Lafer. Do mesmo modo, de agora em diante, pretendo continuar entrevistando várias pessoas e, portanto, pediria a colaboração e apoio dos senhores.

Mas no período do Carnaval é impossível para mim, pois além de cobrir o evento, eu também costumo participar do Carnaval como um membro da Escola de Samba do Rio de Janeiro. No ano passado, fiz a cobertura do Carnaval do Rio e São Paulo, participei como membro integrante da Mangueira e fiquei ensopado de suor no sambódromo. Eu explico para o meu superior que, como japonês, ao participar das mesmas atividades culturais dos brasileiros, a minha compreensão sobre o Brasil se amplia. Mas, falando a verdade, o Carnaval é tão divertido que não consigo deixar de participar.

O BRASIL E AS VÁRIAS ÁSIAS

*Brian Bridges**

Esta manhã, o Embaixador da Malásia discorreu de forma muito eloqüente sobre os diferentes tipos de Ásia. Precisamos estar conscientes de que há diferentes regiões geográficas: há o nordeste, o sudeste e o sul da Ásia. Não vou tentar dar nenhuma visão de cunho geral sobre o modo como os asiáticos percebem o Brasil. O que pretendo é examinar uma ou duas experiências e discussões com pessoas em Hong Kong, onde vivo atualmente, e em Macau, pois acredito haver alguns tópicos interessantes para reflexão.

Sendo bastante novo para mim o tema das relações entre o Brasil e a Ásia, ouvi com forte interesse as discussões desta manhã no seminário, durante as quais várias pessoas ressaltaram os antigos e tradicionais vínculos entre este país e aquele continente. Para ser franco, minha primeira impressão ao ser convidado a escrever sobre esse tema foi: “Há realmente muitos laços entre Brasil e Ásia?”. Parecia-me haver tradicionalmente, em alguns aspectos, uma espécie de negligência benevolente de parte a parte. Com exceção dos fluxos de imigração, não me parecia haver laços muito estreitos.

Diversos fatores terão contribuído para a existência de laços comparativamente fracos entre o Brasil e a Ásia, ao menos segundo as percepções das pessoas que vivem em Hong Kong: distância geográfica, bagagens culturais diferentes, inexistência de laços históricos estreitos, à parte os laços óbvios com a Europa, bem como preocupações no pós-guerra, tanto na Ásia como no Brasil, com os vizinhos imediatos ou com as relações com os Estados Unidos. Acredito que outro fator, que constitui um problema-chave, seria o hiato de informação e de percepção, bem como isso influencia os formuladores da política.

* Professor do Departamento de Ciência Política da Lingham University.

Acredito que as percepções são importantes, seja no âmbito da população em geral ou da elite informada. As percepções podem mudar, mas as mudanças podem levar às vezes muito tempo. Com frequência, nossos sentimentos com relação a um país ou região em particular estão desatualizados, pois as coisas estão evoluindo num ritmo cada vez mais acelerado. Mesmo que acreditemos, nesta era da informação, estar em dia com os acontecimentos, algumas idéias bastante antigas permanecem conosco.

Logo após ser convidado a escrever sobre este tópico, fui almoçar com três colegas chineses da universidade. Mencionei-lhes que estava viajando ao Brasil (não se trata aqui de uma pesquisa de opinião acurada, mas somente das reações de três colegas chineses), tendo ouvido três comentários: “Por que você está viajando para tão longe?”, “Oh! Muito exótico! Você vai ver o Carnaval?” e o terceiro “É melhor você aprender um pouco de espanhol antes de ir.” Isso mostra talvez que mesmo entre colegas de universidade em Hong Kong ainda há certa dificuldade de compreender exatamente o que está acontecendo no Brasil.

Acredito que podemos analisar as percepções em dois patamares. O primeiro é o que eu chamaria de popular – o que o homem na rua, no metrô e no ônibus pensa sobre o Brasil. De modo geral, suponho que acredita em estereótipos como café e carnaval, futebol e samba, borracha, o rio Amazonas e o Pão de Açúcar, entre outros.

Quero concentrar-me, contudo, nas idéias que a elite informada em Hong Kong tem sobre o Brasil. Refiro-me aos políticos, burocratas, executivos, jornalistas, formadores e líderes de opinião. Acredito tratar-se de um grupo importante, capaz de modificar políticas governamentais ou empresariais, inclusive sobre alocação de investimentos. Após conversar com algumas pessoas, ocorreu-me que existem na verdade quatro pares de dicotomias em termos de percepções sobre o Brasil.

O primeiro par é o da percepção das fraquezas e do poder econômicos. Trata-se de uma conscientização de que a economia brasileira cresceu significativamente, de que o Brasil é hoje membro do “Clube” das novas economias industrializadas e que, em certas áreas

tecnológicas, está evoluindo muito rapidamente. Mas as pessoas com as quais conversei também pareceram perceber que este é talvez um país rico com pessoas pobres, que existe grande diversidade dentro do Brasil. Parece-me que um dos efeitos da crise financeira asiática foi estimular um interessante debate acadêmico sobre o motivo da crise. No entanto, olhando retrospectivamente para os fatores que levaram à crise, muitas pessoas examinam a crise econômica e financeira latino-americana anterior com o objetivo talvez de fazer algumas comparações sobre ambas as situações. Infelizmente, tal exercício por vezes contribui para uma imagem bastante desfavorável do Brasil, pois continuamos a pensar no país como se ainda estivesse envolvido numa crise financeira.

O segundo par de imagens que encontrei envolve o contraste entre instabilidade política e democratização. Várias das pessoas com quem conversei estavam a par, até um certo ponto, das mudanças ocorridas na situação particular brasileira, inclusive do processo de democratização; no entanto, persiste de alguma forma uma ampla percepção de instabilidade política na América Latina, a qual tende por vezes a contaminar a imagem brasileira.

O terceiro par de imagens ou percepções está relacionado à questão do regionalismo e da internacionalização. No painel da manhã, estávamos discutindo as tendências regionalizantes, tanto na Ásia como na América Latina. Concordo com o painalista que discorreu sobre o efeito na Ásia nos últimos dois ou três anos, haja vista o grupo ASEAN+3, ou o grupo econômico do leste asiático. Parece-me que algumas pessoas na Ásia e em Hong Kong estão interessadas em ver como o processo de regionalização está evoluindo em outras partes do mundo, buscando estudos comparativos no intuito de encontrar lições que possam ser aprendidas com a Ásia, à medida que se começa a desenvolver, talvez de forma até meio empírica, fóruns regionais. Há portanto genuíno interesse em descobrir-se se há lições a serem aprendidas a partir da experiência latino-americana. Ao mesmo tempo, acredito que as pessoas em Hong Kong, por exemplo, que estão familiarizadas com o Mercosul e outras iniciativas do gênero sabem também que o Brasil possui alguns laços muito tradicionais, inclusive comerciais e econômicos, fora da região, com a Europa, além, é claro, da ainda

problemática questão dos elos com os Estados Unidos e suas respectivas implicações.

O quarto par de dicotomias que me ocorreu após manter várias conversas é o que eu chamaria de símbolo ecológico e desafio ambiental. Seria uma conscientização da enorme diversidade ecológica e da riqueza da floresta tropical amazônica; acredito, no entanto, que há igualmente uma preocupação com as implicações para o Brasil e o mundo da exploração e destruição desses ecossistemas. Vejo nesse aspecto um par de imagens adicional.

Gostaria de levantar alguns pontos específicos sobre Hong Kong. Trago boas e más notícias. Começarei com as más: quando comecei a pensar neste assunto, verifiquei, após fazer um levantamento, que nenhuma universidade naquela cidade possui departamento de estudos latino-americanos. Segundo estou informado, não há nenhum curso em nenhuma universidade que tenha por objeto de estudo a América Latina ou o Brasil. Um dos paradoxos interessantes sobre Hong Kong é que Hong Kong se considera uma cidade internacional; de certa forma, obviamente o é, e muito. Atualmente, o governo está tentando recolocar Hong Kong como a cidade global da Ásia. Este é o *slogan* que estamos começando a ouvir do governo local. Há, contudo, interessante paradoxo: sob certos aspectos, o que é talvez inevitável por causa do retorno à China em 1997, há um forte interesse e grande enfoque na China. Muitas pessoas em Hong Kong têm às vezes certa dificuldade em estender seus interesses para além da China, ocupando-se de outros países da Ásia-Pacífico e até mesmo da América Latina.

Agora, as boas novas. Inicialmente, uma pequena observação sobre a vida cotidiana em Hong Kong. Há um mês e pouco estamos sofrendo de um vírus que ataca as galinhas, o que levou o governo a sacrificar os animais em Hong Kong. Quando eu retornar na próxima semana, provavelmente não terá restado uma única galinha viva na cidade. O que isso significa? Segundo minha esposa, isso significa que, quando ela vai ao supermercado, compra frangos brasileiros, de modo que, ao menos temporariamente, haverá um aumento nas exportações de frango brasileiro para alimentar consumidores de Hong Kong.

Em segundo lugar, quando cheguei no aeroporto de São Paulo há dois dias, no caminho entre a chegada internacional e a partida doméstica, vi um *outdoor* muito familiar: era uma placa giratória do Banco HSBC, que me fez sentir um pouco mais em casa. O Banco de Hongkong e Shanghai é uma instituição muito conhecida, mas quando encurtou seu nome para HSBC, muitas pessoas mundo afora ficaram sem saber a que se refere a sigla. O HSBC está buscando uma nova imagem para projetar-se. Uma das imagens que deseja projetar é a de um banco internacional de amplo alcance mundial. Para isso, escolheu três símbolos, sendo que a nova campanha de *marketing* estará sendo lançada nas próximas semanas; foram escolhidos três lugares famosos no mundo, na tentativa de construir a imagem desejada. Escolheu-se o Big Ben e o Parlamento em Londres, talvez por causa das antigas conexões britânicas; as Torres Gêmeas da Petronas em Kuala Lumpur, para demonstrar as conexões asiáticas; e o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, como imagem do resto do mundo, particularmente da América Latina. Portanto, é clara a percepção de que, para as pessoas em Hong Kong e para o resto da Ásia, esta última imagem é imediatamente associada ao Brasil.

Apenas umas rápidas reflexões sobre Macau. Pensei em mencionar Macau porque é um lugar pequeno com forte conexão portuguesa e, portanto, um dos poucos lugares na Ásia onde se pode pensar haver algum grau de compreensão sobre o pano de fundo cultural brasileiro. Há laços, que têm sido reforçados pela recém-criada Fundação Sino-Latina, que vêm procurando ligar a China ao mundo latinófono via Macau. Quem visita Macau pode perceber a forte influência arquitetônica portuguesa. No entanto, quando pensamos nas relações entre o Brasil e a Ásia, temos de ver com cautela a idéia de utilizar Macau como contraponto óbvio. Em parte porque um dos efeitos da devolução de Macau à China em 1999 foi o rápido decréscimo da influência portuguesa. Desconfio que dentro de vinte anos o português estará provavelmente em desuso como meio efetivo de comunicação. Desde já, é muito pequeno o número de pessoas em Macau capazes de manter uma conversa nesse idioma.

Gostaria de concluir com algumas reflexões sobre os meios pelos quais se poderiam superar esses hiatos de percepção. Uma das vanta-

gens de ser um acadêmico é, claro, que não possuo dinheiro e posso fazer sugestões que governos e empresas com verbas poderão analisar. Eu não tenho de me preocupar sobre o modo de pagamento, de modo que vou sugerir algumas idéias sobre como se poderia superar, de lado a lado, os problemas de imagem. O primeiro item relaciona-se às discussões anteriores sobre a mídia, pois, a meu ver, as imagens têm efeito muito mais forte do que a escrita. Acredito haver oportunidades para tentar persuadir ou dar oportunidades aos profissionais da mídia de ambos os lados para visitas recíprocas, no intuito de produzir documentários e não apenas comentários escritos sobre eventos particulares. Custa caro manter correspondentes estrangeiros asiáticos na América Latina e vice-versa, mas pode haver meios de promover intercâmbios que permitam aos jornalistas realizar visitas específicas, sendo expostos, digamos, ao dia-a-dia, à dinâmica da economia, à vida social, etc.

Em segundo lugar, acho que caberia considerar a possibilidade de intercâmbios educacionais e culturais. Parece-me serem muito reduzidos os fluxos de estudantes entre os dois lados no momento, com a possível exceção de estudantes brasileiros no Japão; acredito tratar-se de uma área potencialmente importante, pois é um investimento no futuro. Outra possibilidade é encorajar as editoras asiáticas a incluírem maior quantidade de informação sobre a América Latina em seus livros escolares e vice-versa. Em outras palavras, autores asiáticos de livros didáticos poderiam, ao escrever sobre história ou economia mundial, dar mais exemplos relacionados ao Brasil e à América Latina, ao invés de concentrar-se prioritariamente na Europa ou na região da Ásia-Pacífico.

Ainda pensando na projeção de imagem e na divulgação mais acurada dos acontecimentos, ocorreu-me que a próxima Copa do Mundo de futebol em 2002 será realizada no Japão e na Coreia do Sul. Sejam os otimistas, supondo que o Brasil se qualifique para o campeonato: parece-me haver aí algumas oportunidades valiosas relacionadas ao evento, não apenas relacionadas a futebol, mas de alguma forma ligando o evento à imagem do Brasil.

Finalmente, gostaria de sugerir meios de desenvolver um novo fórum englobando o Brasil e a região da Ásia-Pacífico. Conversamos

esta manhã sobre o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL). Pelo que entendo, tende a limitar-se sobretudo ao âmbito governamental. Acredito que deva haver meios de desenvolver um fórum que extrapole esses mecanismos formais. Talvez possamos colocar em contato grupos de homens de negócios, jornalistas e acadêmicos, todos de fora da esfera governamental, dando-lhes uma oportunidade de intercambiar idéias sobre temas específicos. Há várias questões em comum entre o Brasil e a Ásia ou entre o Brasil e regiões particulares da Ásia, o que me leva às considerações finais. Quando comecei a pensar nesse problema do incremento das relações entre o Brasil e a Ásia, minha primeira impressão foi de que os brasileiros estão muito interessados nos laços com o Japão, com a China e, até certo ponto, com a Coréia do Sul. Esse fato certamente derivará, em parte, dos laços migratórios históricos, mas minha percepção era de que talvez houvesse menos interesse nas relações com o Sudeste ou o Sul da Ásia. Talvez haja meios de criar um fórum Brasil - ASEAN que ajude a diversificar e desenvolver esses tipos de elos. Quando os asiáticos olham para o Brasil, suas idéias sobre o Brasil incluem a percepção que o Brasil tem deles; desse modo, se sou um asiático do sudeste ou do sul, posso pensar: “Bem, os brasileiros parecem estar muito interessados no nordeste da Ásia, não se importam realmente conosco”. Isso, por sua vez, terá algum impacto em minha própria percepção do Brasil. Embora esta seja talvez uma nota um pouco cautelosa e pessimista com a qual finalizar minha apresentação, terminarei por aqui.

BRASIL-ÁSIA: UM ESFORÇO DE APROXIMAÇÃO

*Jaime Spitzcovsky**

Neste início de século e de milênio, nós, brasileiros, desfrutamos da histórica e gradual consolidação de um relacionamento direto com a Ásia, sem as intermediações que deixaram marcas indeléveis no passado, como já registraram diversos estudos brasileiros e estrangeiros. Ao falar em intermediação, refiro-me, por exemplo, ao papel desempenhado pela metrópole Portugal, no período do colonialismo que se estendeu entre os séculos XVI e XIX. Naquela época, os robustos canais portugueses de comércio e de comunicação intermediavam e modelavam a relação entre dois pontos tão distantes, pontos estes que eram a Ásia e o Brasil.

Na passagem do século XIX para o século XX, a partir da proclamação da república no Brasil, os intermediários deixaram de ser lusófonos para construir pontes de ligações descritas em inglês. O império britânico, num primeiro momento, filtrava as nossas relações políticas e econômicas com a Ásia, função depois desempenhada por outra potência anglófona, os Estados Unidos. No entanto, na segunda metade do século passado, o relacionamento do Brasil com os distantes parceiros asiáticos ganhou qualitativamente e passou a caminhar com as próprias pernas, apoiando-se numa aproximação direta, e cada vez mais intensa, e, finalmente, sem os intermediários do passado.

O Brasil e a sua opinião pública passaram a manifestar crescente interesse por informações sobre o mosaico social, econômico e político que forma a Ásia. O trabalho pioneiro de retratar os meandros da vida asiática, feito por exemplo por diplomatas e escritores como Aluisio Azevedo, que chegou a Yokohama na condição de vice-cônsul em 1897, foi substituído principalmente por iniciativas levadas a cabo por empresas de comunicações. Estas, atuando interessadas em desvendar a seus leitores, telespectadores ou ouvintes os mistérios e este-

* Jornalista brasileiro e diretor da publicação "Prima Página".

reótipos que sempre cercaram terras longínquas. Nos anos 70 e 80, o jornalismo brasileiro se interessou mais pela Ásia, e, nesse âmbito, vale destacar o trabalho feito por profissionais como Gerardo Mello Mourão, que cobriu em Pequim o início das reformas arquitetadas por Deng Xiaoping, sendo também necessário destacar a cobertura de Osvaldo Peralva em Tóquio, que testemunhou alguns dos melhores momentos do milagre econômico japonês.

No entanto, a Ásia que vemos aqui, e que temos visto nas últimas décadas, não desponta, infelizmente, como uma imagem construída somente a partir do trabalho de diplomatas e de jornalistas brasileiros que, de seus postos avançados em solo asiático, transmitem à opinião pública de nosso país relatos sobre um dos mais dinâmicos continentes do planeta. Uma intermediação, diferente daquela que mencionei anteriormente, ainda persiste. Trata-se das informações e das coberturas jornalísticas produzidas pelas grandes corporações internacionais, como agências de notícias e redes de TV, que abastecem a mídia brasileira com o material produzido por sua extensa rede de correspondentes espalhados pela Ásia.

Torna-se, portanto, inevitável, que os meios de comunicação brasileiros acabem, em grande medida, apenas repassando à nossa opinião pública material jornalístico de qualidade muitas vezes irretocável, mas moldado por viés e enfoques que não são os nossos. Falo de reportagens e coberturas produzidas por uma cultura jornalística e editorial basicamente orientada por padrões, em primeiro lugar, norte-americanos, e, posteriormente europeus.

Qual o significado prático, para nós, no Brasil, desse mundo da mídia maciçamente dominado por conglomerados internacionais, num reflexo típico desta era de globalização? O resultado dessa tendência é uma cobertura internacional cada vez mais uniforme, obedecendo a ditames de prioridades e de interesses que não são os nossos. Questões de direitos humanos na China, por exemplo, podem balizar as relações entre Washington e Pequim, mas não exibem, por uma série de motivos, similar destaque na agenda bilateral sino-brasileira. Mas reportagens sobre esse relevante assunto chegam a inundar os espaços da editorias internacionais no Brasil, ajudando a modelar a percepção que a opinião

pública brasileira guarda sobre um país asiático em particular. Não que a situação dos direitos humanos na China não mereça atenção. Mas ela não pode praticamente monopolizar os relatos sobre o país que protagoniza uma das mais trepidantes mudanças da atualidade.

À distância, e atrapalhados pela cortina de fumaça de um quase monocórdio noticiário internacional, acabamos muitas vezes enxergando uma Ásia com poucas cores, com menos tonalidades do que o continente realmente oferece. Da China, costuma prevalecer o noticiário sobre o aspecto político do regime, condenando a um segundo plano as fundamentais e frenéticas mudanças econômicas, as mudanças sociais e as oportunidades de negócios e de intercâmbio que aumentam em ritmo meteórico. Do Japão, consumimos as informações sobre o desempenho do segundo maior Produto Interno Bruto do planeta e, às vezes, somos premiados com coberturas de crises ou escândalos políticos. São escassos os relatos que ajudem a desvendar, por exemplo, a empresários brasileiros, as diferenças culturais e os meandros do mastodôntico mercado japonês.

Uma pesquisa feita pela Confederação Nacional das Indústrias no ano passado junto a 46 companhias brasileiras revelou, entre outros aspectos, que os empreendedores do Brasil colocam a diferença cultural e pouca familiaridade com o mercado japonês como causas determinantes que impedem o avanço do comércio bilateral. Sem dúvida nenhuma, aumentar o fluxo de informações entre os dois países contribuiria significativamente para a superação desses obstáculos que hoje enfrentamos a fim de aprofundar o relacionamento nipo-brasileiro.

Também passou-se, no Brasil, a olhar para a Ásia com mais interesse depois da crise financeira que assolou o continente em 1997. A opinião pública brasileira acompanhou, atemorizada pelo risco de contágio típico dos tempos da globalização, as variações do baht tailandês ou do ringgit malaio. Países vistos como distantes e exóticos se incorporaram, definitivamente, ao noticiário econômico, passando a dividir com o próprio Brasil o espaço reservado na mídia aos mercados emergentes.

Esse interesse, no entanto, arrefeceu nos últimos anos, graças ao processo de recuperação econômica vivido por países como a

Tailândia e a Malásia. Entre as vítimas da crise financeira de 1997, hoje recolocadas no caminho do crescimento econômico, destaca-se aos olhos do público brasileiro o caso da Coreia do Sul. Há um crescente interesse pelo que se passa na península, fenômeno explicado pela participação cada vez mais intensa de empresas sul-coreanas na economia do Brasil.

Esse aspecto econômico e comercial desperta, no Brasil, mais curiosidade do que a tensão política e militar vivida na península coreana por conta da divisão deixada como herança da Guerra Fria. Não que inexista interesse pelo diálogo entre as Coreias, mas o conflito é geralmente entendido como um processo de repercussões basicamente regionais, uma percepção errônea devido às consequências globais de uma instabilidade provocada a partir de um embate militar na região.

Nos anos 90, outro acontecimento histórico, este sim com repercussões primordialmente regionais, atraiu um grau de atenção nem sempre dedicado pelos meios de comunicação de massa brasileiros a assuntos asiáticos. O atual processo de independência de Timor Leste ganhou primeira página e manchetes de jornais, transformou-se em matéria-prima de documentários na TV e de extensas coberturas radiofônicas. Como efeito colateral dessa atenção dedicada a uma ex-colônia portuguesa, passado que gerou uma identificação cultural para o público brasileiro, os conflitos étnicos na Indonésia deixaram de ser temas de notas de rodapé, para ganhar maior e merecido destaque. Até hoje o grande arquipélago asiático freqüentemente chega ao leitor brasileiro como paradigma de instabilidade política e de turbulências étnicas. Raras vezes, em nossa mídia, a Indonésia e a sua vizinha Filipinas, por exemplo, despontam como palcos de oportunidades de negócios ou como detentores de modelos bem-sucedidos nos campos econômico ou social, experiências que certamente existem.

No entanto, em um balanço geral, e apesar dos percalços e da distância, a Ásia que vemos ainda é a Ásia das mudanças à velocidade da luz, que faz o oceano Pacífico ganhar mais destaque do que o Atlântico. Sem dúvida, ganharíamos muito se fosse possível aumentar a presença da mídia brasileira no continente, mas sabemos também dos

problemas orçamentários que essa custosa opção representa às nossas empresas de comunicação.

Outro caminho, além da mídia, para permitir a construção de uma imagem da Ásia mais próxima de sua realidade seria por meio da intensificação dos intercâmbios culturais. Considero tímida, e com um enorme potencial para expansão, a presença asiática em nossa indústria cultural e do entretenimento. Imagino que impacto teria em nossa percepção do continente se contássemos com um produto – e ele deve existir – que repetisse em nosso país, ainda que parcialmente, o impacto gerado pelas telenovelas brasileiras. Elas são um sucesso global, contagiando dezenas de países, e com especial audiência na Ásia. Testemunhei, quando era correspondente da Folha de S. Paulo em Pequim, como a atriz Lucélia Santos, a protagonista principal de “A Escrava Isaura”, atraía multidões ao caminhar pelas ruas da capital chinesa. Todos queriam um autógrafo de “ninu”, como a personagem era conhecida em chinês.

Dang Bich Ha, historiadora e esposa de Nguyen Vo Giap, o célebre general vietnamita, disse-me em Hanói que a telenovela “Escrava Isaura” era uma de suas principais fontes de conhecimento da história brasileira. Também no Vietnã, pude saborear as imagens da telenovela Sinhá Moça. Com paciência, limitei-me obviamente às imagens daquele drama porque não entendia o idioma vietnamita que dublava a fala original dos atores brasileiros.

Desenhos animados e longa-metragens japoneses, uma antiga tradição, e as recentes levadas de filmes chineses, como as obras dos cineastas Zhang Yimou e Chen Kaige, começam, lentamente, a conquistar espaços importantes e que contribuem para a consolidação de uma imagem da Ásia mais fiel à realidade.

Além da indústria cultural e da mídia, muito há que se fazer também no campo educacional. Um trabalho do Centro para Estudos Ibéricos e Latino-americanos da Universidade da Califórnia, em San Diego, mencionou o problema. De acordo com seus autores, Andrew Selee, Song Liu e Paulette Synodis, “com a exceção da supremacia brasileira no futebol, América Latina raramente é discutida em livros

didáticos tailandeses. Quando descrevendo a América Latina, obras escolares chinesas enfatizam os movimentos nacionais de libertação. O Brasil aborda o Japão com frequência em seus livros de história, talvez devido ao grande número de imigrantes japoneses, mas pouco é dito a respeito do resto da Ásia, excetuando a China”.

No mundo acadêmico, há que se registrar uma expansão dos esforços dedicados aos estudos asiáticos, embora ainda haja evidente potencial e demanda para mais pesquisas e investigações que auxiliem a fortalecer o processo de conhecimento mútuo entre dois pólos fundamentais deste início do século 21, tão marcado por mudanças econômicas e em escala planetária.

É fundamental também notar na mídia asiática um maior interesse pelo que ocorre na paisagem latino-americana. Países vistos como exóticos, distantes, donos de uma cultura exuberante, de um futebol artístico, passaram a acumular, nos círculos mais informados, também a condição de mercados emergentes, de potenciais parceiros econômicos ou políticos e também a condição de rivais na disputa por investimentos estrangeiros. Neste quesito, basta dizer que a China ocupa o primeiro lugar, entre os países em desenvolvimento, no *ranking* dos principais recipientes de investimento direto estrangeiro. O segundo lugar desse ranking cabe ao Brasil.

Naturalmente, os solavancos econômicos do México, em meados dos anos 90, e depois do Brasil, no final da década passada, ganharam esperado destaque nos meios de comunicação asiáticos, mas a criação e o avanço do Mercosul também são exemplos de fenômenos que seduzem jornalistas e empresários da Ásia, que vêem no bloco oportunidades de negócios e a consolidação da integração regional em curso numa parte da América do Sul. O colunista Tom Holland, da prestigiosa revista *Far Eastern Economic Review*, chegou a escrever um texto, sob o título “A lição latina”, apontando alguns acertos entre os sócios Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai como exemplo a ser trilhado pelos integrantes da ASEAN, a Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Tecnologia brasileira também passou a ser alvo da mídia e do interesse asiáticos. A imagem do nosso país constrói-se, por exemplo,

com a contribuição das ofensivas recentes da EMBRAER, destaque da aviação civil, no competitivo mercado chinês. O *know-how* do Brasil em *internet banking* atrai a atenção de diversos personagens do mercado bancário e financeiro da Ásia, que abandona, de maneira gradual, a percepção apoiada basicamente em uma América Latina castigada pela instabilidade econômica.

Cada vez mais globalizados e com maior inserção na economia internacional, os países asiáticos entendem a necessidade em diversificar os alvos de suas parcerias políticas e econômicas, olhando com mais carinho e atenção para as novas oportunidades. A China, por exemplo, destaca incansavelmente os aspectos estratégicos de sua parceria com o Brasil. Um documento elaborado no ano passado por comitês do Keidanren, no Japão, e da brasileira Confederação Nacional das Indústrias evoca a construção de uma aliança para o século XXI, pregando a revitalização do relacionamento entre os dois países. O Brasil, em sua atual política externa, já evidenciou, em mais de uma oportunidade, a opção pela construção de laços mais estreitos com os parceiros asiáticos.

No entanto, ainda há muito por fazer, em diversos níveis. Também, e por que não dizer, no campo de construir e aproximar imagens de realidades, o desafio é hercúleo. Significa aplainar o caminho e facilitar o trabalho da mídia brasileira e asiática, seja no plano das corporações estatais ou privadas, estimulando projetos conjuntos, intercâmbios e parcerias, e trabalhar por canais que intensifiquem a abertura de novos horizontes culturais, a fim de desfazer estereótipos e alimentar o maior conhecimento mútuo.

O desafio é grande. Mas aproximar Brasil e Ásia não pode deixar de ser uma tarefa colossal diante das proporções gigantescas dos personagens envolvidos nesta história.

BRASIL - ÁSIA: O “ARCO DOURADO”

*Kuniko Inoguchi**

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil por tomar esta iniciativa de fomentar um intercâmbio intelectual de fontes ilimitadas. Há todos os tipos de pessoas aqui e mesas de discussão diferentes desta vez, então estamos obtendo mais informações de fontes diferentes. Eu acho que isso é muito interessante.

No século XXI, as relações internacionais ou interações entre as nações tornam-se muito mais baseadas no conhecimento. Quando eu digo isso, eu quero dizer que o sistema do século XIX era muito baseado no poder, o século XX era muito baseado no dinheiro e o século XXI será baseado em mais conhecimento. Portanto, estamos entrando em uma era em que veremos este sistema baseado no conhecimento e eu acho que um esforço como este é um sinal de que estamos dando as boas-vindas a esse sistema baseado no conhecimento e é encorajador saber que o Serviço Exterior Brasileiro está tomando a liderança nessa transição na direção de intercâmbios baseados no conhecimento. Portanto, eu gostaria de parabenizar o Sr. Fujita, assim como todo o Ministério, por abrir esta oportunidade.

Deixe-me iniciar com minha nota pessoal, porque todas as imagens vêm de experiências pessoais. Entre todos os países do mundo eu tenho um sentimento especial pelo Brasil desde que eu passei cinco anos da minha infância em São Paulo, onde meu pai foi um dos primeiros homens de negócio japoneses engajados em operações além mar. O Senhor Fujita disse que precisamos desmistificar todas as imagens, mas deixe-me contar quais são as imagens dos dias da minha infância e que eu ainda tenho.

Eu acho que o Brasil sempre foi uma terra da Arcádia, um lugar muito bonito, muito gentil e com pessoas de coração hospitaleiro, com

* Professora do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Sophia em Tóquio.

um clima muito bom, boa comida, frutas deliciosas, música fascinante, e o que é ainda melhor, como meu pai costumava me dizer, há poucos países no mundo como o Brasil, que não discriminam as diferentes culturas. Isto foi dito nos anos sessenta, então eu acho que era incrível ter uma sociedade assim naquela época. Eu também preciso dizer que os imigrantes japoneses e seus descendentes sempre estiveram na linha de frente de esforços transculturais para trazer a fé e a confiança social para este país. Então, para os meus olhos, esta foi uma terra em que os japoneses se tornaram cosmopolitas bem sucedidos pela primeira vez. Esta foi uma terra que os aceitou e portanto é uma terra que sempre foi muito tolerante com culturas diferentes, tradições e povos.

Embora possamos ter muitas outras imagens diferentes quando vivemos mais tempo, as coisas que eu acabei de dizer serão sempre verdadeiras neste país porque no século XXI eu acho que a tolerância, a diversidade ou a natureza reconciliadora da sociedade serão ainda mais apreciadas e valorizadas enquanto ocorre o processo de globalização. Então, muitas pessoas devem aprender a ser tolerantes e aceitar a diversidade.

Tendo dito isto, deixem-me dizer o que a globalização está fazendo em termos de obter uma imagem mais aguda uns dos outros. Nós realmente devemos usar esta oportunidade de globalização como uma oportunidade de compartilhar percepções mais apuradas, imaginativas e personalizadas em comparação com imagens de países, porque a globalização está nos levando na direção de mais interações, sejam elas interações intelectuais, comerciais, baseadas no conhecimento, e ela está nos dando uma oportunidade de corrigir imagens estereotipadas. Eu acho que nós podemos simplesmente sentar-nos e viver com imagens estereotipadas, porque vivemos agora num cenário muito competitivo, tanto a Ásia como o Brasil, e nós devemos tomar conhecimento da realidade para obter um conhecimento mais preciso uns dos outros para que possamos ser mais eficientes na cooperação.

Agora, deixem-me focar quais são as imagens estereotipadas gerais do Brasil. Eu acho que os palestrantes hoje de manhã tinham imagens muito mais sofisticadas do que quaisquer outras imagens que

geralmente se encontram na Ásia. O Brasil é geralmente conhecido pelas pessoas na Ásia, como uma terra muito rica em recursos naturais, futebol, a selva Amazônica ou lindas praias no Rio ou grandes oportunidades de investimento. Bem, estas são imagens bastante boas mas devemos abraçar imagens mais multidimensionais do Brasil para podermos descobrir áreas mais relevantes de cooperação. A Ásia é uma entidade muito diversa e o Brasil também. O Brasil deve fazer mais esforços para retratar uma imagem multifacetada do país, pois há muitos países na Ásia que estão em diferentes níveis de conhecimento e estão preocupados com diferentes tipos de problemas e oportunidades.

Por exemplo, há muitas novas fronteiras, mas alguns pesquisadores e laboratórios científicos no Brasil estão na fronteira mais competitiva em biotecnologia ou na pesquisa relacionada ao DNA. Neste sentido, a região amazônica deve ser considerada como uma hospedeira de recursos e bens diversos e preciosos de DNA a partir dos quais a futura medicina pode se desenvolver. Portanto, pode haver toda uma nova área de cooperações conjuntas nesta fronteira da biotecnologia; o Brasil também é muito forte na produção de aviões a jato e tecnologias ligadas à aviação; e o Brasil também é um grande poder político em relações internacionais e em muitas organizações internacionais.

A Ásia e o Brasil deveriam compartilhar o conhecimento em áreas mais amplas. Por exemplo, os países ricos em recursos na Ásia podem querer compartilhar conhecimento sobre como fomentar o crescimento sustentável; outros podem querer compartilhar conhecimento sobre a redução da pobreza ou a produção de redes de segurança para os desfavorecidos; alguns outros países asiáticos podem se interessar pelo gerenciamento de uma estrutura social multirracial ou de como cuidar de minorias indígenas; as nações recentemente democratizadas na Ásia podem querer compartilhar conhecimento sobre como administrar novas democracias, ou maneiras de superar as possíveis confusões econômicas associadas com as mudanças de regimes políticos para novas democracias.

Portanto, eu acho que as imagens dos países estrangeiros no século XXI devem ser mais baseadas no conhecimento e em experiên-

cias conjuntas do que em vagas impressões ou informações segmentadas. É particularmente muito importante para as economias desenvolvidas, como o Japão, desenvolver imagens mais sofisticadas e tentar colaborar em áreas não tradicionais e ir além desta imagem de que o Brasil é um supridor dominante de recursos naturais, então devemos sempre estar nesta área para poder cooperar.

Agora vou expor o que o ALCA e o MERCOSUL estão fazendo para renovar a imagem do Brasil. A ALCA, uma área de livre comércio na América (que o Presidente Bush quer muito organizar), é como uma globalização regional, é uma globalização em escala regional. O MERCOSUL é uma espécie de programa de integração regional. O Brasil pode ter um papel muito importante em criar novas imagens de compatibilidade de uma integração econômica regional como foi demonstrado no MERCOSUL e também um tipo de globalização em escala regional como sugerido pela ALCA. O MERCOSUL é muito importante porque mostra o que é necessário para a globalização minimizar suas conseqüências negativas em muitos outros países, incluindo o terceiro mundo, se você não tiver uma confiança regional forte. No processo, eu acho que o Brasil emergiria como um novo modelo, uma nação que propõe uma alternativa ou estrutura complementar com prudência sobre aquilo que acontece em escala global.

Agora, deixem-me fornecer, brevemente, novas formas de compreender as relações entre o Brasil e a Ásia. Eu tentarei estabelecer um novo termo, que pode soar um pouco estranho, mas mesmo assim eu vou tentar retratar a vocês, e que é chamado de “Arco Dourado”. É um conceito alternativo ao conceito de Fronteiras do Pacífico.

Desde os anos 80 o conceito de Ásia-Pacífico, ou cooperação dos países na Fronteira do Pacífico, ganhou muita atenção. Foi uma ruptura conceitual ligando regiões distantes da Ásia e da América Latina. Agora, para poder localizar o Brasil e a Ásia numa estrutura mais interligada, poderia observar-se o mapa de maneira diferente, poderia pensar-se em um conceito alternativo contra o conceito das Fronteiras do Pacífico. Se você tentar olhar o mapa de forma diferente, por exemplo, quando você fala sobre a área das Fronteiras do Pacífico, você coloca o Oceano Pacífico no meio do mapa. Mas ao invés de colocar o Oceano

Pacífico no meio do mapa, se você colocar o sub-contidente indiano no meio do mapa e desenhar um arco que começa no leste (onde está o Japão) e passa por todo o Sudeste Asiático e o Oceano Índico, bordeando o canto sul da África do Sul e enfim chegando à ponta Oeste (onde está o Brasil). Este grande arco que começa no Japão e chega no Brasil pode ser chamado de “Arco Dourado”, pois o Japão era chamado no passado de “Zipang”(a terra do ouro e prata) e o Brasil já foi chamado de “El Dorado”.

Este é um conceito alternativo. É um conceito alternativo à cooperação das Fronteiras do Pacífico e esta imagem do Arco Dourado englobaria os países do Sul da Ásia e o lado Atlântico da América Latina. Isto é ainda só uma imagem, mas como a realidade é muito mais esporádica, este exercício conceitual é extremamente importante porque, como diz o Sr. Fujita, as imagens geralmente formam a base de atividades futuras e um conceito alternativo também pode proporcionar ou assegurar um berço de estrutura ou referência àqueles que tentam fomentar novas relações e cooperações.

Um outro tipo de pequena tese, que eu lhes trago como uma nova imagem, é corrigir esta imagem ou tirania da distância. O que é a tirania da distância? A Ásia e o Brasil, há muito tempo, sofrem daquilo que chamamos a ‘tirania da distância’, ou seja, a vasta distância geográfica que impede várias oportunidades. Nós estamos simplesmente muito distantes e isto é tirania. É claro que as recentes tecnologias de informação e os melhores sistemas de transporte aéreo e terrestre nos ajudaram a superar os problemas da distância geográfica. Entretanto, pode-se olhar para essa questão da distância de forma mais ativa e criativa. A globalização, pensando seriamente, está nos desafiando a sermos mais competitivos e eficazes em cada pequena coisa e em muitas áreas de fronteira de ciência e tecnologia ou produção de produtos baseados no conhecimento, como *softwares*, o turno *non-stop* de 24 horas é o que se quer realizar no aspecto mais competitivo.

Houve muitas situações como essa no passado. Durante os dias dos tipos tradicionais de industrialização, o turno de trabalho de 24 horas ocorria no local de produção alternando a força de trabalho por turnos. Agora, para as indústrias baseadas no conhecimento, o estilo

de trabalho por turnos não é necessariamente a melhor solução porque as equipes que trabalham no turno da meia-noite podem não estar em suas melhores condições. Então, entre os países que estão localizados nas zonas de tempo quase opostas, nós podemos criar um turno de trabalho que atravesse as zonas de tempo. Por exemplo, um engenheiro de *software* de alta tecnologia no Brasil poderia no final do seu dia enviar seu produto, pela rede, ao seu parceiro na Ásia, onde o dia está começando. Assim, temos um turno de 24 horas entre as diferentes zonas de tempo. Portanto não é turno, é um turno na zona de tempo e não se pode fazer isso em bases hemisféricas porque você estaria mais ou menos na mesma zona de tempo; você não pode fazer isso com os Estados Unidos porque você está na mesma zona de tempo. Mas você pode fazê-lo se o seu parceiro estiver em uma zona de tempo completamente oposta. Portanto, eu acho que nós podemos obter modelos corporativos intensivos e criativos, para que as diferentes zonas de tempo, ou “tirania da distância” torne-se um novo tipo de bênção.

Obviamente, eu preciso lembrá-los que tanto o Brasil como a Ásia devem abraçar o sentido de competitividade no mercado global mais vividamente para descobrir estas novas formas de cooperação entre eles. A não ser que venhamos a abraçar esta necessidade de competição e a não ser que o façamos de forma mais vívida, iremos perder todas estas grandes oportunidades de formas mais criativas de cooperação.

IMIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CULTURA: UMA REFLEXÃO PESSOAL

Tisuka Yamazaki*

Tendo em vista todas as observações que ouvi hoje, eu realmente fiquei com vontade de falar sobre o assunto de um ponto de vista distinto. A preocupação, aqui, é com a imagem que o Brasil tem da Ásia e como a Ásia nos vê. Não quero saber disto. Na condição de produtora de filmes, o que desejo saber é como eu me vejo. É claro que, neste caso, há certa dose de egoísmo. Mas faz sentido.

Sou a terceira geração – sou *sansei* – de imigrantes japoneses no Brasil. Quando produzi “Gaijin”, aqui, no Brasil, ninguém falava sobre imigração. Não consegui encontrar livros, na história oficial, capazes de me fornecer informações sobre este assunto. Eu queria saber de onde eu vim, por que estava neste país e por que meu rosto era diferente. Aqui, ninguém falava sobre os descendentes de japoneses ou dos imigrantes japoneses, nem ninguém falava sobre qualquer outra etnia, sobre os outros imigrantes. Era como se nenhum destes existisse. Um pouco por falta de informação, um pouco porque eu odiava ser japonesa, acabei por fazer um filme, a fim de descobrir quem eu era. Foi então que fiz “Gaijin”. Isto foi em 1978, tendo o filme sido lançado em 1980.

Gaijin significa estrangeiro, e é o modo como japoneses denominam aqueles que não são japoneses, em princípio, lá, no Japão. A palavra tem conotação pejorativa. Já teve um significado mais pesado mas, aqui, no Brasil, é engraçado que os japoneses chamem de *gaijin* aquele que não são japoneses, os estrangeiros. Daí, perguntamos: quem é *gaijin*, no Brasil?

Nesta discussão, eu compreendi que todas as etnias utilizam uma forma pejorativa para denominar os outros. E nós, do Terceiro Mundo, temos uma impressão muito simpática para quem provêm do

* Cineasta.

Primeiro Mundo: os “gringos”. Não importa se são americanos, europeus, “gringos” são pessoas do Primeiro Mundo – da mesma maneira como os Estados Unidos geralmente chamam os latinos de “cucarachos”. De qualquer modo, creio que a conotação pejorativa existe sempre em qualquer denominação. Mas, na época, eu pensei o seguinte: se eu sou uma *gaijin*, de um jeito ou outro, seja para os japoneses, seja para os brasileiros, eu quero ter prazer em ser um *gaijin*. Daí, foi com base nesse raciocínio que comecei a pensar no fato de ser brasileira com estas feições japonesas. Na verdade, é muito bom ser brasileira, já que observo, ao viajar pelo mundo, que, apesar de todas as dificuldades que enfrentam, apesar de toda corrupção, de toda violência, etc, os brasileiros são um povo feliz. O que mais atrai os estrangeiros a virem ao Brasil não são os recursos naturais nem a alta tecnologia; o que atrai e faz com que os estrangeiros fiquem fascinados aqui é esta coisa que ele não compreende muito bem, mas que eu traduzo como o “prazer de ser brasileiro”.

Aí eu fico pensando: como é que começou esta história? Penso que nossa grande vantagem foi o fato de os portugueses terem vindo para cá, num primeiro movimento de globalização, e “se deitarem com as índias”, os negros africanos vieram para cá e eles “se deitaram com os negros”. Aí começou uma mistura que continua até hoje.

No século passado, ou seja, há cerca de cem anos, aconteceu outro movimento de globalização, aqui, que foi a chegada da imigração europeia e da imigração asiática. Recentemente, eu me mudei para Curitiba, Paraná, porque desejava ter a experiência de viver perto de um bando de *gaijin* de todas etnias. Eu me sinto em casa, pois lá as pessoas ainda conservam em suas faces e em seus nomes sua origem cultural. A exemplo de muitas outras pessoas no Brasil, filhos de estrangeiros, eu aprendi que o mais importante é a cultura original, que permanece pura. Vivi toda a minha infância ouvindo que o Japão tem uma cultura pura, que a Alemanha, a Itália... E nós não éramos nada. Era como se tentassem dizer-nos que nós, brasileiros, tínhamos uma cultura que não sabíamos exatamente qual era, e sem nenhum valor.

Por conseguinte, o que pretendo, nessa discussão que faço nos filmes e que desejo apresentar em “Gaijin”, é mostrar que, em realida-

de, neste mundo globalizado, o importante, hoje, é a mistura cultural. Com isto não quero dizer que devemos ser irresponsáveis a ponto de esquecer a origem cultural de cada um. Estou muito orgulhosa por ser japonesa, estou muito orgulhosa por ter estas feições, o meu nome e tudo o mais. Mas sinto muito orgulho de ser brasileira, de ser parte desta mescla cultural, em que não sabemos exatamente quem somos.

Um fenômeno muito interessante vem ocorrendo: esta terceira ou quarta geração de filhos de descendentes de japoneses que hoje constituem 250 mil brasileiros de origem japonesa que se encontram trabalhando no Japão, em serviços e trabalhos manuais, eles foram para lá acreditando que estavam indo para sua pátria de origem, já que foram trazidos para cá, para o Brasil, por seus pais e seus avós como japoneses. Para os japoneses, ser japonês não é uma nacionalidade, é quase uma questão espiritual, é uma questão religiosa. Era assim que meus avós diziam: “Tu és japonesa”. E eu não podia entender muito bem o que era ser japonesa, já que eu tinha uma carteira de identidade que indicava que eu era brasileira, mas meus colegas de escola me chamavam de japonesa. Portanto, essas pessoas que vão para o Japão trabalhar, assim que chegam lá compreendem claramente que não são japonesas: sua aparência é diferente: seu modo de andar é diferente: suas crenças são diferentes; elas são mais barulhentas que os japoneses; elas são mais sensuais que os japoneses, porque mostram mais seu corpo, balançam mais etc. Assim, quando chegam ao Japão, não são reconhecidos pelo povo japonês como japoneses. E ficam surpresos. Muitos enlouquecem e acabam em hospitais psiquiátricos. Assim que conseguem superar a situação, descobrem quão brasileiros eles são e começam a entender a si mesmos como pessoas de outro lugar. E é aí que começam a ser dar bem no Japão .

Eu quis falar tudo isto pelo fato de as pessoas dizerem, no Brasil, que devemos produzir filmes em português, por serem filmes brasileiros. Eu fiz filmes em várias línguas por acreditar que o que dá identidade a um povo não é o idioma, mesmo que o idioma torne uma pessoa diferente. O que dá identidade a uma pessoa, de fato, é uma memória que se tem de uma paisagem e que a faz sentir segura. Meu país é a imagem que está na minha memória e que eu carrego desde a minha infância. É o lugar que eu quero recuperar, e é este lugar que me

diz que aqui eu estou segura. Não importa se é o Brasil, ou o Japão, a China, a Indonésia, ou os Estados Unidos.

Era este, pois, o debate que eu queria trazer para cá. A questão do preconceito, a questão da dificuldade em estabelecer relações, no campo econômico ou no campo político, tudo isto é normal, faz parte do jogo. Há, porém, uma maneira que é muito mais fácil aquela da relação sentimental entre os povos. Frequentemente, observam-se coisas engraçadas. Quando meu cunhado, descendente de alemães e portugueses, pediu minha irmã em casamento, ele queria fazer tudo de forma correta. Assim, minha mãe veio a mim e, desesperadamente, me disse: 'Tisuka, sua irmã vai casar com um *gaijin*. Como é que vai ser? Ele nem saber falar japonês'. E aí eu lhe respondi: "Mãe, nós nunca falamos japonês aqui em casa!"

Em outras palavras, o medo de perder o vínculo cultural está muito mais em nossa cabeça do que em qualquer outro lugar. Quando o primeiro filho de minha irmã nasceu, minha mãe esqueceu que seu neto era um *gaijin*. Para ela, ele era seu neto e pronto! A relação afetiva é que estabelece o vínculo. Daí eu dizer para mim mesma: "Foi bom que os portugueses viessem para cá e deitado com nossas índias. Que bom que os imigrantes vieram para cá e nós representamos a terceira, a quarta ou a quinta geração já miscigenada! Em minha casa, somos alemães, americanos, russos, japoneses... é uma Babel!

Assim fazendo essa troca, colocando mais pessoas lá e trazendo mais pessoas para cá, talvez esta seja a melhor maneira de nos entendermos uns com os outros. Lendo somente fica muito difícil, fica tão diferente, tudo de cabeça para baixo... A atriz japonesa que veio participar do "Gaijin" achou tudo muito estranho. Nós nos sentamos e começamos a falar sobre algumas coisas e ficou tudo confuso. No Brasil, se uma mulher ri alto, tudo bem; no Japão, é horrível. Aqui, no Brasil, as mulheres andam na frente; no Japão, as mulheres andam atrás. Aqui é dia, lá é noite. O que é bom aqui, lá é ruim; o que é bom lá, aqui é ruim. É tudo ao contrário. Como é que se pode estabelecer uma relação com outro país cujos valores são totalmente contrários e diferentes? Se não se toca nos valores, não se pode estabelecer uma relação. Daí por que eu gosto de ser uma *gaijin*. Sinto muito orgulho por

isto. De igual modo, eu diria que esses 250 mil brasileiros que se encontram no Japão precisam compreender que estar lá não é uma vergonha. Eles são trabalhadores; ser um *dekassegui* não é uma vergonha! Talvez o Japão tenha certo preconceito contra o termo *dekassegui*, surgido há milhares de anos porque significa aqueles que fazem o trabalho sujo. Mas se brasileiros vão lá para trabalhar e estão orgulhosos por estarem lá trabalhando e servindo ao país de seus ancestrais, que façam isto com orgulho e convertam o valor disto em algo bom.

Se temos tantas diferenças, em termos de valores culturais, de nível econômico, há algo em comum que é universal – os sentimentos. Amor é a mesma coisa em qualquer lugar do mundo, em qualquer estágio da civilização. O ódio é a mesma coisa. Assim os sentimentos são, na verdade, o único laço, o único elemento que todos entendem. E digo isto com convicção, já que é com isso que eu trabalho. O cinema trabalha com emoção. Portanto, digamos, é algo que precisa ser levado em conta.

Penso que o Brasil pode ensinar muito hoje a partir desta riqueza representada por nossa mesclagem cultural e étnica. Somos parte, hoje, de um país que é o melhor exemplo de paz entre os povos de diferentes raças. É isto o que o resto do mundo deseja, e nós o temos aqui, na prática. Não posso falar sobre o Japão por causa de minha família, mas penso ser muito difícil para os povos asiáticos e para os japoneses entenderem os brasileiros. Mas é muito fácil para nós, brasileiros, entender por que vocês são tão diferentes. Se vocês não derem tanta atenção a valores tradicionais, talvez seja muito fácil nos entender.

PALESTRA PROFERIDA PELO EMBAIXADOR RONALDO MOTA SARDENBERG *

A organização deste Seminário representa uma oportunidade extraordinária para discutirmos um tópico que se revela extremamente importante no mundo contemporâneo – a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico –, na perspectiva de nossa cooperação bilateral.

É uma grande satisfação estar presente neste Seminário, que muito apropriadamente visa a expandir novos horizontes. Em primeiro lugar, gostaria de me referir brevemente a alguns avanços que realizamos no Brasil e a desafios que nos aguardam no campo da ciência e da tecnologia. Gostaria de relatar os progressos alcançados em parcerias já estabelecidas com países asiáticos. Igualmente, gostaria de falar a respeito das possibilidades que vislumbramos para cooperação com outras nações amigas da Ásia.

No momento em que a supremacia militar definiu o poder das nações, a inovação foi principalmente orientada para a tecnologia de guerra. Nos tempos modernos, já podemos observar o temor adicional do surgimento de novas formas de dominação, baseadas no conhecimento e na capacidade de inovar.

Muito mais do que no passado, a ciência e a tecnologia são, atualmente, agentes de um mundo em transformação, tanto do ponto de vista civil quanto do militar.

Nesse contexto, é mais que natural que nossos governos e sociedades redobrem esforços para articular parcerias e a cooperação internacional.

O processo de globalização, que se apresentou como uma tendência determinante de nossa época, trouxe consigo, ao mesmo tempo, uma certa apreensão, ocasionada pelas transformações que produziu nos campos econômico e social. Conseqüentemente, as nações hoje

* À época, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

se sentem fortemente estimuladas a identificar de maneira clara suas próprias perspectivas, de suas próprias maneiras.

Nesse cenário complexo, nós, no Brasil, temos firmemente trabalhado na definição do papel da ciência e da tecnologia e, nesse contexto, na identificação das potencialidades de remodelação da cooperação internacional nessa área, com vistas a agregar-lhe novos e avançados conteúdos.

Como resultado, estamos proporcionando uma nova dinâmica a essa área, com o objetivo de estabelecer parcerias inovadoras, de comum acordo, as quais são mais compatíveis com nossas carências nacionais.

Na atual e criativa agenda científico-tecnológica brasileira, existem cinco áreas centrais que representam transformações profundas:

- Criação de novos fundos para financiar pesquisa e inovação;
- Adoção de métodos modernos de gerenciamento público nesses campos;
- Apoio direto a programas de pesquisa inovadora;
- Remodelação da cooperação internacional;
- Organização, em setembro de 2001, da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que visará ao estabelecimento de linhas estratégicas até 2010.

Ficaria muito contente caso as Embaixadas asiáticas pudessem enviar representantes aos trabalhos dessa Conferência, a qual será realizada em Brasília, entre 18 e 21 de setembro de 2001.

No que concerne a recursos, no ano passado, obtivemos a aprovação do setor de financiamento de fundos para pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Esses fundos, ao todo, somam de US\$300 a US\$400 milhões este ano. São fundos que se renovarão com recursos crescentes a partir deste momento, todos os anos. Estão principalmente orientados para setores tais quais os de gás e petróleo; produção e conservação de energia elétrica; água e recursos minerais; transporte;

pesquisa e aplicação espacial; tecnologia da informação e de telecomunicações. Esperamos que, por volta de julho, ao menos a maior parte desses fundos esteja em operação plena.

Também criamos dois outros fundos que não são fundos setoriais; são fundos para apoiar pesquisa em infra-estrutura, isto é, equipamentos e construção de laboratórios. Além disso, há um fundo que procura aproximar a Universidade e os centros privados de pesquisa. Ainda ontem, durante o almoço, estava conversando com meus colegas na mesa, e nós nos demos conta de que esses mesmos problemas acontecem em muitos dos nossos países.

Juntamente com esse novo volume de recursos que praticamente dobra os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, também estamos implementando um novo tipo de gerenciamento que dá ênfase às parcerias, à transparência, à busca por resultados e à seleção competitiva de projetos. Esse novo gerenciamento é em si mesmo um fator de modernização nacional; é um fator de transformação no modo por meio do qual o Governo opera e nas suas relações com a comunidade acadêmica e com o setor produtivo. Estamos estabelecendo um novo Centro de Estudos Estratégicos e de Gerenciamento que estará operando por volta deste mês de junho e que consistirá em importante instrumento em termos de perspectivas, ou seja, para a identificação de problemas e oportunidades as quais se farão presentes no futuro; em termos de acompanhamento ou monitoramento e avaliação de programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

O impacto dessas mudanças será muito forte. Será percebido principalmente por volta do segundo semestre deste ano, mas, no primeiro semestre, já utilizamos aproximadamente R\$320 milhões adicionais para o setor. Esse valor está distribuído em modalidades diferentes, em programas e projetos distintos, mas o valor agregado do primeiro semestre alcança R\$320 milhões. A média anual brasileira nos anos anteriores foi cerca de R\$200 milhões, e isso demonstra a dimensão do esforço, o aperfeiçoamento que tem sido feito no Brasil.

O Governo, a academia e o setor privado estão convencidos da necessidade urgente de superar as nossas deficiências tecnológicas. Dessa forma, poderemos contribuir decisivamente para melhorar a

produtividade e aumentar a competitividade no setor produtivo, fortalecendo o mercado interno e o valor agregado das exportações brasileiras. Estamos certos de que esse esforço, em termos de desenvolvimento tecnológico e de produção de tecnologia, é essencial para o país no médio e no longo prazos. Essa preocupação de médio e longo prazos é precisamente a inquietação da Conferência de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional, a qual visa a estabelecer linhas estratégicas até 2010. Na realidade, estamos conduzindo um trabalho de consulta ampla com a academia, sendo que já realizamos cinco seminários; em 02 de agosto de 2001, teremos promovido seis seminários no mesmo dia em seis capitais brasileiras, as quais esperamos ser reunidas através da rede; também estamos trabalhando com o setor parlamentar, adotando a prática norte-americana, a qual é denominada “café da manhã de trabalho” (*working breakfast*). Nós acordamos mais cedo para trabalhar; provavelmente estamos tanto trabalhando quanto comendo pior! Enfim, é o tempo disponível, e nós estamos conduzindo um trabalho seriíssimo com o Congresso, com o Comitê de Ciência e Tecnologia do Congresso – o *front* parlamentar para defender a ciência e a tecnologia –, o qual foi estabelecido no ano passado, com o propósito de levar adiante e enfrentar os desafios do nosso déficit tecnológico.

No campo da remodelação da cooperação internacional, antes de mais nada, faz-se necessário reconhecer o esforço já empreendido, o qual tem em grande parte capacitado o acesso dos pesquisadores e cientistas brasileiros no cenário mundial. No momento precisamos fazer mais. Precisamos estabelecer parcerias e prioridades que sejam compatíveis com nossa agenda para o conhecimento e a inovação.

A política brasileira para ciência e tecnologia é definida hoje por parâmetros que levam em consideração, no Brasil, os talentos nacionais, os talentos regionais no país e os talentos governamentais. Evidentemente, tudo isso é feito sem prescindirmos de nossas afinidades com o cenário externo. Ao mesmo tempo em que tentamos nos referir a esses talentos, essas três dimensões, igualmente desejamos que nossa cooperação seja fortemente dirigida para as áreas de fronteira do conhecimento e da inovação, uma fronteira que se está expandindo muito rapidamente hoje em dia. Com essa proposta, estamos atualizando programas e convênios, estamos criando novas ferramen-

tas mesmo no âmbito internacional, estamos avaliando nossas parcerias possíveis. Temos a percepção de que, atualmente, as formas tradicionais de transferência de tecnologia estão cedendo espaço para o desenvolvimento de inovação e pesquisa conjuntas e compartilhadas. Certamente reconhecemos que a pesquisa e o desenvolvimento têm um caráter internacional importante, mas, por outro lado, estamos convencidos de que, ao mesmo tempo, é essencial manter um esforço nacional vigoroso como condição para edificar o futuro da sociedade de nosso país.

Outro tópico que nos orienta é o desenho de um programa para promover a internacionalização do conhecimento em massa a respeito do Brasil, que é hoje detentor de importantes centros de pesquisa estrangeiros. Essa internacionalização do conhecimento a respeito do nosso próprio país é atualmente uma de nossas prioridades.

Nossos programas de cooperação internacional já incorporam – e deverão incorporar cada vez mais – elementos inovadores do ponto de vista substancial e do ponto de vista de procedimento, de modo que poderemos assegurar melhor coordenação de nossos esforços. Temos realizado alguns progressos realmente importantes e interessantes: a expansão da cooperação em campos novos e avançados; a adição de recursos e melhores instrumentos; e o gerenciamento compartilhado dessa cooperação com nossos parceiros.

O Brasil possui programas e projetos de cooperação com países avançados em duas áreas: aquele com parceiros tradicionais, como é o caso dos Estados Unidos, da França, da Alemanha, entre outros. Essa cooperação permite o acesso brasileiro ao que há de mais avançado no mundo da ciência e abre caminho para esforços cooperativos no campo tecnológico. Com esses parceiros, desejamos atualizar programas e projetos antigos, bem como lançar novos programas e projetos que possam se adaptar ao novo patamar da ciência e da tecnologia no país e aos novos caminhos da economia mundial. Esse processo já tem tido resultados significantes com Alemanha e França, países cujos Ministros da Ciência e Tecnologia nos visitaram recentemente.

A segunda área refere-se a países avançados com os quais nossa cooperação não se mostra tão larga e freqüente, dentre os quais

Japão, Itália e Canadá. Estamos dando novos passos no sentido de incorporar programas mais estáveis e promissores aos já executados. Deveria mencionar que isso já está acontecendo com Austrália e Espanha. Tivemos o prazer de receber os Ministros de ambos os países e, nessas ocasiões, em meses recentes, celebramos duas declarações de acordo que são muito inovadoras e interessantes.

Com o Japão, buscamos revigorar uma parceria de muito tempo, a qual, como havia mencionado, não é tão próxima quanto gostaríamos, mas que tenho absoluta certeza de que ambos países desejariam que assim o fosse, tendo em vista que nossos laços históricos são muito fortes e célebres. Desenvolvemos com o Japão um projeto chamado Projeto Jacarandá, que é uma homenagem a uma espécie da floresta chamada “jacarandá cobaia”, que pode ser facilmente plantada em áreas que estão ambientalmente degradadas. Essa é a diretriz desse projeto que existe desde 1995 e deverá estar concluído em 2003 e que já colhe resultados importantes. Conferimos importância ao Projeto Jacarandá porque está permitindo a criação de um germoplasma. O Projeto desenvolveu técnicas de armazenamento de sementes e de plantação em regiões devastadas, ambientalmente degradadas, para mencionar apenas alguns de seus aspectos.

Estamos convencidos de que podemos fazer mais. Nosso Governo deseja avançar a novos estágios de cooperação com o Japão, por meio de parcerias de mútuo interesse mais sólidas e criativas. Em especial, temos em mente áreas mais avançadas tais como biotecnologia e tecnologias de informação, atividades espaciais e outros campos que possamos considerar em conjunto.

A cooperação bilateral com países em desenvolvimento da Ásia envolve ou pode envolver China, Índia, Coreia do Sul, Paquistão, Malásia, Cingapura, entre outros países. Buscamos o desenvolvimento conjunto e compartilhado em pesquisa e inovação, de modo que, somando esforços, podemos avançar no ambiente da economia globalizada. Gostaria de enfatizar o sucesso emblemático alcançado no programa de cooperação com a China. Brasil e China desfrutam de importantes características comuns, as quais são continuamente lembradas por nossos dois Governos: são países com extensos territórios,

com economias que se situam entre as maiores do mundo. Ainda nos anos 80, começamos um bem-sucedido programa com a China para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto – a família CBERS. Esse acordo estratégico é um exemplo da cooperação frutífera e progressiva que gera mútuos benefícios.

O Programa de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres planeja construir, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pela Agência Espacial da China, quatro satélites de sensoriamento terrestre. É importante realçar que anteriormente nenhum dos dois países dispunha de domínio completo dessa tecnologia, a qual foi conjuntamente desenvolvida.

O primeiro dos satélites foi finalizado na China, lançado em 1999, e tive a oportunidade de assistir ao lançamento. O segundo será lançado em 2002 e já está sendo montado. Está sendo finalizado em São José dos Campos. Apenas esse estágio já qualifica o programa como a maior iniciativa de cooperação entre países em desenvolvimento. E se encontra em seu estágio final de negociação, praticamente completo. O desenvolvimento de dois outros satélites deverão incorporar novidades tecnológicas em relação aos dois primeiros – CBERS 3 e 4, com investimentos totais estimados hoje em cerca de U\$200 milhões, e a responsabilidade pelos estágios de construção deverão ser completamente compartilhadas: os testes, o lançamento e a operação de satélites em volta da Terra.

A continuidade de programa CBERS é uma prioridade para ambos os países. Mas, além disso, o alto nível de cooperação espacial entre Brasil e China está começando a se expandir para outros campos promissores. Em abril último, começamos a expandir essa área – que agora está também voltada para novas prioridades – inicialmente nos campos da biotecnologia, pesquisa de avançados materiais e tecnologias de informação e comunicação. Esses setores são percebidos por ambos os países como motores para inovação no século XXI.

Através da biotecnologia, pretendemos avançar no aperfeiçoamento de padrões de saúde e contribuir para o futuro econômico dos dois países. A cooperação de possibilidades no campo da biotecnologia e a pesquisa do genoma serão exploradas, com aplicações na agricultu-

ra e na criação de gado, bem como serão estimuladas as atividades de formação de recursos humanos nesse campo.

O Brasil, por sua vez, já alcançou avanços expressivos na área da biotecnologia. Nossa capacidade de pesquisa na área do genoma foi confirmada com a identificação, pela primeira vez, do código genético de uma bactéria responsável por uma praga na agricultura, a *Yllella fastidiosa*, no ano passado, o que representou uma conquista da ciência brasileira para a ciência mundial. Neste ano, estabelecemos uma rede nacional de pesquisa nesse campo e sete redes regionais no contexto do Projeto Brasileiro do Genoma. A parceria com a China nessa área reflete a determinação de se firmar a competência nacional nas atividades de pesquisa, seqüenciamento e manipulação do genoma – com aplicações, especialmente, como já mencionei, nas áreas da saúde e da agricultura.

O desenvolvimento da capacidade em tecnologia da informação e comunicação é primordial. Tanto a China quanto o Brasil têm sido chamados a cooperar. Esse tema diz respeito a todos os países representados nessa sala.

As tecnologias da informação, na qualidade de instrumento de novas formas de organização e produção na escala mundial, redefinem a inserção dos países no sistema econômico mundial. Mas vêm acompanhadas do fantasma da exclusão digital, ao estabelecer uma fronteira sofisticada, na qual é difícil separar – hoje mais que no passado – os países desenvolvidos dos em desenvolvimento. Daí a necessidade de se criar uma estratégia abrangente de inserção nesse novo mundo da economia digital, o qual acolha nossos esforços nacionais.

A esse respeito, de fato, em julho do ano passado, em Florianópolis, tivemos a reunião preparatória do Encontro Regional de Segmentos de Alto Nível do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), durante a qual adotamos uma agenda para integrar a América Latina e o Caribe na Sociedade de Informação. Neste mês, em 18 de junho, nos reuniremos no Rio de Janeiro com representantes de 35 países em desenvolvimento, muitos dos quais asiáticos, com o objetivo de debater a incorporação de nossas prioridades para os esforços mundiais para superação do hiato digital. Ao particularizar esses esforços mundiais, eu gostaria de mencionar a “Força de Tarefa

para Oportunidades Digitais” (*Digital Opportunities Task Force*) do G-8 e a “Força de Tarefa para Tecnologias de Informação e Comunicação” (*Information and Communication Technologies Task Force*) do ECOSOC.

No campo dos materiais avançados, China e Brasil estão igualmente aptos a cooperar na área de materiais de fóton, que são objeto de atenção de grupos de pesquisa nos dois países. Nós temos uma competência similar em materiais tradicionais que também podem se tornar objeto de novas técnicas de produção.

Gostaria, ainda, de me referir à Agenda Comum para o Meio Ambiente que assinamos com a China e com a Índia. Essa Agenda tem o propósito de fortalecer o diálogo e a cooperação com os países mais ativos nos debates internacionais nesse campo.

É também importante mencionar o diálogo que mantivemos com a China e com a Índia no tópico das mudanças climáticas. Os três países firmaram posições no que concerne a questões centrais das negociações, como a questão da mudança no uso da terra e das florestas: os mecanismos de flexibilidade (inclusive o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL; a questão do financiamento; e o regime de cumprimento da Convenção.

Com a Índia, desde 1990, nós acompanhamos o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Durante a visita que o Presidente realizou à Índia em 1996, o estabelecimento de um vigoroso intercâmbio de conhecimento foi acordado, com encontros em ambos os países. Ainda com a Índia, estamos evoluindo para um novo estágio de cooperação bilateral, inclusive por causa do fato de que ambos os países são supridores de tecnologias e de serviços na área de tecnologias de informação, e pelo fato de que há amplas possibilidades de comércio nessa área. Tive o prazer, em novembro passado, de celebrar com o Ministro da Informação e da Tecnologia da Índia, Senhor Pramod Mahajan, que estava nos visitando, um Memorando de Entendimento que se encontra agora em seu estágio inicial de implementação nos dois países.

Nesta semana, aprendi, com grande satisfação, que teremos a honra de receber o Ministro da Ciência e Tecnologia da Índia, Senhor

Murli Manohar Joshi, entre 3 e 6 de julho. Certamente iremos preparar um programa interessante para nosso colega indiano, e deverei ir à Índia, em outubro, para o encontro das Academias do Terceiro Mundo e para buscar desenvolver nossos acordos bilaterais. Iremos anunciar em breve a constituição de um Conselho de Cooperação Científica entre Brasil e Índia.

Nossas afinidades com a Coréia do Sul são significativas. Há cerca de quarenta anos, o Brasil foi o primeiro país latino-americano a estabelecer relações diplomáticas com a Coréia. Desde então, nossas economias se desenvolveram de forma extraordinária e hoje elas se encontram num estágio de desenvolvimento decisivo, portanto, no momento certo para fortalecer nossa cooperação na área de ciência e tecnologia.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em recente visita à Coréia, manifestou ao Presidente Kim Dae-Jung nossas expectativas no que se refere à Parceria Brasil-Coréia para o Século XXI. Por sua vez, o Presidente coreano expôs o caráter prioritário da pesquisa e da inovação na Coréia, rumo à economia e à sociedade do conhecimento. Também manifestou o interesse especial coreano na questão da exclusão digital. Não faltam oportunidades, portanto, para a cooperação de interesse mútuo.

No ano passado, Brasil e Coréia fizeram progressos significantes no sentido da cooperação, com a criação de um Fundo Bilateral que está começando a operar neste ano, e que financiará pesquisas criadas por um modelo inovador, capaz de atuar significativamente no contexto de nossas relações bilaterais.

Gostaria, ainda, de mencionar outros parceiros asiáticos com quem também desejamos evoluir em áreas e formas de cooperação. O Acordo em Cooperação Científica e Tecnológica com a Malásia, celebrado em 1996, é orientado para a concessão de bolsas de mestrado no Brasil, na área científico-tecnológica. Pretendemos fortalecer nossa parceria com a Malásia. No ano passado, tive uma oportunidade excelente de conversar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Malásia, Senhor Syed Hamid Albar, sobre tópicos bilaterais. Sugerir-

mos a possibilidade de uma visita de uma delegação brasileira à Malásia, com vistas a negociar um acordo futuro sobre convênios entre ambos os países a área de C&T e na área da Tecnologia da Informação.

Com o Paquistão, nosso acordo nos remete a 1988 e vem operando desde 1990. Podemos prever uma parceria produtiva. Tive a oportunidade de encontrar, em São Paulo, em setembro do ano passado, o Ministro da Ciência e Tecnologia do Paquistão, Senhor Atta-Ur-Rahamano, que estava visitando o Brasil para apresentar um trabalho num Seminário na Universidade de São Carlos. Troquei algumas opiniões com o Senhor Rahamano, as quais foram bastante interessantes. Ele chegou a comentar comigo o que tem sido feito pela comunidade científica paquistanesa no exterior, o que é um tópico muito interessante para nós e para todos os países do Terceiro Mundo.

O Vietnã, por sua vez, tem manifestado interesse de fortalecer relações com o Brasil, especialmente nos campos científico-tecnológicos. O Ministro da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Vietnã propôs um Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Esse Acordo encontra particular apoio por parte do Senhor Dang Huu, que nos honra com sua presença neste Seminário. Há um interesse recíproco no estabelecimento de uma cooperação bilateral que deverá adotar um perfil inovador e incluir novas modalidades de pesquisa.

Com Timor-Leste, que integra a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, temos uma ampla potencialidade de cooperação, inclusive por meio de institutos conectados ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Temos demonstrado interesse em cooperar na organização de uma infra-estrutura e estrutura institucional na área de C&T, a qual inclui sistemas de comunicação, sistemas de transporte, tecnologias agrícolas e industriais e bolsas de mestrado.

Nosso Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais deseja cooperar por meio de treinamento de técnicos em Timor-Leste para previsão do tempo em regiões tropicais; treinamento e promoção de tecnologia de geoprocessamento e observação da Terra. O Presidente da República, em especial, em sua visita a Timor-Leste, demonstrou seu desejo de cooperar com aquele país no mapeamento do território mediante técnicas de sensoriamento remoto.

Nos limites de nossas possibilidades, desejamos continuar o processo que nos conduz a fortalecer e consolidar a aproximação com os países asiáticos. A cooperação bilateral e as outras formas que possamos desenvolver permitirão obtermos, em conjunto, resultados mais significativos em termos de ciência e tecnologia. Desejamos operar plenamente os acordos e entendimentos que já assinamos, bem como desejamos continuar a estudar a possibilidade de incorporar novas parcerias e áreas de cooperação.

O bem-sucedido acordo sino-brasileiro ao qual já me referi nos inspira e demonstra a viabilidade de alcançar conhecimento comum e desenvolver inovações tecnológicas em conjunto com benefícios para ambos os lados. Esses benefícios, é importante frisar, são tanto sociais quanto econômicos no aspecto interno, mas também em termos da inserção internacional de nossos países.

É uma preocupação comum uma certa tendência que visa a ampliar o hiato científico-tecnológico entre as nações. Para enfrentarmos o risco de concentração de conhecimento e inovação, temos que aperfeiçoar nossos esforços e, portanto, minimizar nossos custos e maximizar os resultados. O diálogo, o entendimento e a cooperação nos fortalecem e nos tornam mais capazes de enfrentar os desafios contemporâneos da pesquisa e da inovação.

MÓDULO 3

**COOPERAÇÃO PARA O AMANHÃ: FRONTEIRAS E
VEREDAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

I. A globalização – oportunidades e desafios para o Vietnã

Os fluxos de globalização que se acentuaram nas últimas décadas trouxeram grandes transformações econômicas, culturais, políticas e sociais para nosso planeta, aprofundando as contradições da época e encorajando lutas dos operários e dos povos oprimidos contra a opressão do capitalismo. Essa é uma característica preponderante da época de transição da história da humanidade que se anuncia desde a Primeira Guerra Mundial e que poderia durar ainda um século inteiro. É a época em que o capitalismo atinge a última etapa de seu desenvolvimento, ingressa em sua crise global e vê-se forçado a proceder a um grande reajuste que lhe permita manter sua posição hegemônica e manipular o mundo. Trata-se da transição de uma sociedade de classes e de opressão em direção a uma nova sociedade caracterizada pela emancipação do homem, pelo desaparecimento das classes e da opressão.

O desenvolvimento dos fatores de produção, a ampliação do mercado mundial e a integração das economias conduziram à globalização. Os notáveis avanços da ciência e da tecnologia, sobretudo da informação, e o surgimento da economia baseada no conhecimento aceleraram ainda mais este processo. Trata-se de uma tendência evidente, objetivo do processo da evolução da sociedade humana.

A globalização se reveste, contudo, de características de classes e de política. Ela tem sido uma globalização do capitalismo, dirigida pelo capitalismo, o qual adota todas as medidas para forçar os países a seguirem a ordem que ele próprio impõe.

* Comissário de Educação, Ciência e Tecnologia do Partido Comunista do Vietnã.

As superpotências capitalistas, com seus instrumentos institucionais de ordem econômica, financeira e comercial, assim como os grupos transnacionais poderosos, ameaçam as instituições econômicas, políticas e culturais tradicionais em cada país. A doutrina neoliberal torna-se a base ideológica para as instituições econômicas e financeiras internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, entre outras.

A globalização capitalista está em vias de eliminar os valores tradicionais estabelecidos há milênios, degradar os costumes morais, acentuar os males sociais, ampliar o fosso entre os países ricos e pobres e agravar rapidamente as injustiças sociais. A diferença de renda entre 20% da população mais rica e 20% da mais pobre do mundo se multiplica rapidamente: de 11, em 1913, passou a 30, em 1960, 60, em 1990, e 74, em 1997. A razão entre a renda média *per capita* entre o país mais rico e o mais pobre, que era de 10 no início do século, é atualmente de 400. A fortuna dos três magnatas mais ricos somada ultrapassa o total dos PIBs dos países subdesenvolvidos com população total de 600 milhões de habitantes. Vinte por cento dos países desenvolvidos mais ricos detêm 86% do PIB mundial, ao passo que 68% dos investimentos diretos estrangeiros representam uma taxa de acesso à internet de 93%, comparada com menos de 1% nos países mais pobres. Atualmente, 830 milhões de pessoas sofrem de desnutrição; mesmo nos países desenvolvidos, mais de 100 milhões de pessoas vivem na pobreza. Essa é a consequência da globalização capitalista.

O conhecimento, a ciência e as tecnologias modernas se esvaem ao serem confrontadas com promessas de um desenvolvimento espetacular das forças de produção que conduza rapidamente ao aumento da riqueza da sociedade. Tais promessas teriam tornado a vida mais agradável para todos. No entanto, o capitalismo utilizou a globalização de modo a atender a seus próprios interesses, reforçar sua posição, intensificar a opressão e a exploração dos trabalhadores e dos países em desenvolvimento. Por intermédio das instituições econômicas e financeiras internacionais, obriga os países a girarem à sua volta, para isso forjando belas fórmulas: ajuda ao desenvolvimento, cooperação mediante investimentos e transferência de tecnologias – a fim de aumentar sua exploração. Essa situação nos

faz pensar na primeira globalização ocorrida com a colonização do mundo pelo imperialismo.

Os produtos agrícolas e as matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento são vendidas a preços vis. Ao mesmo tempo, outros produtos, especialmente os de alta tecnologia, beneficiam-se da proteção da propriedade intelectual, sendo altamente valorizados. Desse modo, os grupos transnacionais obtêm lucros gigantescos e se apropriam da maior parte dos ganhos. Com referência à utilização da ajuda para o desenvolvimento, uma porção importante do valor desses auxílios se reverte para os países doadores, tornando o custo dos investimentos muito mais elevado em comparação àqueles provenientes de capitais domésticos. O resultado é o super-endividamento e a escassa eficácia dos investimentos.

Em vista do caráter seletivo das transferências tecnológicas, das importações e exportações e dos auxílios, os grupos transnacionais continuam explorando os países em desenvolvimento. Essa tendência é cada vez mais evidente. Os argumentos de Georges Susunou expostos em sua obra intitulada “Como morre a outra metade do mundo?” (*Comment meurt l'autre moitié du monde?*) desmascaram em certa medida a natureza do capitalismo mundial.

Atualmente, as superpotências capitalistas implementam uma espécie de neocolonialismo, de natureza semelhante a do colonialismo tradicional. A diferença reside no fato de que recorrem a manobras econômicas e financeiras sofisticadas e ao despotismo para obrigar os outros países a observarem uma ordem imposta por eles próprios, ameaçando com punições os países “desobedientes”. A partir dos anos 90, após a desintegração da União Soviética, restou no mundo uma única superpotência capitalista soberana, a qual age como uma déspota em todo o globo. Tudo indica que nosso planeta continua sendo regido pela lei segundo a qual “a razão do mais forte é sempre a melhor”.

Essa situação provoca a indignação e os protestos anti-globalização capitalista dos povos do Terceiro Mundo, dos operários dos países capitalistas e dos povos progressistas no mundo, movimentos esses que tendem a associar-se. As manifestações contra a OMC

em Seattle em 1999, que envolveram mais de 700 organizações e 40.000 pessoas, provocaram o fiasco da conferência. Essa luta, nascida à sombra do capitalismo, é considerada um marco do novo desenvolvimento dos movimentos anti-globalização capitalista. Após Seattle, os movimentos continuam a se intensificar, reforçando os protestos contra o FMI e o Banco Mundial.

A luta em defesa dos valores culturais dos povos e do meio-ambiente – teto comum da humanidade – manifesta-se sob novos aspectos.

Por ocasião da Cúpula do Sul em Havana em abril de 2000, os países do Terceiro Mundo manifestaram vontade de lutar contra a globalização capitalista. A cúpula apoiou as palavras eloqüentes de Fidel Castro: “Não é o momento de o G77 pedir favores aos países desenvolvidos, abandonar-se ao derrotismo ou aceitar a cisão; o momento é de recobramos nossa combatividade e nossa solidariedade, face à necessidade de defendermos nossas reivindicações... Se a globalização pode seguir as regras do neo-liberalismo, esse último não pode reinar sobre milhões de pessoas sofrendo fome e aspirando ardentemente à justiça”.

Apesar de a globalização atual representar desafios aos países em desenvolvimento, não há outro caminho além da integração à economia mundial; hoje em dia, nenhum país pode se desenvolver isolado do resto do mundo.

Nós não nos opomos à globalização, que vem a ser um processo evidente de desenvolvimento das forças de produção e do mercado mundial; o que fazemos é protestar contra a injustiça, as desigualdades e os efeitos desumanos da globalização capitalista. É preciso participarmos desse processo de modo a aproveitarmos as oportunidades de cooperação e de luta, de modo que a globalização beneficie a todos, seja igualitária, democrática e humana; que engendre ao mesmo tempo a cooperação e a luta em prol dos interesses comuns de todos os povos do globo, de modo a constituir-se numa globalização equitativa e humanitária.

II. O Vietnã em vias de renovação e de integração à economia mundial

O Vietnã conduziu lutas heróicas contra agressores imperialistas para reconquistar a independência nacional e reunificar o país. O Vietnã engaja-se no caminho da renovação, adotando como palavras de ordem “povo próspero, país poderoso, sociedade igualitária, democrática e avançada”. Com base em sua própria experiência, obtida ao preço de grandes sacrifícios, o Vietnã compreendeu uma realidade: que a independência nacional anda de braços dados com o socialismo. Os ideais do socialismo que exortaram um povo inteiro a vencer os agressores no passado o encorajam agora a edificar e defender a Pátria.

Combinar as forças da época com aquelas da nação constitui sempre um elemento chave de todas as vitórias de nosso país. Por ocasião de suas lutas em prol da independência nacional, o Vietnã beneficiou-se de apoios importantes e de auxílios de grupos progressistas no mundo inteiro. Atualmente, o Vietnã deseja forjar laços de amizade com todos os povos da comunidade internacional, ampliar suas relações diplomáticas, econômicas, culturais, científicas e técnicas com a quase totalidade de países, participando ademais de um grande número de organizações regionais e internacionais.

Após seguir durante 15 anos a política de renovação baseada em dois eixos essenciais – desenvolvimento da economia de mercado e integração à economia mundial – o Vietnã superou a grave crise econômica do início dos anos 80, obtendo resultados encorajadores.

Ao longo das décadas de 70 e 80, a produção vietnamita não era suficiente para atender à demanda, a acumulação no âmbito da economia de estado era quase inexistente, o país recebia anualmente cerca de US\$ 2 bilhões a título de ajuda da parte da URSS e de outros países socialistas e importava pesadamente produtos alimentícios. A partir do início dos anos 90, contudo, não obstante o colapso da URSS e o desaparecimento do bloco socialista, o Vietnã teve bom desempenho em termos de desenvolvimento; tornou-se um dos três principais exportadores de arroz no mundo (exportou US\$ 4 milhões no ano de 2000). Não obstante os impactos negativos sobre a economia

vietnamita (queda dos investimentos diretos estrangeiros, desaceleração do crescimento do PIB), a crise financeira que atingiu a Ásia em 1997 não produziu transformações importantes na economia vietnamita, ao contrário do que ocorreu em outros países da região.

Ao longo dos anos 90, o PIB duplicou, a infra-estrutura se desenvolveu consideravelmente, o padrão de vida melhorou, a sociedade se estabilizou, e a cultura, a educação e a ciência se desenvolveram. Graças à política de integração à economia mundial, de atração de investimentos estrangeiros, de expansão do comércio exterior, da cooperação econômica, científica e técnica com outros países, o Vietnã conseguiu superar uma série de dificuldades. O volume de importações e exportações cresceu rapidamente (a uma média anual de 20%), atingiu US\$ 14,3 milhões com as exportações (correspondendo a 46% do PIB) e US\$ 15,2 milhões em importações (correspondendo a 49% do PIB) em 2000. A proporção de capitais de investimentos estrangeiros diretos em relação aos capitais totais investidos no país foi de 32,4% em 1995 e de 18,6% no ano de 2000. O investimento estrangeiro contribuiu ativamente para o crescimento do PIB, elevação do nível tecnológico, competitividade dos produtos e criação de empregos. O Vietnã se beneficia das ajudas para o desenvolvimento recebidas dos países e organizações internacionais, sobretudo para projetos de melhoria da infra-estrutura.

Por outro lado, o Vietnã deve enfrentar diversos riscos e desafios colocados pela globalização capitalista. O preço dos produtos agrícolas e das matérias-primas, principais itens de sua pauta de exportação, é bastante baixo. Adicionalmente, o Vietnã importa produtos industrializados dos países desenvolvidos a preços muito elevados.

O Vietnã preconiza a integração internacional, mas uma integração ativa que significa manter a independência nacional, a autonomia econômica, a preservação da identidade cultural, a garantia de eficácia da cooperação e a redução ao máximo dos riscos e das desvantagens. O essencial é manter firmemente a orientação escolhida, reforçar as forças endógenas do povo, especialmente na área de ciência e tecnologia, adquirir de modo seletivo e dominar os novos conhecimentos e as novas tecnologias dos outros países, reforçando

paralelamente nossa capacidade de pesquisa científica, promovendo o processo de inovação tecnológica nos setores de produção. Sem uma melhoria do nível de instrução popular e da capacidade científica nacional, corremos o risco de ser derrotados nesse processo.

Nosso maior desafio é o de preservar e valorizar a identidade cultural da nação. O mecanismo do mercado e da globalização tendem a deteriorar e transtornar os valores morais tradicionais. A moeda torna-se fator predominante e tudo pode transformar-se em mercadoria. Essa tendência se acentua nos setores de educação, saúde e outros serviços públicos. Verifica-se até mesmo o surgimento da imoralidade. Produtos culturais pouco saudáveis se espalham rapidamente por toda a parte, por intermédio das info-rotas da internet. Os países capitalistas se aproveitam dessas oportunidades para difundir internacionalmente sua cultura e seu modo de vida, causando a perda de identidade cultural das outras nações.

O Vietnã preconiza a construção de uma cultura progressista impregnada com a identidade nacional, considerando essa uma condição essencial para o desenvolvimento do país. Trata-se igualmente de nossa experiência de quatro mil anos de luta pela construção e defesa do país. O povo vietnamita venceu os invasores mais fortes graças não somente à sua vontade firme e coragem, mas também ao triunfo da cultura nacional. A superação da pobreza, a industrialização e a modernização do país no contexto da globalização atual devem igualmente basear-se na cultura nacional.

III. Uma visão do Vietnã até 2020

O Vietnã situa-se na região do mundo mais dinâmica em termos econômicos e com as taxas de crescimento mais elevadas. Ao mesmo tempo em que o país vem aproveitando as boas oportunidades que surgem, é confrontado por desafios de monta.

Membro da ASEAN e da APEC, o Vietnã tem plena consciência de sua tarefa de superar o quanto antes o hiato de desenvolvimento que o separa de outros países e de progredir, na companhia dos demais, em direção a uma sociedade da informação baseada no co-

nhecimento. No tocante à renda média *per capita*, o Vietnã situa-se no 130º. lugar entre 174 países. No entanto, quando se leva em conta o índice de desenvolvimento humano, o Vietnã está classificado em 108º. lugar, pertencendo ao grupo do meio. Os recursos humanos serão portanto o principal instrumento para o rápido desenvolvimento do país.

O nono congresso do Partido Comunista vietnamita adotou como prioridade a promoção da industrialização e a modernização, com o objetivo de tornar o Vietnã um país essencialmente industrializado até o ano de 2020. Num contexto em que se acelera a globalização e a transição para uma economia baseada no conhecimento, o Vietnã deve tomar um atalho, industrializar-se em prazos curtos, utilizando conhecimentos modernos. Uma redução bem-sucedida do hiato intelectual entre os países resultará na redução do hiato de desenvolvimento. Tomar um atalho significa implementar simultaneamente dois processos: a transição de uma economia agrícola para uma economia industrial e de uma economia industrial para uma economia baseada no conhecimento. Nos países avançados, trata-se de duas etapas sucessivas. No Vietnã, essas duas etapas se integram, complementam-se reciprocamente. No momento em que se atingir o estágio de industrialização, já estará em vigor uma economia baseada no conhecimento e na sociedade da informação.

A industrialização do Vietnã segue uma orientação socialista, com o objetivo de enriquecer a população, fortalecer o país e tornar a sociedade mais justa, mais democrática e avançada. Desse modo, a industrialização visa ao desenvolvimento social e humano e não apenas econômico. A industrialização é o processo de desenvolvimento que aglutina harmoniosamente a economia, a cultura e a sociedade. É o processo centrado no homem, considerando que tudo é feito para o homem e decidido pelo homem, garantindo a justiça social e valorizando a identidade cultural do Vietnã. A industrialização deve ser a marca do humanismo. Adicionalmente, deve ser uma eco-industrialização que não destrua o ecossistema e não desperdice os recursos naturais. Ela deverá utilizar tecnologias próprias pouco poluentes para o meio ambiente e que consumam pouca matéria-prima e energia. Seria portanto difícil realizar esse objetivo de industrialização sem que

se tenha recurso ao conhecimento ou que se desenvolvam indústrias baseadas na informação.

O Vietnã deverá adquirir o conhecimento e aprender com as experiências de todos os países avançados, sem contudo imitar mecanicamente seus modelos de industrialização. Terá de dominar os novos conhecimentos da época, aplicá-los à situação vietnamita de modo criativo, encontrar as vozes apropriadas em função das características do país. A economia do conhecimento está em processo de formação no mundo, de criação de condições favoráveis para implementar com êxito a industrialização e a modernização. Se essa oportunidade for desperdiçada, haverá sério atraso, prejudicial para todo o povo vietnamita.

Os seguintes fatores permitirão rápido avanço do processo de industrialização com base no conhecimento:

Em primeiro lugar, é preciso continuar a promover uma economia de mercado de orientação socialista, uma renovação vigorosa das instituições, das políticas, dos mecanismos de gestão que valorizem plenamente a capacidade criativa do povo, criar condições favoráveis que permitam a todas as pessoas e a todas as categorias econômicas valorizar as suas habilidades de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico. O Estado definirá as orientações com vistas a desenvolver a economia, construir um quadro jurídico, criar um ambiente competitivo sadio e em condições de igualdade, regulamentar a produção segundo a orientação já definida pelos meios políticos, implementar uma política de redistribuição de renda, de aumento dos ganhos sociais, de garantia da justiça social, de desenvolvimento cultural e educacional, de proteção dos interesses dos segmentos mais desfavorecidos. É preciso ainda garantir a supremacia do socialismo para a liberação e o desenvolvimento humano. O homem é ao mesmo tempo o objetivo e a força motriz do desenvolvimento.

É imperativo criarem-se forças motrizes possantes que permitam a todos utilizar plenamente suas capacidades, reduzir ao mínimo os obstáculos e as restrições, facilitar a concessão de verbas orçamentárias, combater com energia a corrupção e ampliar a autonomia dos organismos e das empresas de modo a torná-los responsáveis pela efi-

cácia de suas atividades e pela utilização plenas de seus talentos e habilidades.

Em segundo lugar, é preciso envidar esforços para desenvolver os recursos humanos, elevar o nível de conhecimento do povo e formar profissionais talentosos. Nos próximos anos, será necessário ampliar ainda mais os investimentos em educação, renovando este setor integralmente e sob todos os aspectos, uma vez que o sistema educacional atual se mostra incapaz de satisfazer as demandas de desenvolvimento nacional nessa nova etapa. Cumpre renovar o conteúdo, os métodos e o sistema educacional: ao invés de enfatizar a aquisição de conhecimento e de competência profissional, conviria adotar métodos de reflexão, enfatizando a capacidade de resolver problemas, adquirir novos conhecimentos inclusive de modo autodidata, adaptando-se ao desenvolvimento. A educação deve ter como objetivo formar novas gerações vietnamitas munidas de uma forte personalidade, de um ideal, de capacidade criativa, com o domínio dos conhecimentos modernos e determinadas a contribuir para o desenvolvimento nacional, nivelando o país aos demais. São necessários esforços para generalizar-se o ensino secundário no ano de 2005 em 80-90% das províncias e generalizar o ensino de liceu nas zonas urbanas, nas zonas industriais, acelerando a formação de um contingente de quadros científicos, de operários altamente qualificados, de administradores e de homens de negócios. Outra prioridade será a de ampliar a cooperação tecnológica e educacional com outros países, e selecionar para cursos de formação e treinamento em países avançados um grande número de quadros científicos das áreas prioritárias.

Será igualmente necessário promover a socialização da educação de modo a que todos tenham acesso à escola e à educação, com vistas a permitir o advento de uma sociedade da educação, tornando realidade a recomendação do Presidente Hô Chi Minh : “Que todos se beneficiem dos estudos”.

Em terceiro lugar, será necessário aplicar e desenvolver rapidamente a tecnologia da informação, força motriz essencial para conduzir nosso país a uma sociedade da informação e à economia do conhecimento. O Vietnã tomou consciência de que a aplicação e o desen-

volvimento das tecnologias da informação contribuirão para liberar as forças materiais, espirituais e morais de todo o povo, formando desse modo a força motriz para a renovação, desenvolvimento e modernização dos setores econômicos, aumento da competitividade das empresas, sustentando de modo eficaz o processo de integração à economia mundial, melhorando a qualidade de vida do povo, garantindo a segurança e a defesa nacional e possibilitando a tomada de atalhos que conduzam a uma rápida industrialização e modernização. Por esses motivos, o Vietnã deverá considerar a tecnologia da informação como um setor de ponta prioritário na estratégia de desenvolvimento socioeconômico no período de 2001-2010. Serão necessários esforços para que as tecnologias da informação no Vietnã estejam, no ano de 2010, em um nível avançado em comparação à região, estando o país dotado de uma indústria de tecnologia da informação desenvolvida.

Ao longo dos próximos 5 anos, será necessário concentrar os esforços para atingir os seguintes objetivos :

- * formar pelo menos 50.000 especialistas em tecnologias de informação em diferentes níveis. Intensificar o ensino da informática nas escolas, mesmo primárias (de ensino fundamental), de diferentes formas, dando acesso à informática a pessoas de todos os setores de atividades.

- * permitir o fácil acesso à internet em todo o país, a preços razoáveis, interligando a maior parte dos organismos, empresas, escolas e casas particulares e elevando desse modo o número de usuários da rede aos mesmos níveis verificados nos demais países da região.

- * utilizar a tecnologia da informação em todos os domínios para favorecer a renovação e o desenvolvimento do “governo eletrônico”, do comércio eletrônico, do banco eletrônico, da formação à distância, da telemedicina. Todos os empreendimentos deverão utilizar as tecnologias da informação, sobretudo o comércio eletrônico, para incrementar sua competitividade.

- * esforçar-se para atingir o valor de US\$ 500 milhões em exportações vinculadas ao setor de informática em 2005. O Estado definiu políticas privilegiadas em favor daqueles que trabalham no setor de

informática: privilégios em matéria fiscal de crédito, preços das terras, preços de utilização da infra-estrutura.

* dispor de um sistema jurídico completo. Respeitar seriamente o regime de proteção do direito de propriedade intelectual, evitar desrespeitos aos direitos autorais.

Em quarto lugar, é preciso um esforço para elevar a competição na pesquisa científica, promover os progressos tecnológicos na economia nacional. Cumpre elevar junto aos cidadãos a consciência do papel motriz da ciência e da tecnologia, construir e desenvolver o sistema de renovação nacional (incluindo a infra-estrutura regulamentar e a promoção da renovação tecnológica), desenvolver o mercado tecnológico, criar um ambiente de competição sem obrigar as empresas a renovar incessantemente suas tecnologias para aumentar a competitividade. Encorajar o desenvolvimento de “empresas de alta tecnologia” engajadas no comércio de novos produtos e novas tecnologias.

Mobilizar as forças científicas e tecnológicas a serviço da industrialização e da modernização da agricultura e do setor rural. Ajudar os camponeses a utilizar os progressos tecnológicos na produção, desenvolvimento dos ofícios e criação de empregos.

Por outro lado, é preciso concentrar os esforços para dominar e desenvolver nos prazos mais curtos as altas tecnologias como a do setor de informática, a biotecnologia, os novos materiais, a automatização, reforçar o desenvolvimento dos setores industriais baseados na alta tecnologia, acelerar o ritmo de construção e o desenvolvimento das zonas de alta tecnologia.

IV. Consolidar as relações de cooperação com a Ásia, o Brasil e outros países.

O Vietnã adota uma política exterior independente, soberana, multilateralizada e diversificada. Deseja ser amigo e parceiro fiel dos países da comunidade internacional, trabalhando em prol da paz, da independência e do desenvolvimento.

Cabe-nos em nossas relações exteriores manter um ambiente pacífico, criar condições internacionais favoráveis ao desenvolvimento sócio-econômico, à industrialização e à modernização do país, à construção e à defesa nacional, à salvaguarda da independência e da soberania nacionais e participar ativamente da luta dos povos em prol da paz, da independência, da democracia e do progresso social.

Nós preconizamos uma integração ativa do Vietnã à rede econômica regional e internacional, sempre respeitando o princípio de valorizar ao máximo nossas forças endógenas, de reforçar a eficácia da cooperação internacional, de preservar os interesses, a segurança e a identidade nacional e de proteger o meio ambiente. No que tange à cooperação internacional, preconizamos o alargamento e o desenvolvimento de nossas relações com os países amigos tradicionais, com os países independentes, com os países em desenvolvimento na Ásia, África, Oriente Médio, América Latina, países do movimento não-alinhado, entre os quais o Brasil, em vista de uma assistência mútua e de uma coordenação estreita a serviço do desenvolvimento e da defesa de nossos interesses legítimos.

Nós participamos ativamente da busca de soluções para as questões globais. Ao lado de outros povos do mundo nos empenhamos em lutar pela erradicação total das armas nucleares, das armas biológicas e das armas de extermínio em massa, pela defesa da paz e pela erradicação dos riscos da guerra, da corrida armamentista, sempre respeitando a independência, a soberania, a integridade territorial e o direito à autodeterminação dos povos, com vistas a contribuir para a instauração de uma ordem democrática e justa no domínio da política e da economia internacional.

Muito embora separados pela distância geográfica, o Vietnã e o Brasil compartilham várias afinidades e sentimentos fraternais que os aproximam um do outro há longo tempo. Devemos agradecer às forças democráticas e progressistas do Brasil, assim como a todo o povo brasileiro, pelo apoio ativo que deram ao povo vietnamita, tanto em sua obra de liberação nacional de ontem, quanto de construção e de defesa nacional de hoje.

Há 12 anos (no dia 8 de maio de 1989), os dois países estabeleceram oficialmente relações diplomáticas. Em seguida, a Embaixada do Brasil instalou-se em Hanói, e a Embaixada do Vietnã, em Brasília. A assinatura de acordos de cooperação econômica, comercial, científica e técnica entre os dois países, o intercâmbio de delegações de nível ministerial e de altos dirigentes, e sobretudo a visita oficial e de amizade do Sr. Le Duc Anh, Presidente da República Socialista do Vietnã ao Brasil em 1995, constituem provas eloqüentes do desenvolvimento contínuo das relações de cooperação multiformes entre o Brasil e o Vietnã.

De sua parte, o Brasil tornou-se um país industrializado e desenvolvido, conhecido por suas potencialidades e suas perspectivas de desenvolvimento no século XXI. A América Latina e a Ásia são duas regiões dinâmicas do mundo. Separadas pela distância geográfica, encontram-se contudo ligadas por inúmeras possibilidades e perspectivas de cooperação. Uma cooperação frutífera, além de interessar a ambas as regiões, contribui para a paz, para o progresso e para a prosperidade mundial. O Vietnã, de sua parte, esforça-se ao máximo para implementar essa cooperação. O Vietnã deseja ampliar e reforçar suas relações de cooperação econômica, cultural, científica e técnica com o Brasil de modo a conduzi-las aos mais altos patamares. Temos vivo interesse em estreitar a cooperação no setor de ciência e tecnologia, especialmente tecnologias da informação, biotecnologia, medicina e farmácia, energia e outros. A cooperação científica e tecnológica deve estar estreitamente ligada à cooperação econômica, estar a serviço dessa e resultar em programas com efeito econômicos. Além da cooperação científica e técnica, a ênfase deve ser colocada igualmente na formação de pessoal, na cooperação entre universidades, instituições de pesquisa dos dois países, bem como intercâmbio de especialistas. A distância geográfica é hoje reduzida pelas tecnologias de comunicação que nos aproximam e ampliam a eficácia de nossa cooperação.

Dotados de uma nova visão radical e de longo prazo – o que é ilustrado pelo tema deste colóquio “O Brasil e a Ásia no século XXI, ao encontro de novos horizontes” –, estamos convencidos de que as relações de cooperação entre o Brasil e a Ásia, entre o MERCOSUL e a ASEAN, entre o Brasil e o Vietnã, não param de se consolidar e de

se desenvolver. O Vietnã esforça-se para que as relações de cooperação científica, cultural e técnica com o Brasil estejam à altura de suas relações políticas e de seus potenciais.

A INDÚSTRIA INDIANA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO COM O BRASIL

Gautam Soni*

Só para dar um histórico, a Índia é um dos poucos países do mundo que tem um Ministério de Informação e Tecnologia. Anteriormente, era o Departamento de Eletrônica, supervisionado pelo Professor Alagh, quando ele era o ministro da Ciência e Tecnologia; mais recentemente ele foi convertido em Ministério. Em 1998, o Primeiro Ministro estabeleceu uma Força Tarefa para cuidar de todo o setor de Informação e Tecnologia. A intenção era tentar tornar a Índia uma superpotência em IT até 2008. Os objetivos desta visão são a criação de riquezas e a geração de empregos. Na indústria de IT, o setor de *software* emprega atualmente cerca de 400.000 pessoas e, por volta de 2008, isto vai crescer para 2.8 milhões somente em serviços de *software* e serviços habilitados de IT. Um outro objetivo é usar o IT para o crescimento econômico passando por todos os setores da economia.

Quanto ao papel do Ministério, ele se vê, basicamente, como um facilitador, um motivador e promotor para levar o IT para as massas e facilitar o desenvolvimento orientado por IT. Quanto a esta última questão, recentemente, nós tomamos uma iniciativa muito importante no Ministério, onde estamos tendo uma série de discussões com o Media Lab no MIT, e, por falar nisso, nós estamos em processo de assinar um acordo com o MIT para estabelecer um Media Lab Asia (MLA) na última semana deste mês. O gabinete aprovou esse projeto alguns dias antes de eu deixar a Índia. No primeiro ano, o Governo vai colocar todos os quinze milhões de dólares, mas o projeto é de um bilhão de dólares em que o Governo indiano e a indústria indiana contribuirão com cerca de 200 milhões de dólares por ano por um período de dez anos. O resto viria do Media Lab no MIT, através de seus vários financiadores industriais e multilaterais. O MLA não será um labora-

* Assessor Especial do Ministério de Tecnologia da Informação.

tório único, como o Media Lab, na Europa. O projeto veio para a Índia em competição tanto contra a China como a Malásia. Nós tivemos sorte por eles decidirem vir para a Índia. A razão deles terem vindo para a Índia é porque eles sentem que a Ásia representa o “Grande Desafio” em relação à tecnologia e ao desenvolvimento. O objetivo deste exercício é essencialmente desenvolver uma rede de centros, que estarão todos interconectados. Não haverá laboratórios únicos enquanto tais: a idéia é cobrir todo o país e um vasto campo da manufatura até o *design*, em uma variedade de áreas em que se pode alavancar o IT para melhorar a produtividade em cada um desses setores. A meta são quinhentas milhões de pessoas na economia *hindu*, muitas das quais estão abaixo da linha de pobreza. Metade da população mundial atualmente está provavelmente nessa categoria; portanto esta iniciativa tem o potencial de um grande desenvolvimento. Estamos aguardando ansiosamente esse projeto. Eu só o estou mencionando porque é algo que não é exclusivamente uma preocupação indiana. Eu acho que há muitas possibilidades de cooperação com o Brasil para usar o IT para o desenvolvimento no futuro.

O estímulo do governo é no sentido de proporcionar infraestrutura através da largura de banda internacional, a internet doméstica e uma ampla rede local. Além da infraestrutura, as três áreas importantes são basicamente telecomunicações, desenvolvimento de recursos humanos e criação de conteúdo em línguas locais. Somente 50 milhões de pessoas na Índia lêem e escrevem inglês. Se quisermos entrar em IT, eu acho que esta é uma das principais áreas de preocupação, ou seja, criar conteúdo em línguas locais. De outra forma, o nosso mercado ficará restrito a um número muito pequeno. O projeto Media Lab terá este como um objetivo direto, de cobrir a lacuna digital, por exemplo, o IT para as massas.

A eletrônica indiana e a indústria de IT tem sido um dos setores mais bem sucedidos na Índia. Nós atingimos uma Taxa de Crescimento Anual Composto de 25% na produção e 46% em exportações nos últimos cinco anos. É um dos setores de mais rápido crescimento na indústria indiana, com a parte predominante, obviamente vinda dos *softwares* e dos serviços de *software*.

Se observarmos atualmente, a eletrônica e a produção de IT na Índia é de 15,13 bilhões de dólares comparada com os US\$ 1.523 bilhões da produção mundial. Como porcentagem, a eletrônica e o IT constituem 3.1% do GDP indiano. Entretanto, somos importadores importantes de *hardware* na extensão de US\$3.4 bilhões. Nós também importamos cerca de US\$1 bilhão em *softwares*. Isto dá uma idéia de como esses setores se desenvolveram. Vocês podem ver que o crescimento no setor de *hardware* tem sido muito nominal e podem ver o dramático crescimento com relação à área de *softwares*. De US\$1.750 bilhões em 1996 para US\$8.350 bilhões em 2000. Se vocês pensarem em termos de eletrônica para o consumo, eletrônica industrial, computadores, comunicação, etc., vocês podem ver novamente o impacto do *software* em termos da fatia total do bolo, especialmente se vocês incluírem o *software* doméstico.

As oportunidades no setor de *software*, de acordo com o Relatório NASSCOM McKINSEY para o ano 2008, têm como meta exportações de US\$50 bilhões, com uma contribuição total de US\$87 bilhões por este setor. Apesar do desaquecimento, isso assume uma taxa de crescimento de 35% compostos anualmente pelos próximos oito anos. A indústria está confiante em atingir esse resultado. Eu também mencionei que nós estamos falando de cerca de 2.2 milhões de pessoas empregadas por esse setor por volta de 2008.

Quanto às oportunidades no setor de *hardware*, se vocês considerarem as importações, estamos dizendo que as oportunidades de mercado serão de US\$30 bilhões se vocês considerarem os componentes, e nós estamos com a meta de exportar US\$10 bilhões, mas eu acho que nós temos um longo caminho a percorrer com relação ao *hardware*. A China tem sido extremamente bem sucedida no setor de *hardware*. Eu gostaria de mencionar algumas questões com relação aos *softwares* e *hardwares*. Com relação ao *software*, especialmente quanto à relação qualidade versus custo, a qualidade de *softwares* que a Índia produz é muito alta, e os custos muito baixos. É por isso que a Índia se torna um destino favorável particularmente para o *software* terceirizado. Para provar que nossa qualidade é extremamente boa, a maior parte de nossas empresas é aprovada pelo ISO 9000, e 60% do SEI CMM nível 5 ficam na Índia. Hoje nós temos cerca de 2.300 empresas que proporci-

onam serviços de *software* das quais 200 empresas exportam, e 20 delas dão conta de 50% das exportações em *software* e serviços de *software* que saem da Índia.

A outra meta é aumentar a capitalização de mercado do setor, do nível atual de US\$50 bilhões para 500 bilhões no ano 2008. Cerca de 10 empresas de *software* indiano foram listadas na NASDAQ, e no último ano cerca de cinco empresas foram listadas, e eu acho que nos próximos 7 ou 8 anos nós iremos listar uma média de 5 a 8 empresas por ano. Neste ano nós talvez tenhamos tido um desaquecimento, mas eu acho que temos certeza de listar cerca de 50 a 100 empresas até o ano 2008.

O modelo de negócios de *software* indiano é basicamente movimentar a cadeia de valores, mas não através da rota de desenvolvimento deste produto, porque o desenvolvimento do produto é um negócio muito caro e arriscado, e a nossa indústria ainda não é grande o suficiente para isso. Talvez no futuro nós poderemos fazê-lo, mas agora, a intenção é movimentar a cadeia de valores através de consultorias estratégicas e soluções ponto a ponto e sua implementação. Hoje não estamos fazendo isso porque ainda não temos suficiente conhecimento quanto à consultoria estratégica, nem a rede que é necessária para poder entrar nesta área, particularmente nas grandes corporações nos Estados Unidos, Europa e Japão. Mas essa é a tentativa da indústria, ir nessa direção porque, atualmente, nossa produtividade ou receita per capita, para ser mais correto, é cerca de quarenta mil dólares no setor de *softwares* para exportações, e nós precisamos aumentar isso em 4 a 5 vezes. Portanto, essa é a direção em que a indústria se propõe a ir nos próximos quatro a cinco anos.

A outra área, que é muito importante, são os serviços habilitados de IT. Os serviços habilitados de IT irão contribuir com cerca de US\$18 a 19 bilhões, e eu acho que esses serviços são aqueles que realmente irão transformar em virtude a “tirania da distância”, porque há um mercado de cerca de US\$5 trilhões disponíveis para a terceirização. É claro que a receita per capita seria de US\$20.000, mesmo se você tiver um mercado de US\$1 trilhão; a Índia deve tentar fazê-lo na próxima década, podendo gerar cerca de 50 milhões de empregos só na terceirização. Os serviços habilitados de IT incluem cen-

tros de gerenciamento de chamadas, transcrições médicas, toda uma série de serviços bancários, empresas aéreas e uma variedade de outros setores na área de serviços.

Quanto ao *hardware*, há alguns problemas de infra-estrutura e também o custo do financiamento na Índia tende a ser um pouco maior. Em *hardware*, eu acho que precisamos fazer o *design* e o desenvolvimento, o gerenciamento das cadeias de suprimento, o gerenciamento da relação com o usuário e alavancar nossas vantagens de *software*. Vocês já vêem algumas grandes empresas mudando seus principais centros de *design* para a Índia para fazer este tipo de trabalho. Então, estamos procurando oportunidades em *hardware* a curto prazo, mais para seguir esse tipo de rota. A Nokia, por exemplo, é uma empresa que não produz muito na Finlândia e a Nokia atualmente é provavelmente a empresa de telefones celulares número um no mundo. Eu acho que, como estratégia, esse é um modelo que precisamos observar, e observar os sistemas como um todo. Essa é uma área de cooperação entre países como o Brasil e a Índia. A China é outro país onde poderíamos facilmente fazer algum trabalho, e colaborar ou competir ao mesmo tempo, usando nossas vantagens complementares.

Só para dar uma idéia da penetração do IT na Índia, temos cinco indicadores. Temos 5.8 milhões de PCs em uma população de 1 bilhão, o que é muito, muito pouco atualmente e estamos objetivando 20 milhões por volta de 2008. Eu acho que isso não é um problema porque no ano passado nós vendemos 3 milhões de PCs, e o setor está crescendo cerca de 40% ao ano, e dentro de dois anos devemos atingir 6 milhões por ano. É claro que comparados à China estamos atrás. A China já tem 25 milhões de PCs, mas temos um firme crescimento em assinantes da Internet e assinantes de TV a cabo. Isso é parcialmente por causa do fato de que a própria TV se tornaria interativa e proporcionaria uma oportunidade de usar o cabo como uma forma de trazer a Internet para casa, e nós estamos esperando que os usuários da Internet cresçam de 7.5 milhões até 100 milhões nos próximos 5 anos. Nossas linhas de telefone fixas, novamente, são muito pequenas, mas nossa meta sob a Política Nacional de Telecomunicações para o ano 2008 é de 125 milhões. Os telefones celulares estão crescendo, e eu acho que veremos uma grande explosão nesta área.

A infra-estrutura de telecomunicações é extremamente importante, e a largura de banda é um pré-requisito para qualquer tipo de trabalho quando se fala de *softwares*. Eu só quero mencionar as políticas que surgiram recentemente. Sob a política ISP o monopólio governamental foi desmontado, e o setor foi aberto ao setor privado. Há um grande número de pessoas que obtiveram licenças, e agora elas estão realmente tentando estabelecer portais internacionais e contratar largura de banda através dos cabos de fibra ótica ou através de satélites. As operações a longa distância foram abertas para o setor privado. O monopólio de voz VSNL termina em março de 2002, o que significa que ele abrirá as portas para a telefonia por Internet a partir do ano que vem.

Com relação às projeções de demanda de largura de banda, nós queremos que a banda larga internacional vá de 325 Mbps para 75 Gbps em 2008. A banda-Ku particularmente vai dobrar nos próximos cinco anos. A banda-C estendida, que domina atualmente, não vai crescer muito, na realidade, observa-se nela um certo declínio.

O ato IT 2000 foi passado pelo parlamento e é um importante passo para facilitar o comércio eletrônico e proporciona uma estrutura legal para o reconhecimento de contratos eletrônicos e legaliza as assinaturas digitais. As regras estão dadas, o controle das autoridades certificadoras foi apontado, e eu acho que, antes deste ano, a primeira autoridade de certificação vai assumir.

Como o propósito deste encontro é a cooperação, há algumas áreas de cooperação que foram identificadas no Memorando de Entendimento (MOU) assinado entre a Índia e o Brasil, e nós estamos tomando várias grandes iniciativas em algumas áreas como: pesquisa, design e desenvolvimento, exploração de mercados do terceiro mundo; comércio eletrônico; governo eletrônico; automação bancária, etc. Eu só quero mencionar alguns dos benefícios do governo eletrônico que eu considero muito importantes, como providenciar informações velozmente para todos os cidadãos, melhorar a eficiência administrativa e melhorar os serviços públicos (transporte, energia, saúde, água, segurança etc.)

Eu também gostaria de mencionar algo sobre a Tecnologia de Parques de *Software*. Em 1991, nós estabelecemos o primeiro Parque

de Tecnologia de *Software* para promover e facilitar a exportação de *softwares* na Índia. Havia mão-de-obra, mas não tínhamos acesso. Hoje os STPIs têm presença nacional e proporcionam um apoio de *marketing*, programas de treinamento, e temos 6.329 unidades registradas que contribuem com cerca de 60% das exportações nacionais de *software*.

Uma outra área possível de cooperação é no ensino à distância. Atualmente precisamos de muitos professores de ERNET na Índia, que foi a pioneira do desenvolvimento de Internet no país. Ela proporciona serviços de rede à comunidade de pesquisa e acadêmica e, como agora temos muito poucos professores, esse é um importante veículo de educação à distância. O Centro Nacional de Informática (CNI) é uma das maiores redes de VSAT no país. É a rede de comunicação por computador do governo. Está se fazendo muito na área de governo eletrônico; da mesma maneira, há CDACs que trabalham na área de computação de alto desempenho e desenvolvimento de linguagem tecnológica.

Quanto aos recursos humanos, eu poderia só mencionar que há uma escassez global estimada de 1.5 milhões de profissionais de IT nos próximos 5 anos. Na Índia a demanda é de 2.2 milhões até 2008, dos quais, nos níveis elevados, ou seja, pessoas com histórico de engenharia e mestrado em aplicações cibernéticas, chegam a 1.1 milhão, e para serviços habilitados de IT, que é a parte mais fraca, temos 1.1 milhão. Se a pessoa tiver um diploma universitário comum pode trabalhar na área de serviços habilitados de IT, mas as exportações de *software* requerem um nível superior de habilidades e de educação. Mas nosso grande problema hoje são os professores; faltam 5.000 professores nas disciplinas de IT, e esse número vai dobrar nos próximos cinco anos. É por isso que enxergamos o ensino à distância como uma solução, usando a rede e a Internet. Eu também deveria informar que nós temos um grande setor não-formal na educação de IT. Temos muitas empresas que estão operando neste setor. A DOEACC reconhece cursos e credita instituições no setor informal em vários níveis.

Não vou falar mais sobre tecnologia de línguas mas a missão para 2010 seria remover os impedimentos na língua hindi em todos os

níveis e todos os setores, criando esquemas para promover e reconhecer as conquistas no nível nacional. Com essas idéias, eu gostaria de concluir.

A COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA ENTRE BRASIL E ÁSIA¹

*Gilson Schwartz**

O desaquecimento da economia norte-americana induz um declínio das economias asiáticas, que sempre cresceram animadas sobretudo pela sua penetração crescente nos mercados dos EUA. Ficou célebre o “modelo dos gansos”, em que as economias líderes se revezam na região, em processos de substituição de exportações encadeados que geram diferenciação regional num sistema de redes flexíveis de produção.

O que acontece quando o principal mercado de destino dessas exportações entra em declínio? Para alguns analistas, as redes flexíveis podem adaptar-se, plasticamente, por exemplo surgindo no lugar dos EUA o fabuloso potencial do mercado chinês. A aproximação entre Japão e China seria o principal passo nesse roteiro e a guinada na política de defesa norte-americana, anunciada pelo governo Bush, confirmaria a percepção desse risco por Washington - a ameaça chinesa e, de modo geral, asiática, voltou ao primeiro plano no discurso da política do Secretário de Defesa Rumsfeld, em detrimento de preocupações com o teatro europeu.

Otaviano Canuto, professor da Unicamp e um dos mais argutos analistas brasileiros da economia asiática, apontou essa tendência em artigo recente, publicado pelo jornal Valor²:

* Professor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

¹ Apresentada no módulo “Cooperação para o Amanhã – fronteiras e veredas da Ciência e Tecnologia” do Seminário Brasil-Ásia, promovido pelo Departamento de Ásia e Oceania do Ministério de Relações Exteriores, 7 e 8 de junho, 2001. Esta breve nota tem como objetivo estimular o debate sobre perspectivas de cooperação, adotando portanto um estilo informal e abrindo mão do esforço, que é hoje imperativo, de buscar um maior detalhamento das oportunidades de cooperação por setor econômico ou área de interesse.

² Canuto, O. (2001, 5 de junho, jornal Valor Econômico), *Placas tectônicas em movimento na Ásia*.

“Os EUA foram o destino de um quarto das exportações asiáticas em 2000. Essas vendas foram puxadas pelo crescimento de 25% nos gastos das empresas norte-americanas em produtos de informática, com produtos associados às TI hoje perfazendo mais de 50% da pauta da Coreia e de Taiwan. Neste ano, com o encolhimento da aquisição de itens de informática pelas firmas dos EUA, as vendas externas asiáticas despencaram. Nos doze meses findos em março, as exportações totais caíram 11,3% em Taiwan e 10% na Tailândia e na Coreia. No primeiro trimestre, essas economias mostraram taxas de crescimento acentuadamente mais baixas que as do ano passado. A Malásia chegou a apresentar queda anualizada de 3,7% no PIB. No Japão, não bastassem os problemas patrimoniais e a estagnação dos gastos domésticos privados, houve uma redução de 20,6% no saldo comercial entre março de 2000 e o deste ano.”

Canuto prossegue: “A novidade tem sido a explosão do comércio entre a China e o Japão. Mantido o ritmo atual, de aumento de 10% ao ano, em um decênio tornar-se-ão os maiores mercados recíprocos, em lugar dos EUA. (...) Há uma complementaridade. O Japão poderá encontrar um escoadouro gigante para bens de capital, partes e equipamentos dos ramos da eletrônica e automobilística. Além disso, a avidez por crescimento na China combina com a necessidade de melhorar a taxa de retorno dos ativos das estruturas patrimoniais japonesas e de sua população em envelhecimento e com poupança acumulada”.

Outros fatores de reconversão das redes produtivas flexíveis seriam novos padrões de negociação da integração comercial regional e sistemas regionais de compensação monetária (uma “rede de swaps de moedas” ancorada nas reservas acima de US\$ 300 bilhões do Japão e US\$ 160 bilhões da China). Em suma, ocorreria uma “reconversão para dentro da máquina exportadora regional”.

Mas esse quadro é, por enquanto, apenas hipotético. E a idéia de reconversão “para dentro” das redes padece de uma falha lógica básica: mesmo a relação do Japão com a China reflete em boa medida a penetração das exportações chinesas no próprio mercado norte-americano.

Cerca de 25% do crescimento asiático (excluindo o Japão) no ano passado teve origem no mercado norte-americano. É verdade que

tem ocorrido um aumento do comércio intra-regional, mas há dúvidas quanto ao alcance desse processo. A taxa de crescimento das exportações chinesas passou de cerca de 30% ao ano no meio de 2000 para um aumento de mísero 1% agora.

O recuo dos EUA coincide com um período em que o saneamento bancário asiático ainda não chegou ao fim. Perdas nas exportações recolocam no cenário, portanto, o fantasma das desvalorizações cambiais encadeadas como se viu em 1997. Outros “emergentes”, como o Brasil, também estão sofrendo pressões cambiais significativas. No final do ano passado, a crise exportadora em vários países asiáticos já atingia os piores níveis dos últimos 15 anos.

A reconversão exigiria fontes regionais de financiamento a novos investimentos, não apenas “swaps cambiais”. Com os sistemas bancários asiáticos ainda em dificuldades, será difícil identificar a fonte de recursos para bancar um novo modelo “hacia adentro”.

É portanto possivelmente uma ilusão projetar para o futuro o desempenho recente das relações entre Japão e China como “substituição” às exportações para os EUA, simplesmente porque na China o que ainda conta de modo mais relevante para as decisões de investimento estrangeiro é exatamente a sua funcionalidade como plataforma de exportação... para os EUA! E os sinais do impacto em outros países do desaquecimento norte-americano (previsões de queda à metade do crescimento econômico nesse ano) ajudam pouco a crença na reconversão.

O outro lado desse enredo é que a paranóia norte-americana, se a tese da “reconversão para dentro” estiver mesmo furada, perde totalmente o fundamento. Ou será que o Pentágono tem uma visão econômica de longo prazo especialmente respeitável?

As redes asiáticas são flexíveis, mas ainda está para ser demonstrada a sua capacidade de manter uma dinâmica sustentada por fatores endógenos. O mínimo a fazer, nesse contexto, é reconhecer que não sabemos exatamente o que está acontecendo - e é isso, precisamente, o que está acontecendo.

Surge ao menos a possibilidade, a princípio mais razoável, de que a verdade não esteja nem no modelo de reconversão endógena

nem numa dependência umbilical irreversível das economias asiáticas em relação ao mercado norte-americano. Em última análise, apostar nesse *tertius* significa duvidar da imagem de um mundo econômico dividido em “blocos” (Américas, Ásia, União Européia) em favor de um cenário de interdependência limitada pela hegemonia dos Estados Unidos. É preciso todo cuidado para não confundir a possibilidade de contestação dessa hegemonia com o *wishful thinking* das áreas econômicas regionais.

Minha sugestão é de que essa “terceira via”, em que há espaço para alguma flexibilidade na organização das redes produtivas e comerciais, não se define pelo contraponto entre “fora” e “dentro” de cada sistema regional mas sim pela busca de diferenciações e mais complexidade no tecido das relações inter-regionais.

Em suma, a flexibilidade das redes seria exercida menos pelo fechamento dentro de cada “bloco” em resposta à hegemonia ou à desaceleração da economia norte-americana e mais pela incrementação dos projetos de interação de cada agente nacional com todas as outras partes do sistema internacional (outras áreas e zonas institucionalizadas, assim como outros países, como se vê na expansão recente do bilateralismo).

Finalmente, ainda especulando, essa tese completa-se com a sugestão de que o grau de flexibilidade com que cada agente nacional se candidata a impulsionar essa possível heteronomia depende de sua inserção competitiva em setores intensivos em novas tecnologias de informação e comunicação (em que se destacam os avanços na biologia e na sustentabilidade ambiental, além do adensamento das cadeias produtivas de infra-estrutura e conteúdos nas próprias tecnologias de informação e comunicação).

É no âmbito desse campo de forças-chave que se desenham possibilidades para países de porte médio que tradicionalmente têm desfrutado de uma inserção passiva e intensiva em setores de baixa densidade tecnológica.

Em termos de experiências comparadas, seria necessário desviar o olhar de casos típicos de *catch up* industrial (caso dos tigres asiá-

ticos, que por muito tempo serviram como contraponto e modelo/objeto de desejo de analistas e *policymakers* brasileiros) para casos recentes de *join in* tecnológico (caso de países como Austrália, Índia, China e Canadá, que pelo porte e “herança” de recursos naturais permitiriam novas aproximações com o caso brasileiro, além do fato histórico de terem sido também casos “tardios” de adesão às fórmulas da economia política liberal). O caso coreano é uma figura intermediária, face à rapidez com que suas empresas e autoridades perceberam e passaram a promover o deslocamento da lógica de *catch up* industrial para uma dinâmica de desenvolvimento de sociedade de informação e economias de conhecimento³.

Do ponto de vista da economia política internacional, observa-se que o regime da “globalização”, primeira grande orientação de consenso mundial pós-guerra fria, está sendo rapidamente substituído em todos os níveis (produção acadêmica, atuação de governos, estratégias de investimento privado), por uma ênfase crescente na dimensão da produção do conhecimento por meio de redes de informação e comunicação.

Assim, se num primeiro momento as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização ficavam em primeiro plano, a ênfase passa agora a fatores microeconômicos, institucionais, de gestão do conhecimento e da capacidade de inovação, além da atenção crescente às condições sociais e ambientais do desenvolvimento.

Parte dessa nova agenda, de inspiração institucionalista, centra fogo na questão da governabilidade ou *governance*, inclusive *corporate governance*. Nesse caso, ganharam relevância por exemplo os debates sobre a falta de transparência nas ligações entre o Estado e os chaebol coreanos, tema que sem dúvida expressa uma importante dimensão da economia do conhecimento e do debate político econômico sobre concorrência e padrões de acumulação de capital, assim como sobre redes e complexos industriais como possíveis morfologias mais inteligentes de produção e promoção de inovações (em especial no que se refere às relações entre grandes empresas e bancos e o mundo das pequenas e

³ Cf. “Developing Long-Term Strategies for Science and Technology in Australia” (Future Needs 2010), em <http://www.dist.gov.au/science/astec/astec/future/final/futarea.html>.

médias empresas, tema recorrente na literatura asiática sobre desenvolvimento econômico).

Essa mudança de ênfase obviamente não exige a negação do consenso liberal, mas parece evidente que se trata de novas orientações, aliás compatíveis com uma pluralidade de modelos de desenvolvimento e preferências teórico-ideológicas, em contraponto à ênfase inicial, sobretudo nos anos 80, na adesão a princípios gerais de liberalização econômica e desestatização. No entanto, todo cuidado é pouco: predominam, em muitas visões da questão de *corporate governance*, por exemplo, modelos normativos inspirados na realidade norte-americana cuja aplicação tem sido sujeita a debate.

Não é por acaso, aliás, que rapidamente formou-se um consenso entre os analistas quanto às dificuldades de implementação de reformas liberais na Coreia do Sul. Mas, além das resistências corporativistas e políticas dos chaebol, continua em operação no país um sofisticado sistema de gestão do conhecimento e transferência de tecnologia que também condiciona a reforma da economia nos moldes preconizados pelos organismos de crédito multilaterais, cujas prioridades continuam sendo a liberalização, a desestatização e a desregulamentação.

Sobretudo quando se leva em consideração que a inovação tecnológica exige em vários casos a formação de consórcios e alianças estratégicas com participação decisiva do Estado, as alternativas de desenho institucional tornam-se mais numerosas e dependem da consideração de fatores culturais locais.

Ora, essa parece justamente a orientação que o modelo brasileiro vem assumindo de modo mais claro nos últimos dois anos, num processo de reconstrução ou revalorização do sistema de ciência e tecnologia, ao mesmo tempo em que se ensaiam novas formas de articulação da pesquisa e do desenvolvimento com as agências de financiamento e com as agências de regulação, com destaque para a emergência dos fundos setoriais.

O potencial de cooperação entre o renovado modelo brasileiro e os casos “asiáticos” acima citados, tanto na formulação de metodologias quanto no desenho de políticas substantivas de desenvolvimento científico e tecnológico, começa a ganhar peso.

Parece que para esses vários países está em jogo a busca de modelos de inserção competitiva em que políticas industriais, científicas e tecnológicas desempenham um papel crucial, em vários casos com notória vocação para a exploração de tecnologias de uso dual (em especial na China e na Índia, enquanto Austrália e Canadá exploram a gestão do conhecimento e a produção de conteúdo e na Coreia do Sul o modelo encontra-se mais próximo das cadeias industriais clássicas da eletro-eletrônica e da informática).

É importante sublinhar que em alguns dos setores em questão a própria configuração das redes (quanto mais o seu grau de flexibilidade e a sua morfologia geopolítica) encontra-se em fase de discussão e negociação. O caso mais evidente e talvez o mais emblemático é o da chamada “televisão digital”, a rigor um processo em curso e aliás ainda em sua infância de *convergência* de mídias com encadeamentos para trás e para frente de natureza industrial, tecnológica, comercial e cultural, com destaque para a *ubiquidade* dessas mídias (paradigma em que se destaca, na vanguarda, o Japão).⁴

Trata-se de uma fronteira que, a despeito de ser fortemente condicionada pela regulação, move-se com extrema rapidez e na qual um país como o Brasil, que vivenciou no período recente uma impressionante expansão da telefonia celular e que já conta com uma significativa base instalada em mídias tradicionais (sobretudo a televisão), passa a contar como um mercado relevante nas negociações internacionais e nas estratégias corporativas. Além da interface com o Japão, a importância da comunicação por satélites e o potencial de utilização de satélites geoestacionários nas novas redes abre também oportunidades relevantes de relacionamento com a China e outros países asiáticos⁵.

⁴ Cf. Murakami, T., Fujinuma, A. (2000), *Ubiquitous Networking: Towards a New Paradigm*, Nomura Research Institute.

⁵ É crucial, nesse campo, o desenvolvimento destacado do Brasil nas aplicações de monitoramento ambiental, outro espaço com grande potencial de cooperação com países asiáticos, em especial e novamente com a China (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), como já vem ocorrendo nos últimos anos. O tema do “uso dual” é nesse caso especialmente relevante. Recentemente, por exemplo, a Embrapa produziu mapas em formato digital do Timor Leste, solicitados pelas Nações Unidas como referência aos militares e policiais civis brasileiros que atuam naquele país. Cf. *Via Satélite*, informativo da Embrapa, em <http://www.cnpm.embrapa.br/vs/vs2001.html>.

Finalmente, as políticas voltadas para a biotecnologia constituem outro fator-chave em que o Brasil possui vantagens competitivas e perspectivas de sinergia com países asiáticos, podendo buscar também uma inserção diferenciada em redes flexíveis cuja “lógica de alinhamento” geopolítico não é trivial. No caso da Coreia, haveria complementaridades em biotecnologia aplicada, como ilustra o quadro abaixo⁶:

Atividade	Competência Relativa		Produtos Especiais
	Brasil	Coreia	
Química Fina	+	++++	Imunobiológicos
Biomateriais	+	++++	Novas drogas
Biodiversidade	++++	+	Novos bioensaios
Genoma	+++	++++	Gens de interesse comercial
Farmacologia	++	+++	Novas drogas

Finalmente, é preciso especial atenção aos novos mercados de conteúdo que surgem a partir das plataformas digitais de radiodifusão. No Brasil tem sido possível, apesar de todas as indicações em contrário, num contexto de abertura comercial em todos os campos, registrar avanços significativos em vários segmentos da indústria cultural nos últimos anos. As decisões que venham a ser tomadas quanto à inserção do país nos novos padrões de organização da indústria cultural e, de modo geral, no redesenho do mapa global das comunicações podem ser uma fronteira crucial na divisão internacional da propriedade intelectual.

Há uma nova agenda, centrada na transição para a sociedade da informação e a economia do conhecimento, em que a construção e a gestão de redes flexíveis exigem estratégias complexas. Novamente, a opção não é entre estar “dentro” ou “fora” da geometria projetada pela hegemonia norte-americana mas sim explorar o potencial competitivo presente no desenvolvimento inteligente de redes flexíveis. O desafio é, nesse momento, comum ao Brasil e às principais potências médias do mundo asiático.

⁶ Caldas, R.A. (2000), O setor e a política de biotecnologia na Coreia, Seminário sobre a Coreia, IPRI.

ÁSIA E BRASIL: O IMPACTO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O FUTURO DA COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

*Maria Inês Bastos**

Minha apresentação tem como título “Ásia e Brasil: o impacto de novas tecnologias de informação e comunicação e o futuro da cooperação em ciência e tecnologia”. A apresentação divide-se em três partes: uma introdução breve, seguida de uma reflexão sobre os paradigmas de P&D e de sua alteração em função tanto da própria dinâmica da pesquisa quanto do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, e finalmente uma indicação de tópicos de interesse para a cooperação entre a Ásia e o Brasil.

Como introdução - muito rápida devido ao pouco tempo de que dispomos - quero apenas refletir sobre o impacto da Internet e das tecnologias e serviços derivados dela, e sobre como suas aplicações se apresentam como novas modalidades de solução para velhos problemas.

É importante lembrar que, apesar das nossas histórias peculiares e de nossa diversa tradição cultural, a Internet tem evoluído segundo padrões muito similares na Ásia e no Brasil. Em ambos os contextos, a academia e as organizações não-governamentais tiveram um papel deflagrador, seguido por uma participação maior do governo que passou a estimular o desenvolvimento dessas tecnologias apoiando a pesquisa, instalando a infra-estrutura, definindo e estabelecendo os novos padrões de legislação para o setor. A partir deste estímulo governamental, a Internet se transforma, tanto na Ásia quanto na América Latina, em um instrumento à disposição das sociedades. Obviamente, essa evolução se dá de forma diferente e com uma ênfase maior ou menor em um desses elos nos nossos dois contextos culturais.

* Diretora do Programa Sociedade da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil.

O maior impacto da Internet ainda está por vir, nós todos sabemos. De toda forma, já se podem sentir os sinais desse impacto através de uma mudança de cultura organizacional, das transformações enormes que introduz nas operações do governo em termos de elevação da sua eficiência, transparência e abertura à participação dos cidadãos. No que se refere aos impactos da Internet sobre a cultura local, é preciso mencionar que um traço comum entre Ásia e Brasil é o fato de o conteúdo nos nossos idiomas não estar entre os de maior presença na rede. De fato, a contribuição em nossos próprios idiomas para o acervo disponível na Internet é ainda pequena. Por outro lado, nossas culturas também muitas vezes resistem ao conteúdo predominantemente anglo-saxão disponível na Internet.

Com relação às tendências de desenvolvimento de tecnologias e serviços, um dos grandes impactos do avanço da Internet na Ásia, na América Latina e no Brasil, em particular, é exatamente o grande efeito de arrasto representado pela convergência de outras tecnologias. Há, evidentemente, uma transformação das tecnologias de comunicação e obviamente nos computadores, além de um grande impacto sobre as tecnologias envolvidas em digitalização de conteúdos. Uma outra tendência visível é o desenvolvimento de estruturas organizacionais flexíveis. Nesse contexto de grande transformação tecnológica na área das comunicações, a distância deixa de ser um problema. A memória do trabalho desbravador de Marco Polo nos serve de referência para assinalar as facilidades que hoje estão à nossa disposição para aproximar ainda mais a Ásia e o Brasil. Se a distância deixa de ser um problema, o tempo torna-se um recurso de grande interesse e passa a ser cada vez mais precioso. Constantes transformações tecnológicas dos meios de comunicação e de processamento permitem comunicações em prazo curtíssimo.

Tudo isso cria a possibilidade de utilizar essas novas tecnologias para resolver problemas velhos. Por exemplo, ao mesmo tempo em que uma “nova economia” está se desenvolvendo em torno da Internet, o que parece ocorrer aqui no Brasil e também em muitos contextos na Ásia, é que a Internet e suas aplicações estão permitindo a modernização da “velha” economia. No entanto, quando as novas tecnologias chegam até setores tradicionais da economia de cada um dos nossos

países, além de poderem transformá-los, podem também provocar ou ampliar o “hiato digital”. Nesse sentido, sei que concordamos sobre a possibilidade de utilizarmos criativamente essa tecnologia justamente para superar o problema que ela contribui para aumentar, isto é, o “hiato digital”.

Quanto às implicações das novas tecnologias de comunicação e informação para os padrões de Pesquisa e Desenvolvimento, vou mencionar apenas as implicações relativas à infra-estrutura e aos novos modelos de P&D. Com relação à infra-estrutura, uma das grandes contribuições que as novas tecnologias trazem para a P&D são as aplicações ligadas à realidade virtual. Agora são utilizadas, com grande proveito para a pesquisa e o desenvolvimento, aplicações de realidade virtual para visualização, modelagem, simulações, etc. Além disso, a nova tecnologia coloca à disposição dos pesquisadores um enorme volume de informação. Esse volume é tal que talvez seja muito maior do que o que se pode digerir. Já é lugar comum reconhecer que o volume de informações disponível hoje em dia exige do pesquisador a aplicação de critérios rigorosos para selecionar o que é relevante e útil entre o material disponível. Finalmente, vale novamente lembrar que um dos efeitos das mudanças da infra-estrutura de comunicação sobre os novos paradigmas de P&D está justamente no crescimento e na rapidez das novas formas de comunicação e de processamento de dados.

O impacto que isso exerce sobre os novos modelos de P&D é grande. Quero aqui ressaltar pelo menos três. O primeiro é o deslocamento do foco sobre o pesquisador individual, o que já vinha ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial e hoje se consolida com as novas tecnologias. Não se pode mais fazer trabalho individual, o trabalho de pesquisa é de fato um trabalho em equipe. Em segundo lugar, as equipes envolvem uma variedade cada vez maior de especialidades. Finalmente, as novas tecnologias permitem e estimulam a constituição de consórcios de pesquisa em que o trabalho é dividido em pedaços e realizado em lugares diferentes, mas de forma articulada. Há inúmeros exemplos disso, mas a pesquisa sobre o genoma humano é, talvez, a de maior divulgação.

Entrando no tópico das possíveis áreas de cooperação internacional entre a Ásia e o Brasil nessa área específica de tecnologias ligadas à Internet, gostaria de apresentar três focos: o primeiro é relativo à infra-estrutura de informação; o segundo refere-se a aplicações-chave; finalmente o terceiro trata de pesquisa cooperativa.

Infra-estrutura de informação é aqui entendida como um conjunto de ações articuladas que se referem a iniciativas internacionais existentes ou em implantação visando a estabelecer bases comuns para os esforços nacionais, como parte de estruturas de cooperação globais para P&D. Tópicos para possível colaboração na área de infra-estrutura de informação, podem ser ilustrados com os seguintes:

- *World Health Internet*, um programa coordenado pela Organização Mundial da Saúde e que tem como objetivo definir um portal mundial para serviços e informações relativos à saúde e que se espera que se constitua progressivamente por meio de soluções nacionais;

- *Spatial Data Infrastructure*, centrada na necessidade de ter uma infra-estrutura ou uma padronização do processo de coleta e disponibilização dos dados, de tal forma que eles possam ser acessáveis e integrados em nível global.

- *Global Biodiversity Information*, nos permitirá, no futuro, trocar de uma forma sistemática e rápida as informações colhidas em cada um dos contextos. Para isso será necessário concordar sobre padrões de catalogação e de coleta de material.

- *Country Development Gateways*, organizado e coordenado pelo Banco Mundial e que tem como objetivo a criação de um grande portal com contribuições e replicações em nível nacional.

Quais as características comuns entre os projetos acima? A primeira característica é que eles envolvem aplicações baseadas na Web, têm uma base em padrões abertos e utilizam ferramentas de *software* aberto. Este é o grande atrativo dessas aplicações, permitindo a contribuição criativa dos países envolvidos. Além disso, há o fato de eles serem coordenados por uma agência ou um organismo internacional.

É importante ressaltar que o sucesso das iniciativas internacionais mencionadas dependerá muito da capacidade de cada país realizar sua respectiva tarefa, de forma a contribuir para a constituição de uma solução global.

O que significam aplicações-chave e serviços? Significam a mobilização de aplicações e serviços pioneiros de importância crítica para cada país e a articulação de ações regionais de fertilização cruzada. São inúmeras as aplicações-chave que poderiam ser objeto de cooperação internacional. Aqui, menciono apenas algumas. Por exemplo, a nós (tanto na Ásia quanto no Brasil) interessam muito as aplicações que permitam elevar o volume de população incluída nos benefícios da tecnologia digital, em outras palavras, nos interessam aplicações que possam reduzir o hiato digital interno. Nesse caso incluem-se: os tele-centros, os quiosques, as soluções para as populações com necessidades especiais, etc. Outra área de aplicações-chave é o comércio eletrônico que pode, eventualmente, produzir uma fertilização cruzada e estimular o avanço do comércio eletrônico entre o Brasil e a Ásia. Há também a exportação de *software* e o monitoramento ambiental. Tanto na Ásia quanto no Brasil há grandes problemas ambientais. A Ásia já tem grande experiência nessa área onde podemos certamente trocar experiências e colaborar enormemente.

Finalmente, a pesquisa cooperativa. O que nós entendemos por pesquisa cooperativa? Esse é um conceito bastante específico e se refere ao consórcio para pesquisa em áreas e temas estratégicos, consórcio esse baseado no uso intensivo de redes de alto desempenho e de infra-estrutura de computação. Uma lista de tópicos nessa área é apenas ilustrativa: modelos de desenvolvimento sustentável; planejamento urbano e gerência das cidades grandes; o genoma; a engenharia de linguagem.

Eu gostaria de mencionar a importância desse último tema para nós. O Brasil é um país que tem o privilégio de utilizar um idioma de forma generalizada, idioma com presença crescente porém ainda muito reduzida na Internet. Nós queremos propiciar ao brasileiro a possibilidade de conhecer e ter acesso às informações geradas em todo mundo e, portanto, temos grande interesse nas iniciativas, nas pesquisas, nos

modelos que permitam uma tradução da linguagem natural por intermédio da linguagem de rede. Esse é o projeto da *Universal Network Language*, da Universidade das Nações Unidas, para o qual contribuem o Brasil e muitos dos países aqui representados. Esse tipo de trabalho certamente constitui uma área de grande futuro para a cooperação entre Ásia e Brasil, e está muito bem integrada no nosso interesse mútuo de reduzir o hiato digital e de permitir que a população de qualquer estrato social dos nossos países tenha acesso aos benefícios que as novas tecnologias podem trazer.

MÓDULO 4

**FLUXOS E REFLUXOS DE CAPITAL, BENS E
TRABALHO ENTRE A ÁSIA E A AMÉRICA
LATINA: BAZAR E CARAVANSARAI DA
GLOBALIZAÇÃO**

BRASIL E CHINA: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA E COMERCIAL

*Charles Tang**

Introdução

A dinâmica do nosso mundo atual, com as suas mudanças tão profundas de geopolítica e de globalização econômica, aliadas à revolução da tecnologia de informática, tem causado transformações muito significantes no cenário internacional, num ritmo de velocidade jamais antes visto. Até recentemente o nosso mundo era bipolar, dominado por duas superpotências que deixaram uma marca profunda de impacto em todos os aspectos da vida e da cultura das sociedades sob a suas respectivas esferas de influência.

Não se passaram tantos anos quando o nosso Globo, com a queda da União Soviética, deixou de ser bipolar e passou a ser unipolar.

Historicamente, essa fase unipolar durou relativamente pouco tempo e já estamos a caminho de uma nova transformação profunda. A emergência da China e a unificação da Europa estão criando uma nova realidade mundial que afeta a hegemonia existente. A balança de poderes e as esferas de influência, bem como os blocos de interesses formados, estão sofrendo sérios impactos com esse início de uma era multipolar que ora desponta.

Dentre este quadro que começa a se apresentar, e reconhecendo os blocos de alianças e de interesses já formados, Brasil, o gigante da América do Sul, tem uma certa limitação de opções na escolha de alianças estratégicas que condizem com o seu atual interesse nacional. Nossos próprios vizinhos, alguns aliados tradicionais, têm dado sinais de preferir alianças diversas daquelas que no momento achamos conveniente.

* Presidente da Câmara de Comércio Brasil-China.

Em diversas ocasiões, os Presidentes do Brasil e da China têm dito e reiterado a prioridade de formar uma aliança estratégica entre o Brasil e a China. E realmente esta aliança poderia contribuir muito para o benefício mútuo das duas nações. Nos foros internacionais, o Brasil e a China normalmente se apóiam mutuamente, principalmente, mas não exclusivamente, quando se trata de questões ligadas ao terceiro mundo, às relações norte – sul e aquelas relacionadas à Organização Mundial de Comércio. Não existem contensões entre o Brasil e a China ou áreas de graves conflitos de interesse. Finalmente, existe uma admiração e respeito mútuo entre os povos da China e do Brasil.

Esses dois países são nações gigantescas de extensão territorial continental. Ambos os países pertencem ao chamado terceiro mundo e são nações em desenvolvimento. E as economias da China e do Brasil, em muitas áreas, são complementares. Existe uma multiplicidade de oportunidades para parcerias que poderiam beneficiar ambas partes. No entanto, o comércio bilateral entre o Brasil e a China foi inferior a 1,6 bilhão de dólares norte-americanos em 1999, e cresceu para 2,3 bilhões em 2000. Embora crescentes, estes volumes são muito aquém do potencial de intercâmbio desses dois países tão vastos, os gigantes da América do Sul e da Ásia. Está na hora de agir para implementar esta parceria estratégica tão falada.

A economia mercantilista da China

Certamente o maior benefício que o Brasil poderia auferir desta aproximação com a China é analisar com muito cuidado a estratégia de desenvolvimento econômico que a permitiu conseguir uma evolução econômica tão acelerada. Este impressionante crescimento econômico da China não tem paralelos nos anais da história da civilização humana. Como é que um país conseguiu sair de um estado de pobreza que beirava a miséria, para chegar a ocupar a posição da segunda potência econômica mundial em um espaço de somente 22 anos? Como é que a China conseguiu manter um desenvolvimento sustentado por tanto tempo? E como é que a China conseguiu mudar tão profundamente e completamente a face da sua nação nesse curto período da história?

Em 1974, o Brasil tomou uma decisão histórica de reconhecer a existência de um quinto da população do mundo, quando o governo do Presidente Ernesto Geisel tomou a importante iniciativa de reatar relações diplomáticas com o governo da República Popular da China. Nesta época a China ainda se encontrava dominada por uma filosofia política e econômica socialista rígida e retrógrada, que por mais de um quarto de século, deixou o país pobre e estagnado com suas diversas experimentações no campo de política econômica. E o pior é que a mente do povo chinês também estava estagnada após três décadas de domínio por uma filosofia socialista retrógrada. Na época, a histeria nacional da “Revolução Cultural,” tinha tomado conta da Nação Chinesa, e esta já perdurava por quase uma década. Essa revolução cultural só contribuiu para que a China quase regredisse ao seu estado primitivo. E foi diante deste quadro que a liderança chinesa encabeçada pelo Deng Xiao Ping entendeu claramente que a sua maior responsabilidade seria a de criar riqueza para a Nação Chinesa e o bem-estar e prosperidade para o seu povo.

Enquanto isto o Brasil, neste período, desfrutava de seu período do “Milagre Econômico Brasileiro” de crescimento econômico acelerado, sem precedentes, impulsionado pela poupança externa que permitiu a realização de grandes projetos infra-estruturais. Como comparação, o PIB da China neste ano foi de pouco mais que 160 bilhões de dólares norte-americano e as suas exportações mal superavam a marca dos 6 bilhões de dólares. O PIB Brasileiro na época já tinha atingido 334 bilhões de dólares norte-americanos, a preços de 1997, e as exportações do Brasil, de quase 12 bilhões de dólares norte americanos, em muito superavam aquelas da China.

Passaram-se pouco mais de vinte anos e os dados confirmam que o caminho trilhado pelo Brasil certamente não foi o mais condizente para a criação de prosperidade. Atualmente a China exporta 249 bilhões de dólares norte-americanos enquanto que as exportações Brasileiras atingem a marca de 55 bilhões de dólares. Com os seus ganhos de exportação, e somado o volume impressionante de investimentos diretos que ora atingem 680 bilhões de dólares norte-americanos, que ela conseguiu atrair em função da sua evolução econômica, a China conseguiu acumular a maior posição individual de reservas em

divisas do mundo. Essa cifra de reservas já supera 280 bilhões de dólares (incluindo Hong Kong). Em 1998 a China acumulou um superávit na sua balança externa de 44 bilhões de dólares, enquanto nós conseguimos acumular um déficit de 6,3 bilhões de dólares na nossa conta externa. O atual PIB da China (com Hong Kong) supera 1,2 trilhão de dólares norte-americanos enquanto o nosso PIB é inferior a 600 bilhões de dólares após a desvalorização do Real em 1999. O PIB chinês, calculado pela Paridade de Poder Aquisitiva, já supera 5 trilhões de dólares norte-americanos. Baseado nesta forma de cálculo, estudos do Fundo Monetário Internacional projetam para a China, um PIB maior do que a dos Estados Unidos da América do Norte, após 2006.

É importante notar que estas reservas chinesas são verdadeiras e saudáveis, frutos de trabalho, exportação e de investimentos diretos. Elas não são compostas de *hot money* e nem de capital especulativo alugados com taxas de juros extorsivas, que podem evaporar a qualquer momento conforme as flutuações das taxas de juros ou a confiança instável dos financistas internacionais.

O que aconteceu nessas duas décadas para que as posições dos dois países se alterassem tão drasticamente? Se analisarmos com cuidado os planos econômicos implementados na China e disso fizermos uma comparação analítica com aquelas que foram adotadas no Brasil, se torna evidente a razão porque perdemos duas décadas da nossa evolução econômica, e estamos, neste novo milênio, arriscando entrar na terceira década perdida em termos de desenvolvimento econômico.

É sabido há milhares de anos, desde os tempos dos fenícios, da rota da seda, que a fonte de criação das riquezas das nações é o comércio exterior. Essa foi a fórmula adotada por todos os “Tigres Asiáticos” que atingiram as suas metas de criar a prosperidade para a sua nação e o bem estar econômico do seu povo. Aliás, o comércio exterior foi a motivação básica para o descobrimento das Américas, tanto do norte quanto do sul. Foi para achar novas rotas de comércio com a Ásia que partiram essas esquadras de Portugal e da Espanha. Se não fosse pela vontade de aumentar o comércio exterior talvez não tivessem existido o Brasil ou os Estados Unidos da América. Todavia, se

analisarmos todos os planos econômicos das duas últimas décadas que foram implementados no Brasil, nenhum deles, sem exceção, reconheceu o óbvio: que, para a formação da riqueza de uma nação, ou até de uma empresa ou de uma família, é necessário ter fontes de receita.

Todos os nossos planos econômicos, que, em muito, desafiavam as leis mais básicas das teorias econômicas, foram baseados quase unicamente em decretar a estabilidade da economia através de uma canetada mágica. A utilização dos instrumentos fiscais e monetários, tão bem ensinados pela Escola de Chicago, realmente sempre conseguiu segurar a estabilidade aparente, por curtos períodos de duração, após esses decretos. As reformas e reestruturações da economia necessárias para manter uma estabilidade com prosperidade jamais foram realizadas. O Custo Brasil, que sempre impediu a nossa competitividade para ganhar divisas nos mercados internacionais, permanece intacto após todos esses anos.

As dificuldades que este governo teve em tentar aprovar o mínimo de reformas necessárias para o embasamento do plano de estabilização econômica são bastante conhecidas. A nossa esperança é que este governo está começando a perceber a importância da teoria mercantilista ao invés de somente aperfeiçoar a nossa compreensão da teoria monetarista. Algumas medidas já tomadas deverão ajudar as nossas exportações, mas ainda são bem aquém daquelas necessárias para poder dobrar as exportações como é a meta desse nosso governo. Precisamos urgentemente mudar essa nossa mentalidade passiva da época colonial onde éramos proibidos de exercer o comércio exterior. “O Brasil não se vende, ele é comprado”, disse uma vez o nosso Ministro Pratini de Moraes.

Nesse quadro de impossibilidade de criar a riqueza para a nossa Nação, nós dominamos tão bem a teoria monetarista do Professor Milton Friedman que nos tornamos *experts* na administração monetária da pobreza, que sempre criamos, através do uso de instrumentos monetários e fiscais. E realmente não é fácil manter a estabilidade econômica do país com esses problemas de pobreza que enfrentamos.

A nossa falha em criar riquezas para a nação brasileira não corre por falta de vontade, de cultura, de disciplina ou do apoio do nosso

povo. Ela é resultante da nossa falha em entender a ciência do desenvolvimento econômico e da falta de vontade política em reestruturar o nosso país para o caminho da prosperidade. Somos todos testemunhas de que os nossos sucessivos governos sempre conseguiram fazer com que o povo brasileiro acreditasse e desse apoio para os diversos planos econômicos que eram apresentados à nação como planos que iriam trazer a prosperidade econômica definitiva ao país. O povo brasileiro necessita acreditar em algo, e a sua vontade de conseguir um nível melhor de prosperidade permitiu que esses governos sempre conseguissem galvanizar o povo brasileiro a aceitar sacrifícios, em níveis sem precedência, com disciplina e patriotismo, na fé e esperança de dias melhores.

Ainda faz parte da nossa história recente quando a população do país, galvanizada pela liderança do Brasil, inventou, com amor a pátria e entusiasmo, ser fiscal do Plano Cruzado contra os vilões que poderiam sabotar esse plano. Na China de hoje, mesmo tendo um governo forte, onde a busca individual da riqueza é a nova ideologia e é a prioridade de cada chinês, dificilmente poder-se-ia imaginar a aceitação, com tanta docilidade e patriotismo, do congelamento e confisco, em parte, da poupança de cada cidadão do país, como ocorreu no início do Plano Collor.

Embora em nosso país tinha sido discutida a implantação de Zonas de Processamento de Exportações há mais de um quarto de século, a China, em 1980, implantou as Zonas Econômicas Especiais de Shenzhen, Shantou e Zhuhai na Província de Guangdong, perto de Hong Kong, e um ano após surgiram a de Xiamen, na Província de Fujian e a da Ilha de Hainan, perto de Taiwan. A localização geográfica destas ZEEs não foi acidental. A proximidade de Hong Kong atraiu investimentos maiores dos chineses desta Região Administrativa Especial da China, antiga colônia britânica. Além de capital, o *know-how* tecnológico, de administração e de *design*, foram fundamentais para criar os parques industriais modernos e a manufatura de produtos de qualidade. Em Xiamen e Hainan, o dinamismo dos empresários de Taiwan, como esperado, acelerou a industrialização e exportações. Somente as exportações da ZEE de Shenzhen equivalem a 50 % de todas as exportações do nosso país. A única zona econômica especial

que nós possuímos não foi criada com vistas à exportação e ao ganho de divisas. Ela existe para facilitar o gasto de divisas para a importação.

Tamanha é a importância dada ao comércio exterior pelos chineses que o país criou um Ministério de Comércio Exterior. Cada Estado tem o seu secretário de comércio exterior, e cada município também tem um secretário municipal de comércio exterior. Além daquele Ministério, existe também o importante Conselho Chinês para a Promoção do Comércio Internacional (CCPIT), sediado em Beijing e com milhares de subseções em todas as cidades chinesas. A responsabilidade principal desses órgãos é de fomentar, incentivar e educar as indústrias para exportarem e para facilitar o comércio exterior por parte das empresas chinesas.

China - um mercado gigantesco para o Brasil

A China é um gigantesco mercado com 1.3 bilhão de consumidores, cada vez com mais renda disponível para o consumo em função das riquezas criadas pelo seu desenvolvimento acelerado. Ela apresenta múltiplas oportunidades comerciais, de parcerias e de investimentos para o Brasil. A China é um mercado que o mundo inteiro cobiça, e o empresário que não prestar atenção a ela perde numerosas oportunidades importantes. Porém, com a exceção de poucas empresas brasileiras, como a Cia. Vale do Rio Doce, EMBRAER, EMBRACO, Mendes Júnior, e a Noronha Advogados, que instalaram seus escritórios na China, entre poucas outras, as nossas empresas brasileiras ainda não despertaram para as oportunidades de negócios com a China.

É lamentável essa ausência da indústria brasileira na China uma vez que o nosso espaço foi preenchido em grande parte por empresas de outros países. A velha geração de chineses associa, automaticamente, o Brasil a Pelé, futebol e café. Mas em função da nossa omissão e ausência, a nova geração de chineses associa café à Colômbia e a rede americana de *coffee shops* chamada *Starbucks* que está presente em toda China. O chinês consome, em volumes de crescimento geométrico, o café suíço Nescafé, de um país que não produz café. Da mesma

maneira, ele toma suco de laranja de marcas européias de países que não produzem laranja. O valor agregado flui para esses países que compram esses produtos no Brasil. E é em função da nossa ausência e do resultante desconhecimento do mercado chinês que uma parcela importante do comércio entre os dois países são intermediados por empresas estrangeiras. As oportunidades são vastas. A China consome cada vez mais vinho, chocolate, frutas concentradas, leofilizadas ou cristalizadas e, cada vez mais, aviões da EMBRAER. E se não podemos exportar têxteis para a China em função dos nossos custos comparativos, podemos sim exportar moda. Móveis finos e calçados finos são exportados para a China por muitos países, exceto pelo Brasil, que tanto exporta a sua madeira, e o seu couro para aquele país. Imaginemos a quantidade de novas indústrias que a Lacta ou a Garoto teriam que construir se cada chinês consumisse um único bombom.

É por estas razões que a iniciativa da Câmara de Comércio e Indústria Brasil – China de realizar, em setembro deste ano, a primeira feira comercial de produtos Brasileiros, após 17 anos de ausência deste importante tipo de promoção comercial na China, é tão prioritária. Xangai é o centro comercial, industrial e financeiro da China. Ela é a “São Paulo” da China. Somente essa cidade chinesa importou neste último ano 80 bilhões de dólares norte-americanos. É importante também esta feira estar sendo realizada em um momento estratégico e oportuno, ou seja, na véspera da entrada da China na Organização Mundial do Comércio. A entrada da China na OMC certamente abrirá ainda mais este gigantesco mercado para o mundo, e também para o Brasil, se soubermos como aproveitar desta oportunidade. Um dos principais objetivos desta feira é também o de atrair investimentos chineses para o Brasil em parceria com as empresas brasileiras.

A Câmara Brasil – China, tendo 5 escritórios espalhados pela China pode ajudar as empresas brasileiras, expositoras da feira, a agendar reuniões e visitas com as contrapartes de seu interesse. Talvez o mais importante é que os escritórios da Câmara podem ajudar ao expositor brasileiro a dar continuidade a seus negócios após o encerramento desta feira.

Como exemplo dos serviços que a Câmara pode prestar, a única fábrica de vacinas de insulina da América do Sul, localizada em

Minas Gerais, certa vez, pediu que a Câmara de Comércio e Indústria Brasil – China descobrisse o comprador da China que estava comprando as suas vacinas de uma empresa de Hong Kong, que por sua vez a comprava de uma *trading* Suíça. A indústria de vacinas somente tinha contato com a empresa Suíça. Pouco tempo depois os dirigentes da empresa chinesa fizeram uma visita a essa indústria nacional em Minas Gerais.

Mas mesmo que os nossos sucessivos governos não tenham conseguido, ou não tenham tido a vontade política, de reduzir o Custo Brasil, a criatividade do empresário brasileiro conseguiu criar soluções. Não faz muito tempo que todos no Brasil importavam camisetas de algodão da China, principalmente em épocas de eleição, por menos do que a metade do preço daquelas produzidas no Brasil. Atualmente, há as cooperativas de produção no Nordeste brasileiro, onde esta forma de trabalho evita os custos de INSS e aqueles decorrentes da nossa lei trabalhista arcaica, que não protege empregos e sim direitos e que muitas das vezes cria desemprego. O resultado desse modelo de produção é que a camiseta de algodão assim produzida no Brasil tem preço inferior daquela da China.

Existe um grande interesse dos chineses de marcar uma maior presença no Brasil. A China ocupou tão bem o seu espaço no mercado norte-americano que quase tudo que se compra hoje nos Estados Unidos é *Made in China*. Na Europa essa situação se repete com quase a mesma intensidade. A América do Sul, todavia, representa ainda território a ser melhor explorado pelas empresas chinesas. As empresas chinesas entendem que o Brasil é o maior mercado deste continente, e que, com uma base no Brasil, a entrada nos mercados do Mercosul e da América do Sul pode ser facilitada.

China - um fluxo de capitais para investimentos no Brasil

A China também possui 280 bilhões de reservas em divisas. Em função disto e do estágio de desenvolvimento que atingiu, o governo chinês hoje incentiva as empresas chinesas com maior experiência internacional a investir no mercado externo para criar as

multinacionais chinesas. Isto representa uma ótima oportunidade para o nosso país, carente de investimentos diretos de risco em divisas. Mas para isto necessitamos ter um programa coordenado para buscar essas divisas.

Todas as cidades e províncias (estados) da China possuem e distribuem catálogos em inglês, de projetos detalhados, com estudo de mercado e quantias de investimentos, para os quais buscam parceiros. As nossas cidades e estados falam da necessidade de atrair investimentos, mas dificilmente podemos encontrar qualquer informação sobre a natureza dos projetos, incentivos ou facilidades oferecidos, e parceiros interessados – e muito menos em inglês. Nas tentativas da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China em estabelecer acordos entre províncias chinesas com estados brasileiros e entre as cidades dos dois países, uma das principais dificuldades tem sido a obtenção de meros folhetos descritivos de apresentação dos estados e cidades brasileiras em inglês.

O mundo inteiro busca investimentos, e se desejarmos ter sucesso em competir para obter esses investimentos em divisas, temos que trabalhar de forma séria e profissional. A China consegue atrair a soma impressionante de 680 bilhões de investimentos diretos estrangeiros por que ela trabalha para isto de uma forma prioritária e profissionalmente organizada. Eu mesmo fui convidado para diversos seminários na China onde são convidados empresários do mundo inteiro, com todos os custos internos na China pagos, onde altas autoridades, Ministros e até o Primeiro Ministro, vendem os projetos prioritários dos governos locais e do governo central para atrair investimentos estrangeiros.

A recente iniciativa do Secretário Geral da Receita Federal em permitir a instalação de fábricas de montagem dentro dos portos secos e outras áreas alfandegárias certamente ajudará a trazer um maior volume de investimentos para o Brasil. Atualmente, a Câmara de Comércio e Indústria Brasil – China está aconselhando sete grupos chineses que estão a procura de parceiros brasileiros para investirem na instalação de novas indústrias no Brasil.

Uma estratégia para a conquista do mercado internacional via China

A China é hoje, e cada vez mais, uma fábrica para o mundo. O custo baixo de produção chinesa aliado a sua força de trabalho disciplinada tem levado empresas do mundo inteiro a fabricar os seus produtos na China para manter sua competitividade de custos neste mundo globalizado. Empresas dos países mais avançados do mundo tem transferido seus desenhos, sua tecnologia e também têm treinado os chineses a fabricarem produtos que possam atender os altos padrões exigidos pelos mercados desses países do primeiro mundo. Esses esforços têm consistentemente melhorado a qualidade de produtos chineses e assim também aumentado a demanda mundial por produtos *Made in China*. Esta forma de trabalho tem se tornado tão comum que muitas das empresas desses países desenvolvidos não mais possuem unidades fabris, e se as tiverem, estão localizadas na China. Estas empresas se concentram em tecnologia, *design*, controle de qualidade, *marketing*, distribuição e promoção das suas marcas. A fabricação é terceirizada aos chineses.

De fato, as grandes empresas multinacionais atualmente fabricam seus produtos, ou componentes de seus produtos, em diversos países, através de suas subsidiárias, ou terceirizados, conforme o seu interesse estratégico ou respectivos custos de fabricação. É comum hoje comprar automóveis e outros produtos que contenham peças e componentes provenientes de diversos países. Se não conseguimos ter a visão e a vontade política de transformar nosso país numa grande nação exportadora, o que seria o ideal, poderíamos, como as nações avançadas, utilizar custos de produção competitivos, como os da China, para termos preço no mercados mundiais.

No Brasil, nós temos a experiência da EMBRACO. Empresa localizada em Joinville, Santa Catarina, ela estabeleceu uma *joint venture* na China, a *Snow Flakes*, unidade fabril que fabrica 1,7 milhão de compressores de refrigeração por ano e tem planos para dobrar a produção desta fábrica localizada em Beijing. Até uma empresa média de válvulas de tecnologia avançada em São Paulo procurou a Câmara de Comércio e Indústria Brasil – China para procurar um parceiro chinês

para instalar uma fábrica na China para poder exportar para o mercado internacional. O Brasil necessita de capital em divisas e parcerias com a China podem perfeitamente alavancar o capital necessário para a produção e o custo competitivo da fabricação na China para a conquista de novos mercados.

A criação de um “Tigre Brasileiro”?

É inquestionável que a visão mercantilista foi fundamental para o sucesso do desenvolvimento econômico da Ásia, e em particular, o da China. Inquestionável também é o fato de que o ganho de divisas através de exportação é um fator histórico da riqueza das nações. Esse caminho mercantilista foi trilhado por quase todos os países que conseguiram atingir um nível de prosperidade econômica ao longo da história da civilização humana. O Brasil tem todas as condições naturais, muito melhores do que a China ou o Japão, para ser uma grande nação exportadora. E é só querer e ter a vontade política! Essa grande nação foi dotada de extensão territorial, de terras férteis, de recursos naturais e minerais em abundância, um povo cheio de esperanças por um trabalho digno e com disposição de apoiar um plano econômico e de se sacrificar por dias melhores. O Brasil também tem a sorte de ser um país livre de catástrofes naturais. Mais de dois terços do território chinês é inaproveitável devido a extensão de seus desertos e áreas montanhosas. E, ao contrário da China, temos a vantagem de ter uma população grande, mas não tão numerosa, que somente o sustento do povo iria consumir recursos em proporções gigantescas.

FLUXOS E REFLUXOS DE CAPITAL, BENS E TRABALHO ENTRE A ÁSIA E A AMÉRICA LATINA

*Masato Ninomiya**

1. Introdução

Caminhando pelo bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo, podemos verificar a pujança da comunidade oriental, representada principalmente pelas etnias japonesa, chinesa e coreana. A área era originalmente ocupada pelos japoneses e seus descendentes que ali se instalaram desde o início do século, quando os primeiros imigrantes que foram para a lavoura cafeeira no interior paulista,¹ começaram a chegar na cidade de São Paulo.²

Os primeiros imigrantes chineses chegaram há cerca de 200 anos³ no Brasil, mas somente a partir da Revolução Comunista de 1949, tornou-se significativa. A imigração coreana é mais recente, data de 1963⁴.

* Professor do Departamento de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (USP).

¹Sobre a imigração japonesa verifique SUZUKI (1964), (1969); VIEIRA (1973); NOGUEIRA (1973), (1984); HANDA (1987); SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA (1992); SAKURAI (1995); FREITAS (1999).

² Sobre os emigrantes japoneses que vieram diretamente para a cidade de São Paulo, ou que chegaram antes de 1950, depois de terem vivido no interior. Consulte HANDA (1987); DEMARTINI (1997).

³ Segundo o professor de Língua de Literatura Chinesa da Universidade de São Paulo, Alexander Chung Yuan Yang, a imigração chinesa para o Brasil data de 1812, quando a plantação de chá foi introduzida por Luís de Abreu, que trouxe as sementes da Ilha de França, hoje Ilha Maurício, onde foi prisioneiro dos franceses; oferecendo-as para D. João VI. Para encontrar uma solução para a mão-de-obra e para a técnica de plantação, e oferecer uma melhor assistência à nova cultura com vistas a um rápido desenvolvimento da exportação, o conde de Linhares sugeriu a D. João VI a vinda de chineses, um povo experiente no cultivo e na preparação do chá, para iniciar a cultura desse produto no Brasil.

Sobre a imigração chinesa, verifique YANG (1989), (1992); LEMOS (1881); LIMA (1886).

⁴ A primeira leva oficial de emigrantes coreanos embarcou para o Brasil em 18 de dezembro de 1962. No dia 12 de fevereiro de 1963, depois de 54 dias de viagem e aulas sobre o Brasil a bordo, o navio Tjitjalenka atracou no porto de Santos com 103 coreanos, cerca de 17 famílias: foi o início do processo migratório coreano que continua até hoje, clandestino ou não. Vide GALETTI (1995), p. 134.

Esses imigrantes e seus descendentes constituem atualmente comunidades pujantes, voltadas principalmente para o comércio varejista⁵ e pequenas indústrias.

Quanto às empresas japonesas, com capital e tecnologia, podemos dizer que não chegou a haver um grande fluxo no período anterior à guerra⁶ e que o mesmo só se iniciou a partir do final da década de 50,⁷ com investimentos como a Ishikawajima e Usiminas. Verificou-se, na década de 70, um outro “boom” de investimentos japoneses, representados principalmente pelos grandes projetos nacionais⁸ *inter alia* o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado, Albras-Alunorte, Companhia Siderúrgica de Tubarão.

Depois veio a década perdida, a dos anos 80, ocasionada pela crise da dívida externa brasileira e o Brasil perdeu a oportunidade de receber os investimentos japoneses, que se dirigiram para a Ásia,⁹ os

⁵ Os contratos de emigração coreana determinavam que as famílias somente se dedicassem à lavoura. Contudo, três anos depois da chegada das levas oficiais, praticamente todos os projetos de instalação de fazendas coreanas tinham fracassado por diferentes razões e apenas 10% do total de quase mil imigrantes continuavam trabalhando no campo. Os 90% restantes abandonaram as fazendas e vieram para a cidade de São Paulo, onde começaram a se dedicar ao comércio e à confecção de roupas. Vide GALETTI (1995), p. 135-136

Sobre a imigração coreana no Brasil, verifique também CHOI (1991); SAM (1993).

⁶ “Antes de la Segunda Guerra Mundial, la inversión extranjera japonesa se concentraba principalmente en Asia; Brasil no tenía ninguna importancia económica o estratégica para Japón. Sin embargo, había algunas inversiones pequeñas relacionadas con la comunidad japonesa. La primera inversión japonesa a largo plazo en Brasil fue la Sociedad Bratac para la Colonización de Brasil (Bratac Sociedade Colonizadora do Brasil), establecida en 1929 por 12 provincias japonesas y el capital privado de los inversionistas japoneses; ocho años más tarde se transformó en una institución financiera que suministraría fondos para la expansión de las actividades de la comunidad japonesa-brasileña. En los años treinta surgieron también las primeras inversiones brasileñas realizadas por los bancos y las compañías comercializadoras de Japón, así como la primera empresa manufacturera, la planta de *sake* Tozan.” Vide TORRES (1994), p. 135

⁷ HORISAKA (2000), p. 71-72, identifica quatro etapas nas relações econômicas Japão – América Latina no período pós II GM: “(I) la etapa “Inicial”, hasta la primera mitad de la década del 60; (II) la etapa “Actividad”, desde la segunda mitad de la década del 60 hasta la crisis de la deuda externa de principios de los 80; (III) la etapa “Estancamiento”, después de la crisis de la deuda; y (IV) la etapa “Replanteamientos”, a partir de la década del 90.”

⁸ Sobre o assunto verifique HORISAKA (1994), (2000); TORRES (1994); HOSONO & RIVANO (1994); YOKOTA (1997)

⁹ “De acuerdo a un informe del Ministerio de Finanzas japonés, las inversiones japonesas en Latinoamérica durante 1996 fueron de 4.446 millones de dólares, cifra equivalente al 9,3% del total invertido en el exterior. La inversión en Asia durante el mismo período alcanzó los 11.614 millones de dólares, o el 24,2% del total.” Vide HORISAKA (2000), p. 71

Estados Unidos e a Europa. A partir do meado da década de 90,¹⁰ sentimos aos poucos a volta, ainda que de forma parcimoniosa de seus investimentos e financiamentos.¹¹

Não podemos deixar de mencionar os esforços dos empresários brasileiros para introduzir seus produtos no mercado japonês, *e.g.* quatro indústrias de suco de laranja, que em conjunto detêm 60% do comércio mundial desse produto, investiram no Japão 40 milhões de dólares na construção de uma enorme instalação de depósito de suco com capacidade de 18.000 toneladas. Seu objetivo é a comercialização direta na sociedade japonesa, sobretudo depois de 1992, quando o governo abriu por completo o mercado japonês de suco de laranja.

2. O fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil

Como já mencionamos anteriormente, a imigração japonesa para o Brasil se iniciou em 1908 como mão-de-obra para as fazendas de café no interior do estado de São Paulo. A sua presença maciça se

¹⁰ Sobre a relação comercial Brasil-Japão, verifique UEHARA (1995).

¹¹ Dentre os projetos que foram objeto de acordo de financiamento entre o Brasil e entidades japonesas assinados em 1996 estão: 1) com JEXIM (Japan Export-Import Bank), para o trem urbano de Fortaleza, a rodovia São Paulo-Curitiba-Florianópolis, o gerenciamento, modernização e ampliação da malha rodoviária do Estado de Tocantins e o financiamento para o BNDES; e 2) com a OCDE, para a despoluição da Baía de Todos os Santos e a construção de usinas eólicas no Estado do Ceará. Estão pendentes de assinatura, embora já negociados, os projetos de saneamento básico para os Estados de Santa Catarina e Paraná. Nova lista de projetos foi avaliada em 1997: Pró-água (US\$148 milhões); Programa Nacional de Agricultura Familiar (US\$360 milhões); Projeto Caatinga (US\$82,7 milhões); recuperação da Baixada de Jacarepaguá (US\$186,8 milhões); recuperação da Bacia da Pampulha (US\$65,6 milhões); e PRODECER-III Expansão (US\$510 milhões). Encerraram-se, em julho, as negociações sobre os seguintes projetos com o JEXIM: transporte multimodal do Corredor Centro-Norte (COFIEX); Programa de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (FINEP); Eletrificação Rural para o Estado do Tocantins; Rodovia Fernão Dias; e Interligação dos Sistemas Elétricos entre Norte e Sul. A OECF manifestou a possibilidade de financiar projetos incluídos no *Master Plan* de redução das emissões de CO₂, aprovado na Conferência de Kyoto, o que abre opções de financiamento ao Brasil para projetos de transporte de massa em regiões de grande concentração populacional, entre outras possibilidades. O COFIEX atribuiu prioridade ao projeto PRODECER-III Expansão. Continua em estudo a questão do endividamento dos agricultores envolvidos no PRODECER-II e III piloto, de cujo equacionamento depende o volume de investimentos em agribusiness (PRODECER-III – Expansão e Fruticultura Irrigada). Consulte <http://www2.mre.gov.br/dao/japão.html>.

verifica nos estados de São Paulo e Paraná,¹² onde está concentrado cerca de 90% do seu contingente. Nos demais estados da federação, os números são mais modestos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

Vieram cerca de 190.000 japoneses antes da Segunda Grande Guerra e 55.000 no período pós-guerra. Fala-se hoje, numa comunidade constituída de cerca de 1,4 milhão de pessoas, de primeira a quinta gerações. Podemos afirmar que a integração¹³ dos japoneses e seus descendentes na sociedade brasileira se deu de forma perfeita, apesar de ter havido, no início, críticas quanto a formação de quistos ou ausência de casamentos inter-étnicos.¹⁴ Principalmente no que concerne a este último, de acordo com estudo divulgado em 1988, pelo Centro de Estudos Nipo-brasileiros de São Paulo, 42% de descendentes de terceira geração (os *sansei*) e 62% de quarta geração (os *yonsei*) são casados com pessoas que não possuem a ascendência japonesa.

A tônica que caracteriza a comunidade nipo-brasileira é o alto grau de escolaridade de seus membros em comparação ao restante da população, apesar de serem numericamente modestos (cerca de 0,8% da população brasileira de 170 milhões). Apenas para citar o caso da Universidade de São Paulo que é a maior instituição de ensino superior do país, cerca de 15% do seu corpo discente e 8% do seu corpo docente possui ascendência japonesa.¹⁵

Podemos dizer que o interesse pela educação dos filhos é um denominador comum para os imigrantes provenientes da Ásia, já que verificamos a ocorrência de fenômeno semelhante entre os descendentes de chineses e coreanos. No vestibular Fuvest 2001, a taxa de aprovação na primeira chamada, de quem definiu sua cor como amarela nos questionários sócio-econômicos foi de 11%. A taxa da etnia que se definiu como branca é de 6,6%, indígena 5,3%, parda 4% e

¹² Verifique SAITO (1961); KOJIMA (1991).

¹³ Verifique LOBO (1932); SCHADEN (1956); CARDOSO (1959); SAITO & MAEYAMA (1973).

¹⁴ Verifique interessante estudo genético e antropológico de imigrantes japoneses e seus descendentes não-miscigenados em BEILGUELMAN (1962)

¹⁵ Vide SHIMA (1995).

negra 2,6%. De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), a população que define sua cor como amarela representa apenas 1,8% do total.¹⁶

Talvez seja possível buscar a explicação disto na tradição confucionista de valorizar a educação, os mestres e os idosos; mas não podemos nos olvidar do sistema de ensino brasileiro que facilita o acesso às escolas de pessoas interessadas. Podemos afirmar, outrossim, que o ensino público e gratuito, do 1º ao 3º grau, sistema pouco adotado até mesmo entre os países desenvolvidos, facilitou o acesso dos imigrantes e seus descendentes a alta escolaridade dando-lhes oportunidade para a ascensão social.¹⁷

3. Os antecedentes do fenômeno de kassegui

O Japão sempre adotou a política de emigração, uma vez que o seu território é pequeno (cerca de 1/23 da extensão territorial brasileira) sendo aráveis apenas seus 20%, e com densidade demográfica elevada (população de cerca de 130 milhões). Ademais, as crises econômicas e as de produção agrícola também contribuíram para a adoção desta política que persistiu mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, que agravou a situação com o retorno de 7 milhões de pessoas que habitavam as colônias e os territórios ocupados pelo Japão.

O pico do fluxo emigratório no período pós-guerra ocorreu nos anos compreendidos entre 1958 a 1962.¹⁸ A partir dali, com os diversos *booms* econômicos que sucederam a realização das Olimpíadas de

¹⁶ Jornal Folha de São Paulo, 15 de abril de 2001, p. C7.

¹⁷ Vide CARDOSO (1998).

¹⁸ “Diante da vitória dos comunistas na China e do rastilho de movimentos de guerrilhas nas colônias européias do Sudeste Asiático, os Estados Unidos abandonaram na passagem dos anos 40 para os 50 a política de dissolução das velhas estruturas econômicas do Japão, posta em prática nos primeiros anos da ocupação militar, e lançaram-se à criação de uma esfera de comércio Japão-Sudeste-Asiático. Considerável influência política e expressivos volumes de ajuda econômica e militar foram empregados pelos Estados Unidos para fazer do Japão a “oficina natural do Oriente”, entrosada com os países do Sudeste Asiático, aos quais foi atribuída a função de fornecedores de matérias-primas industriais e alimentares para o Japão e de absorvedores das manufaturas de baixa e média tecnologia que a indústria japonesa pudesse produzir.” Vide OLIVEIRA (1995), p. 142.

Tóquio em 1964, e que duraram até o início da década de 90, a economia japonesa não parou de crescer. Podemos incluir, também, as duas importantes guerras que ocorreram na região, a da Coreia (1950-1953) e a do Vietnã (1965-1975) como um dos fatores de seu progresso econômico, pois o Japão tirou proveito da situação geopolítica para se transformar numa importante base de apoio para as forças armadas americanas que combateram naqueles países.

A partir de meados da década de 80, verificou-se a ocorrência no Japão, de um fenômeno ímpar: a falta de mão-de-obra não qualificada. Isto porque com a melhoria das condições econômicas e sociais, os japoneses, principalmente os jovens, não quiseram mais assumir certos tipos de trabalhos, conhecidos vulgarmente como 3 K, letra inicial das palavras em japonês que significam sujo (*kitanai*), árduo (*kitsui*) e perigoso (*kiken*). E isto culminou com a escassez de mão-de-obra neste segmento.

Consta que a ausência destes trabalhadores não-qualificados chegou a causar falências de empresas que não conseguiam honrar os contratos de entrega de produtos por falta de mão-de-obra. O fato desencadeou a sua procura por parte dos empregadores japoneses. Deveriam levar em conta, contudo, que a legislação japonesa sobre imigração proibia a entrada de trabalhadores não-qualificados. Lembrou-se, então, dos japoneses que haviam emigrado para o exterior, em especial aos países da América do Sul, como Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Peru.¹⁹ Com a valorização da moeda japonesa, o iene, o salário japonês, outrora pouco atraente, tornou-se cobiçado pelos *nikkei* residentes nos países acima mencionados, na medida em que as sucessivas crises econômicas haviam derrubado o poder aquisitivo de seus salários. Assim, atraídos por salários que variavam de US\$ 2.000 a US\$ 2.500 mensais, que somadas as horas extras podiam atingir US\$ 3.000 a US\$ 4.000, dependendo, outrossim, do tipo de trabalho, os ex-imigrantes começaram a voltar para o Japão, em número

¹⁹ Sobre a imigração japonesa nas Américas, consulte Projeto Internacional de Pesquisas sobre as Comunidades Nikkei (www.inrp.org), coordenado pelo *The Japanese American Museum* que em seu primeiro ano contou com a participação de 15 estudiosos de 7 países (Argentina, Brasil, Canadá, Japão, México, Estados Unidos e Peru) Especificamente sobre a imigração no Peru, consulte AMINO (2000); MORIMOTO (1979), (1991).

cada vez mais crescente. A falta de mão-de-obra não podia ser saciada apenas com as pessoas de nacionalidade japonesa e logo a procura se estendeu aos duplo-nacionais e também aos que possuíam somente as nacionalidades dos países de nascimento.

Em 1990, o Ministério de Trabalho do Japão estimou que a força de trabalho em 1995 seria de 520 mil trabalhadores a menos do que o necessário, e que a escassez de mão-de-obra alcançaria 9,1 milhões no ano de 2010. Mesmo que aproveitassem ao máximo a força de trabalho dos idosos e das mulheres, a indústria necessitaria em 2010, de mais 1,86 milhão de trabalhadores.²⁰ No mesmo ano, o governo japonês efetuou uma grande reforma na sua legislação²¹ (Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados), criando um *status* especial denominado “residente por longo período”. De acordo com o novo *status*, permitiu-se a entrada no país de cidadãos estrangeiros que fossem descendentes de japoneses até a terceira geração ou refugiados, e a sua permanência por um período de 3 anos, sucessivamente renováveis e, sem quaisquer tipos de restrições, inclusive a de trabalho.

Há explicações de autoridades japonesas de que a falta de mão-de-obra não tem nenhuma relação com a criação de *status* especial para a permanência dos *nikkeis* até a terceira geração. Afirmam que o visto é concedido apenas para facilitar a entrada no país de pessoas com ascendência japonesa e negam a existência de restrições para o trabalho a fim de evitar constrangimentos destas pessoas com os seus parentes e amigos, uma vez que é necessário ter recursos para poder permanecer no país.²² Entretanto, parece ter prevalecido a vontade política de não abrir por ora, o mercado de trabalho japonês para a mão-de-obra não-qualificada de outras etnias. A reforma desta lei permitiu nestes últimos onze anos, a entrada de cerca de 300.000 descendentes de japoneses no país, incluindo-se ali quase 250.000 brasileiros e o restante, de outras nacionalidades, *inter alia*, argentinos, bolivianos, paraguaios e peruanos.

²⁰ Vide BABA (1993).

²¹ Vide SHIMADA (1994).

²² Vide ISHIGAKI (1992), p. 23-24.

4. O significado do termo *dekassegui*

A origem etimológica da palavra *dekassegui* é sair de um lugar para “trabalhar e “ganhar” num outro lugar. Referia-se aos agricultores originários das províncias do Norte e Nordeste do arquipélago japonês que durante os meses de inverno não podiam trabalhar na lavoura, pois a terra ficava coberta de neve, e saíam em direção a grandes cidades em busca de receitas adicionais. Os serviços que encontravam eram precisamente os trabalhos sujos, árduos e perigosos, evitados por trabalhadores comuns. Assim, a palavra não deixa de ter uma conotação de tristeza e pobreza, e por que não dizer, de discriminação, espelhando a necessidade de deixar os seus familiares na terra natal a fim de se dedicar ao trabalho pesado numa cidade longínqua. Além do mais, devemos reconhecer que muitas vezes, a pobreza constitui motivo de discriminação social.

Há quem diga que atualmente a palavra *dekassegui* está integrada ao vocabulário corrente no Japão, significando simplesmente o ato de ir trabalhar longe.²³ Por outro lado, há quem não goste da palavra, por não expressar necessariamente um mar de rosas.²⁴ Somos obrigados a reconhecer, que o termo *dekassegui* deveria ser evitado, até porque, no início do movimento, causou mal estar aos próprios interessados que reclamavam que os seus parentes no Japão os recebiam bem enquanto turistas mas mudavam de atitude quando descobriam que ali estavam na qualidade de *dekassegui*. Gostaríamos de transcrever aqui, a tradução de alguns “tanka”, poema de 31 letras, escritas pelo próprio *dekassegui* ou alguém próximo a ele.

“Nas cartas que escrevo para a minha irmã no Japão, não faço referências ao meu filho que lá se encontra em *dekassegui*”, Misako Fujita.

“Não ria, saudosa mãe, do filho que voltou a Pátria na era Heisei (nota: era do atual imperador que se inicia em 1989) para trabalhar na limpeza de esgotos”, Kazuyuki Kitakano.

²³ Op.cit.

²⁴ Vide UKAWA (1996), p. 17.

“Dentro do carro da minha irmã, passo em frente a casa do meu irmão que se recusou a me receber como *dekasegui*”, Misako Koike.

Procuramos, assim, evitar o uso deste termo na medida do possível, principalmente nos aspectos formais. Assim, na entidade que presidimos em São Paulo, o Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior – CIATE, originalmente constituído com a denominação de Centro de Informação, Orientação e Assistência aos *Dekassegui*, que funcionou de abril a setembro de 1992, evitamos continuar a utilizar o termo. Reconhecemos, por outro lado, que se o termo ainda possui alguma conotação pejorativa na língua japonesa, ele se integrou ao vernáculo, a ponto de ser utilizado com frequência, tanto pela imprensa, como pelos jornais da comunidade nipo-brasileira. É curioso observar que até mesmo os próprios brasileiros se auto denominam *dekasegui* sem qualquer constrangimento.

Aliás, não podemos nos olvidar de que a maioria dos imigrantes em qualquer tempo e espaço, são *dekasegui* na acepção etimológica do termo. Os imigrantes japoneses que vieram para o Brasil no período anterior a Segunda Guerra Mundial eram *dekasegui*, como comprovam os numerosos documentos existentes no acervo do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, como cartas, diários, documentos e até mesmo comprovantes de remessas bancárias de numerários para os parentes que deixaram no Japão.²⁵

5. O envio de numerários por brasileiros residentes no exterior

Para falarmos das remessas de divisas, precisamos delinear o perfil dos trabalhadores brasileiros que as enviam. No início do fenômeno *dekasegui*, de 1985 a 1989, os imigrantes eram predominantemente do sexo masculino e todos de primeira ou segunda geração de japoneses (*isseis* ou *nisseis*), jovens e idosos, que trabalhavam na construção civil e nas indústrias manufatureiras com expectativas de rendimento acima de US\$60.000 por ano. O conhecimento do idioma japonês, assim como a existência de laços familiares, eram essenciais para adquirir a permissão para trabalhar. De 1990 a 1995, a maioria

²⁵ Verifique HANDA (1987)

dos imigrantes era composta por homens e mulheres solteiros, cujas idades variavam de 18 a 60 anos, com expectativas de permanecerem no Japão por 1 ou 2 anos, com rendimentos anuais acima de US\$60.000 para os homens e US\$36.000 para as mulheres. O *boom* do fenômeno *dekassegui* ocorreu nestes cinco anos, quando a demanda se expandiu da fabricação e montagem de autopeças para incluir uma vasta gama de ocupações na área de produção e serviços, que incluem jardineiros, motoristas de caminhão, pessoal de segurança, cozinheiros, recepcionistas e empregados de hotéis, garçonetes e entregadores de jornais. Destacamos também a oferta de empregos em indústrias de material elétrico, alimentícias e embalagem, e em serviços de hotelaria, saúde e recreação. O conhecimento do idioma deixava de ser requisito obrigatório como no período anterior. Com a reforma na Lei de Controle de Imigração, o grau de ascendência japonesa (até o 3º.) substitui a necessidade de vínculos familiares, como critério para poder trabalhar no Japão. De 1996 até os dias de hoje, houve um crescimento significativo de casais e famílias com crianças, na faixa etária de 18 a 40 anos, a maioria *nisseis* e *sanseis* acompanhados de seus cônjuges sem ascendência japonesa com a expectativa de permanecerem no Japão por um período superior a 3 anos, com rendimento anual de US\$42.000 para os homens e US\$36.000 para as mulheres. Característica marcante desta fase é o crescimento da migração de famílias com crianças em idade escolar. A decisão de muitas companhias em cortar as horas extras prejudica a expectativa de ganhos adicionais dos trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo em que aumenta o período de sua permanência.²⁶

Isto posto, gostaríamos de analisar acerca do fluxo de recursos enviados pelos trabalhadores nacionais que se encontram no exterior para os respectivos países de origem, pois o fenômeno não ocorre apenas em relação aos brasileiros residentes no Japão. Devido a longos anos de crise econômica que assola o país, tornou-se atraente para a maioria dos brasileiros, tentar a sorte no exterior, a exemplo dos seus ancestrais que saíram dos respectivos países de origem para buscar o “Eldorado” no novo mundo. É por isto que verificamos a existência

²⁶ Vide BORNSTEIN (1995), P. 65-67; MORI (no prelo)

de grandes contingentes de brasileiros na América do Norte, Europa e Japão, com a agravante de que nos dois primeiros, muitos dos patrícios se encontram na clandestinidade.

Ainda que o Brasil não dependa do numerário enviado do exterior pelos seus nacionais, existem numerosos países no globo que dependem das remessas de divisas de seus nacionais que trabalham no exterior, para o fechamento da balança de suas contas correntes.²⁷ Maria Edileuza Fontenele Reis, cita o autor P.L. Martin que estimou em 1992, que a magnitude das remessas de divisas hoje envolvidas com as migrações internacionais chegam a cifra da ordem de US\$ 67 bilhões. A autora menciona ainda, os casos de Portugal, Turquia e numerosos estados do Caribe, Ásia e África como exemplos de países que dependem da remessa de seus cidadãos.²⁸

No caso específico do Japão, numerosas notícias são veiculadas pela imprensa mas poucos são os estudos aprofundados sobre a questão. Uma das primeiras análises se deveu a Gilson Schwartz.²⁹ Este, citando a Gazeta Mercantil de 26-28 de outubro de 1991, disse que na época, falava-se que em algumas estimativas a remessa dos *dekassegui* chegavam a US\$ 1 bilhão, mas segundo os dados relativos ao balanço de pagamentos até o primeiro semestre de 1991, indicavam um ingresso da ordem de US\$ 682 milhões, na rubrica das transferências unilaterais. Esse valor corresponde ao triplo do que entrou na mesma rubrica no primeiro semestre de 1990, havendo no Banco Central a suspeita de que se trata de remessa ao país de divisas por parte

²⁷ Para ilustrar a situação, tomemos o caso dos imigrantes ilegais de El Salvador nos Estados Unidos. Desde que dois terremotos devastaram o país no início do ano, os salvadorenhos receberam direitos especiais de permanência no país. Tanto o governo americano, quanto o salvadorenho acham que é melhor encorajar a recuperação permitindo que os mais de 1 milhão de salvadorenhos que estão nos EUA trabalhem e enviem dinheiro para suas famílias do que gastar recursos públicos provenientes de impostos com assistência governamental. Estima-se que 11 milhões de imigrantes ilegais estejam espalhados pelos EUA. Para a América Central como um todo, essas remessas de dinheiro, (quase todas dos EUA) têm crescido 26% ao ano e totalizavam US\$ 8 bilhões em 2000, segundo o Inter-American Dialogue, um instituto de estudos sediado em Washington. Em todo o mundo, aproximadamente US\$ 100 bilhões são enviados para casa desta maneira a cada ano, muito mais que o total gasto com ajuda. Vide <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/materia.asp?id=557157>.

²⁸ Verifique REIS (no prelo).

²⁹ Verifique SCHWARTZ (1992).

de *nisseis* e *sanseis*. Devemos levar em consideração, neste caso, que a estimativa se baseia na presença de cerca de 130.000 brasileiros no Japão.

Hoje, as estimativas mais genéricas situam o montante total das remessas feitas anualmente pelos *dekasseguis* na ordem de US\$2,5 bilhões, montante que representa a segunda maior fonte de divisas do país.³⁰ Contudo, essa cifra reflete apenas a ponta do *iceberg* do total de remessas. A insegurança com que muitos encaram a economia brasileira, sobretudo aqueles que deixaram o país em época de alta inflação, afasta-os da burocracia oficial na hora de remeter sua poupança, preferindo trazê-la no bolso. Podemos apontar que no início do fluxo migratório para o Japão, o custo das transações em moeda estrangeira e as taxas de transferência cobradas pelos bancos limitavam o uso de meios oficiais na remessa de divisas. Contudo, tais taxas diminuíram significativamente. Hoje, a maior parte desses recursos é movimentada através do Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo e Banco Sudameris S.A.

Não podemos deixar de analisar as conseqüências da contínua depreciação do iene em relação ao dólar norte-americano, sinalizando um aparente decréscimo das remessas oficiais dos *dekassegui*. Estimativas apontam que, em 1995, o total das remessas oficiais foi da ordem de US\$2,4 bilhões e, em 1996, US\$1,9 bilhão. Entre janeiro e dezembro de 1995, a moeda japonesa foi de 98,55 ienes a 102,88 por cada dólar. A mesma tendência observou-se durante o ano de 1996, quando em janeiro o iene era cotado a 107,25, e em janeiro de 1997 já atingia 118,16 ienes. Em maio de 1998 a moeda japonesa chegou a ultrapassar 140,00 ienes para cada dólar norte-americano. A redução das remessas decorre não só da depreciação cambial, mas também do prolongamento da permanência do brasileiro no Japão. Com a ampliação da estada, vem a reunião familiar, maiores gastos, sendo muitos supérfluos e o espírito de poupança diminui.³¹

³⁰ De acordo com o Sebrae, caso o ranking da balança comercial brasileiro seja unido ao de serviços, os *dekasseguis* só perdem para o complexo soja, que exporta US\$4 bilhões anuais. Vide Revista Dinheiro (27/09/2000).

³¹ Vide REIS (no prelo); MORI (no prelo) .

7. Os empreendimentos dos *dekasseguis* no Brasil

Foi constatado por vários órgãos relacionados aos *dekasseguis*, que os negócios por eles iniciados ao retornar para o Brasil não prosperaram, sendo que a maioria desses empreendimentos tornam-se insolventes ou vão à falência nos três primeiros anos de atividade. Pode-se dizer que, os fatores responsáveis por tais insucessos são *inter alia*, o despreparo, a falta de conhecimento, de informação e de orientação, a insuficiência no treinamento, a inexistência de capacitação empresarial, a inadaptação ao ambiente de negócios.

Em resposta à esta situação, criou-se o Fundo de Investimento *Dekassegui*, uma ação que envolve o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o BID/FUMIN (Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fundo Multilateral de Investimento), Banco Sudameris e Empresas de Participação. O Fundo Dekassegui visa a assistir os emigrantes brasileiros a iniciar seus pequenos negócios no Brasil, quando de seu retorno. Outra iniciativa é o Projeto Dekassegui que envolve o SEBRAE-NA, os SEBRAEs dos Estados de São Paulo, Paraná, Pará e Mato Grosso do Sul, a ABD (Associação Brasileira de Dekasseguis) e conta com o apoio de diversas instituições e entidades. Tem como objetivo desenvolver ações capazes de contribuir para o desenvolvimento de atividades técnicas e administrativas, visando prover os *dekasseguis* de informações, capacitação e orientação empresarial – antes da ida, durante sua estada e no retorno de sua volta do Japão – que serão importantes na criação de seus novos negócios, especialmente aqueles que são micro e pequenas empresas.

Em agosto de 2000, foi constituída a primeira empresa de participação em São José dos Campos (SP), a Nikkei Vale Participações S.A., com capital inicial de R\$ 320 mil e 190 acionistas, chegando a 200 seis meses depois, pretende ser uma incubadora de pequenas empresas de tecnologia. As empresas de participação são um modelo de investimento em negócios que reúne pessoas de uma comunidade. Elas utilizam seus próprios recursos para gerar novas empresas ou investir em negócios já existentes.

8. Conclusão

Procurando efetuar um balanço dos fluxos e refluxos de capital, bens e trabalho entre o Brasil e o Japão, dentro do contexto maior que é a Ásia e a América Latina, podemos concluir que o mesmo tem sido altamente significativo para as partes.

A imigração japonesa para o Brasil ao longo dos últimos 93 anos atendeu às necessidades do Japão em diminuir a sua pressão demográfica e ao mesmo tempo, constituiu no lado antípodo do globo terrestre, o maior grupo de japoneses e seus descendentes fora do seu país, perfeitamente integrados a pátria de adoção, que não deixa de ser um patrimônio incomensurável para os interesses do Japão.

A recessão e a crise prolongada que castigaram o Brasil, aliada a necessidade do Japão de recrutar trabalhadores não qualificados, levou os brasileiros de ascendência japonesa de volta ao país de seus ancestrais, cujo número chega a 250.000 pessoas, quase o mesmo número de pessoas que emigraram ao longo de quase um século. A experiência de vida e trabalho no Japão vem sendo positiva para a maioria das pessoas, apesar de problemas enfrentados no início, pelo desconhecimento da língua e da realidade de um país que lhes era totalmente estranho, apesar de seus vínculos étnicos.

Muitos voltaram satisfeitos com suas experiências e poupanças acumuladas, satisfazendo alguns dos seus sonhos de adquirirem bens, continuar os estudos ou abrir seus próprios negócios. Outros acabam permanecendo no Japão, tendo encontrado oportunidades e perspectivas profissionais que não tiveram no Brasil.

Não podemos nos olvidar daqueles que não tiveram a mesma sorte dos demais: adultos e crianças que sofreram com diversas formas de discriminação que existe naquela sociedade, até mesmo contra os próprios japoneses; pessoas que caíram doentes ou foram vítimas de acidentes de todos os tipos; aqueles que foram autores ou vítimas de crimes, etc. Devemos prestar a nossa solidariedade para todos os nossos patrícios que sofrem de alguma forma, apesar da vontade de vencer.

De todo modo, podemos destacar a formação de vínculos humanos que estreitam o relacionamento dos dois países, completando o intercâmbio que outrora tendia mais para a mão única do que no sentido duplo. A presença maciça de brasileiros no Japão contribui de forma decisiva na propagação da nossa língua, do esporte, da culinária, da música, e outros valores culturais de um povo para outro povo que busca a internacionalização num mundo globalizado.

Somente dessa forma é que podemos justificar o estreitamento do vínculo de dois povos. Não cremos que o fluxo e refluxo de capital possa justificar todo o sacrifício de uma coletividade, apesar de reconhecermos que a migração internacional vem ocorrendo desde a mais remota antigüidade, causada, na maioria das vezes por razões de natureza econômica, da busca de uma vida melhor num outro mundo. Se de um lado são preciosos os bilhões de dólares enviados pelos *dekasseguis*, questionaríamos se é suficiente para compensar a perda de um contingente de recursos humanos que foi recipiente de investimentos no Brasil em matéria de educação. Não temos conhecimento preciso do montante necessário para a formação de um brasileiro até completar os cursos de segundo grau ou superior, mas a soma desses valores certamente equilibrariam a soma enviada em divisas.

Para finalizar, gostaríamos de render as nossas homenagens e agradecimentos aos governos de ambos os países, às organizações públicas e privadas, empresas, voluntários e pessoas de boa fé que labutam para prestigiar os nossos patrícios que se encontram no Japão.

Referências Bibliográficas

AMINO, Tetsuya. Latinoamérica y Japón en los siglos XVI y XVII: una reflexión a partir de un documento del año 1613 sobre los japoneses em Lima. *in Estudios Latinoamericanos en Alemania y Japón*. Shozo Masuda editor. Tokio: Fundación Shibusawa para el Desarrollo de la Etnología. 2000. p. 15-22.

BABA, Yasumori. Japão: a aliança homem-máquina. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1993. P. 339-357.

- BEIGUELMAN, Bernardo. Estudo Genético e Antropológico de imigrantes japoneses e seus descendentes não – miscigenados. *Revista de Antropologia*. vol.10. 1962. p. 109-142.
- BORNSTEIN, Lisa. Globalização e migração: comentários sobre o chamado fenômeno “*dekasegui*”. in *Lições da economia japonesa*. Gilson Schwartz (coordenador). São Paulo: Saraiva. 1995. p.53-88.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *O Papel das Associações Juvenis na Aculturação dos Japoneses*. Revista de Antropologia. São Paulo. volume VII, n. 1 and 2. 1959. p. 22.
- _____. *A estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada S/C Ltda. 1998. 202p.
- CHOI, Keum Joa. *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. Dissertação de Mestrado – História Social – FFLCH – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991. 244p.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Viagens vividas, viagens sonhadas: os japoneses em São Paulo na primeira metade deste século. in *Família em São Paulo: Vivências na diferença*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos NAP-CERU. São Paulo: Humanitas Publicações. 1997. série 2, n. 7. p. 77-96.
- FREITAS, Sônia Maria de. *E Chegam os Imigrantes...O Café e a Imigração em São Paulo*. São Paulo. 1999. 87p.
- GALETTI, Roseli. Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. in *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Neide Lopes Patarra (coord.) São Paulo: FNUAP. 1995. 133-143p.
- HANDA, Tomoo. *Handa - O Imigrante Japonês - História de sua Vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987. 828p.
- HORISAKA, Kotaro. Las relaciones económicas de Japón con América Latina. in *Japón, los Estados Unidos y América Latina: Hacia una relación trilateral en el hemisferio occidental?* Barbara Stallings y Gabriel Székely

(compiladores). México: Fondo de cultura económica. 1994. p. 61-87.

_____. Relaciones económicas entre Japón y los países latinoamericanos: transformaciones en el período posterior a la segunda guerra mundial y temáticas de investigación pendientes. *in Estudios Latinoamericanos en Alemania y Japón*. Shozo Masuda editor. Tokio: Fundación Shibusawa para el Desarrollo de la Etnología. 2000. p. 67-78.

ISHIGAKI, Yasuji. Discurso de abertura dos trabalhos do Simpósio sobre o fenômeno chamado *Dekassegui*. *in Dekassegui: palestras e exposições do Simpósio sobre o fenômeno chamado Dekassegui*. Masato Ninomiya (org). São Paulo: Estação Liberdade: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. 1992. p.21-30.

KOJIMA, Shigueru. *Um Estudo sobre os Japoneses e seus Descendentes em Curitiba*. Tese de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes. 1991.

LEMOS, Miguel. *Imigração Chinesa*. Rio de Janeiro: Tip. Central, 1881.

LIMA, José Custodio Alves de. *Estados Unidos e norte-americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chinesa no Império do Brasil*. São Paulo: Secker, 1886.

LOBO, Bruno. *De Japonês a Brasileiro - Adaptação e Nacionalização do Imigrante*. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística. 1932. 266p.

MORI, Edson. *The dekasegi phenomenon under the economic perspective – Remittances of Japanese-Brazilians to Brazil*. (no prelo)

MORIMOTO, Amelia. *Población de origen japones en el Perú: perfil actual*. Comisión Conmemorativa del 90º Aniversario de la Inmigración Japonesa al Perú. Lima. 1991. 217p.

_____. *Los inmigrantes japoneses en el Perú*. Lima: Taller de Estudios Andinos – Universidad Nacional Agraria – Departamento de Ciencias Humanas. 1979. 103p.

- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A Imigração para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908/1922)*. Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo. 1973. 251p.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil*. Centro de Estudos Japoneses e Massao Ohno Editor. 1984. 190p.
- OLIVEIRA, Amaury Porto de. O Pacífico e o século XXI: modernização na Coréia e em Taiwan. in *Lições da economia japonesa*. Gilson Schwartz (coordenador). São Paulo: Saraiva. 1995. p. 141-158.
- REIS, Maria Edileuza Fontenele. *Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais*. São Paulo: Kaleidus-Primus, 2001. 251p.
- RIVANO, Neantro Saavedra. Inversión directa japonesa en el exterior, con énfasis en el caso brasileño. in *La economía japonesa sin misterios: reflexiones hacia América Latina*. Akio Hosono y Neantro Saavedra Rivano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SAM, Kang. Socialização de jovens imigrantes coreanos. São Paulo, 1993. 167p. Tese de mestrado – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil - Estudo de Mobilidade e Fixação*. São Paulo: Editora Sociologia e Política. 1961. 238p.
- SAITO & MAEYAMA. *Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo:EDUSP. 1973. 558p.
- SAKURAI, Célia. Primeiros pólos da imigração Japonesa no Brasil. *Revista da Universidade de São Paulo*. n.27. Dossiê Brasil-Japão. 1995. p. 32-45.
- SCHADEN, Egon. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. *Revista de Antropologia*. vol.4. 1956. p.41-46.
- SCHWARTZ, Gilson. Aspectos econômicos do fenômeno *dekassegui*. in *Dekassegui: palestras e exposições do Simpósio sobre o fenômeno chamado Dekassegui*. Masato Ninomiya (org). São Paulo: Estação Liberdade: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. 1992. p. 209-226.

- SHIMA, Hisako. (org) *Cultivando as Terras: os Reflexos da Imigração Japonesa na Universidade de São Paulo*. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária / Escola de Enfermagem. 1995. 301p.
- SHIMADA, Haruo. *Japan's "Guest Workers": issues and public policies*. Tokyo: University of Tokyo Press. 1994. 220p.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, *Uma Epopeia Moderna - 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa. 1992. 604p.
- SUZUKI, Teiichi. *The Japanese immigrant in Brazil*. Tokyo: Tokyo University Press. 1964. 766p.
- _____. *The Japanese immigrant in Brazil*. Narrative Part. Tokyo: Tokyo University press. 1969. 327p.
- TORRES, Ernani T. Las relaciones entre Brasil y Japón: de la fiebre al enfriamiento. in *Japón, los Estados Unidos y América Latina: Hacia una relación trilateral en el hemisferio occidental?* Barbara Stallings y Gabriel Székely (compiladores). México: Fondo de cultura económica. 1994. p. 133-156.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. A política Comercial Brasileira e o Relacionamento Comercial Brasil-Japão. *Concurso Nacional de Monografias*. 1995.
- UKAWA, Hidetoshi. Saudação. in *O Futuro da Comunidade Nikkei: palestras, painéis e debates do Simpósio Comemorativo dos 85 anos de Imigração Japonesa no Brasil*. Masato Ninomiya (org). São Paulo: Mania de Livro. 1996. P. 15-20.
- VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo: Pioneira EDUSP. 1973. 272p.
- YANG, Alexander Chung Yuan. *Introdução da cultura do chá no Brasil, 1812-1918*. São Paulo. 1992. 164p. Tese de Livre Docência – FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo.
- _____. Os imigrantes chineses no Brasil. In *Publicação Cul-*

tural da Imprensa Oficial do Estado S. A – IMESP. V. 8, n. 88. São Paulo. Dez 1989. p.9.

YOKOTA, Paulo. Org. *Fragmentos sobre as Relações Nipo-Brasileiras no pós guerra*. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros. 1997. 250p.

Educação: Fuvest comprova a fama dos asiáticos. in *Jornal Folha de São Paulo*, Seção Cotidiano, 15 de abril de 2001, p. C7.

Emigração: Dekasseguis tipo exportação. in *Revista Dinheiro*, n. 161, 27 de setembro de 2000, p. 35.

www2.mre.gov.br/dao/japao.html

www.inrp.org

www.valoronline.com.br/valoreconomico/materia.asp?id=557157

FLUXOS DE CAPITAL, BENS E MÃO-DE-OBRA ENTRE O BRASIL E A ÁSIA

*Masuo Nishibayashi**

Introdução

Desejaria começar minha apresentação discutindo as relações bilaterais entre o Brasil e o Japão. Este ano, celebramos o 106º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, ocorrido em 1895. Muito embora nossas relações tenham sido temporariamente interrompidas durante uma década, entre 1942 e 1951, em razão da Segunda Guerra Mundial, nunca tivemos qualquer contencioso ou fricção diplomática significativa. Nossos dois países sempre mantiveram relações amistosas como “países geograficamente distantes mas sentimentalmente próximos”, graças, em parte, à comunidade japonesa no Brasil, com quase 1,3 milhão de pessoas, a maior diáspora japonesa no mundo. Fazendo-se um apanhado mais completo das relações Japão-Brasil nos últimos cem anos, pode-se dizer que evoluíram durante os primeiros sessenta em torno da imigração e durante os quarenta anos seguintes, em torno do intercâmbio econômico.

1. Fluxo de mão-de-obra do Japão para o Brasil

Não podemos falar desse século de relações Japão-Brasil sem levar em conta a importância da “imigração”. Um total aproximado de 260 mil japoneses emigraram para o Brasil: cerca de 189 mil antes da Segunda Guerra Mundial e aproximadamente 71 mil após a Guerra. Conforme mencionei acima, o Brasil possui atualmente uma comunidade japonesa de cerca de 1,3 milhões de pessoas, sua maior comunidade no exterior.

* Vice-Diretor Geral do Departamento de América Latina e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão.

A imigração japonesa começou num contexto histórico de apreensão no Brasil quanto ao convite à imigração asiática, recessão econômica no Japão após a Guerra Russo-Japonesa e sentimento anti-japonês nos EUA. Embora o fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil se tenha temporariamente desacelerado no início dos anos 1930 em razão de fatores como o nacionalismo exacerbado nos dois países e a derrota japonesa ao final da Segunda Guerra, a imigração japonesa teve seu caráter modificado. Deixou de ser uma imigração em busca de empregos para tornar-se uma migração de colonos, fator que em muito contribuiu, eventualmente, para o rápido desenvolvimento da comunidade japonesa.

Devo dizer que esses imigrantes japoneses prestaram uma grande contribuição para o Brasil. Antes da Segunda Guerra Mundial, dedicaram-se à produção de café e de algodão, as duas principais exportações brasileiras da época, contribuindo dessa forma para o estabelecimento dos estados de São Paulo e Paraná, entre outros. Além disso, esses imigrantes foram muito bem-sucedidos na plantação de juta, indispensável para a fabricação, na região amazônica, de sacas para café, pimenta e outras *commodities* tropicais. Cabe mencionar ainda que, à medida em que regiões urbanas como a de São Paulo se desenvolviam, a comunidade imigrante começava a plantar frutas e legumes para consumo nas grandes cidades, levando ao desenvolvimento de uma agricultura suburbana intensiva firmemente estabelecida. Com seu alto nível de educação, os nipo-brasileiros começaram igualmente a dedicar-se a vocações de status social mais elevado na área política, acadêmica e de direito, entre outras.

Com a normalização das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão em abril de 1952, reiniciou-se a imigração japonesa para o Brasil. O auge da imigração agrícola foi entre 1953 e 1961; quanto à imigração industrial, iniciou-se somente mais tarde e durou um período curto. A partir de então, a imigração para o Brasil começou a declinar em razão da carência de mão-de-obra e melhoria do padrão de vida no Japão, causados pelo elevado crescimento econômico.

Posteriormente, o fluxo de mão-de-obra entre o Brasil e o Japão teve sua direção invertida, passando os brasileiros a buscar empregos no Japão.

2. Fluxo de mão-de-obra do Brasil para o Japão

Existe hoje no Japão uma comunidade brasileira com mais de 230 mil pessoas, a maior parte da qual composta de nipo-brasileiros. Esse é aproximadamente o mesmo número de japoneses que imigraram para o Brasil ao longo de noventa anos. Trata-se da terceira maior comunidade de imigrantes no Japão – após a coreana e a chinesa –, bem como a terceira maior comunidade brasileira no exterior, após aquelas nos EUA e Paraguai.

A chegada de nipo-brasileiros no Japão em busca de empregos começou a aumentar em meados da década de 1980, refletindo a carência de mão-de-obra no Japão e a estagnação da economia brasileira. A princípio, acreditava-se tratar de um fenômeno temporário de imigração em busca de empregos, mas a revisão da Lei de Controle da Imigração em 1990 permitiu aos nipo-brasileiros de segunda e terceira geração obterem vistos de trabalho e trabalharem em bases regulares. Isso levou a um aumento no número dos chamados “repetidores”, que viriam repetidas vezes ao Japão com suas famílias, permanecendo por longos períodos. Na cidade de Oizumi-machi, prefeitura de Gunma, por exemplo, conhecida por contar com muitos brasileiros entre seus residentes, um décimo de seus cidadãos são brasileiros, havendo até mesmo restaurantes brasileiros servindo pratos típicos como churrasco e feijoada.

Tais mudanças alteraram as circunstâncias em que vivem os brasileiros no Japão, trazendo à tona vários problemas tais como a forma como poderão ser assimilados e como poderão educar seus filhos no Japão. Os governos federal e locais no Japão estão procurando fomentar a compreensão e a cooperação com trabalhadores brasileiros e suas famílias. Em fevereiro deste ano, realizou-se pela primeira vez um simpósio para nipo-brasileiros no Japão - “Os nipo-brasileiros vivendo no Japão e a sociedade japonesa – tentativa de coabitação entre múltiplas culturas” –, dando aos setores públicos e privados interessados uma oportunidade de se encontrarem e intercambiarem informações e opiniões sobre o *status quo* das comunidades nipo-brasileiras no Japão. Estamos considerando a possibilidade de voltar a organizar tais simpósios no futuro.

Acredito ser necessário ver-se a existência das comunidades nipo-brasileiras de até 230 mil residentes não apenas no contexto de uma sociedade japonesa em processo de envelhecimento, com uma taxa de natalidade em decréscimo, mas também como um recurso valioso que poderá contribuir para a coexistência multicultural e para as relações Japão-Brasil. Estão sendo criadas circunstâncias que expõem os japoneses a culturas experimentadas somente por aqueles que viajam ao exterior. Acredito já existir base para um intercâmbio mais ativo entre os dois povos. Um bom exemplo seria o desfile de escolas de samba de carnaval realizado anualmente em Tóquio por seus moradores, o qual tornou-se muito popular, não somente junto aos brasileiros vivendo naquele país, mas também aos demais cidadãos.

No próximo ano, a Copa do Mundo de Futebol será realizada com o co-patrocínio do Japão e da Coréia do Sul. O Brasil é hoje mais conhecido pelos japoneses, graças ao excelente desempenho que os jogadores brasileiros demonstraram por ocasião da criação do time japonês profissional de futebol, o J. League, que em muito contribuiu para o desenvolvimento daquele esporte no Japão.

As visitas oficiais bilaterais de alto nível tornaram-se mais freqüentes após 1995, ano que marcou o 100º aniversário do Tratado de Amizade Japão-Brasil, e 1998, o 90º aniversário da primeira leva de imigração japonesa para o Brasil. O papel desses intercâmbios de pessoas na construção das relações bilaterais é de extrema importância. Precisamos garantir que os laços pessoais entre o Japão e o Brasil, especialmente no setor econômico, sejam repassados às gerações mais jovens nos dois países. Hoje, princípio do século XXI, a promoção de intercâmbios entre os jovens – em cujos ombros recai a responsabilidade pela próxima geração – é vital para se prepararem aqueles que conduzirão no futuro as relações bilaterais. Esta é a “era das localidades”. A vitalização do intercâmbio de pessoas é portanto necessária no âmbito dos governos locais.

3. Fluxo de bens entre o Japão e o Brasil

Com o rápido crescimento das economias japonesa e brasileira, o comércio bilateral e os investimentos japoneses no Brasil cresceram no final da década de 1960 e durante os anos 1970.

Olhando retrospectivamente para os últimos vinte anos, embora a importância do Japão como parceiro comercial do Brasil tenha decrescido relativamente na segunda metade da década de 1990, continuamos sendo um dos principais parceiros comerciais do Brasil. O volume de comércio bilateral chegou a aproximadamente US\$ 5,4 bilhões no ano 2000, fazendo do Japão o quinto maior importador e o quarto maior exportador para o Brasil. Os itens da pauta de exportação brasileira são sobretudo produtos primários como minério de ferro, alumínio, polpa de madeira e gêneros alimentícios como café, frango, soja e suco de laranja, entre outros. O Brasil e os demais países centro e sul-americanos são portanto muito importantes para o Japão por fornecerem recursos naturais e alimentos. A título referencial, a propósito, um item de exportação que experimentou o crescimento tremendamente elevado de 74% com relação ao ano anterior foram aviões. Isso foi possibilitado pela rápida expansão da EMBRAER, quarta empresa fabricante de aviões no mundo. As empresas japonesas estão igualmente participando da fabricação de aeronaves com a EMBRAER, que é uma das empresas brasileiras que estão atraindo a atenção no Japão. Itens cuja exportação para o Brasil vem aumentando seriam sobretudo equipamentos relacionados à tecnologia da informática tais como equipamentos de comunicações, semi-condutores e componentes eletrônicos. A expansão no volume de comércio de produtos relacionados com a tecnologia da informática constitui uma tendência global que também se aplica ao Brasil. Posso dizer com segurança que o aumento nos investimentos relacionados à tecnologia da informática no Brasil nos últimos anos está levando a um aumento do volume de comércio em equipamentos relacionados à tecnologia da informática.

4. Fluxos de capital entre o Japão e o Brasil

Desde o final dos anos 1950, o Japão e o Brasil vêm reforçando os laços econômicos por intermédio de atividades de cooperação econômica de larga escala chamados “Projetos Nacionais”, envolvendo os setores públicos e privados. A Usina Siderúrgica USIMINAS, por exemplo, foi justamente um projeto pioneiro de cooperação econômica entre nossos dois países. Como resultado das visitas recíprocas de chefes de estado em meados da década de 1970, projetos adicionais de desenvolvimento – produção de papel e polpa de madeira, refinaria de alumínio, extração de minério em Carajás, entre outros – contribuíram para o desenvolvimento regional e para a economia brasileira. Até 1995, o Japão foi o quarto maior investidor no Brasil.

Entretanto, no final dos anos 1990, à medida em que aumentaram os investimentos ocidentais no Brasil, os investimentos japoneses diminuíram percentualmente. Tenho de reconhecer que as empresas japonesas foram um pouco cautelosas em demasia no tocante aos investimentos no Brasil, enquanto suas contrapartes ocidentais tomaram parte ativamente no processo de privatização brasileiro. Essa atitude passiva das empresas japonesas deveu-se ao fato de que nos anos 1980, o Brasil sofreu com inflação e dívidas acumuladas, vindo se reduzir as atividades de muitas empresas japonesas em consequência. Aos olhos das diretorias das empresas japonesas, a imagem do Brasil no final dos anos 1980 se manteve mesmo após a rápida recuperação da economia brasileira no final dos anos 1990. Ao mesmo tempo, as empresas japonesas não se haviam recuperado plenamente do colapso de sua própria economia-bolha e simplesmente não estavam prontas para contemplar seriamente uma incursão no mercado brasileiro.

Examinando os investimentos japoneses no Brasil com base em um único ano, os mesmos correspondem a apenas 1% (US\$ 360 milhões) dos investimentos estrangeiros totais (US\$ 30,6 bilhões) no Brasil. (Ref. Após superar os 10% no início dos anos 1970s, a quota de investimentos externos japoneses no Brasil flutuou entre 9% e 9,9% entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1990, para então despencar rapidamente para 1,5% numa base cumulativa total entre 1996

e 1999). No entanto, isso não significa uma grande queda em termos de volume de investimentos. Exceto em 1996, o Japão investiu constantemente entre US\$ 300 e 400 milhões anualmente na década de 1990. Com relação à indústria automobilística em particular, a Toyota e a Honda já estão no mercado brasileiro e mais de uma companhia trading japonesa investiu em projetos petrolíferos por intermédio do *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC).

Não somente o governo, mas também o setor privado japonês está ciente da importância de vitalização das relações econômicas entre o Japão e o Brasil. A *Japan Federation of Economic Organizations* e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) negociaram um acordo estipulando o estabelecimento da Aliança para o Século XXI em outubro de 2000. Por ocasião da 9ª Comissão Mista Econômica Japão-Brasil realizada em novembro de 2000, foram discutidas novas políticas para comércio e investimentos com base nessa iniciativa. De acordo com levantamento feito pela *Japan External Trade Organization* (JETRO), 38% das companhias japonesas no Brasil disseram que aumentariam seus investimentos no Brasil, ao passo que apenas 3% afirmaram o contrário. Com base nesse resultado, pode-se esperar que as empresas japonesas futuramente aumentem seus investimentos no Brasil.

O governo japonês pretende promover a compreensão recíproca por intermédio de intercâmbio de pessoal e criar circunstâncias que facilitem atividades empresariais e contribuam para revitalizar as relações econômicas entre o Japão e o Brasil.

5. Cooperação econômica entre o Japão e o Brasil

O Japão é o maior país doador cooperando economicamente com o Brasil. Em vista das relações bilaterais tradicionalmente amistosas, da importância política e econômica do Brasil na América Central e do Sul, bem como da existência de 1,3 milhões de nipo-brasileiros e imigrantes japoneses, o governo do Japão vem fornecendo assistência mediante empréstimos (ODA).

Desde 1999 especialmente, o governo japonês vem patrocinando projetos de pequena escala implementados por governos esta-

duais brasileiros, bem como organizações educacionais e médicas. A assistência é fornecida principalmente pela Embaixada e Consulados-Gerais do Japão no Brasil, auxílios bastante apreciados pelas várias partes beneficiadas por atenderem às necessidades de desenvolvimento.

O Brasil, de sua parte, vem promovendo ativamente assistência triangular a seus vizinhos e a países africanos. Nesse sentido, o Governo japonês assinou o Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP) em março de 2000, com o objetivo de reforçar ainda mais essa assistência triangular. Os governos japonês e brasileiro pretendem enriquecer esse programa de parceria formando um quadro para nova assistência econômica. Atualmente, ambos os governos estão fazendo ajustes finais para desenvolver projetos específicos de assistência em campos como medicina e educação em Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs).

6. Relações econômicas entre a Ásia do Leste e a América Latina

Eu gostaria de começar discutindo sobre o Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL), destinado a conectar aquelas duas regiões. A primeira Reunião de Chanceleres realizou-se em Santiago do Chile em março último. Um mês antes, o governo japonês organizara em Tóquio o Simpósio de Intelectuais da Ásia do Leste e América Latina, a título de contribuição para o Fórum. Tivemos a honra de contar com a participação do Dr. Albuquerque da Universidade de São Paulo nesse simpósio, onde se discutiram as relações econômicas entre o Leste da Ásia e a América Latina. As duas regiões são os “centros de crescimento” do mundo mas, como foi apontado, embora haja forte potencial para crescimento econômico no futuro, o crescimento nessas regiões tem sido extremamente baixo até o momento. Em 1998, por exemplo, as exportações latino-americanas para a Ásia do Leste corresponderam a 6,3% do total das exportações mundiais, ao passo que as exportações provenientes do Leste Asiático para a América Latina corresponderam a apenas 2,2%. Além disso, além do Japão, Coréia, China e Taiwan, poucos países do Leste Asiático têm

investido na América Latina. As relações entre o Leste da Ásia e a América Latina, entretanto, estão sendo gradualmente aprofundadas. Encontram-se em expansão não somente o comércio entre ambas, como também os fluxos de investimentos diretos da Ásia para a América Latina. Graças ao desenvolvimento da tecnologia da informação, a distância geográfica entre as duas regiões está se reduzindo.

A integração econômica regional está evoluindo em todas as regiões do mundo, mas até o momento não houve nenhuma iniciativa específica para a integração das economias das duas regiões. No âmbito das relações bilaterais, é chegado o momento para a conclusão de um acordo de livre comércio. No entanto, tendo em vista o fato de a Ásia ter sido afetada, em certa medida, pela crise monetária mexicana em meados dos anos 1990s, e a América Latina, em grande medida, pela crise asiática de 1997, vêm aumentando os temores de que crises econômicas em uma das regiões afete seriamente a outra, sobretudo à medida em que se aprofundam as relações econômicas entre ambas.

Com base nessa análise, foi adotado um relatório durante o referido simpósio. Permito-me citar o documento, por considerá-lo muito sugestivo com referência ao relacionamento econômico entre a Ásia e a América Latina, particularmente entre a Ásia e o Brasil – país que desempenha papel tão central na América Latina.

No campo econômico, alguns participantes expressaram a opinião de que, diante do fato de os fundamentos macroeconômicos no Leste Asiático serem muito superiores aos latino-americanos, valeria a pena analisar as razões para essa diferença, enfocando em particular o papel da educação e do desenvolvimento de recursos humanos. Foi aventada igualmente a idéia de intercambiar informações que contribuam para evitar a recorrência de crises financeiras. Outros participantes propuseram explorar novas estratégias de desenvolvimento econômico, incluindo tecnologias inovadoras como a da informação. Foi ressaltado ainda que, entre essas novas estratégias de desenvolvimento, deveria ser considerado o *upgrading* de pequenas e médias empresas. Muitos participantes concordaram com a necessidade de haver uma melhor compreensão das características dos movimentos de integração na Ásia e na América Latina, por intermédio de uma análise compara-

tiva. Embora seja prematuro falar-se de integração econômica entre o Leste da Ásia e a América Latina, as negociações bilaterais deveriam ser encorajadas como um primeiro passo naquela direção.

O Relatório propôs igualmente a discussão de alguns temas juntamente com a promoção do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste, ressaltando dois aspectos econômicos:

a) Nova Estratégia de Desenvolvimento

A globalização foi acelerada pela liberalização, desregulamentação e rápido desenvolvimento das tecnologias de transportes e comunicações durante os últimos vinte anos. Nesse contexto, nos vimos diante do novo desafio de reforçar a competitividade das respectivas economias. Todas as nações necessitam lidar com o problema do hiato digital, tanto no âmbito nacional como internacional, de modo a garantir um desenvolvimento justo e sustentável. Seria igualmente importante reforçar a estrutura industrial mediante o fomento de indústrias de apoio (especialmente de pequeno e médio porte), que são fatores-chave para garantir um desenvolvimento socioeconômico sustentável;

b) Comércio, Investimentos e Cooperação Inter-regional

O hiato de informação relativo às condições macroeconômicas, comércio e investimentos existente entre as duas regiões deveria ser resolvido mediante análises comparativas. Esta tarefa é um pré-requisito para a cooperação econômica entre as duas regiões. É importante também compreender a natureza da integração e da cooperação regional e bilateral nas respectivas regiões, de modo a avaliar os possíveis impactos desses processos e iniciativas sobre as duas regiões e sobre as relações recíprocas.

7. A situação atual da economia asiática: Conclusão

Trabalhei na Embaixada do Japão em Cingapura durante dois anos até março deste ano e tive oportunidade de vivenciar o pós-crise econômica na região do sudeste asiático, com a recuperação dos países. Gostaria, portanto, de compartilhar minha experiência.

Como resultado da rápida recuperação, a crise econômica asiática que começou com a desvalorização do baht em julho de 1997, parece ter superado a pior fase e sido esquecida como assunto do passado. Embora índices macroeconômicos como PIB pareçam satisfatórios atualmente, a recuperação ainda está longe de completar-se no nível microeconômico. As questões particularmente problemáticas são os empréstimos podres em alguns países e as dívidas excessivas do setor privado. Estes dois problemas estão intimamente relacionados, sendo que a recuperação econômica no sentido próprio da palavra não poderá ser obtida sem que se reconstrua o sistema bancário e se reduzam os empréstimos irrecuperáveis.

Uma outra inquietação minha refere-se aos acontecimentos na Indonésia. A Indonésia é, obviamente, um país importante no Leste Asiático, comparável ao Brasil na América do Sul. No entanto, embora o país esteja se recuperando do ponto de vista macroeconômico, já se percebem grandes rupturas em seu sistema socioeconômico. Preocupo-me muito sobre se conseguirão ou não continuar a governar o país. Desnecessário dizer que, em se tratando de uma potência importante, a instabilidade da Indonésia afeta em muito os países vizinhos.

Quando se olham os asiáticos como um todo, encontra-se um sem-número de problemas tais como energia, alimentos e o hiato digital entre os países – todos os quais necessitam ser resolvidos. Voltando os olhos para o sudeste asiático, temos a ASEAN, que é uma associação de países do sudeste da região destinada a permitir o tratamento daqueles problemas num nível regional. Se formos capazes de lidar com tais problemas judiciosamente, acredito que poderemos esperar, no futuro, um elevado crescimento econômico na região.

(Ref.1) Número de Imigrantes japoneses no Brasil

1908 ~ 09	803
1910 ~ 15	14,243
1916 ~ 20	13,576
1921 ~ 25	11,349
1926 ~ 30	69,564
1931 ~ 35	72,661
1936 ~ 40	15,473
1941 ~ 42	2,841
1908 ~ 42	Total: 188,985
1945 ~ 50	10
1951 ~ 55	12,239
1956 ~ 60	32,316
1961 ~ 65	9,526
1966 ~ 70	3,012
1971 ~ 75	4,879
1976 ~ 80	3,454
1981 ~ 85	1,554
1986 ~ 89	1,882
1945 ~ 89	Total: 71,372

(Ref.2 Flutuação do número de brasileiros residentes no Japão)

1990	56,429 (5.2%)
1991	119,333 (9.8%)
1992	147,803 (11.5%)
1993	154,650 (11.7%)
1994	159,619 (11.8%)
1995	176,440 (13.0%)
1996	201,795 (14.3%)
1997	233,254 (15.7%)
1998	222,217 (14.7%)
1999	224,299 (14.4%)

(Obs: % em () é a porcentagem de brasileiros comparada ao número total de estrangeiros registrados no Japão)

(Ref.3 Comércio Japão - Brasil – em US milhões)

	Importações	Exportações	Saldo
1992	1,139.8	2,847.0	1,707.2
1993	1,623.9	2,848.2	1,224.3
1994	1,880.6	3,260.6	1,380.0
1995	2,595.9	3,954.2	1,358.3
1996	2,209.8	3,749.9	1,540.1
1997	2,931.4	3,750.4	819.0
1998	2,610.3	2,903.5	293.2
1999	2,061.5	2,690.7	629.2
2000	2,519.2	2,997.9	478.7

(Ref: 4 Principais itens de comércio entre Japão e Brasil, 2000)

Brasil >> Japão (em US milhões)

Minério de ferro e derivados	456	(18.4%)
Alumínio	358	(14.5%)
Polpa	197	(8.0%)
Café em grãos	154	(6.2%)
Frango	119	(4.8%)
Ligas de ferro	110	(4.4%)
Soja	103	(4.2%)
Suco de laranja	70	(2.8%)
Equipamentos de transmissão/ Recepção / rádio	56	(2.3%)
Tabaco (folhas)	52	(2.1%)
Outros	799	(32.2%)

Japão >> Brasil (em US milhões)

Equipamentos de transmissão / Recepção / rádio	238	(8.0%)
Semicondutores, componentes eletrônicos	195	(6.6%)
Autopeças	142	(4.8%)
Rolamentos, componentes para máquinas	126	(4.3%)
Automóveis	116	(3.9%)
Motores de combustão	100	(3.4%)
Produtos químicos	89	(3.0%)
Equipamento de inspeção	81	(2.7%)
Equip. de comunicação	66	(2.2%)
Power equipments	63	(2.1%)
Outros	1,742	(58.9%)

A ÁSIA NA QUALIDADE DE PARCEIRA ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL PARA O BRASIL

*Pracha Guna-Kasem**

A Ásia encontra-se atualmente empenhada em ajustar-se às complexidades e dinamismos da globalização. Os países da região estão avaliando a conveniência de adotar novas teorias e práticas que permitam à região utilizar plenamente seu potencial e sua força, tornando-se um parceiro na busca da estabilidade e prosperidade globais.

A recente crise financeira interrompeu temporariamente o desenvolvimento dinâmico que as economias asiáticas vinham experimentando. No entanto, a região vive hoje processo de firme recuperação econômica, enfrentando o desafio de recuperar a sua competitividade internacional.

As economias asiáticas beneficiam-se da existência de recursos naturais abundantes e mão-de-obra especializada. No entanto, aqueles países não têm utilizado plenamente seu potencial, permanecendo na parte inferior de uma escala de valores.

Durante o Fórum “Fortune Global” realizado em Hong Kong em 2001, o Primeiro-Ministro da Tailândia defendeu sua visão de uma escala de valores dos produtos asiáticos (*Asian value chain*). Isso envolveria utilizar o caráter asiático inovador e engenhoso com o objetivo de produzir bens de alto valor agregado e categoria internacional. Significaria revitalizar as qualidades e *know-how* inerentes herdados de seus antepassados, que foram os arquitetos da civilização asiática.

À medida em que a Ásia sobe na escala de valores dos produtos, pretendemos construir uma região vigorosa que esteja em condições de trabalhar com seus parceiros da Europa, América do Norte e

* Embaixador, Conselheiro Especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia.

do Sul e de outras regiões; uma Ásia forte que atraia investimentos estrangeiros e permita ganhos mútuos.

Nós, os tailandeses, estamos decididos a subir na escala de valores mediante cooperação com os vizinhos e outros parceiros estrangeiros. Nossa diplomacia, voltada prioritariamente para os interesses econômicos, terá de corresponder às necessidades da economia tailandesa estimulando seu processo de recuperação, especialmente nas bases de produção.

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) mantém seu compromisso com o objetivo de implementar a Área de Livre Comércio (AFTA) até 2002. A integração econômica do grupo extrapola o comércio, e começa a incluir serviços e capitais.

O ritmo da integração econômica da ASEAN depende do desenvolvimento de recursos humanos e da capacidade dos novos membros do grupo - Laos, Mianmar e Vietnam.

Uma das prioridades da agenda da ASEAN é o desenvolvimento da subregião do delta do rio Mekong, iniciativa considerada importante para aproximar o nível econômico dos velhos e novos membros da associação. Ainda com o objetivo de integração, estão sendo envidados esforços para estreitar o hiato digital, mediante adoção de programas de educação, treinamento e formação de recursos humanos na área de tecnologia da informação.

No intuito de reforçar essa iniciativa, a Tailândia deverá sediar a 3ª Reunião Ministerial da ASEAN para a Cooperação para o Desenvolvimento da Bacia do Mekong (AMBDC) em outubro de 2001, na província setentrional de Chiang Rai. Durante a reunião, serão discutidos projetos de desenvolvimento que beneficiem os novos membros do grupo.

A cooperação entre o Sudeste e o Leste Asiático vem igualmente se acelerando no âmbito do fórum ASEAN + 3. O processo inclui a RPC, o Japão e a Coreia do Sul e tem por objetivo desenvolver projetos que diminuam o hiato de desenvolvimento entre os três asiáticos do leste e a ASEAN, bem como os desequilíbrios dentro da

própria associação. A cooperação entre os países do grupo ASEAN + 3 deverá contribuir portanto para o desenvolvimento econômico dos novos membros da ASEAN.

Com vistas a identificar os meios de expansão da cooperação existente e forjar novos laços com a ASEAN, especialmente nas áreas de comércio e finanças, foi criado o Grupo de Estudos do Leste Asiático (EASG). Com o fortalecimento dos vínculos entre os mercados de capitais, o setor financeiro será mais uma área de crescimento potencial na região.

Está sendo realizado ainda estudo de viabilidade para o estabelecimento de uma zona de livre comércio envolvendo a ASEAN e a China e atingindo um mercado de 1.7 bilhão de pessoas.

É um fato encorajador que, durante a Terceira Reunião dos Chanceleres da Ásia-Europa (ASEM) realizada este ano em Pequim, nossos parceiros europeus reconheceram o potencial e as oportunidades que surgirão do desenvolvimento da subregião do Mekong. A Tailândia está pronta a trabalhar com os parceiros europeus em projetos de cooperação nas áreas de recursos humanos e tecnologia da informação, particularmente na subregião do Mekong. Pretendemos identificar as áreas prioritárias para assistência técnica e treinamento, bem como explorar vínculos com universidades, organizações e indústrias de tecnologia da informação nos países do grupo.

A Ásia já está empenhada em estabelecer cooperação com outras regiões, especificamente Europa, Pacífico e América Latina. No entanto, esperamos consolidar o potencial dentro da própria Ásia de uma maneira complementar. Dentro da região, já existem fóruns subregionais de cooperação, tais como o BIMSTEC (agrupamento econômico subregional no sul da Ásia incluindo Bangladesh, Índia, Mianmar, Sri Lanka e Tailândia) e o ASEAN + 3. O que falta no momento são os vínculos entre esses agrupamentos subregionais. A Tailândia lançou a idéia de um Diálogo para a Cooperação Asiática que incluiria ambas as subregiões do sul e leste asiático. Esse diálogo serviria como um fórum informal de consultas para ministros asiáticos de relações exteriores e de outras pastas.

A Tailândia já recebeu respostas positivas e encorajadoras de seus parceiros asiáticos e espera sediar a primeira reunião de chanceleres asiáticos, com vistas a trocar idéias informalmente em áreas de cooperação.

Há grande interesse no estreitamento das relações comerciais e econômicas entre a Ásia e a América Latina, especialmente o Brasil. Tomando-se o caso da Tailândia e do Brasil, estão em vigor desde 1984 acordos bilaterais de Comércio e de Cooperação em Ciência e Tecnologia. Em 1994, o Conselho Tailandês de Comércio (*Thai Board of Trade*) e a CNI assinaram acordo de cooperação econômica. No entanto, o intercâmbio bilateral no ano 2000 chegou a apenas US\$ 434.4 milhões. Em virtude da crise econômica, houve um declínio igualmente nos investimentos e no fluxo de turistas. Não foi estabelecida conforme originalmente previsto a Comissão Mista de Comércio. O Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, em vigor desde 1987, ainda não teve qualquer resultado prático. Precisamos portanto trabalhar muito mais dos dois lados para implementar os dispositivos dos acordos já assinados.

No intuito de promover uma cooperação econômica bilateral mais estreita entre nós, a Tailândia participou ativamente da Primeira Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) realizado no Chile em março de 2001, a qual teve por objetivo fomentar parcerias comerciais e econômicas entre as duas regiões. Este foi um bom exemplo de cooperação sul-sul. Países em desenvolvimento precisam cerrar fileiras e trabalhar em estreita cooperação de modo a evitar serem prejudicados por países desenvolvidos maiores e mais fortes nas áreas de economia, comércio e finanças.

Os membros asiáticos e latino-americanos do Fórum vêm cultivando suas relações e iniciativas de cooperação, tanto por intermédio de diálogos bilaterais como de arranjos multilaterais. Trabalhando em cima dessa iniciativa já existente, nós da Ásia e do Brasil poderíamos trabalhar com vistas a aprofundar os avanços nos projetos de cooperação em comércio e economia.

Mas a cooperação no âmbito governamental não é suficiente: precisamos igualmente encorajar nossos setores privados a trabalha-

rem mais estreitamente juntos. Os países do Sudeste Asiático e o Brasil deveriam buscar uma maior cooperação, não apenas em comércio, mas também na área financeira, em investimentos conjuntos, em ciência e tecnologia e turismo. Necessitamos ver um intercâmbio mais dinâmico de homens de negócios, turistas, técnicos, acadêmicos e estudantes. E, mais importante de tudo, o Brasil deveria participar ativamente de feiras comerciais no Leste Asiático e vice-versa. Um fator que mantém reduzido o comércio entre o Brasil e aquela região são os elevados custos de transporte. Deveríamos nos esforçar por encontrar soluções para esse problema, de modo a permitir expansão do comércio nas duas mãos.

Com referência à cooperação na área social, tanto o Brasil quanto a Ásia podem aprender com as experiências recíprocas, no intuito de erradicar a miséria e elevar o padrão de vida de seus povos. Nosso intercâmbio de experiências e informações deveria incluir o combate ao tráfico de drogas, o controle da AIDS e de outras doenças contagiosas, conservação ambiental e fornecimento de acesso mais igualitário à assistência social. Aqui na Tailândia, estamos adotando uma visão abrangente do “combate às drogas”, simultaneamente reprimindo a produção e o tráfico de drogas e construindo centros de reabilitação. A epidemia de AIDS constitui mais um problema transnacional, podendo a experiência tailandesa ser compartilhada com os demais membros do FOCALAL, especialmente o Brasil.

A Ásia e o Brasil deveriam atribuir importância à cooperação na área cultural e aos contatos pessoais, na condição de instrumento para a promoção da boa vontade e da compreensão recíproca. Deveríamos encorajar intercâmbio de jornalistas, acadêmicos e jovens, além de outras atividades culturais, no intuito de aumentar a conscientização cultural. Sendo a educação um componente chave para incrementar a compreensão cultural, algumas das mais importantes universidades tailandesas estão introduzindo em seus currículos estudos latino-americanos.

A título de contribuição para o aumento do conhecimento referente à Ásia e ao Brasil, o governo tailandês está patrocinando e organizando um Festival Tailandês nas maiores cidades brasileiras, in-

cluindo Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, em cooperação com os governos estaduais e líderes empresariais brasileiros.

Como *follow-up* da reunião do FOCALAL no Chile, o Brasil merece louvor por organizar o presente Seminário em Brasília, no intuito de reduzir o hiato de conhecimento entre este país e a Ásia.

Tenho confiança de que, trabalhando juntos com afinco, seremos capazes de forjar relações econômicas, sociais e culturais mais estreitas, assim como maior cooperação entre a Ásia e o Brasil. Trabalhando juntos na qualidade de parceiros viáveis nos permitirá atingir o objetivo comum de riqueza, prosperidade e conhecimento recíproco.

BANGLADESH: O PAÍS E SEU ENTORNO - AS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO COM O BRASIL

*Tawfiq-e-Elahi Chowdhury**

As civilizações nunca permaneceram em um único lugar. Se eu fosse fazer uma longa visão deste século, eu vejo três novos centros de civilização: (1) A América Latina; (2) O Sul da Ásia; (3) O Sul da Ásia do Leste. Nós devemos matematizar estas civilizações do futuro.

Eu gostaria de dividir minha apresentação em quatro partes diferentes: primeiro, uma breve revisão de Bangladesh e referências a algumas das questões que foram levantadas ontem; depois, eu gostaria de falar brevemente sobre o sul da Ásia; em seguida, eu tentarei propor algum tipo de paradigma para a cooperação; no final, eu me deterei brevemente sobre algumas idéias específicas sobre a cooperação entre o Brasil e Bangladesh.

Antes da divisão da Índia em 1947, Bangladesh era parte do subcontinente indiano. Hoje somos um país independente de 130 milhões de pessoas. Com cerca de 80% da população do Brasil, nós temos somente cerca de 1/6 do tamanho do Brasil. Ou em outras palavras, se todas as pessoas do mundo fossem colocadas no Brasil, é esse o tipo de lugar em que vivemos.

Bangladesh já foi conhecida como o Leste do Paquistão - um país extraído da Índia com base na religião. Quando Bangladesh se tornou independente em 1972, depois de uma guerra sangrenta com o Paquistão, dois pontos históricos foram estabelecidos: o repúdio ao fundamentalismo como a base unificadora para o estado e a impraticabilidade de uma integração política, econômica e social entre regiões em face da exploração de uma pela outra. Talvez isto possa oferecer algumas lições quando se fala sobre cooperações entre os países.

* Secretário do Ministério do Planejamento na cidade de Dacca.

Só para lhes dar uma idéia do tamanho da economia de Bangladesh, nosso GDP é de cerca de US\$40 bilhões; o comércio (juntando as exportações e importações) é de cerca de US\$15 bilhões; nós efetuamos políticas de investimento muito pró-ativas, especialmente para atrair investimentos estrangeiros no setor de energia e de força. Durante os últimos três anos conseguimos atrair cerca de um bilhão e meio de investimentos nestas áreas. Eu tenho lido sobre a crise energética no Brasil. Comparativamente, nós tivemos o mesmo problema há cerca de cinco anos. Eu era Secretário das Minas e Energia naquela época e nós estabelecemos um quadro competitivo para o investimento privado na exploração de energia e geração de força com um pacote de incentivos. Nós conseguimos atrair tarifas de energia muito competitivas; na realidade, algumas pessoas dizem que elas estavam entre as mais baixas. Nós contratamos, com o setor privado, cerca de mil e quinhentos *megawatts* de energia. Algumas dessas experiências podem ser relevantes para a atual situação do Brasil.

O Brasil tem imensos recursos não explorados. Esta poderia ser a base da cooperação com Bangladesh. Há duas maneiras para esta cooperação acontecer: nós estamos exportando mão-de-obra, cerca de trezentos mil por ano, para trabalhar em diferentes países do mundo. Nós poderíamos fornecer mão-de-obra ao Brasil, treiná-los nas habilidades que vocês precisam e ensinar-lhes a língua. Ou, alinhados com as discussões de ontem e de hoje, poderíamos proporcionar instalações portuárias que o Brasil pudesse acessar para enfatizar e manter suas competitividade no mercado global. O Brasil pode achar conveniente terceirizar parte de seus processos de manufatura em lugares como Bangladesh. Este processo emergente está sendo fortalecido pela informação global e pela revolução nas comunicações.

Nós fizemos algumas experiências de cooperação entre países do Sul da Ásia. Em 1985, a Associação do Sul da Ásia para a Cooperação Regional (SAARC) foi estabelecida, mas pouco progresso substantivo foi feito muito além de alguns encontros dos Chefes de Estado e alguns trabalhos para estabelecer blocos comerciais preferenciais que levem a uma associação de livre comércio. As disputas territoriais, a falta de confiança e, o que é mais importante, a história da região (guerras

entre a Índia e o Paquistão, a sangrenta guerra de liberação que Bangladesh teve de lutar contra o Paquistão) se colocou contra a lista de desejos cooperativos. Uma lição importante que pode ser aprendida desta tentativa de cooperação é que quando há disputas territoriais importantes e questões históricas não resolvidas, a cooperação econômica não pode ser levada muito longe; os países devem poder colocar a história passada no repouso e resolver disputas territoriais antes de trabalhar a agenda mais ampla para uma cooperação econômica mais próxima.

No nosso esforço de encontrar algum espaço para a colaboração com outras nações, Bangladesh se juntou à BIMSTEC - uma iniciativa recente com a Índia, Myanmar, Sri Lanka e a Tailândia pela cooperação econômica. Uma outra tentativa foi lançada para desenvolver o que chamamos de um quadrilátero de crescimento envolvendo o Nordeste da Índia, Nepal, Butão e Bangladesh. O Dr. Alagh, da Índia, mencionou a respeito a iniciativa das Fronteiras do Oceano Índico. Estes são sinais de que nós estamos dispostos a cooperar, mas uma forma viável ainda não foi encontrada e nós procuramos o Brasil e outros países da América Latina para que ofereçam orientação. Embora a ASEAN e o NAFTA tenham feitos bons progressos, as realidades econômicas de cada país podem minar os laços estabelecidos. Há países que estão tentando estabelecer acordos bilaterais, e eles provavelmente apontam para o fato de que uma cooperação regional pode não representar o formato para otimizar os benefícios do país. Portanto, deve haver oportunidades para trabalhar também fora da cooperação regional.

Quanto ao meu paradigma de cooperação no comércio e no investimento eu postularia uma teoria de convergência reunida. Com isso, eu quero dizer que há várias ordens de importância em que podemos ser reconhecidos e os países precisam de uma fórmula de conversão de ir atrás de cada uma delas, ou simultaneamente, com base em critérios de conversão comuns. Eu os chamo de reunidos porque eles são espécies de camadas independentes em ordem seqüencial de significação.

Eu reconheço que na primeira ordem de convergência, a principal é a convergência das instituições políticas. Eu colocaria institui-

ções democráticas como o requerimento mais importante para que se sustente uma eventual cooperação. Em seguida, viria a democracia econômica com instituições para regulamentação. Em terceiro, estariam as instituições legais, que devem proporcionar a base para as transações econômicas e sociais. Por último, mas não em último lugar, uma sociedade que seja inclusiva, que não quer deixar pessoas de fora e reconhece a necessidade de ter mecanismos que incluam a todos, particularmente aqueles que estão à margem.

A segunda ordem de convergência seriam políticas básicas como: política econômica, política fiscal, política de comércio, política monetária, política de investimento, política para disputa de resoluções, etc. Estas políticas também devem convergir entre países para trazer homogeneidade para um gerenciamento organizado e uma resposta unificada para o resto do mundo.

A última seriam as políticas setoriais: política de telecomunicações, política de energia, e política de infra-estrutura, todas relacionadas a setores específicos. Sua convergência iria assegurar um nível de campo de atuação para todos os participantes e uma competição justa. Quando buscamos a cooperação, seja bilateral, multilateral ou regional, nós possivelmente teremos que trabalhar um caminho de convergências graduais e minimizar os desgastes que geralmente são gerados ao se criarem laços entre países que são inerentemente diferentes.

Finalmente, há as questões específicas entre Bangladesh e o Brasil. Eu mencionei as possibilidades de terceirização que surgem da globalização de processos de manufatura e redes de informação-comunicação. Podemos buscar oportunidades de treinar a mão de obra de Bangladesh para que correspondam às necessidades brasileiras. Minha primeira impressão me diz que a sua indústria de automóveis tem boas perspectivas em Bangladesh e nos mercados vizinhos. Eu também acho que nós temos uma indústria farmacêutica muito competitiva, que possivelmente poderia encontrar um lugar no mercado brasileiro. O micro programa de crédito em Bangladesh, sucesso na agricultura, um programa de testes para gerenciamento de desastres poderia ser avaliado para determinar as lições de práticas melhores; e eu tenho certeza de que há muito mais no Brasil que podemos apren-

der. Eu também recomendaria o estabelecimento de redes institucionais. Os homens de negócios deveriam formar redes com as Câmaras de Negócios em Bangladesh; as instituições de pesquisa também podem formar redes porque a primeira fase da cooperação econômica requer identificação de áreas de pesquisa. Os empresários então trabalhariam formas de transformar isto em negócios. Por último, mas não menos importante, eu acho que nós deveríamos cada vez mais usar as novas tecnologias que estão sendo desenvolvidas para cobrir as distâncias entre nós. Não há substitutos para se encontrar as pessoas, mas além disso, poderíamos organizar uma série de videoconferências através desses países para reunir as pessoas quando elas ainda estão distantes.

A TRAJETÓRIA ASIÁTICA DA VALE DO RIO DOCE

*Yves Madeira**

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Ministério das Relações Exteriores a oportunidade que concede à Companhia Vale do Rio Doce de falar-lhes sobre sua experiência na área de negócios com os países asiáticos.

A Ásia, hoje, para nós, é nosso principal mercado - nossas vendas alcançam mais de um bilhão de dólares na Ásia. Àqueles que não conhecem nossa empresa, eu diria que a Companhia Vale do Rio Doce é uma das maiores companhias brasileiras e a principal exportadora para a Ásia. Tratamos, fundamentalmente, de mineração, em especial minério de ferro, logística (transporte ferroviário, portos, navegação), aço, alumínio e celulose. São essas as nossas principais atividades. Nosso principal produto é o minério de ferro - cerca de 50% são exportados pela Vale do Rio Doce para a Ásia; quanto ao alumínio, a Vale vende cerca de 55% de sua produção para o continente asiático.

Por conseguinte, como se pode observar, o maior mercado da Vale é a Ásia. No entanto, a Vale começou a vender na Ásia apenas nos anos 60. Até iniciar-se a década de 60, a Vale vendia apenas na Europa e nos Estados Unidos, com uma estrutura comercial de mineração de ferro inteiramente distinta da que possui hoje. Naquela época, todas as grandes companhias siderúrgicas possuíam suas próprias minas, todos os grandes produtores de aço lidavam com mineração de ferro e utilizavam sua própria mineração para produção de seu aço - segundo eles, por razões de segurança. Os produtores independentes contavam com uma pequena parcela do mercado, e esse minério era comprado apenas para correção de alguns problemas de qualidade. O transporte, naqueles dias, era realizado por navios muitos pequenos, cuja capacidade variava entre 5.000 e 15.000 toneladas, com base em contratos feitos de navio para navio, em quantidades muito pequenas não havia contratos a longo prazo.

* Membro da Diretoria Comercial da Companhia Vale do Rio Doce.

No início dos anos 60, a Vale conscientizou-se de que, se quisesse crescer, sua única possibilidade seria vender na Ásia, basicamente no Japão, país que não dispunha de matéria-prima para implantação de indústria siderúrgica e que, portanto, tinha que comprar de outros países. Deste modo, o sistema adotado por todos os grandes produtores, de contar com matéria-prima cativa, não funcionou no Japão. Vimos, assim, que esta era a oportunidade de a Vale crescer. Por outro lado, as indústrias japonesas, na condição de contraparte, necessitavam de fontes seguras de suprimento de minério.

Tratamos, pois, de negociar, tentando vender minérios no Japão. Tive a chance de conversar com pessoas que haviam participado dessas negociações, as quais me falaram que havia sido um grande choque. Em primeiro lugar, um choque cultural, pois nós, brasileiros, não estávamos familiarizados com a forma de negociar dos japoneses: uma comissão japonesa se sentava em torno de uma mesa, com vinte pessoas diferentes a ouvir o que tínhamos a dizer, cada uma indagando a mesma coisa vinte vezes a pessoas diferentes, anotando tudo, e, em seguida, saíam sem expressar qualquer opinião. Aquilo, sem dúvida, nos impressionava, já que nós, brasileiros, temos experiência em planejar as coisas aos poucos e agir o mais cedo possível. Os japoneses pensavam de modo diferente.

Nossa grande dificuldade era a questão do transporte. O Japão estava muito longe do Brasil. A viagem de um navio saindo do Brasil em direção àquele país, carregando minério de ferro, demora cerca de quarenta a quarenta e cinco dias. A duração de uma viagem a partir de um país como a Austrália ou a Índia é de quinze dias. Assim, o custo de nosso frete era muito mais alto e, como nosso produto tinha um padrão muito baixo, tornava-se praticamente impossível chegar ao Japão com preços competitivos. Tivemos, assim, que ser criativos e adotar um modo diferente de negociação. Essa grande negociação fez com que sessenta e dois dentre nós assinássemos nosso primeiro contrato com o Japão. Foi o primeiro contrato de longo prazo assinado na área mundial da mineração de ferro. Nesse contrato estipulamos que os japoneses adquiririam da Vale do Rio Doce cerca de 50 milhões de toneladas de minério de ferro ao longo de quinze anos.

Havia também a questão do frete, que fazia com que o preço do transporte de nosso produto para o Japão fosse o dobro do preço do produto das indústrias mais próximas. O que fez com que chegássemos à conclusão de que, para nos tornarmos competitivos, seria necessário uma modificação em termos de escala. Portanto, nesse contrato foi estipulada a construção de portos no Brasil e no Japão, a fim de que pudéssemos proceder a carregamentos em navios de 120.000 toneladas de capacidade. Era uma época em que tal coisa representava um absurdo, pois o maior navio então existente era de 40.000 toneladas e não havia, no mundo, nenhum projeto relacionado com navio de 120.000 toneladas. Também houve concordância no sentido de que fosse projetado, pelos portos japoneses, um navio de 120.000 toneladas de capacidade, para atender ao disposto no contrato.

A Vale era muito pequena naquela época e esse contrato lhe assegurava uma receita a longo prazo, o que nos facilitou a obtenção de financiamentos garantidos por esse projeto. Na negociação do projeto, aprendemos muitas coisas. Nós, da Vale do Rio Doce, aprendemos que, em geral, os japoneses planejam muito, discutem muito, até tomar uma decisão, mas, após chegar a uma decisão, eles implementam o projeto muito rapidamente. Os japoneses aprenderam que nós éramos dignos de confiança, que fizemos o que dissemos que iríamos fazer. E, neste contexto, o porto de Tubarão foi construído, a estrada de ferro foi ampliada e, em 31 de março de 1966, exatamente na data apazada quatro anos antes, o porto foi inaugurado. Com isso, os japoneses aprenderam que podiam confiar em nós.

Essa parceria, esse acordo mudou inteiramente a estrutura de mercado da mineração de ferro. As usinas japonesas, com esse sistema, procuraram operar com mineração de alta qualidade, tratando de produzir grandes quantidades de aço a custo baixo e desativando as minas cativas utilizadas pelas empresas siderúrgicas com mineração de baixa qualidade. Assim, logo a estrutura de mercado mudou completamente. A Europa, então o maior produtor de minério de ferro, em dez anos acabou com sua indústria, com toda a sua atividade de mineração de ferro ali, por se haver tornado economicamente inviável. O compromisso que havia entre as empresas, de aquisição de pequenas quantidades apenas para suprir as necessidades, deixou de existir. Todo

mundo desejava um contrato de longo prazo vantajoso. Deste modo, hoje todas as negociações no mercado são levadas a cabo com base em contratos de longo prazo, não mais existindo minas cativas de usinas siderúrgicas, exceto na China. Em geral, no mercado livre, nenhuma empresa siderúrgica possui sua própria mina, por não ser vantajoso. É muito mais vantagem para a empresa adquirir o produto no mercado, sabendo que irá recebê-lo de forma segura e com garantia de qualidade.

Esse projeto teve tal sucesso que, dois anos mais tarde, as usinas japonesas propuseram um novo contrato, que nos obrigou a aumentar a capacidade do porto, para receber navios de 250.00 toneladas, a fim de nos possibilitar uma redução do frete e o aumento da competitividade.

Com isso, aprendemos algo muito importante: muito melhor do que ter um cliente é ter um amigo, um parceiro. E aprendemos a negociar com os japoneses, o que fez com que atualmente tenhamos dez empresas, nas quais somos sócios de capitais japoneses e que produzem alguns bilhões de dólares de receita em várias áreas. Estamos associados aos japoneses na área siderúrgica, na produção de minério, na produção de alumínio, na produção de celulose, na produção de ligas de ferro e em dezenas de projetos.

Dos anos 70 aos anos 80, outro país em que a produção siderúrgica cresceu rapidamente foi a Coreia. Com a Coreia nós fizemos o mesmo que havíamos feito com o Japão. Transformamos nosso cliente coreano em nosso parceiro, e hoje temos um *joint venture* com eles, que são nossos sócios. Além disto, quanto aos outros países da Ásia, nós sempre chegávamos lá em primeiro lugar, sempre que eles procediam à implantação de suas respectivas usinas siderúrgicas. Nós os visitávamos, oferecendo-lhes produtos de qualidade. E hoje fornecemos minério de ferro a todos os países da Ásia que dispõem de indústria siderúrgica.

Hoje, nossa visão concentra-se inteiramente no mercado chinês, por ser o que mais cresce no mundo. A indústria siderúrgica chinesa cresce a quase 10% ao ano. Desde 1999, eles se tornaram os maiores produtores de aço do mundo. Há dez anos, as usinas chinesas

consumiam seu próprio minério. Mas o minério chinês é de baixa qualidade. Em consequência, se as usinas chinesas quiserem entrar no mercado mundial de aço, precisam reduzir seus custos, aumentar sua produtividade e, para tanto, precisam de minério de qualidade. Agora, para vender para a China, enfrentamos grandes dificuldades: primeiro, o problema da distância e do transporte; segundo, a indústria chinesa não é centralizada. Existem quatro grandes empresas e dúzias de pequenas companhias que compram pequenas quantidades. Eles não têm disponibilidade de dólares para comprar, não podem receber um navio inteiro carregado com produtos, etc.

Portanto, no caso da China, temos que estar preparados para atender à necessidade do cliente. Começamos a vender na China em 1978. Na época, os portos chineses era muito pequenos - no máximo, com capacidade para navios de 50.000 toneladas - e, assim, não podíamos alcançar o mercado chinês a um custo competitivo. Havia, porém, certa necessidade de minério na China e nós firmamos um acordo com o governo chinês para venda de minério. Tentando superar esta falta de competitividade, sendo criativos e com a ajuda de nossos sócios japoneses; fizemos um acordo com uma empresa siderúrgica japonesa, com vistas à utilização do porto de uma de suas subsidiárias nas Filipinas; descarregávamos lá e os chineses pagavam pelo minério, lá, carregado em navios de pouca capacidade. Com isso, passamos três anos para vender minério para a China, de forma competitiva.

Com a abertura, na China, da mais moderna usina siderúrgica já construída na costa, e seguindo a filosofia japonesa, visando a operar somente com minério importado, começamos a incrementar nossas vendas na China - e o fizemos muito rapidamente. Também lá, estamos tentando transformar os compradores de nossos produtos, os clientes, em parceiros. Por exemplo, eu poderia mencionar um protocolo que assinamos, de aliança estratégica com essa usina chinesa. Mediante esta aliança, iremos, essencialmente, tentar vender o carvão chinês aqui, no Brasil, enquanto a usina chinesa receberá nosso minério em seu próprio porto, e transportado em navios de grande capacidade, armazenará o minério e o distribuirá às pequenas empresas que não têm como receber um grande navio, conforme suas necessidades. Este é um exemplo de aliança que estamos fazendo. Outro tipo de aliança

estratégica que estamos fazendo visa a transformar os chineses em nossos sócios. Neste sentido, vimos explorando, em Minas Gerais, uma mina de ferro em associação com essa usina chinesa.

O que aprendemos, portanto, foi o seguinte: o Brasil encontra-se a grande distância da Ásia. Para vender lá, temos que ser competitivos. E, para nós, ser competitivo não quer dizer ter o menor preço, mas oferecer ao cliente aquilo de que ele precisa; é fazer com que o cliente considere você um amigo e não um vendedor; é fazer com que o cliente confie em você.

Temos metas muito estimulantes em relação à China. Já alcançamos, hoje, a cifra de 10 milhões de toneladas de minério vendidas por ano àquele país. No curto prazo, pretendemos vender quantidades muito maiores. Para tanto, porém, estamos investindo um bocado nesse mercado. Temos um escritório em Shangai, onde anualmente realizamos um seminário, para o qual convidamos empresas usuárias de nossos produtos a fazerem exposições sobre as vantagens e a experiência que adquirem com a utilização de nossos produtos; convidamos também aquelas empresas siderúrgicas, de todas as partes da China, que ainda não utilizam nossos produtos, para que ouçam o que os demais têm a relatar, bem como cientistas e representantes das universidades. Enfim, temos feito um trabalho de *marketing* que tem funcionado.

Só para concluir, eu diria que concordo integralmente com o que disse o Sr. Charles Tang, representante da China. Trata-se de um mercado fabuloso, com 1 bilhão e 300 milhões de pessoas querendo consumir; é um mercado aberto ao Brasil, com enorme potencial, muito pouco aproveitado pelas empresas brasileiras. Creio que o governo brasileiro deveria incentivar ao máximo essas relações, as exportações brasileiras para a China, por existir, ali, um enorme mercado à disposição dos que por ele desejam lutar.

Para finalizar, não posso deixar de expressar meus agradecimentos ao Ministério das Relações Exteriores pelo fato de hoje sermos grandes vendedores naquela região, onde dispomos de grande estrutura comercial, com escritórios em Tóquio, em Shangai, além de

representantes em vários lugares, com contatos diários com todos os nossos clientes, etc. Quando começamos essa campanha para alcançar aquele mercado, entretanto, não conhecíamos ninguém na região, não podíamos contatar ninguém lá. E só o conseguimos com o apoio que tivemos do Departamento Comercial do Itamaraty, através das embaixadas brasileiras no exterior. Quando eu precisava agendar um encontro com algum cliente, eu solicitava ajuda à Embaixada. E as embaixadas jamais falharam.

Hoje, felizmente, a Vale do Rio Doce não precisa mais disso, mas muitas empresas brasileiras precisam e, entretanto, não fazem uso desse serviço que se encontra disponível. O que é um absurdo!

PRONUNCIAMENTO DE ENCERRAMENTO DO EMBAIXADOR BERNARDO PERICÁS NETO *

Minhas senhoras e meus senhores,

Tivemos, ao longo destes dois dias, uma rica e produtiva discussão sobre as perspectivas que se abrem para as relações entre o Brasil e os países asiáticos neste século XXI. O alto nível das apresentações e dos debates que se seguiram proporcionaram um panorama abrangente dos desafios e oportunidades que temos pela frente. Creio que dispomos agora de um mapeamento bastante útil para divisarmos os caminhos a trilhar em parceria com os países asiáticos.

No primeiro módulo, no qual se discutiu as implicações da globalização e da regionalização para o estreitamento dos laços entre Ásia e América Latina, os palestrantes abordaram os diferentes efeitos da globalização sobre os países das duas regiões, avaliando as virtudes e óbices da regionalização como estratégia de inserção internacional. Diferentes configurações, como ASEAN+3, APEC, ASEM e Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste foram mencionadas como respostas que emergiram em diferentes momentos para fazer face a esses desafios, examinando-se também possíveis formas de relacionamento com o Mercosul e com a futura ALCA.

No segundo módulo, que abordou a questão das imagens e realidades que permeiam as percepções dos atores das duas regiões, os palestrantes sublinharam a necessidade de maior conhecimento recíproco entre formadores de opinião, acadêmicos e tomadores de decisão das duas regiões, de modo a superar a “tirania da distância” e desfazer estereótipos inerciais. Mencionaram-se as oportunidades oferecidas pela globalização para uma conjugação de esforços entre a Ásia e América Latina num grande “Arco de Ouro” cobrindo o Extremo-Oriente, o Sudeste Asiático, o Extremo-Sul da África e a Costa Atlântica da América do Sul. Constatou-se, principalmente, a importância de se consolidar uma ordem internacional alicerçada no conhecimento, transcendendo as óticas estreitas da política de poder e do dinheiro.

* À época Subsecretário-Geral de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores.

No terceiro módulo, no qual se tratou da questão crucial da cooperação nos campos da ciência e tecnologia, verificamos uma significativa convergência na necessidade de se identificarem e adensarem nichos estratégicos para uma profícua cooperação Sul-Sul. Foram sublinhadas as oportunidades proporcionadas pela sociedade da informação, e alertou-se para os riscos do alargamento do hiato digital em detrimento dos países em desenvolvimento. Assim, a cooperação científica e tecnológica emerge como a área mais crucial para uma conjugação de esforços solidários entre a Ásia e América Latina.

No quarto módulo, ao examinarmos os fluxos e refluxos de capital, bens e trabalho entre a Ásia e a América Latina, foram analisadas importantes experiências passadas em termo de movimentos migratórios e intercâmbios econômico-comerciais. Foram avaliadas as dinâmicas específicas que impulsionaram esses processos e extraídas oportunas conclusões acerca de suas potencialidades futuras.

Todos os tópicos analisados proporcionam valiosos subsídios para o delineamento de estratégias de atuação por parte dos Governos e atores sociais, com vistas a adensar cada vez mais os laços entre nossas duas regiões nas dimensões humana, econômico-comercial, científico-tecnológica e outras mais. Constatamos a existência de promissoras áreas para promoção de um desenvolvimento cooperativo entre nós. Melhoramos nosso conhecimento mútuo, apreciando as especificidades de cada cultura dentro da globalização. Identificamos importantes subprocessos dentro dessa globalização que poderão ajudar na formulação de políticas adequadas para antecipar tendências futuras.

Deste Seminário emergiu de forma clara a importância de se intensificarem a interlocução e os contatos diretos entre as duas regiões, de modo que o melhor conhecimento recíproco proporcione oportunidades para novas formas criativas de parceria. Pretende-se fazer deste evento um processo continuado de acumulação e ampliação de conhecimentos entre as duas regiões. Assim, além de continuar a manter sólidos laços com os parceiros tradicionais, o Brasil buscará desenvolver cada vez mais interação com países do Sudeste Asiático e do Subcontinente Indiano, com vistas a ampliar os horizontes de atuação

diplomática, econômica, comercial, tecnológica e cultural. Como afirmou ontem o Senhor Ministro das Relações Exteriores, é chegado o momento de uma redinamização de nosso relacionamento, buscando elevá-lo a novos patamares.

Nesse sentido, este Seminário marca essa retomada da busca de novos horizontes, conforme expresso em seu próprio título. Em nome do Ministério das Relações Exteriores, gostaria de expressar o agradecimento a todos os palestrantes que abrilhantaram este evento e o reconhecimento pelos valiosos insumos intelectuais que ofereceram para subsidiar a atuação diplomática brasileira na Ásia. Espero que também os senhores participantes ajudem a divulgar os frutos deste exercício, assim como a relatar uma imagem acurada da realidade brasileira.

**PROGRAMA DO SEMINÁRIO:
“O BRASIL E A ÁSIA NO SÉCULO XXI:
AO ENCONTRO DE NOVOS HORIZONTES”**

Módulo 1

*GLOBALIZAÇÃO E INTER-REGIONALIZAÇÃO: PERSPECTIVAS
MULTIDIMENSIONAIS ENTRE A AMÉRICA LATINA E A ÁSIA*

Moderador: *Ivan Cannabrava (Brasil)*

Palestrantes:

Cândido Mendes de Almeida (Brasil)

Henrique Altemani de Oliveira (Brasil)

Lee Jae Seung (Coréia do Sul)

Li Ming De (China)

Módulo 2

*IMAGENS E REALIDADES DA GLOBALIZAÇÃO:
A ÁSIA QUE VEMOS E A ÁSIA QUE NOS VÊ*

Moderador: *Edmundo S. Fujita (Brasil)*

Palestrantes:

Atsushi Kubota (Japão)

Brian Bridges (Hong Kong)

Jaime Spitzcovsky (Brasil)

Kuniko Inoguchi (Japão)

Tisuka Yamazaki (Brasil)

Módulo 3

COOPERAÇÃO PARA O AMANHÃ: FRONTEIRAS E VEREDAS DA CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Abertura: *Ronaldo Sardenberg (Brasil)*

Moderador: *Manuel Montenegro (Brasil)*

Palestrantes:

Dang Huu (Vietnã)

Gautam Soni (Índia)

Gilson Schwartz (Brasil)

Maria Inês Bastos (Brasil)

Módulo 4

FLUXOS E REFLUXOS DE CAPITAL, BENS E TRABALHO ENTRE A ÁSIA E
A AMÉRICA LATINA: BAZAR E CARAVANSARAI DA GLOBALIZAÇÃO

Moderader: *Carlos Henrique Cardim (Brasil)*

Pelestrantes:

Charles Tang (Brasil)

Masato Ninomiya (Brasil)

Masuo Nishibayashi (Japão)

Pracha Gunakasem (Tailândia)

Tanfiq-e-Elahi Chowdhury (Bangladesh)

Yves Madeira (Brasil)

Anexo

**SEMINÁRIO BRASIL-OCEANIA:
NOVOS HORIZONTES**

DISCURSO PROFERIDO PELO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA

Excelentíssima Senhora Primeira-Ministra,

Autoridades neozelandesas e australianas,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que dou as boas vindas à Primeira-Ministra Helen Clark e sua comitiva nesta que será a primeira visita oficial de um Chefe de Governo da Oceania ao Brasil. Sabemos de seu grande interesse pessoal pela América Latina e Brasil e de seus esforços para interessar a sociedade neozelandesa pela cultura da América Latina. Quero dar igualmente as boas vindas aos nossos visitantes australianos, o Sr. Peter Shannon, Diretor Geral do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores e do Comércio, e o Sr. Bernard Wheelahan, Presidente do Conselho de Relações Austrália - América Latina (COALAR), que gentilmente se prontificaram a reprogramar visita, já planejada ao Brasil, para essa data, de modo a participar do presente evento.

Creio importante salientar que este seminário, que tenho a satisfação de abrir, com a honrosa participação da Primeira-Ministra Helen Clark, será o primeiro realizado no Brasil dedicado inteiramente às relações entre o Brasil e a Oceania.

Não tenho dúvidas de que o nome dado ao seminário — Brasil e Oceania: Novos Horizontes — expressa bem as opções que temos diante de nós. No passado, as relações entre o Brasil, a Austrália e a Nova Zelândia, embora sempre corretas, careciam de uma maior densidade, não apenas no âmbito dos governos, mas também no das sociedades. Constatado, satisfeito, que esse antigo quadro de relativo desconhecimento mútuo não mais descreve, hoje, as relações entre ambas as regiões.

No âmbito governamental, foram numerosas as visitas de altas autoridades que o Brasil recebeu desses dois países. Na última década, foram 20 as visitas de alto nível da Austrália e 11 da Nova Zelândia. Tivemos aqui, dessa região, Vice-Primeiros-Ministros, Chanceleres, ministros de comércio e de agricultura e, por fim, uma Primeira-Ministra, Chefe do Governo de seu país.

As embaixadas da Austrália e da Nova Zelândia em Brasília têm tido papel importante nesse esforço. O Embaixador Conroy, já há alguns anos em Brasília, tem sido infatigável. A Embaixadora Almas, por sua vez, embora recém-chegada, não tem sido menos ativa na promoção do diálogo com o Brasil.

Do lado brasileiro, não nos foi ainda possível, nesses anos que se passaram, reciprocamente, na mesma medida, esse fluxo intenso de visitantes oficiais da Oceania. Espero, entretanto, que a visita da Primeira-Ministra Helen Clark, conjugada a esse seminário, possa marcar um divisor de águas no nosso relacionamento, pondo fim ao relativo distanciamento que mantivemos da Oceania, ao demonstrar a todos os presentes o enorme potencial a explorar nessa relação bilateral.

Temos diante de nós, Brasil e Oceania, desafios e oportunidades que surgem da globalização da economia mundial. Partilhamos de valores semelhantes em grande número de campos. Trabalhamos para a consolidação de nossos entornos regionais e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Nessa área específica, Brasil, Austrália e Nova Zelândia cooperam estreitamente, na busca comum de um sistema multilateral de comércio mais eqüitativo e menos excludente. Nossa recente participação em Doha refletiu, de forma precisa, tal cooperação.

Apoiamos ambos os esforços em curso para tornar as Nações Unidas uma organização mais legítima e mais eficiente. Na área ambiental, preocupamo-nos com a preservação do meio ambiente, campo no qual partilhamos muitas posições comuns. Temos colaborado, ainda, no enorme esforço do povo timorense de reconstruir seu país e de reerguê-lo dos escombros em que se encontra. Poderemos promover iniciativas conjuntas para a reconstrução daquele território, mesclando e a *expertise* técnica australiana, neozelandesa e brasi-

leira para suprir de forma rápida as necessidades urgentes daquele território.

Com o presente seminário, o Brasil busca reafirmar seu interesse pela relação com a Oceania, relação essa que tem na visita da Primeira-Ministra Helen Clark a perfeita ilustração das novas prioridades com que hoje nos deparamos.

Desejo, assim, a todos os participantes do Seminário “ Brasil-Oceania: Novos Horizontes”, que tirem o melhor proveito possível do intercâmbio de idéias que a presença de participantes tão qualificados seguramente ensejará.

Passo agora a palavra à Primeira-Ministra Helen Clark, para que profira a palestra-chave do Seminário de hoje.

Muito obrigado a todos.

**PALESTRA INAUGURAL PROFERIDA PELA
PRIMEIRA-MINISTRA DA NOVA ZELÂNDIA,
HELEN CLARK**

Introdução

Considero bem-vinda a oportunidade de reafirmar nosso empenho conjunto em manter e intensificar os laços internacionais de importância vital para nossos países no século XXI. Valorizo, especialmente, o fato de poder fazê-lo, em conjunto com nosso amigo e colaborador mais próximo, a Austrália. É igualmente bem-vinda a ocasião de contar-lhes um pouco do que acontece na Nova Zelândia.

A Austrália e a Nova Zelândia têm gozado de uma longa e próxima relação. Compartilhamos uma história e temos origens culturais semelhantes. Capitalizamos sobre esses fatos ao trabalhar bilateralmente, de maneira muito próxima, especialmente no âmbito do Acordo de Aproximação Econômica (CER). A “Australia-New Zealand Closer Economic Relationship” (ANZCER) é um acordo de livre comércio de muito sucesso, que excedeu as expectativas. Gozando de livre comércio em bens e serviços, o comércio entre a Nova Zelândia e a Austrália quintuplicou. Atualmente, continuamos a tratar das barreiras internas ao comércio, inclusive por meio de harmonização dos regulamentos, a fim de levar a Nova Zelândia e a Austrália a uma integração econômica ainda mais próxima. Com o CER não se trata somente de comércio bilateral – trata-se, igualmente, de juntar-se à Austrália para perseguir, internacionalmente, nossos muitos interesses comerciais e econômicos.

Cooperamos, igualmente, muito estreitamente, em matéria de segurança em nossa região, em Bougainville, Ilhas Salomão e Timor Leste, onde nossos contingentes de operação de paz servem lado a lado. Até mesmo ao estabelecer nossa Embaixada em Brasília, trabalhamos juntos – aqueles que estiveram presentes na cerimônia de inauguração da Embaixada, hoje de manhã, talvez tenham reconhecido o lugar como tendo sido australiano anteriormente.

Ao lado de muitos interesses comuns, temos também algumas percepções e interesses diferentes e divergentes. Tamanho é um fator importante nesse caso. Geopolítica é outro – a Austrália está numa posição em relação à Ásia e à Melanésia que difere daquela da Nova Zelândia. Nossa tendência é ver nossa vizinhança imediata como uma zona que cruza o norte, a partir da Austrália, a leste, através da Melanésia e, é claro, da Polinésia a oeste, onde, igualmente, temos relações de longa data. Auckland é a maior cidade polinésia no mundo. Os povos indígenas da Nova Zelândia, os maoris, formam parte significativa de nossa população e cooperam para moldar nosso sentimento de identidade nacional e nossas políticas. A Nova Zelândia é mais isolada, geograficamente, do que a Austrália, e este fato tem impacto sobre nossas percepções internas, bem como sobre nossa perspectiva externa e de defesa. Um exemplo de diferenciação é a política anti-nuclear da Nova Zelândia.

Mas, no que se refere à nossa relação com a América Latina e com o Brasil em particular, a Nova Zelândia e a Austrália têm percepções e objetivos semelhantes. Compartilhamos uma confiança na região, um otimismo em relação a seu futuro e um desejo de aprofundar nossa relação. A Nova Zelândia e a Austrália são, como o Brasil, países do “Novo Mundo”, livres das peias da tradição, mas abertos à inovação e a novas idéias.

Cenário Internacional

Para a Nova Zelândia, a globalização é um fato. Somos uma nação de comércio, com cerca de um terço de nosso PIB correspondente a exportações. Precisamos de mercados para vender nossos bens e serviços, precisamos de capital externo para investir no nosso futuro e precisamos do estímulo e da energia, que provêm de um forte diálogo de idéias e cultura com nossos amigos, como o Brasil, e nos foros internacionais.

A globalização não é fato novo. A Nova Zelândia moderna, como o Brasil moderno, foram dados à luz pela parteira da globalização. Seus ancestrais europeus estavam bem na frente dos nossos no que se

refere à transferência de pessoas, tecnologia e cultura para nossas novas e distantes terras. E, por meio deles, nossas culturas foram fortemente influenciadas por filosofias anteriores, tecnologias e cultura da Grécia e Roma. O comércio com a Europa foi um ingrediente essencial no nosso desenvolvimento - o açúcar do Brasil foi a carne e lã da Nova Zelândia. Nossas nações foram construídas sobre o processo de globalização.

Hoje, a tecnologia trouxe energia nova e desafios ao processo. A velocidade cresceu. O volume de interações através das fronteiras, especialmente o comércio em bens e serviços, aumentou dramaticamente. Por exemplo, nossas exportações para a América Latina saltaram 83% de junho de 2000 a junho de 2001, e nossas importações provenientes da região cresceram 39%. É extremamente importante que a condução do comportamento internacional seja governada por regras – em especial, que o comércio mundial seja justo e baseado na equidade. A Nova Zelândia beneficiou-se com a Rodada Uruguai, mas, dado o papel desempenhado pela produção agrícola em nossas exportações, não conseguimos a liberdade de comércio do mundo industrializado. Alegramo-nos, portanto, que a OMC tenha recebido um mandato para nova rodada de negociações e estamos felizes pelo fato de que nela a agricultura deverá representar papel importante. Já é tempo. A Nova Zelândia e o Brasil trabalharam juntos, com afinco, no Grupo de Cairns para conseguir tal resultado. O Ministro de Negociações Comerciais Multilaterais Jim Sutton visitou Brasília em agosto para discutir a tática do Grupo de Cairns.

A par de uma marcha inevitável em direção a uma economia mundial cada vez mais globalizada, notamos uma globalização sem precedentes na política internacional. A cada ano, o tamanho do mundo diminui. Os acontecimentos em Nova York e Washington, em 11 de setembro, aceleraram esse processo e continuarão a fazê-lo. Algumas das conseqüências da globalização foram fortemente sublinhadas. A comunidade internacional deve, agora, trabalhar em conjunto, de modo sem precedentes na história, para enfrentar uma situação incerta e perigosa. Como todos têm um papel a desempenhar, reconhecemos que o Brasil tem a dar uma contribuição significativa.

Precisamos compreender mutuamente a perspectiva um do outro sobre esses acontecimentos e examinar de que forma podemos construir sobre uma cooperação já existente. Os últimos anos nos deram um fundamento sobre o qual começar – bom exemplo disto é o trabalho que levamos a cabo na Nova Agenda para desarmamento nuclear, no Grupo de Valdivia sobre o meio ambiente e no Grupo de Cairns. Num mundo em mudança, precisaremos de todos esses contatos – e mais – se quisermos manter nossa voz e influência e contribuir para administrar os efeitos econômicos, políticos, de segurança e sociais do terrorismo e de outras questões internacionais.

Não podemos fugir desses desafios globais. Devemos agir para dar forma a nosso futuro coletivo global e para aproveitar as oportunidades que se abrem com as mudanças e deslocamentos em andamento no âmbito internacional. Sim, há riscos. O terrorismo é um deles. O crime transnacional é outro. A biossegurança também. O deslocamento social interno, igualmente. Como podemos administrar esses riscos, ao mesmo tempo em que maximizamos o comércio de idéias e bens, que trazem crescimento econômico e desenvolvimento, bem como a interação social e cultural, que agregam energia e criatividade a nossos esforços? Acredito que o podemos fazer ao trabalharmos juntos. E, como o Brasil e a Nova Zelândia têm governos com um objetivo social e democrático comum – uma visão que combina os alvos de liberalismo econômico e justiça social – a colaboração pode ser muito produtiva.

Desde sua formação em 1948, as Nações Unidas têm sido um elemento fundamental da política externa da Nova Zelândia. As Nações Unidas nos proporcionam, na nossa qualidade de nação pequena, a possibilidade de formar redes para ajudar a moldar o ambiente internacional. Posteriormente a 11 de setembro, as Nações Unidas provavelmente terão um papel de crescente importância na promoção de um mundo mais seguro e justo.

A Nova Zelândia e o Brasil detêm um bom registro de cooperação nas Nações Unidas. Compartilhamos valores e aspirações. Nós (e a Austrália igualmente) contribuimos para as forças de paz, inclusive no Timor Leste. Nossa cooperação estreita na Nova Agenda para o

desarmamento tem sido notadamente bem sucedida. Trabalhamos juntos por um Hemisfério Sul livre de armas nucleares e para melhores acordos internacionais para o transporte marítimo de materiais nucleares. Nosso Ministro do Desarmamento e Controle de Armas visitou Brasília em julho para tratar dessas questões e manteve um encontro frutífero com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. Também compartilhamos posições semelhantes no que se refere a questões de direitos humanos internacionais, particularmente no que tange aos povos indígenas, tema do qual participamos ativamente, em discussões para o estabelecimento de um Foro Permanente para Questões Indígenas.

Antes de deixar a cena mundial para tratar, mais especificamente, da Nova Zelândia, há um par de considerações que gostaria de fazer. Frequentemente me perguntam sobre a política anti-nuclear neozelandesa. Por que uma nação pequena, tão afastada dos grandes conflitos, defende tão fortemente o desarmamento?

A defesa do desarmamento nuclear tem sido um tema importante na política externa neozelandesa por 30 anos. As ilhas da Nova Zelândia estão no Oceano Pacífico, local do uso de armas nucleares em 1945 contra o Japão e dos subsequentes testes de armas por Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. (Notamos, também, que os outros Estados detentores de armas nucleares, China e Rússia, também têm costas no Pacífico.) Esses acontecimentos em nossa região tiveram um impacto significativo na opinião pública. Manifestamo-nos contra os testes franceses, na atmosfera e subterrâneos, na Polinésia francesa e enviamos navios de guerra às proximidades da zona de testes em 1973 e 1995, como protesto. Declaramo-nos uma nação livre de armas nucleares. E fomos um promotor-chave da Zona Livre de Armas Nucleares do Pacífico Sul.

A Nova Zelândia tem consciência de que esta posição individual deve ser apoiada por trabalho duro e paciente no âmbito multilateral. Todos os Estados, grandes e pequenos, têm direito a manifestar-se. Usamos nosso direito para pedir por regras e convenções sólidas e de caráter obrigatório, que façam do mundo um lugar mais seguro, mais saudável, mais responsável do ponto de vista social e mais prós-

pero. Buscamos, na segurança para todos, nossa segurança no âmbito global.

É esse mesmo sentimento que levou a Nova Zelândia diretamente à luta internacional contra o terrorismo. Quando encontrei o Presidente Bush em Xangai, no mês passado, na conferência da APEC, esbocei o compromisso neozelandês, tendo em conta nossos recursos limitados, de fornecer apoio para a campanha da coalizão contra os terroristas e contra aqueles que os apoiam e protegem. O oferecimento que fizemos à coalizão tem um componente militar – inclusive o fornecimento de tropas do Serviço Aéreo Especial. Assumimos compromisso, igualmente, com o esforço multilateral anti-terrorismo e consideramos que as Nações Unidas têm um importante papel a desempenhar.

O contexto internacional, em que formulamos políticas internas e externas, é complexo e em rápida mutação. Todos os países estão diante de grandes desafios e beneficiaremos de consultas e colaboração mais estreitas, ao procurar meios de maximizar os ganhos para nossas populações, minimizando, ao mesmo tempo, os riscos. A Nova Zelândia deseja fortalecer seu compromisso com o Brasil em questões internacionais. A Embaixada, recém-instalada, terá um papel-chave nesse processo.

A Reação Neozelandesa

Sim, para a Nova Zelândia não há horizontes. Gostaria de indicar, agora, como a Nova Zelândia está reagindo e se adaptando, no âmbito interno, aos novos desafios e oportunidades que nos confrontam.

Mas, em primeiro lugar, menciono alguns fatos. Nossa população eleva-se a somente 3,8 milhões e nosso território é ligeiramente maior do que a Grã-Bretanha. Como o Brasil, temos uma população indígena vibrante. Os maoris são 15% do total. Os europeus estabeleceram-se na Nova Zelândia em virtude de tratado e não de conquista, o que teve influência na determinação do lugar que os maoris ocupam em nossa sociedade. Nossa economia é baseada em agricultura e ser-

viços – a indústria é leve. Nosso PIB per capita está por volta de US\$ 14.000,00 e nossa economia desenvolve-se bem. O crescimento, de junho do ano passado a junho deste ano, foi de 3,5%. O desemprego, em 5,2%, é o mais baixo nos últimos 13 anos.

A Nova Zelândia aceita o fato de que mudanças são inevitáveis. Aceitamos tais mudanças. Abrimos nossa economia, reformamos nossas instituições, permitimos a abertura de mercados. Tornamo-nos uma economia mais forte e competitiva do que éramos. E já 80% de nossa força de trabalho encontra-se empregada no setor de serviços. Mas sabemos que temos que fazer mais.

Como um país pequeno e isolado, com uma população com educação de alta qualidade, a Nova Zelândia está em condições de beneficiar-se mais do que outros de novas idéias e novas tecnologias, especialmente em comunicações. Ao aproveitarmos a onda do conhecimento, almejamos acelerar a transformação de nossa economia, já em andamento, de um comércio de produtos de base em um comércio de bens industriais mais sofisticados e de serviços. E conferimos alta prioridade à inclusão social e à participação – é importante que os benefícios da nova economia se distribuam por todos os setores da sociedade.

A Nova Zelândia encara o desenvolvimento de nova maneira. Estamos elevando nossos níveis de talento e conhecimento por intermédio de maior participação na educação pré-escolar, de melhor infraestrutura e habilidades na tecnologia de informação e de melhor capacitação e especialização no setor terciário. Encorajamos inovação por meio de mais financiamento público para a ciência e a pesquisa, bem como de tratamento fiscal mais favorável para pesquisa e desenvolvimento. Por meio de um sistema de incubação de empresas, comercializamos o novo conhecimento que geramos. O Governo fornece às empresas capital destinado ao início de atividades. Estamos encarando de maneira nova a atração de investimento externo direto. E estamos desenvolvendo estratégias avançadas de nível mundial para o comércio eletrônico e para o governo eletrônico.

O Governo é um catalisador da economia inovadora. Nosso papel é o de oferecer liderança estratégica e de facilitar, coordenar,

servir de intermediário e de parceiro, bem como de financiar, quando apropriado, novas iniciativas para melhorar nossa competitividade e assegurar que o novo crescimento seja sustentável. Estamos construindo uma nação em rede. Queremos facilitar a interação entre centros de talento locais e globais, bem como encorajar outros a investir, viver, trabalhar e associar-se, em qualquer campo, com a Nova Zelândia. Somos um local estável para investimentos, com alguns agrupamentos de empresas de nível mundial – por exemplo, nos campos de biotecnologia, tecnologia da informação, processamento de alimentos, lazer marinho (vocês saberão onde está localizada a Copa das Américas), processamento de madeira. Constituímos um lugar fácil e competitivo para negócios, com um sistema de telecomunicações de alta qualidade. E nosso meio ambiente limpo torna nossa proposta de estilo de vida uma das melhores do mundo.

Essa visão de nosso futuro é que me trouxe ao Brasil, no espírito de parceria entre o Governo e o setor privado, com 12 de nossos mais altos executivos. As necessidades e interesses dos negócios são consideração relevante na modelação das políticas internas e externas. São os negócios que geram padrões de vida crescentes. Por isso estamos tentando criar um meio internacional de negócios mais flexível e mais aberto. Estamos complementando nossos esforços multilaterais de livre comércio na OMC com acordos bilaterais e regionais. Nosso primeiro acordo de livre comércio foi o CER com a Austrália. Nosso acordo bilateral de livre comércio com Cingapura entrou em vigor no dia primeiro de janeiro do corrente ano. Estamos, no momento, negociando com Hong Kong. E tivemos conversações preliminares com o Chile e com os Estados Unidos.

A Nova Zelândia e o Brasil

Esta visita, a primeira de um Primeiro-Ministro neozelandês, juntamente com a inauguração da Embaixada, devem ser vistos como um símbolo de nosso empenho, ao forjar nosso futuro, em fazer novos amigos, em revigorar velhas amizades e em buscar aliados e sócios. O Brasil detém lugar importante em nossos planos. A abertura da Embaixada foi uma das primeiras decisões após o lançamento, no ano

passado, de nossa estratégia para aprofundar e alargar laços com a América Latina. Quando mencionei essa possibilidade ao Presidente Cardoso, ao encontrarmos-nos em Santiago no ano passado, sua reação foi entusiástica.

A Nova Zelândia e o Brasil já têm uma relação sólida. Especialmente se levamos em conta que faz pouco tempo que estamos expandindo nossas relações externas. Como já assinalei, cooperamos bem internacionalmente e esperamos que essa cooperação se intensificará no futuro. Nossa relação comercial é crescente. O comércio em ambos os sentidos aumentou 14% de junho 2000 a junho 2001, elevando-se a NZ\$ 167 milhões. NZ\$ 88 milhões desse total corresponderam a exportações brasileiras para a Nova Zelândia. Assinamos acordos bilaterais que cobrem serviços aéreos e quarentena. E tem havido algum investimento neozelandês no Brasil.

Defrontamo-nos atualmente com nova oportunidade de intensificar nossas relações bilaterais. Queremos compartilhar com vocês idéias, bens, serviços, tecnologias, inovações, capital e pessoas. Queremos fazê-lo no plano político, em assuntos econômicos e comerciais, no plano comercial, por intermédio de nossos laços de negócios, e também no plano da relação de pessoa a pessoa, em que podemos compartilhar inúmeros interesses, incluindo música, artes, esporte e cultura.

A educação é um meio-chave de estimular laços mais estreitos a longo prazo. Já tem um impacto a presença dos muitos jovens brasileiros que vêm para nossas escolas médias. Gostaríamos que permanecessem e seguissem nossas universidades e politécnicas, que oferecem padrões educacionais de nível mundial e que são eficientes em matéria de custo/benefício. Podemos, igualmente, oferecer excelentes oportunidades de estudos sabáticos. O Reitor da Universidade de Otago, Dr. Graeme Fogelberg, faz parte de minha delegação e assinará, hoje, um Memorando de Entendimento com a Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em São Paulo, assinará um acordo semelhante com a Fundação Getúlio Vargas. Esses acordos facilitarão a troca de estudantes e docentes.

O turismo é outra maneira de podermos compartilhar nossas experiências. A Nova Zelândia oferece uma experiência única e segura. Amanhã, juntamente com o Presidente Cardoso, testemunharei a assinatura do Acordo de Dispensa de Vistos entre a Nova Zelândia e o Brasil. Isto facilitará os negócios e o turismo entre nossos países.

Ciência e Pesquisa é outro elemento importante a ser estimulado, à medida que buscamos aprender um com o outro, por intermédio de nossas redes de inovação. O Presidente Cardoso e eu também testemunharemos a assinatura de um Acordo de Ciência e Tecnologia que trará melhoras ao intercâmbio de idéias e tecnologia. Espero que alguns de vocês aproveitem a oportunidade para conhecer o que temos a oferecer e que nos acompanhem em pesquisa conjunta.

Esperamos concluir um Acordo de Férias de Trabalho com o Brasil. Concluímos acordos deste tipo, no corrente ano, com Chile, Uruguai e Argentina, e esperamos ver o Brasil juntar-se a nós para encorajar nossos jovens a viajar e trabalhar informalmente nos nossos respectivos países.

Queremos que vocês nos conheçam melhor. Acredito que a cultura e as artes são importantes para dar um acabamento a nossa relação política e de negócios. Aprofundam o entendimento e oferecem uma maneira de divertirmo-nos juntos. É por isso que viajo com um pequeno grupo de maoris – para compartilhar nossa diversidade cultural.

E queremos conhecer o Brasil. É por isso que o Governo financiou a vinda ao Brasil, este ano, do diretor artístico, a fim de identificar potenciais participantes no Festival de Artes da Nova Zelândia em 2002 – e tenho prazer em informar que o Brasil estará fortemente representado tanto em música quanto em dança. No começo deste ano, também apoiamos uma exposição de arte popular brasileira em Wellington.

Pode-se ver, assim, que já estamos progredindo juntos, explorando nossos novos horizontes, no momento em que o Brasil se torna mais intensamente para o oeste, para a Oceania e a Ásia/Pacífico, e quando a Nova Zelândia e Austrália olham para o leste, através dos Andes.

Prevejo o tempo, talvez num horizonte mais distante, quando nossas relações, especialmente comerciais e econômicas, estarão mais formalmente atadas com o Brasil. Isto pode acontecer por meio de uma ligação à ALCA, ou, talvez, por meio do Mercosul. A Nova Zelândia teria interesse nesse aspecto. Mas, enquanto isso não acontece, nossos Governos podem trabalhar para maximizar perspectivas de cooperação por meio de contatos políticos de alto nível mais numerosos; de cooperação alargada em questões internacionais; de quadros melhorados de comércio e investimentos; de maior número de contatos de pessoa a pessoa.

Para concluir, devo dizer que, conquanto o terrorismo tenha lançado sua sombra sobre nós nas últimas semanas, também nos viu duplicar nosso empenho em trabalhar juntos enquanto comunidade internacional. Juntamente com meus colegas de empresas, estivemos decididos a realizar esta visita – devemos continuar a construir nossas importantes relações internacionais. A prosperidade e estabilidade globais, bem como a sustentabilidade ambiental, só podem ser alcançadas por nações que trabalhem juntas. Estou animada pela atenção e abertura, mostradas pelo Brasil à Nova Zelândia, bem como pela reação calorosa à inauguração da Embaixada neozelandesa. Hoje é um novo ponto de partida. Construiremos mais e melhor.

PALESTRA PROFERIDA PELO VICE-SECRETÁRIO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO DA NOVA ZELÂNDIA, JOHN WOOD

A política de Comércio da Nova Zelândia

Senhor Presidente, meu bom amigo Edgard Telles Ribeiro, Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, senhoras e senhores.

Gostaria de agradecer o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais por proporcionar-me a oportunidade de falar sobre a política comercial da Nova Zelândia. O cálculo do tempo para esta oportunidade foi impecável. Acabo de voltar de Doha, onde se realizou a mais alta prioridade neozelandesa em comércio – o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais de comércio, ou, como foi designada, a Agenda de Desenvolvimento de Doha. Sei que os resultados em Doha serão de grande interesse para o Brasil – trabalhamos juntos no Grupo de Cairns, na preparação de Doha, e durante a própria reunião, no sentido de conseguir uma negociação em que a agricultura receba a atenção que deve, para alcançarmos um comércio mundial mais livre e mais justo. Queremos construir sobre o resultado da Rodada Uruguai, ao procurar colocar a agricultura sobre a mesma base em que está o comércio de todos os outros bens.

A Nova Zelândia vê com bons olhos, sem dúvida, o fato de que 124 nações decidiram lançar esta nova rodada de negociações. Não conseguimos tudo o que queríamos, mas estamos satisfeitos com os resultados. As apostas eram altas e os ganhos potenciais são claros. A Organização Mundial do Comércio (OMC) calcula que a eliminação de todas as barreiras ao comércio estimularia a economia mundial em cerca de US\$ 1,9 trilhões. É difícil de compreender um número dessa ordem, mas imaginem que mais duas economias, cada uma do tamanho da China, se somem à economia global.

Só em se tratando da Nova Zelândia, uma redução de 50% nas barreiras agrícolas, globalmente, adicionaria 4% a nosso PIB a cada ano, todos os anos – o que significa uma duplicação do crescimento que tivemos no ano passado. Precisamos de melhor acesso aos mercados, preços mais altos para nossas exportações, custos de negócios mais baixos e laços econômicos mais fortes com outros países. E uma rodada multilateral, o equivalente a levar adiante, simultaneamente, 141 negociações bilaterais de comércio, é a melhor maneira de alcançar os resultados que buscamos.

O sistema baseado em regras funciona para economias pequenas como a nossa. Permite-nos argumentar com base não na força ou músculo econômicos, mas em fatos, regras, ciência, e ganhar a argumentação. Usamos o mecanismo de solução de controvérsias para assegurar o acesso de nossa manteiga à Europa, para reverter a ação dos Estados Unidos no que diz respeito à nossa carne de carneiro, para abrir o mercado coreano para a carne, e estamos ainda trabalhando para conseguir que os canadenses cumpram o que foi acertado na OMC referente aos subsídios às exportações de laticínios. Sendo a agricultura o setor mais protegido internacionalmente, defendemos ativamente, e com sucesso, na OMC, nossos interesses. Devemos estar, certamente, vigilantes e, se necessário, nos defenderemos outra vez.

Muitos aqui presentes saberão que a OMC é presidida por Mike Moore, cidadão neozelandês. No momento em que a Quarta Conferência Ministerial adotou a Declaração Ministerial que, na noite de quarta-feira, na semana passada, lançou a rodada, Mike Moore deixou cair uma lágrima. Foi um momento emocionante. Depois do fracasso de Seattle e tendo em conta os acontecimentos dramáticos de setembro, havia certamente pressão sobre a OMC e sobre seus Estados membros para que chegassem a resultados.

A reunião de Doha será lembrada pela delegação da Nova Zelândia como uma conferência com boa atmosfera. Houve, apesar de divergências no que se refere à parte técnica, uma vontade geral e genuína de avançar o processo. As circunstâncias não eram comuns. Doha não está longe da zona de guerra. E houve preocupação significativa no que se refere à segurança. Mas o encontro foi tranquilo, o

centro de conferência, excelente, e o Ministro do Comércio do Catar, um presidente astuto, bem humorado e altamente eficiente.

O resultado-chave para a Nova Zelândia, para o Brasil e para a Austrália foi o que se conseguiu em matéria de agricultura. Foram negociações difíceis. A União Européia e, certamente, os franceses e os irlandeses, lutaram até o último momento, mas o trecho sobre agricultura, preparado por Stuart Harbinson, oriundo de Hong Kong, Presidente do Conselho Geral da OMC, sobreviveu com apenas uma pequena modificação, graças à aceitação das posições da União Européia sobre meio ambiente. A Nova Zelândia trabalhou nesse texto, como parte de um subgrupo do Grupo de Cairns. O principal resultado em agricultura é o acordo para negociar a eliminação gradual dos subsídios às exportações, a mais poderosa arma contra países agrícolas que comerciam lealmente e contra a maior parte, senão todos, os países em desenvolvimento. No que foi um espetáculo sem precedentes, o Japão recebeu uma ovação ao anunciar que apoiaria o texto sobre agricultura sem modificações. Os mandatos para o acesso aos mercados não agrícolas e serviços permanecem sem modificações. De um modo geral, as seções sobre acesso a mercados oferecem uma boa base para negociação, e este é um excelente resultado.

O importante é que este resultado foi alcançado sem incorrer em sérios riscos para as disciplinas sensíveis da OMC, como questões sanitárias e fitossanitárias. A seção da reunião referente a regras foi conduzida eficientemente pelo Ministro do Comércio da África do Sul, Alec Irwin, e contém resolução para as preocupações norte-americanas sobre a linguagem *anti-dumping* precedente. O texto é aceitável para o Japão e outros que buscam uma negociação no que se refere a essa questão. A seção de regras inclui, ainda, um mandato para negociações sobre subsídios à pesca – outro objetivo-chave da Nova Zelândia. Iniciamos conversas sobre esse tema com os EUA em 1997 e presidimos, desde então, o Grupo de Amigos dos Peixes. Houve forte resistência por parte de Japão, Coréia e União Européia. Entretanto, formou-se uma ampla coalizão quanto a essa questão, com forte apoio das nações pesqueiras em desenvolvimento, bem como de países desenvolvidos, que reagiam às pressões de seus grupos ecologistas, o que ajudou a alcançar um excelente resultado.

Outras questões não se apresentaram tão nítidas. Depois de negociações intensas de última hora sobre investimentos, competição, facilitação do comércio e transparência no governo, um resultado só foi possível com a aceitação de uma dose de ambigüidade no texto. Há um mandato para negociação em cada um desses itens, mas condicional à obtenção de acordo sobre modalidades de negociação, a ser adotado na Quinta Conferência Ministerial da OMC, dentro de dois anos.

O meio ambiente foi o maior desafio. O resultado foi algo complexo e, provavelmente, pouco claro. A modificação de mais substância é a adoção de um mandato para negociar sobre a relação entre as regras da OMC e os Acordos Multilaterais sobre o Meio Ambiente (MEA's). Apesar de o texto ser vago e aberto a diferentes interpretações, os riscos que nele se encontram são limitados e decidimos que poderíamos conviver com ele. No que se refere ao tema trabalho, consideramos que o compromisso atingido foi adequado – preserva a referência a esforço relevante que foi levado a cabo na Organização Internacional do Trabalho -, apesar de termos argumentado fortemente a favor de empenho mais ativo da OMC naquele esforço.

A declaração TRIPS/Medicamentos constituiu um resultado positivo, não só pela maneira como tratou das questões em si, mas também porque reconheceu as necessidades e preocupações dos países em desenvolvimento, de maneira que emprestou impulso à reunião como um todo. O Brasil tem, de várias perspectivas, enorme interesse nessa matéria. A Nova Zelândia foi um dos oito países – e o único que não detinha interesse direto na matéria – que trabalharam sob a direção do delegado mexicano Amigo do Presidente para alcançar o resultado.

Nessas circunstâncias, a reunião de Doha foi mais inclusiva do que qualquer outra no passado e acreditamos que estabelece um caminho que levará a um aumento significativo da aceitação da OMC e de um sistema de comércio baseado em regras justas e transparentes. Estamos satisfeitos com esse fato. E, como assinalamos, estamos satisfeitos com o fato de que a rodada terá o nome de Agenda de Desenvolvimento de Doha.

A Nova Zelândia complementou essas atividades multilaterais com a disposição de avançar nos acordos regionais e bilaterais de co-

mércio. Para uma economia pequena como a nossa, uma das principais prioridades é o aumento do mercado para nossos bens e serviços. Como notou a Primeira-Ministra, temos com a Austrália um avanço significativo nessa direção, por intermédio do Acordo de Aproximação Econômica (CER), que constitui o modelo mundial – modelo que estabelece o padrão internacional – para um acordo aberto e extensivo de liberalização do comércio.

Progresso no âmbito regional significa, para nós, progresso na Ásia e Pacífico, por intermédio do processo da “Cooperação Econômica Ásia e Pacífico” (APEC). A APEC, ou a chamada visão Bogor de comércio e investimento abertos na região, entre economias desenvolvidas, até 2010, e entre economias em desenvolvimento, até 2020, é boa e todas as 21 economias membros retomaram, em Xangai, no mês passado, seu compromisso de atingir essas metas. O problema é chegar lá a partir de onde estamos. Como a Primeira-Ministra teve oportunidade de mencionar ao Presidente Fox no México, na semana passada, estamos esperando 2002 e o ano mexicano na Presidência da APEC para avaliar o progresso que estamos fazendo na integração econômica regional, bem como para propor esforços adicionais que os membros podem levar a cabo coletivamente, e nos chamados grupos escoteiros, para tornar realidade, no tempo aprazado, as ambições da APEC. Existem, ainda, desafios, a serem enfrentados se quisermos concluir o trabalho.

Nos últimos anos, um grande número de países tem procurado parceiros bilaterais, fato que não é destituído de relação com o fracasso de Seattle. Tanto assim que a OMC chamou a atenção para o perigo crescente de que tais acordos possam ser vistos como substitutos para a liberalização multilateral.

Acreditamos que, constituídos adequadamente, esses acordos podem facilitar e encorajar o progresso nos âmbitos regional e multilateral. Não estamos interessados em acordos de comércio de baixa qualidade. Advogamos acordos amplos “OMC-mais” que impulsionam o multilateralismo ao invés de dificultá-lo. No momento, temos dois acordos desse tipo. Assinamos um Acordo de Parceria Econômica Estreita (CEP) com Cingapura no final do ano passado, que entrou em vigor

em 1º de janeiro e já está produzindo resultados animadores, particularmente em investimento e serviços.

Nem bem terminamos as negociações com Cingapura, já iniciamos o mesmo processo com Hong Kong. Não é uma coincidência o fato de estarmos empenhados em acordos CEP ou em negociações com as outras duas economias, situadas no topo do índice internacional de liberdade econômica – Cingapura e Hong Kong. Calculo que as negociações com Hong Kong serão concluídas durante o primeiro semestre do ano vindouro. Como deixamos claro, a Nova Zelândia está interessada em buscar outras opções na região, inclusive com países tais como o Chile, a Coreia e a Tailândia.

Juntamente com a Austrália, trabalhamos para estreitar os laços com os 10 membros da ASEAN. A meta de uma parceria econômica mais estreita ALCA-CER detém perspectivas de ganhos substanciais, tendo em conta a magnitude desse grupo regional, apesar de estarmos conscientes de que tal probabilidade levará tempo para realizar-se. Chegamos a um acordo quanto a um quadro a ser tomado como base para desenvolver o Acordo de Parceria Econômica Estreita ALCA-CER, bem como quanto a um programa de trabalho inicial.

Há um prêmio bilateral acima de todos os outros: os Estados Unidos, na qualidade de maior e mais rico mercado do mundo. Esse mercado tem atraído considerável interesse, como resultado das conversações de nossa Primeira-Ministra em Xangai e ela regressou com grau de otimismo maior. Esta é uma alta prioridade para nós. Com a Austrália e a Nova Zelândia tomados como um “pacote” CER, acredito que estaremos em melhor posição para ser colocados no começo da fila norte-americana.

Desejamos um acordo de alta qualidade e isso significa que terá que ser amplo. Não tem sentido falar em excluir setores, tais como agricultura. Isto não é de nosso interesse, nem será do interesse da Austrália, se conseguirmos uma negociação CER, nem, na verdade, do interesse dos EUA. Esse fato significa que as negociações serão duras – a agricultura não foi uma preocupação nas nossas negociações com Cingapura ou Hong Kong – mas isso deveu-se a que buscávamos

uma liberalização verdadeira, que beneficie nossos comerciantes. O modelo é bom com os EUA e os resultados de um CEP seriam significativos.

Como comentário final sobre nossa atividade bilateral e regional, devo dizer que essa é uma área em que o governo, as empresas e todos os outros envolvidos devem trabalhar juntos. A Nova Zelândia não está empenhada na busca de acordos somente por serem acordos. Estamos buscando benefícios reais para as empresas neozelandesas, resultados reais que contribuirão para alcançar as metas acima referidas. Isso significa compromisso ativo da parte do governo com organizações como o Instituto Neozelandês de Exportadores e o Conselho Empresarial Nova Zelândia-América Latina, ambos representados na delegação de empresários que viaja hoje com nossa Primeira-Ministra.

Estou, portanto, aqui hoje, representando um país que detém uma política de comércio que olha para o exterior. Somos pequenos, nossos recursos são limitados e precisamos exportar para sobreviver. Valorizamos muito a oportunidade de trabalhar com o Brasil para alargar nosso acesso aos mercados mundiais. O presente seminário foi intitulado “Brasil – Oceania: Novos Horizontes”. Vejo dois novos horizontes de comércio diante de nós – um é a oportunidade de construir sobre o fundamento de nossa cooperação no Grupo de Cairns, na OMC, durante a Agenda de Desenvolvimento de Doha, para proteger e fazer avançar nossos interesses comuns. A Nova Zelândia tem interesse em forjar laços de livre comércio com o Mercosul. Temos mantido, já por alguns anos, um diálogo intermitente sobre as possibilidades nessa área, mas, francamente, com pouco ou nada em matéria de resultados concretos. São necessárias negociações sérias, que resultem em compromisso real de ação. A Nova Zelândia e, imagino, a Austrália desejaríamos recomeçar a negociação num espírito muito positivo.

Muito obrigado.

PALESTRA PROFERIDA PELO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NOVA ZELÂNDIA, EDGARD TELLES RIBEIRO

Introdução

Minha contribuição intitula-se “Brasil-Nova Zelândia: oportunidades e perspectivas sob uma ótica brasileira”. O primeiro tema que nos vem à cabeça quando se fala de Nova Zelândia (no Brasil pelo menos) diz respeito à questão da distância. Costuma-se afirmar que a Nova Zelândia é bela e fascinante, mas *que é “longe”*. E houve uma época em que, de fato, as distâncias constituíam um sério impedimento às relações.

Existem, no entanto, vários tipos de “distâncias”, entre as quais as físicas ou geográficas — e as psicológicas. No que se refere às físicas ou geográficas — que aparentemente tornam o Pacífico que nos separa tão imenso e intransponível —, contamos hoje com três a quatro vôos semanais da América do Sul para a Nova Zelândia, via Buenos Aires ou Santiago. (E pode ser que a Aerolíneas Argentinas volte a operar essa linha em março de 2002.) A título de referência, o vôo Buenos Aires-Auckland equivale, em duração, a um vôo Rio-Paris. Se acrescentarmos a esse trajeto as duas horas que separam o Rio de Janeiro (ou São Paulo) de Buenos Aires, poderíamos dizer que, hora por hora, ou quilômetro por quilômetro, um brasileiro está tão distante da Nova Zelândia quanto da Áustria, Grécia ou Escandinávia.

Mas é sobretudo a distância *psicológica* que vem aos poucos desaparecendo, em função da comunicação via eletrônica. (Para não falar das reduções de custo nas comunicações por telefone ou fax.) Essa revolução no campo da tecnologia da comunicação vem encurtando as distâncias entre nossos países e nossas regiões, pois permite investigações instantâneas de toda natureza, desde pesquisas de

mercado, à busca de informações mais específicas. Cria-se assim uma intimidade impensável em outra eras.

O que precede ganha em importância quando justaposto ao grande pano de fundo das afinidades que compartilhamos com a Nova Zelândia. A globalização, como se sabe, tanto quanto uma realidade, é também um fenômeno. Um dos aspectos mais interessantes desse fenômeno é revolucionar — ou relativizar — o conceito de fronteiras. Essas se redesenham no espaço e passam a existir sobretudo em função de afinidades (ou falta de afinidades).

Com a Nova Zelândia temos uma série de afinidades, que de certa forma nos tornam “vizinhos”. Em um extremo (olhando para o passado), somos ambos países colonizados por Europeus, com tudo que isso implica em termos de heranças e desafios. No outro extremo, do presente, temos ambos uma maneira própria (e original) de nos posicionarmos no cenário internacional. Brasil e Nova Zelândia *falam* com voz própria em foros multilaterais. E têm uma agenda internacional muito parecida, que constituiu uma das bases de nossa aproximação.

Foi, aliás, o guarda-chuva multilateral que nos aproximou, no início da década de noventa. O cenário mais específico era o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde estivemos juntos como membros não-permanentes no biênio 93/94. Ali começamos a forjar uma parceria em temas como Desarmamento, Meio Ambiente, Direitos Humanos, entre muitos outros.

Nossos países ocupam, no Hemisfério Sul, um espaço que não é só geográfico. Formamos com Austrália, África do Sul e outras nações amigas um cinturão onde o diálogo e a cooperação incidem não apenas sobre as áreas acima mencionadas, como sobre outras mais específicas, que vão de nossas pesquisas na Antártica ao aproveitamento sustentável dos mares austrais, da pacificação de conflitos herdados do colonialismo (de que tivemos provas recentemente em Timor Leste) à criação de alternativas de cooperação econômica e cultural.

AGENDA BILATERAL

A partir desse pano de fundo, criadas por assim dizer as condições de aproximação, passo agora à parte propriamente substantiva da relação — no sentido de *mais tangível*.

Estaremos assinando amanhã um Memorando de Entendimento na área de Ciência e Tecnologia. A Nova Zelândia é um país a um tempo gerador e exportador de tecnologia avançada em áreas nicho, como processamento de laticínios, genética animal e vegetal, informática, entre outras. O mecanismo assinado permitirá acelerar a cooperação entre diversas instituições dos dois países, notadamente, no caso brasileiro, a EMBRAPA (na área agropecuária e de engenharia genética) e o Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (na área de tecnologia de informação). Por outro lado, o sistema neozelandês de fomento à pesquisa mediante a compra concorrencial, pelo Governo, de projetos de pesquisa, também poderá interessar aos órgãos e entidades brasileiros de apoio à ciência e à pesquisa (CNPq e outros).

Por seu lado prospectivo, e pelos progressos da Nova Zelândia em áreas de tecnologia de ponta, não creio haver instrumento que melhor sinalize a riqueza potencial de nossa cooperação.

Essa cooperação, vale lembrar, já vinha se processando de maneira espontânea nos meios acadêmicos dos dois países antes mesmo que ambos os Governos considerassem marcos mais formais de referência. Inúmeros são os estudantes que fazem cursos de pós-graduação nas Universidades de Massey e Lincoln em áreas agro-pastoris ou de biotecnologia. E a Escola de Medicina da Universidade de Otago mantém, desde 1999, mecanismos de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina na área de saúde pública, por meio de programas de treinamento avançados realizados no Centro de Pesquisas em Ecologia e Saúde da referida Universidade.

Na Universidade neozelandesa de Massey, brasileiros estudam maneiras de melhor aproveitar os pastos da região centro-sul do Brasil por meio de tratamento e rodízios de sistemas pastoris. Aprendem como produzir leite, carne e fibras a partir das melhorias nas *condições do pasto*

— sem que os animais dependam de rações caras e outros concentrados. Descubrem de que maneiras as características do solo afetam o gado — e o que isso poderia significar para a melhoria na criação de rebanhos no Brasil. (Existem, na Nova Zelândia, PhDs de fama mundial na relação entre pastos e animais.) Outros estudantes trabalham em horticultura, mexem com sistemas de conservação de frutas, ou desenvolvem projetos de computação na área agro-pastoril.

Um outro setor que poderá interessar ao Brasil é o pesqueiro. A indústria de pesca neozelandesa funciona dentro de uma interessante e inovadora estrutura jurídica, que tem assegurado uma exploração sustentável e racional dos recursos marinhos encontrados na zona econômica exclusiva do país. Há um sistema de licitação concorrencial de quotas proprietárias de pesca em alto mar. Parte da quota pertence à população Maori local, que é dona de uma das mais bem sucedidas empresas de exportação de pescados, a “Sealord”. A indústria local aplica alta tecnologia na captura do pescado em águas profundas e na comercialização internacional do produto (geralmente na Coreia do Sul e no Japão). Está associando-se a empresas namibianas, chilenas e aos *inuits*, do Canadá, em um esforço de transnacionalização de suas operações e de controle do mercado de certas espécies, como o “*orange roughy*”.

Empresas do setor pesqueiro do Brasil e da Nova Zelândia têm manifestado interesse em examinar, em conjunto, perspectivas de cooperação entre os dois países na área de pesca em profundidade. O tema tem sido também suscitado em diferentes oportunidades por parlamentares brasileiros do Estado de Santa Catarina.

São essas apenas algumas das ilustrações do que ainda poderá vir a ser pesquisado em áreas que tanto representam para nosso país, em setores de notória especialização neozelandesa.

A relação bilateral também possui uma vertente comercial digna de registro. Nossa pauta comercial situa-se ao redor de US\$ 80 milhões anuais nos dois sentidos. Embora comparativamente modesta, trata-se de cifra que vem crescendo a cada ano. (No caso do Brasil, 7% nos últimos dois anos.) Isso sim, é significativo. É de se esperar

que a dinâmica dos mecanismos de aproximação tenda a redimensionar esse item de nossa agenda. Mesmo porque a variedade de nossa pauta comercial permite apostar no potencial do intercâmbio.

De momento, essa pauta, em nosso sentido, é dominada sobretudo por sucos de laranja e produtos alimentícios, além de tabaco, maquinaria, sapatos e alumínio.

Do lado neozelandês, como sabemos, são os laticínios que predominam nas exportações, cerca de US\$ 25 milhões anuais no momento. (Seguem-se alguns produtos alimentícios, lã e alguns poucos produtos de base.)

De maior importância nessa área financeira e comercial, contudo, são os indícios animadores de investimentos neozelandeses no Brasil no setor de laticínios, que nos interessam pelas perspectivas de transferência de tecnologia e o efeito multiplicador de seu impacto social.

Meses atrás o Dairy Board (conglomerado de cooperativas neozelandesas na área de laticínios) por pouco adquiriu a Vigor, quinta maior indústria de laticínios do Brasil, em uma operação que, se concluída, teria representado um desembolso de US\$ 500 milhões — fora os benefícios em matéria de transferência de tecnologia. De lá para cá, a Fonterra (que sucederá ao Dairy Board em breve) tem explorado a possibilidade de se associar com a Nestlé do Brasil. As perspectivas, pelo que sabemos, são muito promissoras. Neste exato instante, equipes do conglomerado neozelandês percorrem nosso país realizando análises técnicas e financeiras.

Por outro lado, diversos empresários neozelandeses também têm explorado alternativas de investimento junto a cooperativas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. *Joint-ventures* nesses setores, de grande porte ou porte médio, parecem assim inevitáveis. É uma questão de tempo. Para a Nova Zelândia, não haveria melhor maneira de ter acesso ao mercado brasileiro. E para o Brasil, dificilmente haveria parceiro melhor qualificado na área de produção leiteira. O efeito irradiador dessa cooperação seria enorme entre nós.

CONCLUSÃO

Brasil e Nova Zelândia se complementam: contamos com um mercado que, se bem trabalhado, pode redimensionar as oportunidades de exportação neozelandesas. A Nova Zelândia, por sua vez, tem *know-how* em áreas de grande importância para nós, em particular no setor agro-pastoril — mas não somente nele.

Por outro lado, o Brasil abre-se cada vez mais para o capital estrangeiro e facilita investimentos em áreas por nós consideradas prioritárias. A Nova Zelândia, por sua vez, busca regiões onde possa realizar *joint-ventures* que acentuem suas possibilidades de acesso a mercados como o nosso, de escala continental — e que crescem a cada ano.

Tão ou mais importante do que essas considerações, contudo, é o fato de que a Nova Zelândia, como o Brasil, está constantemente buscando maneiras de se “repensar” como nação, de se “re-inventar”. Daí, no caso neozelandês, o processo de revolução no campo do conhecimento — que explica os progressos do país no mundo da tecnologia de ponta. Como sabemos, as economias bem sucedidas no Século XXI serão aquelas que melhor usarem tecnologias de informação e comunicação.

São, assim, muitas as áreas de interesse mútuo a serem exploradas, como aliás se depreende das contribuições dos oradores que me precederam. A relação desenvolve-se harmoniosamente em muitas frentes — e essas só tendem a crescer porque a base dos laços, apesar de recente, é sólida e enriquecida por valores comuns.

COMENTÁRIOS FINAIS DE OUTRA NATUREZA

Para quem se interessa por relações internacionais (e por aspectos menos usuais dessas relações), gostaria de aproveitar os minutos que me restam para também dar um rápido depoimento sobre a circunstância única que representou para mim, e minha equipe, abriremos uma Embaixada em um país de Primeiro Mundo *no qual o perfil do Brasil era praticamente inexistente*. O que é muito raro, nos dias que correm. Tendemos a achar que somos conhecidos em todas as partes,

pelo menos no mundo desenvolvido. E isso, pelas razões mais variadas, nem sempre ocorre.

Havia, entre o Brasil e a Nova Zelândia, até quatro ou cinco anos atrás, uma simpatia mútua, mas um desconhecimento recíproco e evidente. Por estranho que pareça, o desconhecimento pode representar um estímulo tão interessante quanto a intimidade, quando buscamos desenvolver um trabalho de aproximação. Trata-se, afinal, de um desafio claramente definido.

Por isso falo de experiência inédita em termos de carreira diplomática: trabalhar em um território de certa forma virgem para o Brasil. Sentíamos que representávamos um país que até então não havia deixado grandes marcas no radar neozelandês, ou marcas mais específicas. Some-se a isso o fato de que nem compartilhávamos paixões esportivas: o interesse pelo futebol na Nova Zelândia é reduzido. Quanto ao *rugby* ou críquete, o interesse por esses esportes no Brasil, que se saiba, também não é exacerbado.

Exceto pelo Chile, com quem a Nova Zelândia já tinha relações antigas, as políticas da Nova Zelândia para nossa região também não pareciam muito diferenciadas. Conheciam o essencial, mas muito pouco além disso. No caso do Brasil, o fato de sermos um país de dimensões continentais, muito diversificado aos olhos do estrangeiro, tampouco contribuía para facilitar a aproximação. Do ponto de vista da Nova Zelândia, as coisas teriam sido mais fáceis se fôssemos um Paraná, ou uma Santa Catarina — Estados que, por sinal, têm muito a ver (como toda a região Sul de nosso país) com a Nova Zelândia.

Fomos assim obrigados a atuar como antropólogos, mais do que diplomatas. O que significou calçarmos sapatos neozelandeses — e reconhecer que a recíproca era verdadeira. Ou seja, que pouco ou nada sabíamos da Nova Zelândia *em nosso país*. A descoberta de nossos “desconhecimentos recíprocos” teve uma interessante consequência do ponto de vista operacional: passamos a trabalhar quase em conjunto. As prioridades das Chancelarias brasileira e neozelandesa eram as mesmas. Voltavam-se para criar mecanismos de aproximação, onde antes pouco ou nada existia.

O lado neozelandês, talvez por não contar com uma Embaixada residente em Brasília, foi mais ativo em matéria de visitas. Coube ao Brasil, por sua vez, preparar essas visitas de forma a maximizar seus resultados. Em 1998, o então Chanceler Don MacKinnon realizou a primeira missão de um Ministro de Estado neozelandês a nosso país. Nos três anos posteriores, seguiram-se outras sete visitas de Ministros de Estado a nosso país, nas áreas mais diversificadas, da agricultura à ciência e tecnologia, do turismo ao desarmamento (a Nova Zelândia é o único país do mundo a ter um Ministro de Desarmamento, o que bem ilustra a importância que atribui ao tema).

O Brasil, que em 1994 mandara seu Chanceler a Wellington em missão oficial (na época o Embaixador Celso Amorim), marcou presença no país pela decisão de abrir uma Embaixada residente em Wellington — o que foi feito em 1997. Trata-se de uma demonstração inequívoca de interesse, pois implica despesas e compromissos. De lá para cá, vem o Brasil reciprocando as missões neozelandesas por meio de visitas de parlamentares ou empresários interessados em sondar oportunidades comerciais locais.

Os deslocamentos de Ministros neozelandeses ao Brasil deram ensejo à realização de uma série de seminários sobre nossa região na Nova Zelândia (sob a forma de “*debriefings*”), eventos que permitiram maximizar o impacto dessas missões exploratórias. O interesse por nossa região e pelo Brasil foi assim crescendo aos poucos, com repercussões em áreas distintas da comunidade neozelandesa, empresarial de início, mas logo da imprensa e, sobretudo, da comunidade acadêmica.

A Primeira-Ministra Helen Clark, ao chegar ao poder em novembro de 1999 à frente do Partido Trabalhista, deu nova dimensão a esse processo de aproximação: criou, em agosto do ano passado, uma “Estratégia Latino-Americana” — um conjunto de programas que procuram estimular mecanismos abrangentes de aproximação entre as duas regiões em diversas áreas, conjunto esse que conta com fundos para viabilizar determinados programas.

Uma ilustração perfeita do entrosamento criado com a Chancelaria neozelandesa pode ser encontrado no fato de que os Embaixa-

dores latino-americanos acreditados em Wellington (além do Brasil estão representados na Nova Zelândia a Argentina, o Chile, o México e o Peru) foram convidados a apresentar sugestões para essa estratégia latino-americana que o Governo local adotaria como política de Estado meses depois.

Continuamos assim, mais do que nunca, unidos nesse propósito de consolidar nossa aproximação. E essa visita oficial, da qual o presente Seminário é parte importante, constitui a melhor evidência dos progressos realizados nessa direção. A abertura da Embaixada neozelandesa em Brasília de certa forma encerra com fecho de ouro o ciclo inicial de nossas relações. Cabe agora ao Brasil dar início a um processo mais sistemático de visitas, que permitam aprofundar a investigação das oportunidades até aqui identificadas.

PALESTRA PROFERIDA PELO PRESIDENTE DO CONSELHO DE RELAÇÕES AUSTRÁLIA-AMÉRICA LATINA, BERNARD WHEELAHAN

Introdução

Obrigado, senhoras e senhores. Desejo mencionar, especialmente, a presença aqui, hoje, da Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Sua Excelência a Senhora Helen Clark. A Austrália e a Nova Zelândia são amigos próximos e esperamos trabalhar com nossos companheiros, no momento em que estabelecem sua presença em Brasília.

Estou muito satisfeito de estar aqui, na qualidade de Presidente do Conselho de Relações Austrália-América Latina (COALAR). Mais adiante, fornecerei alguma informação de base sobre sua formação e seus objetivos. O Conselho é um claro reflexo do compromisso do Governo da Austrália de reforçar seus laços com a América Latina.

Para começar em tom pessoal, gostaria de dizer o quanto me é cara esta oportunidade, proporcionada pelo Conselho, de ajudar a forjar laços mais fortes entre nossos dois continentes. Meu interesse pessoal e paixão pela América Latina originam-se do período em que ocupei a posição de Presidente da Shell da Venezuela, de 1996 a 1999. Durante esse período, minha mulher e eu tivemos o privilégio de viajar amplamente pela América Latina e de conhecer muitos dos lugares e pessoas da região. A América Latina é extraordinária em sua diversidade. Mas é, ainda, um lugar em que os australianos podem viajar muito facilmente: seu povo é caloroso e generoso, nossos esportes são a loucura das populações locais, bem como, no caso particular do Brasil, nossa cultura de praia.

Uma série de ministros australianos, parlamentares e funcionários visitaram a América Latina no último ano. Em muitos de seus discursos, enfatizaram o fato de termos muitas coisas em comum. No caso do Brasil, trabalhamos muito estreitamente no Grupo de Cairns para melhorar o acesso aos mercados para produtos agrícolas, bem

como na aliança global para o açúcar, em que atuamos para sublinhar as grandes distorções que existem no mercado internacional de açúcar. Na esfera política, o Timor Leste é um claro exemplo de nossos interesses comuns. Entretanto, os Ministros reconheceram que há lentidão em conhecermo-nos bilateralmente, seja este fato resultado de razões geográficas, lingüísticas, culturais ou outras. Mas acredito que isso está mudando. Da mesma forma que eles, estou convencido de que há um grande potencial para o aumento da interação entre a Austrália e os países desta região, em benefício mútuo, e que se estendem por um amplo espectro de atividades.

Esta observação traz-me ao COALAR. Como é provavelmente de seu conhecimento, a criação do Conselho foi anunciada durante a visita do Ministro do Exterior, Downer, a Brasília, em março do corrente ano. Esta iniciativa foi o resultado de um Inquérito Parlamentar, relativo aos laços de comércio e investimento com a América do Sul, que recomendou a criação dessa instituição, enfatizando sua importância a longo prazo no sentido de fornecer um foco para levar adiante a relação da Austrália com a região, nos níveis econômico, social e político.

Uma conclusão importante do relatório do Inquérito foi a de que a Austrália, conquanto mantenha, em geral, laços calorosos com a região, não viu nossas ligações de comércio e investimento realizarem seu potencial. O relatório concluiu que esta situação poderia ser, em grande medida, atribuída a percepções ultrapassadas, juntamente com uma falta geral de conhecimento dos mercados da região e do que têm a oferecer à Austrália. Concluiu, ainda, que as empresas australianas teriam que alargar seus horizontes para reconhecer o mérito de fazer negócios com a região.

Ao mesmo tempo, o relatório considerou que comércio e investimento são vias de mão dupla. É fato que a América Latina permanece, em grande parte, desconhecida para os exportadores e investidores australianos, e o mesmo é verdade no que tange à Austrália para os interesses comerciais latino-americanos. Suspeito que muitas das mesmas concepções errôneas também se aplicam ao caso.

Um dos objetivos-chave do COALAR será elevar o perfil da América Latina na Austrália e o perfil da Austrália na América Latina, enfrentar o déficit de conhecimento e corrigir percepções antigas e fora de uso. O Conselho fará isso por intermédio de um programa de atividades que incluirá publicações, eventos de mídia e visitas à região e provenientes dela. Na verdade, o Conselho estará construindo sobre o fundamento do bom trabalho que o Governo tem levado a cabo, durante os dois últimos anos, para elevar o perfil da América Latina na Austrália e para apoiar relações comerciais aprimoradas, estabelecendo acordos e memorandos de entendimento que facilitam o comércio e o investimento.

Estes acordos incluem Acordos de Bitributação e Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos, sem os quais o investimento freqüentemente não se realiza. Acordos de Serviços Aéreos são outra parte integrante do desenvolvimento de laços de comércio, aumentando o turismo em ambos os sentidos e liberalizando o movimento de pessoas entre os mercados. Como um homem de negócios, sei quão importantes são esses acordos. No caso do Brasil, sei que o Governo australiano gostaria de negociar tais acordos e quero estimular ambos os Governos a levar adiante o tema como prioridade.

O Embaixador Garry Conroy e seus colaboradores em Brasília têm atuado sem descanso para promover relações bilaterais mais estreitas. O trabalho da Embaixada, juntamente com a Comissão de Comércio Australiana (Austrade) e outras organizações australianas, foi um exemplo excepcional desses esforços, levados a cabo para assegurar o sucesso do evento relativo ao Centenário da Federação, realizado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Milhares de pessoas participaram dos vários aspectos do evento, que incluiu feiras de turismo, empresas e negócios, seminários sobre educação, degustação de vinhos australianos, bem como exposições de música, arte e fotografia. O evento foi um belo exemplo da atuação “Team Australia”, apoiada pelo Embaixador Conroy, uma atuação que tem sido de importância crítica em elevar nosso perfil.

Alguns dos senhores possivelmente têm conhecimento da publicação do Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio –

DFTA (Austrade), que saiu em junho do corrente ano, intitulada “Fazendo negócios no Brasil”, e que incluiu artigos de pessoas com conhecimento do mercado e do ambiente de negócios brasileiros, inclusive do Embaixador Conroy e da Segunda Secretária Rowena Thompson. “Fazendo negócios no Brasil” seguiu-se a um outro livreto de caráter mais abrangente, “Fazendo negócios na América Latina”. Por que resolvemos virar o microscópio particularmente para o Brasil? As razões são óbvias: um mercado de 166 milhões de habitantes, uma economia dinâmica e sofisticada que produz 45% do PIB da América Latina e uma base de recursos que é muito atraente para o investimento australiano. Além disso, apesar dos efeitos da crise econômica argentina, o futuro do Brasil apresenta-se brilhante, como resultado das reformas econômicas fundamentais levadas a cabo durante a última década, o que resultou numa entrada maciça de investimentos no país.

Em resumo, a mencionada publicação mostrou o Brasil como uma economia dinâmica e sofisticada, que oferece um leque de oportunidades às empresas australianas em busca de novos horizontes. Um total de 200 empresas esteve presente nos seminários de lançamento da publicação e que se realizaram nas mais importantes capitais de Estados. A publicação foi patrocinada por duas empresas brasileiras – Veirano e Advogados Associados e Banco Santander-Brasil–, o que é muito significativo. O apoio dessas duas proeminentes empresas brasileiras é evidência tangível da consciência que o Brasil tem do crescente interesse da comunidade de negócios australianas nas oportunidades que são oferecidas pelos atraentes mercados brasileiros.

O valor representado pela publicação e pela série de seminários torna-se claro pelo fato de que mais de 50 empresas procuraram maiores informações junto à Austrade sobre as oportunidades para seus produtos nos mercados brasileiros, após participar do lançamento.

Um aspecto interessante da publicação foi o fato de ter utilizado estudos de casos para divulgar as experiências de interesses comerciais australianos, que já atuam no mercado brasileiro. Essas empresas mostram que fazer negócios com o Brasil pode ser imensamente compensador e interessante e fornecem uma base útil para o trabalho

do Conselho. É crescente o número de empresas australianas que dirigem seu olhar para o Brasil. No que se refere a investimento, em 1995, somente cinco empresas australianas haviam investido no Brasil. Em 2000 esse número aumentou para 25. Apesar de ser uma situação ainda modesta, constitui fundamento sólido sobre como expandir a relação.

Recentemente, o Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio da Austrália lançou, igualmente, uma publicação intitulada “Investindo no Crescimento Latino-Americano”, organizada pelo Setor de Análise Econômica. Ao cobrir as economias de Brasil, México, Argentina e Chile, forneceu uma análise em profundidade das perspectivas econômicas de cada um desses países e levou a cabo pesquisa sobre as potenciais oportunidades de comércio e investimento.

Qual é a razão dessas publicações? Referi-me anteriormente à falta de consciência, por parte das empresas australianas, do enorme potencial dos mercados latino-americanos. As publicações destinam-se a esclarecer potenciais exportadores e investidores para que dirijam seu olhar para além da praça onde vivem, para que olhem para além da Europa e da Ásia, nossos mercados tradicionais.

Como disse anteriormente, esta é uma via de mão dupla. Da mesma forma como gostaríamos de ver aumentarem as exportações australianas para o Brasil, acolheríamos com boa vontade o incremento de uma atividade comercial do Brasil na Austrália.

Para dar-lhes uma idéia do potencial para o aumento do comércio e investimento nos dois sentidos: no ano de 2000, o comércio de mercadorias, em ambos os sentidos, entre nossos países, totalizou A\$ 1,2 bilhões, ou seja, mais ou menos R\$ 1,6 bilhões, enquanto, em termos de destino para as exportações australianas e origem de suas importações, o Brasil ocupou a 30ª e a 31ª posições, respectivamente. Estimativas do investimento australiano no Brasil vão de US\$ 248 milhões (Banco Central do Brasil) a US\$ 564 milhões, estando a maior parte desse investimento localizada no

setor de mineração. Ao localizarmos estas estatísticas no cenário mais abrangente, notamos que o PIB somado de ambos os países, em 2000, era de mais de US\$ 1 trilhão. As exportações dos dois países para o resto do mundo, somadas, elevaram-se a US\$ 120 bilhões. Existe, claramente, espaço para ampliar nossos laços comerciais.

Deixem-me apresentar-lhes alguns fatos sobre uma Austrália que sofreu uma imensa mudança econômica e técnica nos últimos 15 anos, o que resultou num ambiente econômico e de negócios aberto, competitivo e avançado. Em resumo, num ambiente que tem muito que oferecer aos interesses comerciais brasileiros.

Começarei por dizer que um dos ingredientes essenciais do recente sucesso econômico da Austrália foi a gestão econômica, inclusive reforma microeconômica. Foi introduzido um sistema fiscal moderno e abrangente, caracterizado por um Imposto de Bens e Serviços. Os benefícios advindos do novo sistema incluem grandes reduções nos custos dos negócios, particularmente para os exportadores, e a abolição de impostos complexos, antiquados e que distorciam o ambiente econômico. Ao mesmo tempo, a liberalização do mercado de trabalho permitiu à Austrália ser um lugar competitivo internacionalmente em matéria de custos, gozando de salários competitivos conjugados a alta produtividade. Em 2000, a Austrália ocupava o 11º lugar no mundo, no que se refere a produtividade em geral, medida pelo PIB por pessoa empregada.

Políticas monetária e fiscal bem administradas resultaram numa inflação média, nos anos 1990, de 2,7%, com superávites fiscais registrados desde 1998. O crescimento do PIB, no período 1998-2000, atingiu uma média de 4,4%, uma das melhores taxas de crescimento de qualquer economia industrializada. Apesar de terem sido, recentemente, revistas para menos, as previsões de crescimento do PIB para 2001-2002 são ainda de respeitáveis 3 a 3,5%. Este fato é forte sinal de que a economia australiana está em melhor posição para enfrentar uma recessão global do que muitos outros países industrializados.

No que tange à política de comércio, nota-se que a reforma econômica interna foi conjugada a reduções continuadas de tarifas.

Hoje a tarifa simples média na Austrália eleva-se a cerca de 4,3%, uma das mais baixas internacionalmente. Se existem, são poucas as restrições a investimento estrangeiro.

O resultado de tudo isso é que, hoje, a Austrália tornou-se um país confiante, que dirige seu olhar para o exterior e que está estreitamente integrado na economia mundial global. Em especial, como resultado das reformas e das diretivas políticas mencionadas, a base de exportação australiana foi tremendamente diversificada, graças a novas oportunidades internacionais de negócios e maior competitividade por parte das empresas australianas. A diversificação do comércio australiano com o Brasil é um caso a ser apontado. Ao mesmo tempo em que o carvão continua a ser nossa exportação número um, houve um aumento significativo nas exportações de manufaturados. Uma recente história de sucesso foi a exportação do automóvel Holden Commodore, que surge no mercado local como o Ômega da Chevrolet, e que ocupa, agora, o segundo lugar na pauta de exportações.

A mudança de uma economia baseada em recursos naturais para uma economia de serviços foi um dos mais significativos aspectos da modernização do cenário comercial australiano. De fato, contrariamente ao que se crê popularmente, a Austrália não é mais uma economia baseada em recursos naturais, e já não o é há 10 anos. Hoje, os serviços respondem por 64% da economia australiana, com manufaturas elevando-se a 12%, mineração a 4% e agricultura a 3%. O crescimento dos serviços foi acompanhado por um aumento de suas exportações, que se elevou a A\$ 28,3 bilhões em 1999-2000, o que representou quase um quarto do total das exportações. O aumento das exportações de serviços, de 9% durante a década passada, ultrapassou o da agricultura (6%) e o da mineração (5%).

Esta rápida expansão das indústrias de serviços e um aumento concomitante das habilidades em Tecnologia da Informação (TI) levaram a Austrália para mais perto daquilo que a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento - OCDE chama de uma economia baseada em conhecimento – isto é, uma economia dirigida pela produção, distribuição e uso de conhecimento e informação. Es-

tima-se que a contribuição das indústrias baseadas em conhecimento responde por quase metade do PIB australiano.

Este fato não é surpreendente se considerarmos:

- O investimento australiano em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), que é o terceiro mais alto na OCDE, enquanto porcentagem do PIB;
- O ambiente de pesquisa e desenvolvimento, internacionalmente competitivo em matéria de custos; e
- A taxa de finalização do ensino secundário, conjugada a universidades de classe mundial.

Ao considerarmos o deslocamento em direção a uma economia baseada em conhecimento, é interessante notar que muitos dos seus principais beneficiários serão, possivelmente, empresas da “velha economia”. Na verdade, esta tem sido a experiência da Austrália. Indústrias como mineração e agricultura estão tendo maiores lucros e tornando-se mais eficientes ao utilizar novas tecnologias. As empresas australianas desenvolvem cerca de 60% do *software* de mineração do mundo.

Penso que é especialmente importante enfatizar aqui o dinamismo do setor australiano de TIC, já que ele é, na minha opinião, o fundamento da Austrália moderna, e que assegura o futuro do país. Em 1999, gastos em produtos e serviços de TIC elevavam-se a quase US\$ 36 bilhões, esperando-se que o mercado mantenha uma taxa anual de crescimento médio de 8,5% durante os próximos anos. Este fato torna a Austrália um dos maiores mercados de TIC do mundo. Um elemento-chave do setor TIC é constituído por uma das forças de trabalho mais competitivas, em matéria de custo, e das mais apreciadas globalmente, o que faz com que a Austrália seja cotada entre as melhores localidades no mundo, no que se refere à disponibilidade de mão-de-obra especializada em TI. Colocando esses fatos em perspectiva, menciono que o Anuário Mundial de Competitividade 2000 lista a Austrália na 7ª posição quanto à disponibilidade de mão-de-obra especializada em TI, num total de 41 países. Isto coloca a Austrália na

frente de Estados Unidos (8°), Taiwan (11°), Coréia do Sul (23°) e Japão (24°).

Esta revolução em TIC reflete-se na taxa de utilização da TI australiana privada, uma das mais altas no mundo: 50% de adultos acessaram a Internet durante 12 meses até novembro de 2000. Considerem as seguintes estatísticas:

- 37% das moradias australianas têm acesso à Internet;
- 66% dos adultos na Austrália usaram um computador durante 12 meses até novembro de 2000;
- No mesmo período, quase 90% dos adultos entre 18 e 24 anos usaram um computador;
- 56% das moradias têm um computador; e
- Uma pesquisa, concluída em fevereiro de 2000, mostra que a capital Camberra está à frente de todas as cidades dos Estados Unidos, com 62% de sua população *online*, comparados a 61% em São Francisco e 58% em São Diego.

Além disso, os australianos aderiram ao comércio eletrônico com gosto. No ano que terminou em novembro de 2000, mais de 1,3 milhões de adultos australianos adquiriram bens e serviços para uso privado na Internet, enquanto que o valor estimado de atividade de comércio empresa-a-empresa na Austrália, no ano de 2000, foi de US\$ 5 bilhões. A aceitação do comércio eletrônico foi apoiada por uma das mais seguras infra-estruturas de Internet do mundo. Números divulgados em março pela OCDE deram à Austrália o terceiro lugar no mundo enquanto fornecedora de provedores seguros.

A confiança das empresas no ambiente *online* e a disponibilidade de tecnologia ITC de última geração para serviços financeiros também contribuíram grandemente para que a Austrália emergisse como centro regional para as finanças globais. Em especial, empresas localizadas na Austrália gozam de acesso de última geração à região, à América do Norte e à Europa, via uma ampla rede de cabos e satélites. A capacidade das larguras de bandas responde adequada-

mente às demandas correntes, e projetos tanto em andamento quanto em planejamento aumentarão significativamente a capacidade nos próximos anos. Num sentido muito concreto, a Austrália é considerada agora como a porta de entrada da região. Mais de 470 empresas multinacionais têm, agora, na Austrália, suas sedes da região Ásia e Pacífico, inclusive IBM, NEC, Phillips, Ericsson, Compaq, Morotola e Canon.

Entendo que, em vários pontos, a experiência australiana em TIC tem tido seu paralelo no Brasil, com um grande aumento do uso da Internet e do comércio eletrônico, especialmente no setor bancário. Acredito que não são muitos os australianos que conhecem esta realidade.

Conclusão

Tudo isso me leva de volta ao papel do Conselho de Relações Austrália-América Latina e ao tema deste seminário. Tentei desenhar, hoje, um quadro da Austrália como uma economia moderna e dinâmica, guiada, em grande medida, pela revolução em TIC. Da mesma forma que o Brasil de hoje difere do Brasil que existiu antes do plano Real, introduzido em 1994, e das reformas econômicas subseqüentes, o cenário econômico australiano não é mais dominado pelos recursos naturais e pela agricultura. Ao fazer o nosso relacionamento avançar, devemos modernizar nosso pensamento, e este seminário hoje é mais um passo para alcançar esse objetivo.

A Austrália e o Brasil têm muito que oferecer um ao outro. Ambos sendo países do novo mundo, penso que compartilhamos um otimismo no futuro, sem os constrangimentos do medo e do fracasso. Penso, também, que compartilhamos aquilo que chamamos na Austrália de atitude “pode-se-fazer”. Como tais, acredito que viemos à nossa relação não como estranhos, mas como amigos. O desafio que se apresenta é o de utilizar este sentimento para aprofundar nossos laços para benefício mútuo. Como Presidente do Conselho de Relações Austrália-América Latina, espero trabalhar com os senhores para enfrentar o desafio.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO PROFERIDO PELO SUBSECRETÁRIO-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS BILATERAIS, EMBAIXADOR BERNARDO PERICÁS NETO

Senhoras e Senhores,

No correr desta manhã, participamos de debate franco e proveitoso sobre as oportunidades que se abrem diante do Brasil e da Oceania para revigorarmos, depois de muitos anos de relativa distância, o relacionamento entre as nossas regiões.

Como bem disse o Embaixador Seixas Corrêa, tanto a Austrália e a Nova Zelândia, de um lado, quanto o Brasil, de outro, têm dado provas significativas nos últimos anos de seu interesse em prol da intensificação das relações bilaterais. E tomaram medidas nessa direção, de que são ilustrações, no caso brasileiro, a abertura da Embaixada residente em Wellington, em 1997; e, no caso da Nova Zelândia e da Austrália, a criação, respectivamente, da Estratégia Latino-americana, idealizada pela Primeira-Ministra Helen Clark, e do COALAR.

As exposições e debates desta manhã demonstraram que existem importantes áreas de convergência de interesses entre nossas duas regiões e que ainda há um amplo espaço político, econômico-comercial, científico-tecnológico e cultural para ser aprofundado. Como bem frisou a Primeira-Ministra Helen Clark em sua palestra-chave, Nova Zelândia, Austrália e Brasil são países do “Novo Mundo”, abertos a inovações e novas idéias. Por isso, este Seminário se propôs identificar “Novos Horizontes” para nosso relacionamento.

Apesar de nossas grandes convergências na agenda internacional, faltavam-nos mais iniciativas no campo bilateral. Felizmente, temos hoje sinais encorajadores de que, também aí, as coisas começam a mudar. Constato, satisfeito, que, em setor de grande importância como

é o científico e tecnológico, terão sido assinados em 2001 acordos de cooperação tanto com a Austrália quanto com a Nova Zelândia. O acordo com a Nova Zelândia será firmado amanhã, na presença do Sr. Presidente da República; com a Austrália já o foi em fevereiro, quando nos visitou o Ministro da Ciência e Tecnologia, Nick Michin.

Na área econômica e comercial, saudamos com satisfação a vinda de importantes delegações comerciais ao Brasil para identificar com os próprios olhos as imensas oportunidades existentes na pauta bilateral. Também o Brasil tem procurado abrir novos mercados na Ásia e Oceania, através de uma política ativa de promoção comercial. Esperamos que cada vez mais o Pacífico venha a ser um Oceano a unir a América Latina e a Oceania através de modalidades criativas de iniciativas e projetos.

Devemos também estimular, cada vez mais, as áreas acadêmica e cultural. A esse respeito, gostaria de mencionar duas realizações atuais: a assinatura, há pouco, de acordo de cooperação entre a Universidade de Otago, da Nova Zelândia, e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e o festival cultural patrocinado pelo Governo da Austrália nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Senhoras e Senhores,

Antes de encerrar esse seminário, gostaria de anunciar a intenção do governo brasileiro de propor o estabelecimento com a Nova Zelândia de um mecanismo de consultas políticas bilaterais, à semelhança do que já mantemos, na Ásia, com Japão, Coreia do Sul, China, Índia e Austrália. Tenho certeza de que essa proposta terá boa acolhida junto ao governo neozelandês, até porque têm sido freqüentes e muito úteis nos últimos anos as consultas informais que os dois Governos têm mantido sobre uma série de temas, entre os quais o funcionamento dos sistemas multilaterais de comércio, ONU, desarmamento, meio ambiente e outros.

Com a Austrália, como já mencionei, possuímos esse diálogo político desde 1990. Gostaria, entretanto, de conferir ao mecanismo maior vigor e consistência. Como a última reunião foi realizada no Brasil, proporei que as próximas consultas políticas com a Austrália

ocorram naquele país, no decorrer de 2002, em período vizinho às consultas que também manteríamos com a Nova Zelândia.

Ao declarar encerrado esse seminário, gostaria de convidar a todos os presentes a se juntarem-se aos nossos Governos ao redor dessa idéia de intensificação do diálogo entre Brasil e Oceania. Esse esforço não pode nem deve ser restrito aos Governos de nossos três países. Deve, ao contrário, incluir empresários, universidades, acadêmicos e promotores culturais.

Muito obrigado a todos.

PROGRAMA

SEMINÁRIO BRASIL-OCEANIA: NOVOS HORIZONTES

Brasília, 19 de novembro de 2001

- abertura do evento com discurso de boas vindas à Primeira-Ministra Helen Clark proferida pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa
- palestra inaugural do encontro proferida pela Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Helen Clark

Módulo Nova Zelândia

- palestra proferida pelo vice-secretário de Negócios Estrangeiros e Comércio da Nova Zelândia, John Wood, sobre as oportunidades de cooperação e de intensificação do intercâmbio bilateral sob a ótica neozelandesa.
- palestra proferida pelo Embaixador do Brasil na Nova Zelândia, Edgard Telles Ribeiro, sobre as oportunidades de cooperação e de intensificação do intercâmbio bilateral sob a ótica brasileira.

Módulo Austrália

- palestra proferida pelo Presidente do Conselho de Relações Austrália-América Latina (COALAR), Bernard Wheelahan, sobre as oportunidades de cooperação e de intensificação do intercâmbio bilateral sob a ótica australiana.
- palestra proferida pelo Cônsul honorário da Austrália no Rio de Janeiro, Ronaldo Veirano, sobre o relacionamento Brasil-Austrália: oportunidades e perspectivas para o lado brasileiro.
- Encerramento com breve discurso do Embaixador Bernardo Pericás

Neto, delineando programa brasileiro de intensificação das relações com a Oceania.

